# PAE PMPVH

# PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO




**ETAPA 4. ENTREGA 12**

**DOCUMENTO SÍNTESE**

NOVEMBRO DE 2025

funpar



# SUMÁRIO


1. SUMÁRIO EXECUTIVO PAEDS-PVH ..... 5

2. MÉTODO ..... 15

3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ..... 21

3.1. INFRAESTRUTURA DE MERCADO E INSERÇÃO REGIONAL (D1) ..... 24

3.2. ECONOMIA, DIVERSIFICAÇÃO E ESTRUTURA PRODUTIVA (D2) ..... 38

3.3. AMBIENTE PROMOTOR DE INOVAÇÃO (D3) ..... 51

3.4. FORÇA GERATIVA E QUALIDADE DA CIDADE E DO URBANO (D4) ... 61

3.5. BEM-ESTAR SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA (D5) ..... 74

3.6. GOVERNANÇA E GESTÃO MUNICIPAL (D6) ..... 81

4. CENÁRIO E VISÃO DE FUTURO ..... 96

5. PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO ..... 118

6. PROJETOS ESTRATÉGICOS ..... 121

7. POLÍTICA DE INOVAÇÃO MUNICIPAL ..... 130

8. GOVERNANÇA ..... 135

9. CRONOGRAMA ..... 156

10. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES ..... 158

11. ANEXOS ..... 161

# APRESENTAÇÃO

O presente documento, denominado Plano de Ação Estratégico para Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho 2030 2050 - Versão Final, refere-se à 12ª entrega de um total de 13 entregas que compõem o Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho (PAEDS-PVH 2030-2050), conforme o contrato de prestação de serviços nº 01/2024-ADPVH, estabelecido entre a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho (ADPVH) e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), edital de concorrência nº001/2023/SML/PVH e posteriormente aditado em 2º TA 26/09/2025.

Este documento apresenta a versão completa e reestruturada do PAEDS-PVH, após a avaliação de todas as etapas até entrega do Produto 11 (Relatório de Atividades), e incluindo as sugestões do Seminário de Planejamento Municipal e reuniões técnicas realizadas por ocasião da visita técnica pela equipe da FUNPAR a Porto Velho entre 13 e 16 /05/2025.

Esta versão final reúne e reorganiza todo o conjunto de informações, sínteses, análises e proposições de políticas públicas que constam nas diversas entregas parciais. O objetivo é apresentar ao gestor público, membros da sociedade civil organizada e leitores interessados uma versão completa e compacta com os principais pontos do PAEDS-PVH, desde o método, a etapa de diagnóstico, passando por cenários, ações estratégicas, carteira de projetos prioritários, política municipal de inovação até o modelo de governança do PAEDS-PVH.

Este produto integra a quarta e última etapa do PAEDS-PVH que se encerra com a entrega do Relatório Final Consolidado das atividades (13ª entrega).

# 1.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

# ANTECEDENTES

O Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho 2030 2050 (PAEDS-PVH) tem como objetivo apresentar uma visão de futuro compartilhada e consensual, capaz de orientar a governança de planos, programas e projetos no horizonte até 2050, contemplando estratégias e diretrizes para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município.

Trata-se de um plano multissetorial e estruturante cuja escala de abrangência inclui o município sede da capital e os distritos, levando em conta o contexto territorial do Estado de Rondônia, da Amazônia Ocidental brasileira e sulamericana, da macroeconomia nacional e dos desafios impostos pela geopolítica continental.

O PAEDS-PVH articula diversas potencialidades existentes que poderão transformar o municipio num centro logístico e produtivo multifuncional na Amazônia, possibilitando a convergência dos esforços da sociedade civil, lideranças e investidores para um objetivo em comum, capazes de lidar com os desafios e as incertezas do século XXI, num cenário geopolítico, ambiental e econômico de alta complexidade e acelerada mudança.

O PAEDS-PVH foi elaborado entre 2024/2025 por iniciativa e supervisão da Prefeitura Municipal de Porto Velho e orientação da equipe de consultoria especializada da FUNPAR. Participaram diversos atores da sociedade civil e da administração pública municipal, estadual e federal, incluindo, representantes de setores da economia, agropecuária, indústria e serviços, terceiro setor e especialistas temáticos e organizações não governamentais, em mais de sessenta atividades abrangendo eventos e encontros públicos, audiências, reuniões técnicas e entrevistas individuais.

O Plano foi estruturado e deve produzir resultados em três eixos transversais: sustentabilidade, inovação e inclusão social. A estruturação do plano partiu de um diagnóstico e de uma análise de cenários prospectivos organizados e construídos em seis dimensões de análise e seus respectivos desdobramentos sobre os referidos eixos transversais: i) Infraestrutura de Mercado e Inserção Regional; ii) Economia, Diversificação e Estrutura Produtiva; iii) Ambiente Promotor de Inovação; iv) Força Gerativa e Qualidade da Cidade e do Urbano; v) Bem-estar Social e Qualidade de Vida; vi) Governança e Gestão Municipal.

No conjunto, o PAEDS-PVH contemplou os seguintes produtos e entregas principais: (i) Um Diagnóstico detalhado com as seis dimensões de análise; (ii) Uma Visão de Futuro com quatro cenários prospectivos; (iii) Um Plano Estratégico de Ações e Investimento contendo múltiplas propostas; (iv) Uma Carteira de Cinco Projetos Estratégicos para execução imediata e alavancagem do PAEDS; (v) Uma Política Municipal de Inovação e minuta de Lei de Inovação Municipal; (vi) Um Modelo de Governança incluindo o setor público e a sociedade civil organizada para implementação,

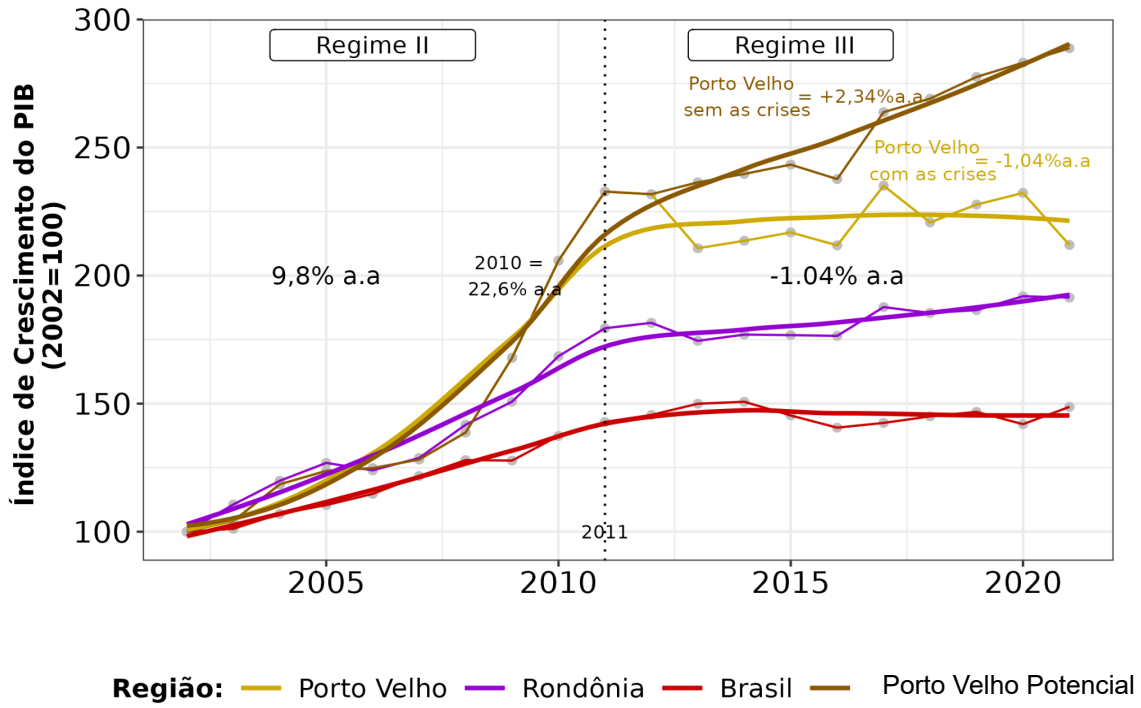
avaliação e atualização do PAEDS-PVH no horizonte de planejamento de 2025-2050, integrando os ciclos políticos e; (vii) Sessões de capacitação de servidores municipais para a gestão dos projetos do PAEDS.

# DIAGNÓSTICO

Em síntese o diagnóstico indicou a emergência de um possível terceiro ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico do município nas próximas décadas o qual, diferente do ciclo extrativista até a década 1970 e do ciclo apoiado na agropecuária extensiva até 2015, poderá colocar Porto Velho na rota do crescimento "endógeno" sustentável. O diagnóstico, porém alerta que se mal articuladas e aproveitadas, as oportunidades existentes poderão colocar Porto Velho na rota indesejável de uma "economia de passagem"[1], com a consequente perda de mais uma oportunidade histórica.

Uma breve análise do comportamento do PIB mostra que Porto Velho é a principal economia municipal de Rondônia e a quinta maior economia da região Norte do Brasil, representando 35% do PIB da região. O desenvolvimento de Porto Velho já foi tal que a taxa média de crescimento do PIB real atingiu 9,8% a.a. no período 2002-2011 durante o segundo ciclo baseado em agropecuária extensiva e culminando com a construção das usinas hidrelétricas. No entanto, entre 2012-2021 o

Figura 1 – Crescimento real do PIB




[1] Em uma economia de passagem, a riqueza é produzida em outras regiões e apenas passa pelo município sem deixar valor agregado, como quem passa por uma ponte, e segue seu destino para um mercado consumidor distante. Esta riqueza não se articula com a atividade econômica local e deixa apenas os custos econômicos, degradação física, ambiental e social e gera poucos postos de trabalho qualificados. Em síntese, a riqueza passa, a pobreza fica. Se isto se instalar de forma crônica, o município deixa de atrair investimentos e capital humano retroalimentando um circuito vicioso.

crescimento do PIB foi negativo em -1,04% a.a., causado pela queda de -9,1% em 2013 em função do fim da construção das usinas hidrelétricas, e de uma queda de -6,1% em 2018 em função da crise financeira mundial e, mais recentemente, uma queda de -8,8% em 2021 em função do Covid-19. (ver figura 1).

Excluindo os eventos exógenos da crise financeira e Covid-19, a taxa de crescimento acumulada no período 2011-2021 seria estimada em 2,34% a.a., o que daria um crescimento na década de 26,0,%. Mesmo assim, comparado com a década anterior de 2002 a 2011, há claramente indícios de exaustão do regime de alto crescimento e desenvolvimento anterior, com redução significativa da taxa tendencial de crescimento de longo prazo. Com exceção das usinas hidrelétricas, ainda de acordo com o diagnóstico, as atividades econômicas predominantes estão relacionadas à agropecuária extensiva, uma incipiente e desarticulada produção industrial, pouquíssima indústria naval, atividades de serviços de baixo valor agregado, e baixa exploração da bioeconomia local, reduzindo assim o grau de industrialização e diversificação da estrutura produtiva.

O diagnóstico e os cenários elaborados no PAEDS-PVH indicaram que devido à sua localização geográfica situada no baricentro de um grande triângulo cujos três vértices são, ao Norte Manaus com saída para o Atlântico, a Oeste portos no Peru ( Chancai) conectando o Brasil ao oceano pacífico e, ao Sul ligando a região centro-oeste e sudeste do Brasil, Porto Velho e o Estado de Rondônia reúnem ativos logísticos e localização geográfica que os colocam numa posição estratégica no cenário nacional, sulamericano e mundial, a partir do chamado Quadrante Rondon das Rotas de Integração Sul-Americanas.

Figura 2 – Porto Velho - Baricentro Regional




# VISÃO

Para dar contorno e especificidade a uma VISÃO DE FUTURO e às diversas combinações possíveis para o desenvolvimento de Porto Velho foram delineados quatro CENÁRIOS PROSPECTIVOS: i) o cenário atual, equivalente ao diagnóstico, ii) o cenário tendencial, iii) o cenário desejável e iv) o cenário realizável. O cenário tendencial indica a evolução inercial (sem planejamento) do cenário atual; o cenário desejável descreve onde se pretende chegar e o realizável é o cenário considerado

a opção factível no horizonte do Plano até 2050, levando em conta o contexto atual e a capacidade local de mobilização de recursos institucionais, humanos e financeiros, e operacionais. Os cenários foram elaborados utilizando e adaptando a metodologia da Prospectiva Estratégica de Godet e Durance (2011).[2]

Quando da elaboração do diagnóstico e visão de futuro ainda em 2024 o cenário desenhado pelo Quadrante Rondon era uma intenção do governo federal de longo prazo, com algumas poucas ações em curso. Com a recente aceleração das disputas geopolíticas globais o Quadrante Rondon teve sua importância estratégica reforçada, atiçando os interesses da economia mundial e particularmente do Brasil, o que coloca Porto Velho num contexto geopolítico no qual precisa também responder rapidamente e politicamente para aproveitar mais esta oportunidade, reforçando as previsões e recomendações do PAEDS-PVH.

Neste sentido, o cenário realizável, propõem uma Porto Velho industrializada, sustentável e inclusiva mediante a consolidação de sua posição com "Vértice do Corredor Manaus-Cuiabá" e de sua vocação de "Polo Logístico Multimodal", cujas principais características serão:

i) Há um forte e sustentável desenvolvimento da infraestrutura logística municipal associado às obras do projeto estratégico "Plano de Desenvolvimento Industrial e Logístico Integrado - PDILI - PAEDS, do Plano Diretor PV e reforçada pelos planos e obras regionais do Quadrante Rondon do governo federal, especialmente, quanto às melhorias trazidas tanto pelas concessões hidro-rodoviárias como pelo aprimoramento da malha e frequência aeroviária. O modal ferroviário está muito próximo de ligar Porto Velho à malha ferroviária central brasileira.

ii) A economia está mais diversificada e industrializada, impulsionada pelo aumento da demanda por serviços, bens e equipamentos para a infraestrutura logística relacionada à circulação e estocagem da produção do agronegócio, da bioeconomia e dos bens e commodities da pauta do comércio regional e internacional.

iii) O ecossistema de inovação está consolidado contribuindo para impulsionar a produtividade, aumentar diversificação produtiva, melhorar a qualificação profissional, aumentar remuneração do trabalho e atrair e reter talentos, resultando num círculo virtuoso de crescimento endógeno sustentável.

iv) Porto Velho requalificou a força gerativa do espaço urbano através da implantação do PAEDS-PVH em harmonia com o uso e ocupação do solo, especialmente nos seguintes espaços: reordenamento das conexões rodoviárias e portuárias; estruturação de uma cidade industrial de grande porte; preservação e incorporação da rede de igarapés ao viver da população na forma de parques urbanos; melhoria dos indicadores de saneamento básico; melhorias dos diversos espaços urbanos de uso pela população garantindo maior equidade e qualidade de vida, resgatando o modo de viver amazônico. Porto Velho ampliou sua centralidade nas redes imediatas e intermediárias de articulação urbana.

[2] Godet, M e Durance, Phillipe; (2011). A Prospectiva Estratégica para as Empresas e Territórios. Unesco-DUNOD.

v) O município tem um moderno e funcional sistema integrado de planejamento e gestão de obras públicas articulando o PAEDS com os PPAs e os sucessivos mandatos políticos, de forma a garantir a continuidade de longo prazo dos seus planos de desenvolvimento.

vi) A gestão pública é descentralizada, incluindo participação ativa dos bairros e distritos a nível de planejamento, orçamentação e execução.

Os cenários desenvolvidos para Porto Velho podem ser encontrados no documento E4-Visão de Futuro.

# PLANO DE AÇÃO

O Cenário Realizável poderá ser alcançado pela implantação do PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PAI. As ações são inspiradas em 5 ideias-forças que produzirão 36 resultados estratégicos e serão compostas por 104 ações, a serem oportunamente convertidas em projetos detalhados. Para cada uma das ações propostas foram identificados objetivos, responsáveis, estimativas de prazo e indicadores, sendo que algumas ações poderão iniciar de imediato. No conjunto, estas ações devem ser consideradas por ocasião das propostas dos PPAs, diante do portfólio de projetos municipais identificando-se prioridades, sinergias e integração entre as propostas do PAEDS-PVH e os planos de governos ao longo dos vários ciclos políticos. O Plano de Ação e Investimento pode ser encontrado no documento E6-Plano de Ação e Investimento.

As cinco Forças consideradas são as seguintes:

- Transformar Porto Velho num vértice de três conexões logísticas importantes e estruturais: i) corredor Manaus-Cuiabá via BR 364, ii) Porto Velho-Manaus via Rio Madeira e iii) Porto Velho-Peru/Bolívia via BR 364 e conexões; estimulando a emergência de um polo logístico industrial e multimodal;
- Desenvolver economia diversificada e mercado de trabalho moderno e dinâmico e ambientalmente sustentável;
- Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental;
- Desenvolver ecossistema de inovação avançado;
- Promover planejamento e gestão integradas e participativas.

A partir do PAI, mediante oficinas participativas, foram eleitos 5 projetos estratégicos para alavancar o início do PAEDS. Estes projetos estão sintetizados no quadro a seguir e podem ser consultados no documento E7-Carteira de Projetos.

Quadro 1 – Síntese da Carteira de Projetos Estratégicos.

| | Ideia-força | Observações |
|---|---|---|
| **Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho - PDILI** | Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice de três conexões logísticas importantes e estruturais: i) corredor Manaus-Cuiabá via BR 364, ii) Porto Velho-Manaus via Rio Madeira e iii) Porto Velho-Peru/ Bolívia via BR 364 e conexões; estimulando a emergência de um polo logístico industrial e multimodal; | **Potencial**<br>O Terminal Autorizado e Portos Organizados de PV movimentaram 8 milhões toneladas em 2024. Cerca de 10% do total de cargas interioranas movimentadas no País (ANTAQ 2024).<br>**Ação Principal**<br>Elaborar um Termo de Referência e um Plano Diretor de Logística e Industrial que integre, a infraestrutura e as atividades logísticas multimodais, considere as oportunidades para o desenvolvimento industrial e serviços de apoio e, aprimore as relações com o urbano e o ambiente no município de Porto Velho.<br>**Prazo de Execução**<br>360 dias<br>**Valor Estimado**<br>R$ 3,7 milhões |
| **Administrações Regionais e Planos de Estruturação Distrital e Ordenamento Territorial** | Promover planejamento e gestão integrada e participativa | **Potencial**<br>Sedes distritais com população superior a 10 mil habitantes (48% dos municípios brasileiros têm até 10 mil habitantes). Melhoria da prestação de serviços públicos, redução das desigualdades regionais e estímulo ao desenvolvimento urbano, econômico e ambiental local.<br>**Ação Principal**<br>Instalação de 3 Administrações Regionais, elaboração e implementação de Planos Distritais de Ordenamento Territorial (POT), promoção da participação comunitária.<br>**Prazo de Execução**<br>48 meses<br>**Valor Estimado**<br>R$ 3,0 milhões |
| **Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável de Porto Velho** | Desenvolver economia diversificada e mercado de trabalho moderno e dinâmico | **Potencial**<br>Estima-se que setor agropecuário de Porto Velho tenha aproximadamente 12.000 propriedades agrícolas e uma população rural de quase 9% ou 45.000 pessoas, com potencial de elevar a renda da terra, garantir alimentos saudáveis para a população urbana, conservar as florestas e recuperar áreas degradadas.<br>**Ação Principal**<br>• Estruturação do Centro Agropecuário de Porto Velho<br>• Realização do 1º Censo Agropecuário de Porto Velho<br>• Lançamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Porto Velho<br>**Prazo de Execução**<br>3 anos<br>**Valor Estimado**<br>R$ 9,03 milhões |

| | | |
|---|---|---|
| **Caminho das Águas** | Investir no Desenvolvimento Urbano e no Saneamento Ambiental | **Potencial**<br><br>Mitigação de enchentes, despoluição de igarapés, criação de espaços públicos verdes, melhoria da qualidade de vida e aumento da resiliência climática. Demonstração da viabilidade das Soluções Baseadas na Natureza - SbN como modelo replicável para outras cidades.<br><br>**Ação Principal**<br><br>• Implementar infraestrutura verde como wetlands construídos, jardins de chuva, valetas de biorretenção e bacias de retenção e detenção.<br><br>• Restaurar margens de igarapés e criar corredores ecológicos com plantio de espécies nativas.<br><br>• Desenvolver parques lineares e áreas de convivência integradas às áreas revitalizadas. Promover educação ambiental e engajamento comunitário por meio de oficinas, campanhas e formação de comitês locais.<br><br>• Monitorar continuamente a qualidade da água, biodiversidade, redução de alagamentos e indicadores sociais, utilizando tecnologias como sensores remotos e SIG.<br><br>**Prazo de Execução**<br><br>120 meses, sendo 36 meses para projeto piloto<br><br>**Valor Estimado**<br><br>R$ 6,68 milhões |
| **Porto Digital Amazônico** | Desenvolver ecossistema de inovação avançado | **Potencial**<br><br>Criação de parque tecnológico e ambiente de inovação<br><br>**Ação Principal**<br><br>• Implementar programas de educação profissional e tecnológica em áreas de TI.<br><br>• Organizar centro de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias para a gestão pública.<br><br>• Promover uma incubadora de empresas de base tecnológica.<br><br>• Construção e implementação do espaço físico do Porto Digital Amazônico.<br><br>• Prestar serviços tecnológicos de consultoria e assessoria.<br><br>**Prazo de Execução**<br><br>72 meses<br><br>**Valor Estimado**<br><br>R$ 85 milhões |

# INOVAÇÃO

Um dos eixos transversais do PAEDS-PVH é o ecossistema local de inovação, objeto do Produto 7, cujo diagnóstico apontou algumas iniciativas para a formação de uma rede de inovação capaz de impulsionar a economia e a estrutura produtiva do município, além de difundir práticas de economia e gestão sustentáveis.

A inovação ocupa uma posição de destaque no PAEDS-PVH devido sua transversalidade com os diversos aspectos do desenvolvimento municipal e por ser um dos principais determinantes do desenvolvimento das economias no século XXI. O domínio do conhecimento e da geração e difusão de tecnologias é a base de um processo de crescimento e desenvolvimento endógeno e sustentado. Para impulsionar a inovação em Porto Velho, está prevista a estruturação de um ecossistema em quatro componentes institucionais fundamentais:

- A Política de Inovação;
- O Conselho Municipal de Inovação;
- O Fundo Municipal de Inovação; e
- O conjunto de Medidas de Incentivo à Inovação.

O sistema de inovação será gerido por:

- Conselho Municipal de Inovação: Órgão colegiado responsável pela governança;
- Prefeitura Municipal: Representada por secretarias voltadas para ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável;
- Câmara Municipal: Por meio de sua Comissão Permanente;
- Comunidade: Representada por um cidadão indicado pela Câmara Municipal;
- Instituições de Ciência, Tecnologia e Informação (CT&I): Universidades, centros de pesquisa e instituições de ensino superior; e
- Empresas e Entidades: *Startups*; incubadoras, aceleradoras e associações empresariais.

**A gestão da inovação contempla:**

- Setores Prioritários: Bioeconomia, saúde, logística, industrial naval, agricultura sustentável, turismo, energias renováveis, biotecnologia e gestão de recursos hídricos;
- Governança: Articulação entre governo, empresas, academia e sociedade civil, com foco na transparência e colaboração; e
- Financiamento: Recursos provenientes de dotações orçamentárias, transferências, doações e rendimentos de aplicações financeiras.

A versão completa da política, bem como os demais produtos do PAEDS-PVH, encontram-se disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Velho, no endereço:: https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br.

# GOVERNANÇA

A implementação, gestão e revisão do PAEDS está prevista em um Modelo de Governança do PAEDS-PVH (Produto 10), que por sua vez integra a governança geral do município. O Modelo de Governança tem os seguintes objetivos:

- Integrar visões e prioridades de diferentes gestões públicas com demandas da sociedade civil;
- Promover institucionalidade formal para planejamento estratégico e execução de projetos; e
- Garantir transparência, eficiência administrativa e controle social.

O Modelo Geral de Governança está organizado em duas áreas: governança do poder público e governança da sociedade civil organizada; com as seguintes características:

- Governança do Poder Público Municipal: é incumbida da coordenação geral do PAEDS-PVH, abrangendo o planejamento, a gestão da agenda institucional e a articulação direta com os demais órgãos e parceiros;
- Governança da Sociedade Civil Organizada (SCO): é vocacionada para assegurar a participação qualificada da sociedade no ciclo de implementação do PAEDS.

Os fundamentos do modelo proposto têm por referência o Decreto Federal nº 9.203/2017 e, articula os conceitos de Governança e Gestão:

- Gestão: Focada na execução de atividades operacionais, como planejamento, implementação e controle de ações;
- Governança: Função diretiva que estabelece diretrizes estratégicas, avalia o desempenho e monitora a gestão para garantir alinhamento com objetivos estratégicos.

A implementação de um plano com as características do PAEDS-PVH: escala de tempo de 25 anos; multidisciplinar; um conjunto diversificado de instituições interfederativas públicas, privadas; comunidades multiculturais e populações originárias requer um Modelo de Governança, que: i) viabilize sua implementação a nível estratégico e operacional; ii) permita o monitoramento do seus resultados e revisão periódica de suas metas e até mesmo objetivos ao longo de diversos ciclos políticos; iii) estabeleça mecanismos de compliance, transparência e organização de informações e iv) mobilize atores locais para um objetivo comum.

A proposta para a governança contempla dois momentos: primeiro Inicial, ou de curto prazo, estrutura simples e funcional, focada na operacionalização rápida e articulação mínima a partir da capacidade atual de mobilização de recursos municipais; o segundo, o Desejado ou de longo prazo, modelo ideal a ser alcançado com estrutura evoluída e integrada às plataformas digitais e procedimentos consolidados, maior participação social e foco em resultados estratégicos. Ambos contemplam as alterações administrativas instituídas pela Lei Complementar Municipal nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025

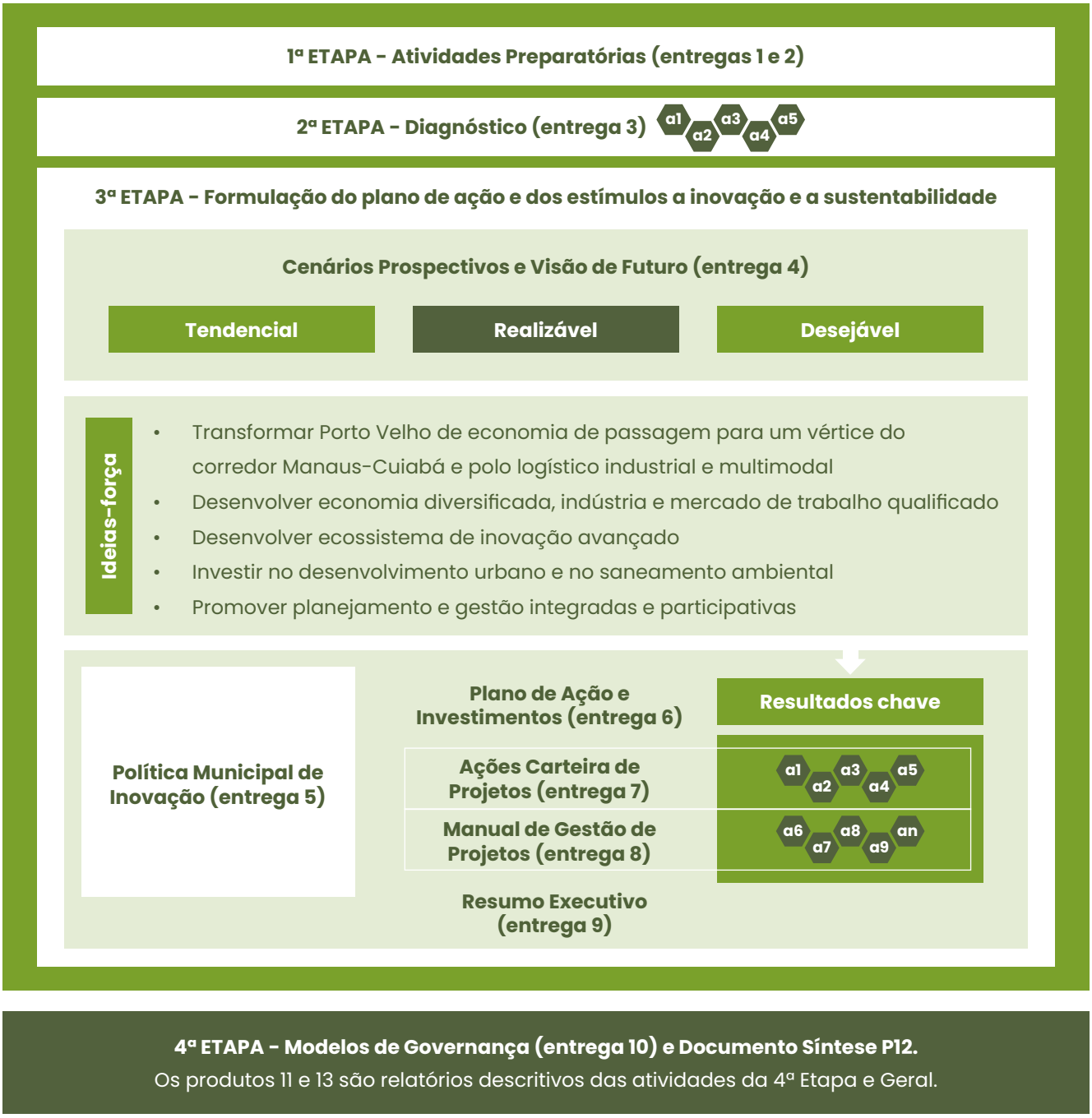
Em ambos modelos o atual Gabinete de Governança GG é a unidade estratégica de coordenação e decisão. No momento inicial a Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor - CPMAPD - coordena a execução dos projetos e articula órgãos municipais responsáveis pela execução dos projetos do PAEDS. O Modelo de participação pública tem na plataforma online o principal instrumento.

No modelo desejado, a ser alcançado, a CPMAPD permanece com a atribuição de articulação de projetos do PAEDS com os planos estratégicos, a coordenação executiva passa para a Unidade Gestora do PAEDS a ser implementada. A participação pública conta com um grupo eleito de sociedade civil organizada que interage com o poder público por meio dos Fóruns de discussão, das plataformas online e da Rede de Planejamento Municipal consolidada.

# 2. MÉTODO

O Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho (PAEDS-PVH 2030-2050) foi elaborado em etapas sequenciais, conforme mostrado na figura 3. Esta versão final, produto 12, constitui a última fase e apresenta de forma sintética os pontos principais de cada etapa, desde o diagnóstico e os cenários e visão de futuro, ressaltando as diretrizes e resultados que constam no Plano de Ação e Estratégico e na carteira dos cinco projetos estratégicos, incluindo uma breve descrição da Política Municipal de Inovação e dos Modelos de Governança.

Figura 3 – Esquema Geral - Fases do PAEDS-PVH



Em linhas gerais o PAEDS-PVH é um plano de desenvolvimento concebido a partir da estrutura analítica (framework) apresentada nas figuras 4 e 5. O processo de desenvolvimento é orientado por três eixos estratégicos que estão diretamente ligados aos respectivos objetivos da agenda ODS, em termos de sustentabilidade ambiental, (eixo sustentável) inclusão social (eixo inclusivo), e baseado em inovação (eixo inovativo) como forma de impulsionar o crescimento endógeno, o aumento da produtividade e qualidade dos produtos, serviços, processos produtivos e condições urbanas. Estes três eixos são complementados por outros dois eixos que são o território onde o processo de desenvolvimento se desenrola, e o fato de a sociedade estar organizada em rede, reconhecendo que os agentes interagem de forma não hierárquica e descentralizada, especialmente quando está em jogo um processo de desenvolvimento de alta complexidade e abrangência.

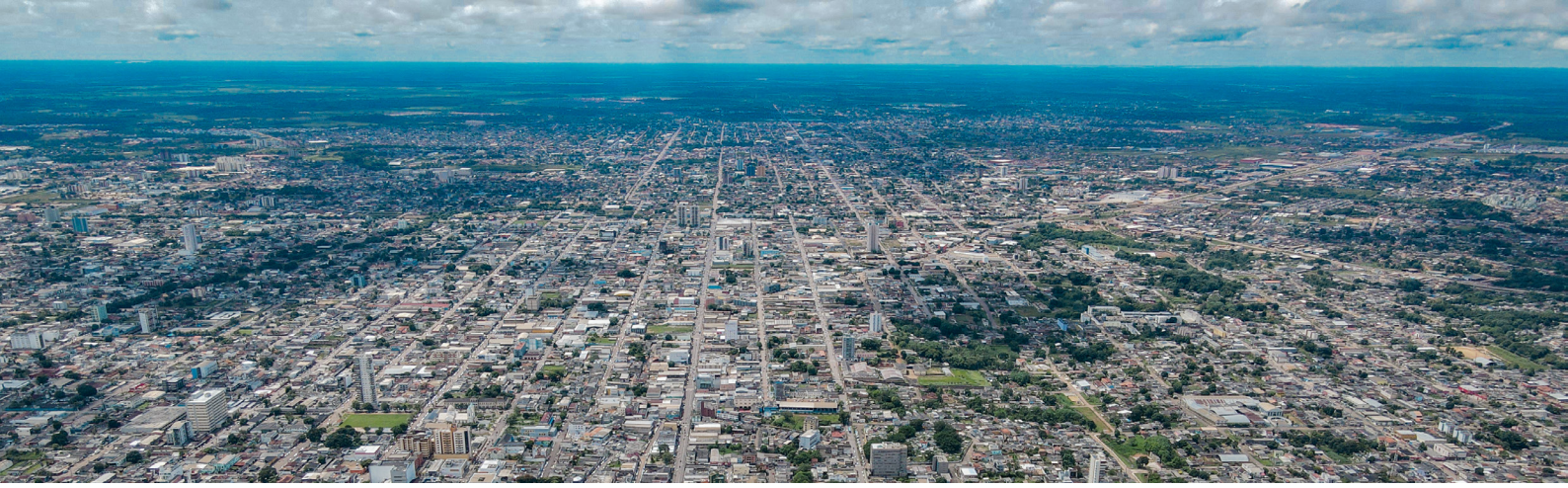
Figura 4 – Eixos Transversais do PAEDS-PVH




Os eixos transversais, como o próprio nome indica, estão presentes e permeiam todo o plano de desenvolvimento. Estes eixos são então analisados (diagnosticados) e posteriormente planejados para gerar resultados em grandes áreas temáticas que estão sendo chamadas de dimensões de análise e planejamento (figura 5). As seis dimensões estão presentes em todas as fases do PAEDS-PVH, desde a fase de diagnóstico, onde aparece mais explicitamente, até a fase de definição do Plano de Ação Estratégico, onde estão dissolvidas implicitamente nas várias ações e projetos.

Figura 5 – Dimensões de Análise e Planejamento do PAEDS-PVH





# A LÓGICA ECONÔMICA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E O PAEDS-PVH

O PAEDS-PVH, enquanto um plano voltado para deslanchar um processo de desenvolvimento endógeno, possui um componente econômico importante que ativa forças e mecanismos de feedback positivos (um mecanismo de causação cumulativa, como alguns economistas denominam) que criam condições para geração e distribuição de renda e riqueza na direção dos objetivos do Cenário Realizável. O processo endógeno é condição necessária sem a qual, os demais aspectos do desenvolvimento permanecem atrofiados.

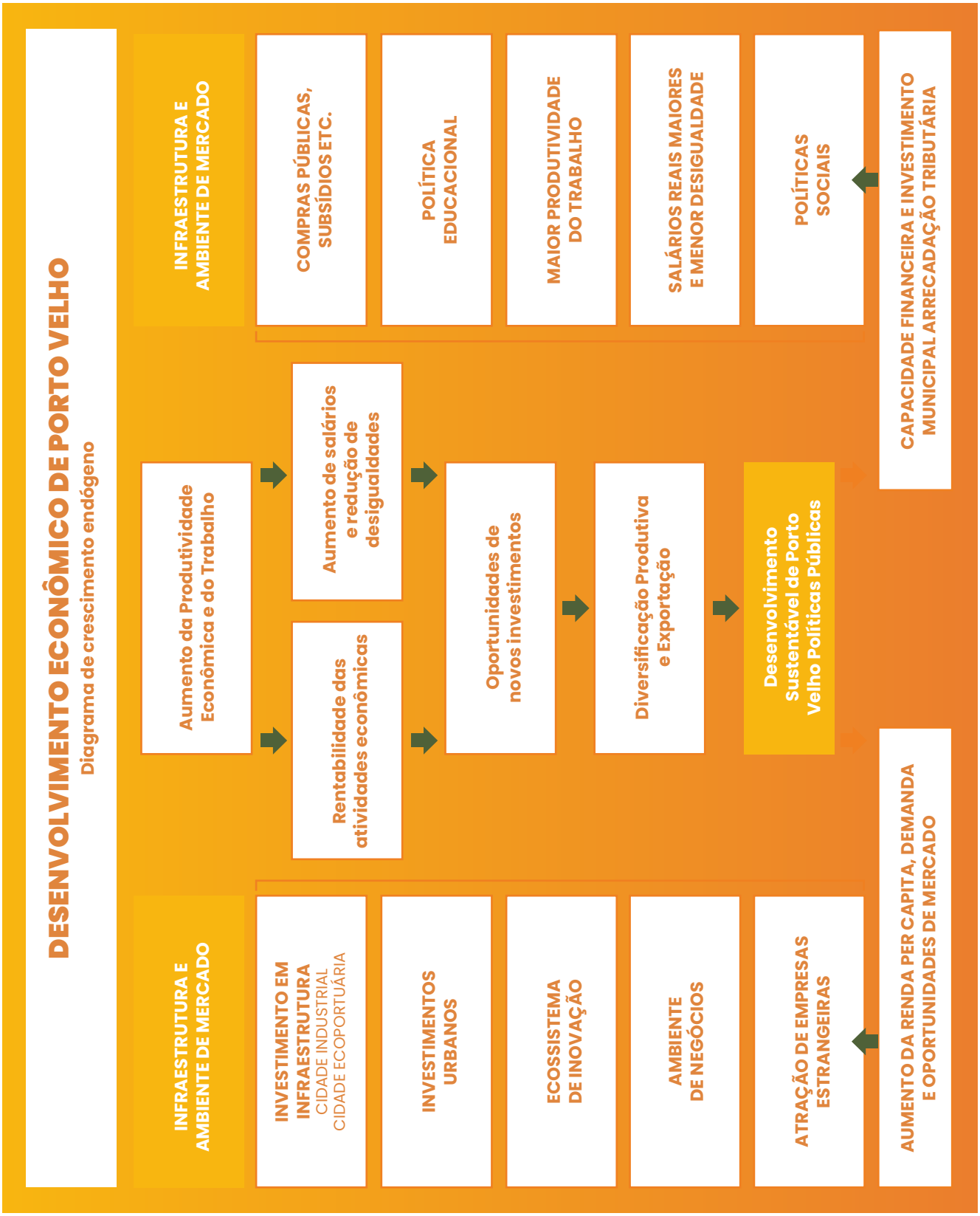
Neste sentido, a diversificação das atividades econômicas, a partir dos ativos locais na direção às atividades e produtos mais complexos, é um dos principais caminhos para se alcançar a endogenia do processo.

O aumento de produtividade advém não apenas do uso mais eficiente dos recursos (fatores de produção) das atividades já existentes (por exemplo, melhor uso do solo no manejo da pecuária), mas, principalmente, pela introdução de novas atividades econômicas de maior conteúdo tecnológico e complexidade econômica, designadas por atividades "portadoras de futuro", conforme identificadas no diagnostico, que ao cabo do tempo, dominam os setores mais dinâmicos da economia local.

A figura 6 ilustra a lógica econômica de articulação entre políticas públicas, investimentos privados e mudanças na infraestrutura e ambiente de mercado que promovem o desenvolvimento econômico endógeno. Esta lógica acontece quando os ganhos de produtividade via aumento da complexidade econômica geram ganhos internos de produtividade, constituindo-se em fonte de maior rentabilidade dos investimentos e de salários, os quais realimentam as decisões de investimentos, fomentam as políticas públicas e melhoram o bem-estar do cidadão. Instala-se um círculo virtuoso de feedbacks positivos que, de um lado, incentivam novos investimentos privados e melhoram a capacidade financeira do município que, por sua vez, consegue investir mais e em infraestrutura urbana e de logística estabelecendo novos feedbacks positivos.

Este mecanismo não ocorre automaticamente, deve ser ativado pelo conjunto de ações e investimentos previstos no PAEDS-PVH, iniciando pelos cinco projetos estratégicos, e mantido pelo Comitê Gestor do Plano, a partir dos projetos e ações previstas no Plano de Ação e Investimentos ao longo dos 25 anos.

Figura 6 – Diagrama do Crescimento Endógeno



# 3.

# SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Esta síntese do diagnóstico está estruturada em grandes temas reunidos em torno do que foi denominado como dimensões de planejamento. O processo de desenvolvimento econômico e social é complexo e envolve a interação de muitas variáveis nos mais diferentes temas que incluem meio ambiente, estrutura-produtiva, inovação, mercado de trabalho,logística,qualidadedevida,urbanismo, governança e política, entre inúmeros outros. Para organizar e melhor analisar o processo de desenvolvimento que se desdobra no território de Porto Velho estes diversos temas e seus respectivos e subconjuntos de indicadores e variáveis estão agrupados em seis áreas de análise que foi definido como Dimensões de Análise e Planejamento conforme segue:

Figura 7 – Dimensões de Análise e Planejamento

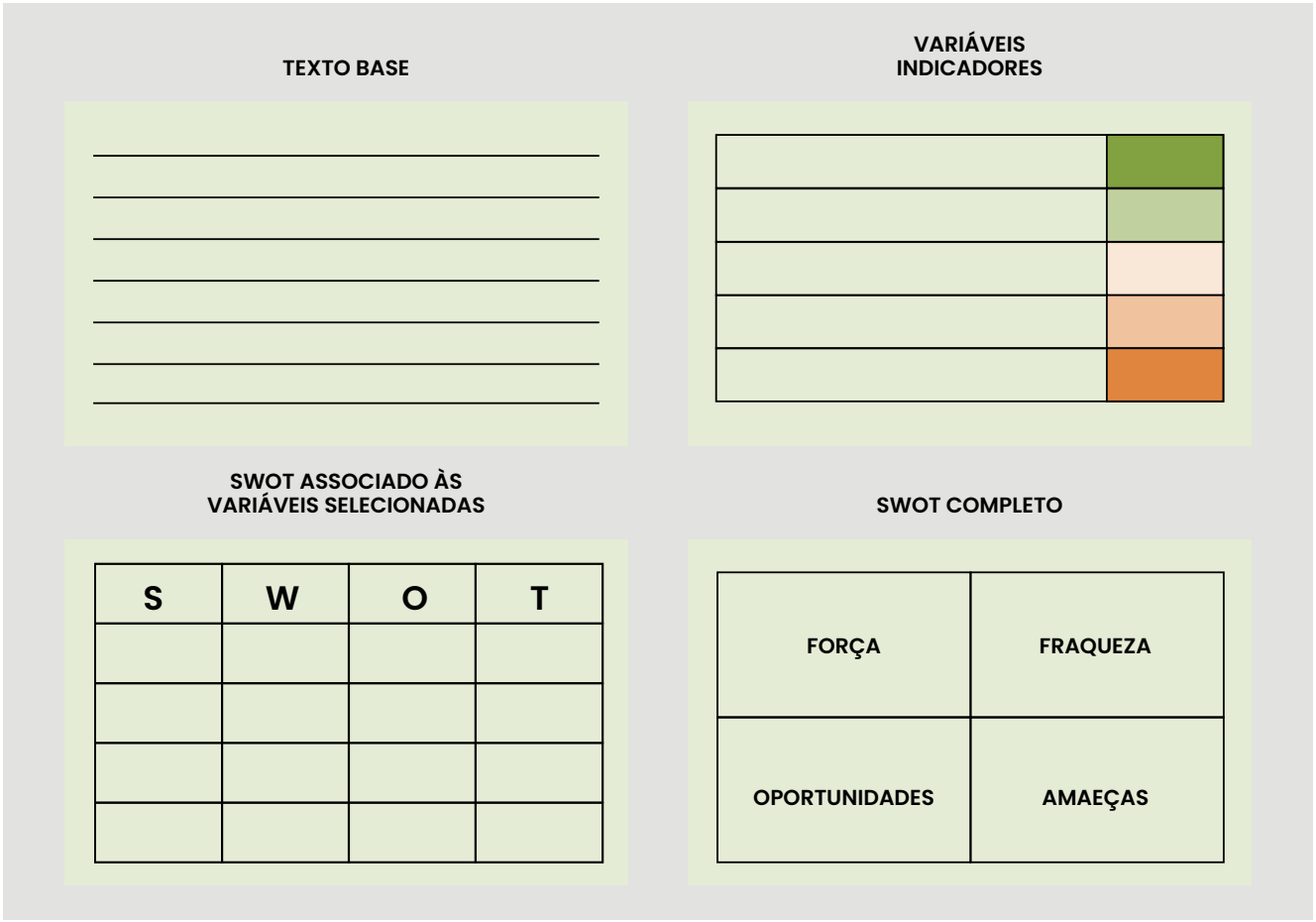


As dimensões ajudam não apenas ordenar o diagnóstico, mas também, foram utilizadas como referência didática e racional quando da construção de visões de futuro e definição de projetos estratégicos. As dimensões estão a meio caminho de uma visão macro e uma análise micro fundamentada. Elas permitem que o diagnóstico e o presente plano de desenvolvimento, integrem adequadamente os níveis macro e micro por meio de uma forma de pensamento que facilmente transite entre a análise e a síntese. Cada dimensão foi analisada em profundidade com diversos indicadores e, mais importante ainda, interpretada qualitativamente para destacar suas interações com o processo geral de desenvolvimento.

Além da análise detalhada de cada dimensão, e no intuito de destacar as principais conclusões, cada dimensão de análise foi resumida de duas formas: i) um quadro de variáveis de cada dimensão, as quais foram normalizadas para uma nota variando de 0 a 1, acompanhadas de uma cor de fundo correspondente a nota (matriz cromática do verde – melhor condição ao vermelho – pior condição, passando pela cor amarela – situação intermediária) e ii) Uma matriz SWOT tradicional, com forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças externas.

Apresenta-se, no que se segue, uma versão sintetizada do diagnóstico para cada dimensão de planejamento.

Figura 8 – Esquema de análise



# 3.1. INFRAESTRUTURA DE MERCADO E INSERÇÃO REGIONAL (D1)

Porto Velho possui uma área de 34.091 km², localizada na região Norte do território brasileiro, e é a capital administrativa de Rondônia. O município faz parte da Amazônia Legal, sob influência da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui a maior área do Estado (entre 52 municípios) e a 26ª maior área do país (entre 5.570 municípios). Porto Velho está situada no extremo Norte de Rondônia, com divisas estaduais com Amazonas (ao Norte) e Acre (ao oeste) e fronteira internacional com a Bolívia (ao sudoeste). Além disso, Porto Velho conta com 10 municípios limítrofes, a saber: Rondônia (Alto Paraíso, Buritis, Candeias do Jamari, Cujubim, Machadinho d'Oeste, Nova Mamoré); Acre (Acrelândia); e Amazonas (Humaitá, Canutama e Lábrea). Além de capital de Rondônia, Porto Velho constitui uma economia municipal importante na região Norte do Brasil.

Em termos econômicos, Porto Velho é a principal economia municipal de Rondônia. Aproximadamente 34% do PIB do Estado está concentrado no município. Comparativamente, os municípios que compõem os dez mais importantes do Estado, em termos de concentração do PIB, são (com as respectivas parcelas): Ji-Paraná (7,2%), Vilhena (7,2%), Ariquemes (5,5%), Cacoal (4,8%), Jaru (3,0%), Pimenta Bueno (2,8%), Rolim de Moura (2,6%), Guajará-Mirim (1,8%), Ouro Preto do Oeste (1,6%), Buritis (1,6%). Em relação a todos os municípios do Brasil, o PIB de Porto Velho corresponde a 0,2% do PIB nacional. Porto Velho é a quinta maior economia municipal da região Norte do Brasil – com 3,5% do PIB da região, considerando todos os municípios da Amazônia Legal. Nestes parâmetros, os quatro maiores municípios são (seguidas pelas respectivas parcelas do PIB): Manaus (18,3%), Parauapebas (8,8%), Canaã dos Carajás (6,2%), Belém do Pará (5,9%). A economia de Porto Velho possui maior expressividade, em termos de PIB, do que municípios como Cuiabá, São Luís, Marabá, Boa Vista, Macapá, Rio Branco, Rondonópolis, Barcarena e Ananindeua.

O diagnóstico sugeriu uma expressiva importância geográfica e econômica de Porto Velho, seja para Rondônia, seja para a região Norte como um todo. À luz destes fatos, torna-se vital entender como se dá a relação espacial

de Porto Velho com outras cidades. Como Porto Velho se articula em termos de centro urbano em termos de influenciar (e ser influenciada), em uma escala hierárquica, outras cidades? Para quais metrópoles Porto Velho converge ao longo do território brasileiro? Essas são questões importantes para o planejamento de uma estratégia de desenvolvimento econômico à medida que variáveis vitais neste processo (como infraestrutura, fluxos de pessoas e monetários etc.) se articulam no espaço. Neste contexto, a pesquisa "Regiões de influência das cidades 2018" (REGIC), fornecida pelo IBGE, é fundamental para entender como Porto Velho interage com outros municípios brasileiros.

Neste contexto, Porto Velho é classificada na categoria Capital Regional B. A influência de Porto Velho sob outros arranjos populacionais se dá sobretudo dentro de Rondônia. A influência de Porto Velho sobre municípios fora de Rondônia é bastante limitada. Este aspecto se torna mais nítido quando se consideram capitais de estados do Norte do Brasil, como Manaus e Belém que possuem as maiores capacidades de exercer influência sobre outros arranjos populacionais da região. Em contraste, Porto Velho possui maior capacidade de influenciar arranjos populacionais do Norte do Brasil, como Rio Branco, Palmas, Macapá, e Boa Vista.

Por um lado, 82 arranjos populacionais são influenciados por Porto Velho (REGIC, 2020). Foi possível notar que o município exerce forte influência sobre os arranjos populacionais de Rondônia, o que é esperado à medida que Porto Velho é capital estadual e principal economia do Estado. Não obstante, Porto Velho exerce alguma influência em cidades de outros Estados, como Rio Branco no Acre, Humaitá e Apuí no Amazonas. Por outro, o diagnóstico destacou que, como esperado, a importância de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília como as cidades que mais exercem influência sobre Porto Velho. Com uma importância menor, existem outras cidades que exercem considerável influência sobre Porto Velho, como Manaus e Belém do Pará. Em uma escala menor, porém importante, há que se destacar a influência exercida em Porto Velho por Cuiabá, o que é esperado, visto que Cuiabá foi classificada como uma Capital Regional A (2A), exercendo influência sobre 135 municípios. Ou seja, o arranjo populacional de Porto Velho se encontra subordinada à influência de Cuiabá.

Como destacado, Porto Velho é um município com características geográficas próprias - como o seu extenso território; a presença do rio Madeira ao longo de parte expressiva de seu território; a proximidade do território boliviano. Considerando isso, além do fato de a capital estar distante de grandes centros urbanos, do Norte ou Sudeste do Brasil, a conectividade, a mobilidade e o transporte são fundamentais para o desenho de um plano de desenvolvimento econômico bem-sucedido. Afinal de contas, este aspecto é fundamental no processo de desenvolvimento produtivo local ao passo que está associado com a competitividade dos bens e produtos produzidos localmente, bem como à facilidade de se locomover ao longo do extenso território porto-velho e ao fluxo de pessoas à capital do estado.

O diagnóstico discutiu com detalhes a conectividade, mobilidade e transporte de Porto Velho sobre três modais de transporte a saber: o rodoviário, o hidroviário e o aéreo. Foi possível notar a existência de uma malha rodoviária federal bastante limitada em termos de extensão e conectividade de Rondônia em relação ao restante dos Estados brasileiros. São poucas as opções de rodovias federais para se chegar à Porto Velho, seja vindo de Rio Branco, Acre (BR-364); Humaitá, Amazonas (BR-319); ou Ariquemes, Rondônia (BR-364).

Este aspecto se torna mais notório pelo fato

de Porto Velho ser geograficamente distante de outros grandes centros urbanos, o que implica longos tempos de viagens rodoviárias. A capital mais próxima é Rio Branco a 510 quilômetros, o que é equivalente a uma viagem de 7 horas. A segunda e a terceira capitais mais próximas são Manaus e Cuiabá, a uma distância de 889 e 1.461 quilômetros, respectivamente. Isso significa que as características geográficas de Porto Velho impõem a necessidade de uma malha rodoviária desenvolvida o suficiente para conectar o município a outras cidades de forma eficiente. Evidentemente, o isolamento geográfico de Porto Velho é acentuado pela escassa malha rodoviária e limitações de mobilidade impostas pelo baixo quantitativo de conexões rodoviárias em direção ao município quando comparada com outras regiões em termos quantitativos.

As limitações da mobilidade regional estão caracterizadas pelas informações da Pesquisa da Confederação Nacional de Transporte (CNT) sobre as condições das rodovias brasileiras no ano de 2023 em termos de pavimento, sinalização e geometria das vias referentes ao estado inteiro de Rondônia sugeriram que 79% do pavimento do estado está desgastado; 14% estão trincados; 3,4% apresentam buracos e apenas 2% estão destruídos. Os dados sugerem ainda que 94% das rodovias rondonienses apresentam condições de rolamento de veículos. Os dados indicaram ainda que 69% da sinalização das rodovias de Rondônia se encontra desgastada, enquanto em 6,9% dos trechos não há qualquer sinalização. No quesito condição das faixas laterais, 70% das rodovias federais do estado estão desgastadas e 15% não contam com a existência de faixas laterais. As informações providas pela Confederação Nacional de Transportes mostram também que os quesitos placas de regulamentação, placas de advertência, placas de indicação e visibilidade das placas, legibilidade de placas não são grandes problemas para as rodovias do estado, pois em todos eles têm-se índices positivos acima de 80% nos trechos rodoviários.

Sobre a dimensão Geometria da via, os dados indicam que 96% das rodovias federais são vias simples e de mão dupla, 76% são planas e com apenas 10% de curvas perigosas (sendo que apenas 68% destas curvas são sinalizadas). Mais do que isso, 90% da malha rodoviária não possui faixa adicional (sendo que 100% destas estão em boas condições). As informações apontam que apenas 29% das rodovias federais possuem acostamento, enquanto 65% possuem proteção de cabeceira e 96% contam com proteção lateral. Por fim, as informações dão conta que apenas 61% dos acostamentos são pavimentados (75% em boas condições), sendo 39% das rodovias sem acostamento.

Os dados da CNT indicam que a pior rodovia da região é a BR-319, classificada como ruim. Já o restante das rodovias (BR-174, BR-364, BR-421, BR-425, BR-429, e BR-435) foram todas classificadas como regulares. Nenhuma rodovia foi classificada como boa. Segundo as informações da Pesquisa da Confederação Nacional de Transporte (CNT) sobre as condições das rodovias brasileiras no ano de 2023, as condições das estradas de Rondônia impõem um sobrecusto de aproximadamente 30% nos preços das cargas que passam pela região. Estes custos adicionais estão associados com um desperdício próximo de 20 milhões de litros de diesel e um prejuízo financeiro próximo de R$ 133 milhões (CNT, 2023). Os dados da CNT apontam a necessidade de um custo de manutenção das rodovias da região de aproximadamente R$ 600 milhões; um custo de reconstrução de quase R$ 122 milhões; e R$ 554 milhões para restauração das rodovias.

Já para o modal hidroviário, o diagnóstico sugeriu a existência de uma malha hidroviária extensa em algumas regiões do país, em especial na região Norte. Contudo, são poucos os municípios brasileiros que contam

a possibilidade de escoar a produção local através deste modal. Porto Velho é um destes municípios, margeado pelo Rio Madeira, formando a hidrovia do Madeira localizada no corredor logístico Norte.

Este modal logístico proporciona um papel-chave na logística de escoamento da produção agrícola de Mato Grosso, que se conecta ao modal após viagem de 800 quilômetros pela BR-364 (DNIT, 2026)[3]. A hidrovia, com largura média de 1.000 metros (variando entre 440 metros e 10 quilômetros), possibilita a navegação de até 18 mil toneladas em grandes comboios de navios, mesmo em períodos de estiagem. O início da hidrovia se dá na confluência dos rios Mamoré (que nasce em Cochabamba na Bolívia) e pelo rio Guaporé, que seguem até o rio Abunã, aonde chega até Porto Velho. A hidrovia começa em Porto Velho e percorre outros 11 municípios (8 no Amazonas e 3 em Rondônia), com uma extensão navegável de 1.060 quilômetros até Itacoatiara, Amazonas. A hidrovia do Madeira é fundamental para conectar o território porto velhense, dado que o único meio de locomoção para algumas localidades do município, como São Carlos e Calama, é por meio de barcos através da referida hidrovia.

Porto Velho é um dos municípios brasileiros que possui um complexo portuário – isto é, um Porto Organizado (no caso, o Porto Organizado de Porto Velho), ou um conjunto de instalações formado por, no mínimo, um porto público e outros portos privados compartilhando acessos terrestres e aquaviários (EPL, 2021). [4] O município conta com o Complexo portuário de Porto Velho à medida que possui um Porto Público (Porto de Porto Velho) e diversas instalações portuárias privadas, como Administradora de bens de Infraestrutura Ltda – ABI, AIVEL, Terminal Fogás, Atem PVH, Terminal Amazongás, Base Secundária Ipiranga de Porto Velho, Belmont, Cargill Agrícola, Passarão, e Terminal de expedição de grãos Portochuelo.

O levantamento feito pela equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 apontou que existem apenas duas instalações portuárias providas pelo setor público: (i) o Porto Organizado de Porto Velho, administrado pela Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (empresa pública), voltado ao transporte de grãos e mercadorias no geral;, e (ii) a instalação portuária IP4 Cai N'água, administrada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, voltado para o transporte regional de passageiros e pequenas cargas. Em contraste, há uma expressiva presença do setor privado na composição das instalações portuárias de Porto Velho. De um modo geral, a capacidade de infraestrutura logística do setor privado está associada a dois grandes grupos, a saber: (i) um conectado com o transporte de produtos derivados de petróleo (petróleo, gasolina, álcool, biocombustíveis e Gás Liquefeito de Petróleo) e (ii) um grupo expressivo voltado à logística de produtos primários (como soja). Destaca-se a presença de expressivas empresas estrangeiras na formação do complexo portuário de Porto Velho, como a TUP AIVEL/ Petróleo Sabbá que, segundo as informações do "Plano Mestre do Complexo Portuário de Porto Velho – 2021", é uma joint venture entre a Shell e a Cosan no Brasil, o grupo equatoriano Dislub Equador, a empresa estatal venezuelana "Petróleos de Venezuela S.A" (mesmo que suas instalações estejam abandonadas desde recente crise financeira da empresa), ou mesmo empresas como Petrobrás Distribuidora, Rede Ipiranga, Cargill, Grupo Maggi, Belmont e AmazonGás.

Em termos quantitativos, entre 2010 e 2016, a quantidade movimentada no complexo portuário de Porto Velho era, na média, próxima de 5.000.000 de toneladas. Ao instante que

[3] DNIT, 2026. https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/antiga-daq/hidrovia-do-madeira.
[4] Informações retiradas do Plano Mestre do Complexo Portuário de Porto Velho – 2021, que pode ser acessado neste link: https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/PLANO-MESTRE-2021.pdf.

este valor é, na média, 10.000.000 de toneladas para o período entre 2017 e 2023. Ou seja, houve uma expressiva elevação do volume de cargas movimentadas no complexo portuário de Porto Velho, que, na média, expandiu 100% entre 2010 e 2023. O diagnóstico ressaltou que há importância considerável de produtos primários, como soja e milho, que juntos totalizam, aproximadamente, 75% de todo volume de movimentação hidroviária em Porto Velho. Por seu turno, produtos da classe "Óleos de petróleo" constituem uma fonte importante de volume de movimentação de mercadorias nos portos do município, com valores ascendentes de aproximadamente 6% do total da movimentação em 2017 e 2018, com um expressivo aumento a partir de 2019 em termos absolutos e relativos até o ano de 2023, quando atingem 15% de toda movimentação de produtos no local. Por fim, produtos das classes "Semirreboque fechado cheio" e "Veículos automóveis para transporte de mercadorias" compõem, juntos, valores próximos de 2% da soma total de mercadorias movimentadas. Estes dados sugerem a importância, sobretudo, das atividades agrícolas e de produtos derivados de petróleo na movimentação de cargas nas hidrovias de Porto Velho.

Os dados do diagnóstico indicaram que no início da série, em 2017, o maior porto do município era o porto público (Porto Velho) com uma movimentação anual de 2.522.608 toneladas. Isso se altera após 2018, quando o Terminal de Expedição de Grãos Portochuelo (porto privado) se tornou o maior porto do município, com transporte anual médio de 3.000.000 de toneladas, na média, ao longo deste período. No entanto, o porto público de Porto Velho ainda é o segundo maior do município, embora tenha havido uma redução do volume transportado através dele ao longo do tempo. Em 2023, no ranking dos portos de Porto Velho, conforme o volume de mercadorias transportados em toneladas, constam, em 1º lugar, o Terminal de Expedição de Grãos Portochuelo; em 2º lugar, o Porto Velho; em 3º lugar o TUP Cargill Agrícola; em 4º, o porto Belmont; em 5º, a Base Secundária Ipiranga de Porto Velho; em 6º lugar o TUP AIVEL/ Petróleo Sabbá; em 7º, a ATEM Distribuidora de Petróleo S.A.; e em 8º , o TUP Fogás.

Outro aspecto que foi compreendido sobre a infraestrutura hidroviária em Porto Velho está associado à modernização e a eficiência deste modal logístico. Por um lado, essa dimensão é importante à medida que influencia dimensões fundamentais em um processo de desenvolvimento econômico sustentável, como custos operacionais, capacidade logística e impactos ambientais oriundos das atividades portuárias. Por outro lado, mensurar este aspecto é especialmente difícil, dado as características multifacetadas do objeto e sobretudo devido à necessidade de comparabilidade entre os diferentes complexos portuários ao longo do vasto e heterogêneo território brasileiro. Com vistas a compreender este aspecto, utilizar-se-á o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) calculado pela ANTAQ.

Neste quesito, a situação de Porto Velho é ruim. De todos os portos públicos brasileiros, Porto Velho se situa consistentemente entre os três piores da amostra em todos os anos entre 2017 e 2022. Em 2022, a distância entre as informações de Porto Velho e os cinco primeiros colocados (Itaqui, Itajaí, Suape, Paranaguá e Santos) da amostra era de mais de 60 pontos percentuais. Ou seja, o porto público de Porto Velho é menos sustentável ambientalmente (ou mais poluente) e menos moderno em relação ao restante dos portos brasileiros. Há uma distância expressiva entre as boas práticas institucionais e infraestruturais sugeridas pela ANTAC e aquelas praticadas no porto público do município, o que é mais expressivo quando comparado com outros portos brasileiros. Os dados também sugerem que os portos privados de Porto Velho também são menos sustentáveis (ou mais poluentes)

e menos modernos em relação aos restantes dos portos brasileiros. É possível identificar uma distância expressiva entre as boas práticas institucionais e infraestruturais sugeridas pela ANTAC nos portos privados do município e aquelas praticadas nos outros portos do Brasil. Em suma, a infraestrutura portuária de Porto Velho, seja pública ou privada, está bastante aquém daquelas consideradas adequadas pela ANTAC. Isso sugere a necessidade de investimentos voltados à modernização da estrutura portuária existente do município.

Em relação ao modal aéreo, Rondônia conta com quatro aeroportos, três públicos com voos regulares (Vilhena, Cacoal e Ji-Paraná) e um aeroporto concedido com voos internacionais (Aeroporto Internacional de Porto Velho Governador Jorge Teixeira de Oliveira/ VINCI Airports, localizado em Porto Velho).[5] Complementarmente, os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)[6] indicam a existência de um heliponto (no Palácio Rio Madeira) e de um aeroclube público (Aeroclube de Rondônia).

Considerando isso, o levantamento de dados do diagnóstico apontou que houve uma redução da oferta de assentos em voos a partir de 2015, tanto para Porto Velho quanto no Brasil, atingindo respectivamente 64% do valor de 2013 para Porto Velho e 90% para Brasil em 2019. Em outras palavras, os valores de 2019 indicam que a oferta de assentos reduziu 36% para Porto Velho e 10% para o Brasil em comparação com os respectivos valores de 2013.

As informações também revelam que houve uma forte redução da oferta de voos tanto em Porto Velho quanto no Brasil em 2020, o que é esperado devido às restrições de circulação de pessoas em função da crise sanitária do COVID-19. A despeito destas tendências em comum entre Porto Velho e Brasil, o diagnóstico sugeriu que houve um certo descolamento da dinâmica de oferta de voos para Porto Velho em relação ao mercado doméstico do país após a crise sanitária do COVID-19. Isto é, a partir de 2021 a oferta de assentos em voos no mercado doméstico aumentou até 2023, quando esta variável atinge 89% de seu valor em 2013. Ou seja, o mercado doméstico recuperou o nível de oferta de assentos antes da pandemia. Em contraste, os dados sugerem uma redução da oferta de assentos em voos em direção à Porto Velho entre 2021 e 2023, quando esta variável atinge 46% do seu valor em 2013. Ou seja, a oferta de assentos em voos para Porto Velho só não recuperou seus valores pré-pandêmicos, como se reduziu em 2023.

Consequentemente, houve uma expressiva elevação da taxa de ocupação dos voos em direção à Porto Velho em anos mais recentes. O valor desta variável passou de 80% (em 2020) para 87% (em 2023). Isso é sugestivo de que há um gargalo logístico em Porto Velho no modal aéreo à medida que a oferta de assentos em voos em direção ao município está se reduzindo em relação à demanda. As opções de voos são escassas, o que dificulta a movimentação de pessoas em direção à capital de Rondônia. Este aspecto se torna mais evidente à luz das informações para o Brasil, que sugerem uma taxa de ocupação constante ao longo do tempo, próxima de 80%. Há evidência, portanto, de um descolamento desta variável o que se refere aos seus valores para Porto Velho e o mercado doméstico.

O diagnóstico do PAEDS-PVH apontou que as tarifas reais médias aumentaram tanto para

[5] É importante destacar que está prevista uma reestruturação do aeroporto de Ariquemes em 2024 (ver https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/ministerio-de-portos-e-aeroportos-assina-ordem-de-servico-de-r-50-milhoes-para-requalificacao-do-aeroporto-de-ariquemes-ro)

[6] Os dados podem ser consultados neste link https://www.gov.br/anac/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/areas-de-atuacao/aerodromos (acessados em 14/06/2024)

Porto Velho, quanto para o mercado doméstico como um todo. Contudo, há que se ressaltar que este aumento se altera na intensidade da variação. Enquanto em Porto Velho a tarifa média real aumentou de um valor médio das três empresas de R$698 em 2021 para R$1.523 em 2023 (o que equivale a um aumento real de 118%), a tarifa média real aumentou de um valor médio de R$557 em 2021 para R$642 em 2023 (o que equivale a um aumento real de 15%). Isso significa que as passagens aéreas em direção à Porto Velho aumentaram mais que a média nacional. Viajar para o município está mais caro do que o restante do país, na média.

Este fato é bastante desfavorável para o processo de desenvolvimento econômico do município, pois encarece custos e dificulta o fluxo de pessoas e mercadorias através do modal aéreo. Disso, tem-se a necessidade de um planejamento coordenado voltado a melhorias na infraestrutura aérea de Porto Velho, bem como à adoção de medidas institucionais voltada para o aumento da competitividade deste modal logístico e à expansão e diversificação de empresas que ofertam voos para o município. O que ganha mais relevância com a requalificação prevista para o aeroporto de Ariquemes; que pode gerar possíveis impactos negativos no fluxo de passageiros no aeroporto de Porto Velho.[7]

Os últimos modais logísticos analisados pela equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 foram os ferroviários e o dutoviário. O levantamento de informações sugeriu a inexistência de uma malha ferroviária na região Norte, em especial na região de Rondônia e que o modal dutoviário está presente no Norte do país, especificamente no Estado do Amazonas, sem qualquer conexão com Porto Velho.

Neste contexto, existe um aspecto fundamental que possui capacidade disruptiva sob a economia de Porto Velho, que é a construção de ferrovias que desloquem a produção de soja do Mato Grosso para outras localidades que não a capital de Rondônia. Por este ângulo, existe um projeto na Agência Nacional de Transportes Terrestres denominado como Ferrogrão que possui por objetivo a construção de uma ferrovia de mais de 900 quilômetros entre Sinop (Mato Grosso) e Miritituba (Pará). Com isso, busca-se uma rota alternativa de escoamento da produção grãos do Centro-oeste brasileiro, conectando-a com o porto de Miritituba ao invés de ser através da hidrovia do Madeira. Ou seja, o projeto Ferrogrão tem o potencial de reduzir a importância logística de Porto Velho para a exportação da produção de soja.

Este aspecto ganha ainda mais notoriedade quando as informações técnicas do projeto Ferrogrão indicam uma capacidade de 23 milhões de toneladas em 2020, 33 em 2030, 38 em 2040 e 40 milhões de toneladas em 2050.[8] Sabendo que a produção de Mato Grosso foi de aproximadamente 38 milhões de toneladas em 2022 e que Porto Velho movimenta valores próximos de 5 milhões de soja na hidrovia do Madeira, este projeto surge com um grande potencial disruptivo sobre a economia local à medida que pode drenar grande parte da produção de soja que seria escoada por meio de Porto Velho.

[7]Ver https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/ministerio-de-portos-e-aeroportos-assina-ordem-de-servico-de-r-50-milhoes-para-requalificacao-do-aeroporto-de-ariquemes-ro

[8]Informações retiradas deste link https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ferrograo-ef-170.

## Box 1: Considerações sobre os efeitos dos investimentos chineses em infraestrutura ferroviária em Porto Velho

Recentemente, autoridades brasileiras e chinesas assinaram um memorando de entendimento para estudar a viabilidade da construção de uma ferrovia transcontinental para conectar o território brasileiro na costa do oceano atlântico ao Porto de Chancay, em território peruano, no oceano pacífico.

Informações preliminares divulgadas por meios de comunicação indicaram que o projeto cruzaria diversos estados brasileiros, como Bahia, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. O destino é o Porto de Chancay, localizado na província de Huaral, departamento de Lima, Peru - inaugurado no fim de 2024.

**Este projeto é importante para os dois países por alguns motivos:**

i. O megaprojeto de infraestrutura do Porto de Chancay demanda uma escala de operação que o comércio internacional com a principal economia da América Latina, o Brasil, pode assegurar através das exportações de commodities em direção ao país asiático e de importações em direção ao Brasil;

ii. O projeto reduz o tempo do comércio internacional entre a América Latina e China em até dez dias. Isso significa maior competitividade das exportações brasileiras para a China e das importações brasileiras oriundas da China. Os produtos brasileiros ficarão mais baratos aos olhos chineses, e os produtos chineses ficarão mais baratos aos olhos brasileiros;

iii. Isso implica em uma tendência de intensificação do comércio internacional entre os países. O Brasil tenderá a comprar mais produtos manufaturados (elétricos, eletrônicos, carros etc.) da China. Isso é muito importante para o país asiático para assegurar demanda e escala para o seu parque industrial. A China tenderá a comprar mais produtos (soja, milho, carnes, combustíveis etc.) do Brasil. Isso garante demanda e lucratividade para os produtores brasileiros destes bens, com possíveis impactos positivos sobre seus investimentos;

iv. Do ponto de vista geopolítico, o projeto de infraestrutura faz parte de um projeto chinês de conectar (e influenciar) diversas partes do mundo em direção e em benefício de sua economia. São exemplos disso os projetos de infraestrutura levados à cabo pelos chineses em países africanos e em países asiáticos (sobretudo na Ásia central) em direção aos países europeus;

v. O projeto é importante para reduzir a dependência chinesa do canal do Panamá, alvo de recentes polêmicas entre Norte americanos e chineses, bem como para fortalecer as relações econômicas do Sul global.

A possível construção da ferrovia, que conectará o território brasileiro ao oceano pacífico, é uma ideia almejada desde o começo do século XX pela população porto velhense. À medida que se prevê que a ferrovia passará por território rondoniense, a equipe do PAEDS-PVH entende que Porto Velho deve realizar esforços para assegurar que município seja parte vital do projeto. **Esta é uma oportunidade decisivamente positiva para o desenvolvimento econômico local por vários motivos:**

i. Porto Velho se consolidará como um hub logístico multimodal, que contará com rodovias, aerovias, hidrovias e ferrovias. Este aspecto proporcionará um papel central para o município no contexto nacional e, em especial, na região Norte do país. Poucos municípios brasileiros do porte de Porto Velho possuem infraestrutura logística desenvolvida a este ponto;

ii. Por um lado, a construção da ferrovia terá impactos positivos diretos, já de curto-prazo, associados com a criação direta de empregos associados a suas atividades e indireta à medida que novas atividades econômicas podem surgir em torno da própria ferrovia;

iii. A construção da ferrovia terá impactos positivos de longo-prazo no desenvolvimento econômico do município. A ferrovia reforçará a integração logística e geográfica de Porto Velho ao restante do território brasileiro, reduzindo custos de chegada de insumos e de escoamento da produção local (tal como da produção de soja e afins que passam pelo município);

iv. A combinação de menores custos e maior competitividade da produção local aumentará o volume de venda e os lucros das empresas com negócios no município. Os empresários aumentarão a sua produção e o número de pessoas empregadas no processo produtivo. Ou seja, aumenta-se o volume de atividade econômica e o emprego de Porto Velho;

v. A economia local (como comércio, pequenas empresas etc. voltada para o consumo da classe média) crescerá;

vi. Os resultados econômicos não serão apenas quantitativos, mas qualitativos também. Haverá maior diversificação econômica no município. A maior rentabilidade das atividades econômicas, bem como a maior mercado consumidor local, atrairá novas empresas, seja para atender o mercado local, seja para obter benefícios da melhor infraestrutura de Porto Velho.

vii. O resultado da implementação da ferrovia em Porto Velho, neste contexto, é positivo. A atração do investimento chinês pode ajudar a alavancar o desenvolvimento econômico do município. Há que se ressaltar, contudo, que se deve considerar os possíveis impactos negativos da construção da ferrovia em termos ambientais e em territórios com população tradicional. Este é um imperativo que o desenvolvimento sustentável demanda no século XXI.

Em síntese, a construção de uma ferrovia transcontinental, que conecta o oceano atlântico ao oceano pacífico, é uma oportunidade de grande valor para Porto Velho. Este projeto possui um alto potencial de gerar desenvolvimento econômico. Cabe à prefeitura municipal buscar papel ativo juntos a outros atores (como o governo estadual e federal) para que esta oportunidade se concretize, colocando Porto Velho na rota do desenvolvimento.

**Notas: Informações retiradas de diversas fontes jornalísticas, que são listadas abaixo:**
**(1)** https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2025-07/brazil-china-sign-agreement-plan-railroad-peru (acessado em 28/07/2025) **(2)** https://brics.br/en/news/articles/the-new-route-to-development-chinese-investments-in-brasils-railways (acessado em 28/07/2025) **(3)** https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2025/07/09/ferrovia-entre-brasil-e-peru-deve-impulsionar-producao-agricola-e-pecuaria-em-ro-diz-economista.ghtml (acessado em 28/07/2025)
**(4)** https://www.terra.com.br/mobilidade/carros/quintanilha-china-vai-ajudar-brasil-com-ferrovias-para-reduzir-os-caminhoes,7907935388e4589b2c01f18b138d47e1qo6wobgy.html (acessado em 28/07/2025)



É importante ser ressaltado que, embora não haja de fato o modal dutoviário instalado em Porto Velho, existem projetos concretos de construção deste tipo de infraestrutura. Em especial, existe um projeto de construção de um gasoduto para transportar gás natural de Manaus-Urucu (Amazonas) para Porto Velho[9]. Elementos dinamizadores dos modais de infraestrutura, como este, se mostram fundamentais para o desenvolvimento econômico do município. Vários fatores sustentam o argumento. Primeiro, o gasoduto aumenta a segurança energética de Porto Velho, reduzindo a dependência de transporte hidroviário, que é bastante sensível a alterações climáticas. Ao reduzir o tráfego de embarcações carregando gás natural, o gasoduto "desafoga" a hidrovia de Madeira em momentos de seca, quando o número de embarcações que podem transitar passa a ser reduzido. Segundo, a oferta de gás aumenta a complementariedade entre a energia hidrelétrica e a gerada por termelétricas em momento de poucas chuvas. Terceiro, garante uma fonte sólida de energia, permitindo previsibilidade ao setor empresarial no que tange seus custos (o que é fundamental para que empresas consigam investir em horizontes de médio- e longo-prazo). Neste sentido, é esperado que surjam novas atividades econômicas derivadas deste contexto que beneficia novas atividade e das próprias atividades do gasoduto, que necessitam de setores de atividades econômicas complementares. Por fim, o referido gasoduto consolida Porto Velho como um polo multimodal do Arco Norte (termo utilizado para o conjunto de portos e estações de transbordo no Norte/Nordeste do Brasil, fundamental para exportar soja e milho).

Diante das características geográficas e logísticas próprias de Porto Velho, já discutidas anteriormente, entender como se dá a circulação de pessoas e mercadorias ao longo do território de Porto Velho (bem como as conexões com outras localidades) é importante para o desenho de um plano de desenvolvimento econômico bem-sucedido. O que é justificado pela potencialidade de maximizar os benefícios (como entrada de novas empresas, facilitação da movimentação de pessoas e mercadorias) e reduzir os aspectos negativos (como a oferta apropriada de infraestrutura, falta de políticas públicas e arcabouços institucionais etc.) associados à circulação pendular de pessoas e mercadorias.

Com isso em mente, o diagnóstico discutiu esta dimensão de Porto Velho a partir da pesquisa "Regiões de influência das cidades 2018" (REGIC), fornecida pelo IBGE. Entende-se que é fundamental compreender como se dá o fluxo de pessoas (para estudar, trabalhar ou fazer compras etc.) e a circulação de mercadorias entre Porto Velho e outros municípios. Buscar-se-á, no que se segue, discutir esta dimensão utilizando as informações fornecidas pela pesquisa referida no que concerne deslocamentos para compras, estudos, acesso a serviços

[9] Ver (1) https://abraceel.com.br/clipping/2020/07/nova-lei-do-gas-preve-gasoduto-para-rondonia/ e (2)

de saúde, e atividades culturais. Ao instante que a esfera de circulação de mercadorias dirá respeito à conectividade territorial da produção agropecuária de Porto Velho. Quanto à circulação de pessoas, foi identificado que:

- **Existe um movimento de pessoas associado a compras de vestuários e calçados, e móveis e eletroeletrônicos, bem como para cursar cursos superiores e atividades culturais entre Porto Velho e o interior de Rondônia;**

- **Também se identificou um fluxo de pessoas entre Porto Velho e Manaus (sendo a primeira subordinada à última) no tocante a pessoas que cursam cursos superiores e consomem atividades culturais;**

- **Porto Velho atrai de pessoas de municípios do interior de Rondônia que buscam serviços de saúde mais complexos, mas, ao mesmo tempo, Porto Velho está subordinada às capitais Manaus e Cuiabá à medida que a sua população busca atendimento médico de alta, média e baixa complexidade nestes municípios;**

- **Municípios do interior do estado estão subordinados espacialmente à Porto Velho no que concerne a deslocamentos de pessoas que buscam tratamentos médicos de baixa e média complexidade;**

O diagnóstico também buscou compreender a circulação de mercadorias entre Porto Velho e outros municípios. Porto Velho apresentou uma elevada centralidade como um destino da produção agropecuária (segunda posição na escala de centralidade do IBGE em proporções nacionais). Foi possível notar que diversos municípios de Rondônia e Mato Grosso (sobretudo aqueles localizados na região noroeste do estado) estão conectados de maneira subordinada à Porto Velho nesta esfera. O que é sugestivo de que Porto Velho é um importante polo atrator da produção agropecuária regional à medida que esta produção regional converge para o município.

A explicação para este fato reside na importância logística que Porto Velho possui. A produção regional de soja é direcionada para o município com a finalidade de que ela seja escoada através da hidrovia do Madeira. Este processo se dá por meio de uma conexão logística intermodal, em que a produção agropecuária (sobretudo soja) é levada em direção à Porto Velho por meio de transporte rodoviário, quando este modal se integra com o modal hidroviário e a produção agropecuária é escoada por meio de embarcações.

Porto Velho é pólo atrator da produção agropecuária regional. A razão entre o volume de soja movimentado nos portos de Porto Velho e a produção de soja de Rondônia é maior que 100% em todos os anos entre 2017 e 2023, isto é: 446% (2017), 482% (2018), 424% (2019), 381% (2020), 404% (2021) e 275% (2022). Isso implica que o volume de soja movimentado nas hidrovias de Porto Velho é muito maior que toda a produção de Rondônia. Naturalmente, isso se deve à importância logística do município para canalização e distribuição logística da produção de Rondônia e Mato Grosso. Mais do que isso, o volume de soja movimentado nos portos de Porto Velho equivale à 4% de toda a produção nacional, ao instante que equivale à, na média, 13% de toda a produção de Mato Grosso. Ou seja, o equivalente à 4% de toda a produção nacional, ou 13% da produção de soja de Mato Grosso (maior estado produtor do país) passa pelas rodovias de Rondônia e de Porto Velho em direção ao escoamento hidroviário. Estes números são bastante expressivos e mostram a importância de Porto Velho no cenário nacional, em especial para a

movimentação de soja.

Como demonstrado, a circulação de mercadorias, sobretudo soja, é expressiva em Porto Velho. O município é um elo fundamental entre a produção da oleaginosa e sua respectiva comercialização. Daí que se espera grande circulação de mercadorias, neste caso representada pela soja, ao longo de todo o território rondoniense e porto velhense. Se por um lado, isto é um motor de atividade econômica à medida que ativa elos econômicos associados ao transporte desta mercadoria, como mecânicas especializadas, revendas de peças e serviços de apoio à atividade de transporte rodoviário. Este, por sua vez, é um aspecto salutar na compreensão dos motores econômicos de Porto Velho.

Sabendo que cada caminhão carrega em média 37 toneladas de soja[10], o volume de soja movimentado nos portos de Porto Velho, conforme estimativas feitas pela equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 sugerem que, na média, Porto Velho recebeu entre 110 mil e 145 mil caminhões por ano a partir da circulação de soja, entre 2017 e 2022. Ou, de outro modo, Porto Velho recebeu entre 2.117 e 2.800 caminhões por semana neste período. Este fluxo é bastante expressivo e remete a dois aspectos. Primeiro, este fluxo de caminhões está associado com uma série de setores econômicos, como alimentação, hospedagem, e serviços de suporte ao transporte rodoviário. Esta conexão de setores e atividades econômicas devem ser mapeados e mais bem compreendidos para potencializar a geração de emprego e renda. Segundo, o modelo econômico de Porto Velho, em parte, baseado em um fluxo considerável de caminhões, impõe custos econômicos e sociais elevados. Por um lado, este modelo gera elevados custos com a manutenção da infraestrutura urbana, já que os caminhões passam por vias urbanas. O que pode implicar em um alto esforço do poder público local para manter infraestrutura urbana adequada, o que nem sempre pode ser possível. Por outro, existe um passivo ambiental e social expressivo à medida que estes caminhões emitem CO2 e gases poluentes e que quanto maior o número de veículos trafegando em vias com infraestrutura defasada, maior a probabilidade de acidentes. Ou seja, isto implica que este modelo econômico deve ser reestruturado para aumentar a sua viabilidade econômica e social.

Por fim, o último elemento discutido nesta dimensão foi a infraestrutura energética de Porto Velho. O diagnóstico apontou que o município possui uma infraestrutura energética confortável perante o cenário nacional no que tange a geração de energia elétrica. O município possui três das quatros usinas hidrelétricas em operação em Rondônia: Jirau (com uma potência outorgada de produção elétrica de 3.750.000 kW), Samuel (com 216.500 kW) e Santo Antônio (com 3.568.000 kW). A produção conjunta destas usinas é 7.534.500 kW, o que equivale à 99% da potência outorgada para a produção energética do estado.

Em termos nacionais, a localização destas usinas coloca Porto Velho na 5ª posição nacional, quando comparada com todas as Unidades Federações do Brasil que produzem energia elétrica utilizando usinas hidrelétricas, estando atrás apenas de Pará, Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Além destas usinas hidrelétricas, os dados Agência Nacional de Energia Elétrica também apontam a existência de 299 centrais geradoras fotovoltaicas em Porto Velho que, juntas, podem produzir até 468,22 kilowatts de energia solar. Estes dados também indicam a existência de 14 centrais geradoras termelétricas que, juntas, podem produzir 424.224 kilowatts de energia elétrica a partir da

[10] Informação retirada do seguinte link: https://www.campograndenews.com.br/economia/ms-estima-circulacao-de-354-mil-caminhoes-em-rodovias-para-transportar-soja.

queima de combustíveis fósseis. Embora estes valores estejam muito abaixo do potencial de produção elétrica do Município a partir de hidrelétricas, isso é mais que a produção conjunta das usinas Rondon II e Samuel. Por fim, os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica indicam que não existe infraestrutura em operação, em 2024, para produzir energia elétrica a partir de parques eólicos ou energia nuclear.

Se por um lado, existe infraestrutura energética para conferir certa segurança ao município de Porto Velho no quesito de existir capacidade instalada de produção de energia elétrica. Por outro, existe um certo risco de dependência climática deste setor à medida que as duas principais usinas hidrelétricas de Porto Velho (Jirau e Santo Antônio) estão localizadas no rio Madeira. Em outras palavras, a geração de energia elétrica do município depende fortemente do nível do rio Madeira, além, claro, das atividades logísticas da hidrovia.

No caso de a região não sofrer crises hídricas, não há restrição de oferta elétrica ao município. Contudo, se houver alterações climáticas que ocasionem em um regime de chuvas abaixo do necessário para o funcionamento usual das usinas hidrelétricas, há restrição para a produção energética. Na pior das possibilidades, não há energia elétrica para as atividades cotidianas de Porto Velho. A opção alternativa é ligar as termoelétricas, gerando energia elétrica mais cara e menos sustentável do ponto de vista ambiental.

Diante dos fenômenos e alterações climáticas mais intensas que o mundo está se deparando nos últimos anos, o diagnóstico apontou que este é um risco concreto que existe para a economia e sociedade de Porto Velho. Caso o nível do rio Madeira esteja baixo o suficiente para atrapalhar a geração de energia elétrica (seja por conta do derretimento do gelo dos Andes bolivianos, seja por um regime de restrição hidrológico), a economia porto velhense correrá uma série de riscos danosos à medida que tanto as atividades da hidrovia do Madeira quanto das referidas usinas são fundamentalmente dependentes do rio Madeira.

Considerando este contexto, a equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 buscou compreender o regime fluvial da região. Os dados levantados indicaram uma redução sistemática do volume de chuvas ao longo entre 2017 e 2023, em especial quando o período analisado se aproxima de 2023. Mais do que isso, as informações obtidas na confecção do diagnóstico foram no sentido de afirmar que o Rio Madeira nunca esteve tão baixo em relação às informações históricas existentes, em julho de 2024.

Este cenário implicou, conforme análise do PAEDS-PVH 2030-2050, que, de algum modo, Porto Velho já está sofrendo as consequências de alterações climáticas materializadas em um regime de baixo volume de chuvas, que, por sua vez, implica em baixos níveis históricos do rio Madeira. Argumentou-se que este cenário é absolutamente preocupante para Porto Velho. Alterações climáticas neste sentido podem inviabilizar aspectos importantes da economia local, como a geração de eletricidade por meio de usinas hidrelétricas e a navegabilidade de barcos na hidrovia do Madeira.

O quadro 1, abaixo, apresenta uma análise SWOT para sintetizar o diagnóstico realizado pela equipe do PAEDS-PVH para esta dimensão.

Quadro 1 – Análise SWOT da Dimensão 1

## Forças

- **Economia regional:** Porto Velho é a principal economia municipal de Rondônia e a quinta maior economia da região Norte do Brasil, representando 35% do PIB da região.
- **Posição estratégica:** Porto Velho possui uma localização geográfica privilegiada, sendo um importante entroncamento logístico na Amazônia Legal.
- **Conexão hidrográfica:** o município possui importante conexão hidrográfica proporcionada pelo rio Madeira, que facilita a logística e o escoamento de produtos agrícolas.
- **Centralidade logística:** Porto Velho se destaca como importante centro logístico na Amazônia Legal, com grande movimentação de cargas no complexo portuário, principalmente de soja e derivados de petróleo. O município também atrai pessoas do interior do estado para compras, estudos e serviços de saúde.
- **Infraestrutura energética robusta:** a presença de três importantes usinas hidrelétricas garante um fornecimento de energia estável e coloca Porto Velho como o quinto maior produtor de energia elétrica do país.
- **Presença de aeroporto internacional:** O Aeroporto Internacional de Porto Velho facilita o acesso e a integração com outras regiões do país e do mundo.

## Fraquezas

- **Isolamento geográfico:** Porto Velho está distante de grandes centros urbanos, o que implica em longos tempos de viagem e dificuldades de mobilidade.
- **Infraestrutura de transporte deficiente:** a malha rodoviária e a infraestrutura portuária apresentam problemas de conservação e modernização, o que aumenta os custos logísticos e limita a competitividade do município.
- **Baixa conectividade aérea:** a oferta de voos e a conectividade aérea com outras regiões do país são limitadas, o que dificulta o acesso e a integração com outros centros urbanos e mercados.
- **Custos logísticos elevados:** a combinação de infraestrutura de transporte deficiente e a distância geográfica de outros grandes centros urbanos resulta em custos logísticos elevados, impactando a competitividade dos produtos locais.
- **Infraestrutura portuária com baixo desempenho ambiental:** o complexo portuário de Porto Velho apresenta um baixo Índice de Desempenho Ambiental (IDA), indicando a necessidade de investimentos em modernização e práticas mais sustentáveis.
- **Dependência climática e desafios ambientais:** a produção de energia e a navegabilidade da hidrovia do Madeira são dependentes do regime de chuvas e dos níveis do rio, tornando o município vulnerável a alterações climáticas. O alto fluxo de caminhões também gera custos ambientais e sociais, como emissão de poluentes e maior probabilidade de acidentes.
- **Limitações na oferta de serviços de saúde:** apesar de atrair pessoas do interior para tratamentos de média complexidade, Porto Velho ainda depende de outras capitais para serviços de alta complexidade.

## Oportunidades

- **Crescimento do agronegócio:** a expansão do agronegócio na região Norte e a crescente demanda por alimentos representam uma oportunidade para Porto Velho fortalecer sua posição como centro de escoamento da produção, desde que invista em infraestrutura e logística eficientes.
- **Projetos de infraestrutura:** projetos como a Ferrogrão, apesar de representarem uma ameaça em potencial, também podem trazer oportunidades de desenvolvimento, caso o município se prepare para se adaptar às mudanças e explorar novos nichos de mercado.
- **Energias renováveis:** o potencial para geração de energia solar e outras fontes renováveis oferece a oportunidade de diversificar a matriz energética, reduzir a dependência das hidrelétricas e atrair investimentos em projetos sustentáveis.
- **Turismo e serviços:** a localização estratégica de Porto Velho e sua importância como centro regional podem ser exploradas para o desenvolvimento do turismo e da oferta de serviços especializados, impulsionando a economia e gerando empregos.

## Ameaças

- **Mudanças climáticas:** a vulnerabilidade do município às alterações climáticas, com a redução do volume de chuvas e dos níveis do rio Madeira, ameaça a produção de energia, a navegabilidade da hidrovia e a economia local como um todo.
- **Concorrência logística:** projetos como a Ferrogrão podem desviar o fluxo de mercadorias e reduzir a importância de Porto Velho como centro logístico, impactando negativamente a economia local.
- **Dependência de commodities:** a dependência da produção e exportação de soja torna o município vulnerável às oscilações de preços e demanda no mercado internacional.
- **Problemas ambientais e sociais:** o modelo de transporte rodoviário intensivo e a expansão do agronegócio podem gerar impactos ambientais e sociais negativos, incluindo emissão de poluentes, afetando a qualidade de vida e a imagem do município.

# 3.2. ECONOMIA, DIVERSIFICAÇÃO E ESTRUTURA PRODUTIVA (D2)

Este diagnóstico buscou caracterizar a estrutura produtiva, bem como a dinâmica econômica de Porto Velho por diversas abordagens que, no conjunto, fornecerá um quadro geral com muitas coisas para refletir, todas elas importantes para serem retomadas na construção de uma visão de futuro. O estudo econômico do município foi organizado em torno de dois troncos. Primeiro, foi realizada uma caracterização geral da estrutura a partir do crescimento, queda e composição das diversas atividades setoriais e seus respectivos gargalos. Após isso, o diagnóstico buscou compreender a capacidade da economia se organizar em torno de atividades de maior conteúdo tecnológico.

A equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 apresentou um breve histórico de Porto Velho sob o ponto de vista do seu desenvolvimento econômico e social geral para ressaltar pontos de interesse para o futuro PAEDS-PVH. Porto Velho é um município relativamente novo que apresenta intensos choques e ciclos de transformação vividos desde as primeiras ocupações territoriais ainda do século XIX que se desenrolam até os dias de hoje. Criado formalmente em 1914 como município do então território do Amazonas sua fundação decorreu da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1907 no auge do ciclo econômico da borracha e cujos resquícios até hoje ressoam na região. Se hoje essa estrada não transporta mais nada e apenas guarda a memória dos acontecimentos do primeiro ciclo de desenvolvimento econômico, ela também se converte numa oportunidade de desenvolvimento como um ativo turístico temático único. Esse é um exemplo de como o passado deságua no presente, neste caso como oportunidade. Mas este não é o único fato passado a moldar o futuro. Outros eventos e ciclos ocorreram mais recentemente, como será visto.

O ciclo da borracha gerou riquezas na região e destravou a inércia da acumulação primitiva de capital, mas também deixou grandes sequelas de pobreza. Mazelas sociais e problemas de qualidade de vida, baixo índice de industrialização e inovação em Porto Velho hoje, também decorrem dos modelos ou regimes econômicos de acumulação de capital que sustentaram o seu crescimento ao longo das décadas, desde o primeiro ciclo econômico baseado no extrativismo da borracha. O município passou por diversos ciclos de expansão com características distintas que lhe deram uma configuração própria, especialmente por estar localizado numa área estratégica da Região Amazônica e na bacia do Rio Madeira, hoje alvo de grande

preocupação ambiental na região, no país como um todo e no restante do mundo.

Porto Velho se tornou um município estratégico na região, não apenas por ser a capital do estado de Rondônia, mas por ser a quarta maior população da Região Norte com 460.434 habitantes, atrás apenas de Manaus (AM), Belém (PA) e Ananindeua (PA) e por ser e o quinto maior PIB com valor de R$ 20.059 milhões[11], atrás de Manaus (AM), Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA), Belém (PA). Não fosse o fato de que os municípios de Parauapebas (PA) e Canaã (PA) serem altamente dependentes de extrativismo mineral e das operações da Cia Vale do Rio Doce e outras grandes mineradoras Porto Velho, com uma economia mais endogenizada e diversificada, seria o terceiro município em PIB da região amazônica.

Embora quando comparado com outras cidades de aproximadamente 400 a 500 mil habitantes do país, Porto Velho não seja uma economia tão diversificada, ela o é, quando comparada aos demais municípios da região amazônica. Isto faz com que Porto Velho tenha uma importância especial, pois pode vir a ser um polo de diversificação produtiva que vai além das economias extrativistas de grande escala (minérios) ou agricultura extensiva baseada em monocultura (soja e milho), esta última, com baixa capacidade de geração de emprego, baixa arrecadação tributária, porém geradora de divisas externas via balança comercial. Esta posição estratégica de Porto Velho se deve ao acúmulo de ciclos econômicos passados que, exauridos alguns, deixaram marcas profundas.

A dinâmica econômica geral de Porto Velho pode ser separada em três grandes modelos de crescimento ou regimes socioeconômicos que dirigiram a acumulação de capital, a distribuição da renda, o crescimento populacional e a forma como as pessoas e a sociedade se relacionaram com a floresta amazônica e redesenham o território, até chegar aos dias atuais. Dentro de cada regime ocorrem vários ciclos específicos, cuja natureza distinta não altera o regime econômico mais geral.

O regime sócio-econômico I pode ser denominado de extrativista. O regime durou aproximadamente cem anos (1870 a 1970) e é caracterizado por uma economia baseada em atividades predominantemente extrativistas, primeiro explorando os seringais e exportando borracha, e depois extraindo do solo a cassiterita após 1958 e em menor escala outros minerais criando assim um segundo ciclo econômico na região. O extrativismo, como atividade econômica, e especialmente como se organizou na Amazônia, é um tipo de atividade de baixa renda e precarização de mão de obra, que gera riqueza concentrada nas mãos de poucos fazendeiros e dissemina a pobreza material e educacional entre a população e não fomenta a diversificação produtiva. Isto decorre do fato simples, porém nem sempre lembrado, de que o extrativismo é apenas uma atividade econômica que coleta o que a natureza produziu. Não há produção ou transformação humana, como ocorre em processos industriais, e se alguma transformação ocorre, é de nível tecnológico muito baixo.

O regime econômico gerou a primeira onda de ocupação territorial baseada em migração de mão de obra, e foi um período de intenso crescimento econômico e populacional, porém totalmente desorganizado. A taxa de crescimento populacional nas décadas de 1950/60 e 1960/70 variou de 6,5% e 5,7% a.a. em média, e a população mais que triplicou (3,2 vezes) em 20 anos, o que não é pouco. No

[11] IBGE. Contas Nacionais, 2021.

entanto, a população no início deste regime era muitíssimo baixa. Enquanto Rondônia contabilizava 36.935 habitantes, Porto Velho tinha apenas 27.244, equivalente a 73,7% da população do estado em 1950. Ainda em 1950, a região era um território "vazio" habitado por índios e pouca presença do homem branco e da atividade econômica capitalista.

A economia extrativista do regime I foi impactada por dois choques com conteúdo industrial e tecnológico diferente do extrativismo da natureza, os quais introduziram na região uma dinâmica econômica diferente e que conviveram ao lado do extrativismo. Estes dois impulsos e ciclos foram a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré iniciada em 1902 e concluída em 1912 com uma extensão de 360 km com o objetivo de escoar a produção de borracha, e quase em paralelo a instalação de uma linha de telégrafo iniciada 1907 e concluída em 1915 por ninguém menos que Marechal Rondon, ligando Cuiabá (MT) à Santo Antônio do Alto do Madeira (RO), região incorporada por Porto Velho em 1943.

Diferente da atividade extrativista, a estrada de ferro e a linha de telégrafo necessitavam de mão de obra mais qualificada e com estes dois projetos ocorreu um movimento de migração de mão de obra que trouxe para região médicos, engenheiros, construtores, trabalhadores com conhecimentos técnicos e cientistas, estes últimos no caso da Comissão das Linhas Telegráficas, de Rondon. Estes dois ciclos de atividades industriais deveriam ter fomentado a industrialização da região, mas não foi o que aconteceu. Infelizmente, quando exaurido o ciclo da borracha, foi-se junto a semente de uma economia moderna e industrializada, especialmente a estrada de ferro. Uma história que poderia ter tido um rumo diferente, como aquele que ocorreu no caso da ferrovia Paranaguá-Curitiba no Paraná construída muito antes, entre 1880 e 1885 e que se tornou um importante elo da cadeia da agroindústria e da própria indústria, a qual continua operando até os dias de hoje viabilizando e escoando boa parte da produção do centro-oeste, sudeste e do Sul do país.

A estrada de ferro Madeira Mamoré por um motivo a ser estudado não neste diagnóstico, não conseguiu fazer germinar na região os brotos da industrialização. O regime econômico I entrou em crise com o fim do ciclo da borracha e da cassiterita por mineradores independentes, sendo a cassiterita explorada até os dias de hoje, mas por mineração em grande escala, mecanizada e operada por grandes empresas. Atualmente Rondônia é o maior produtor nacional de cassiterita, com aproximadamente 12 mil toneladas em 2022.[12]

A economia extrativista, embora indutora de população e atividades econômicas em regiões inabitadas, não possui forças endógenas que levam a economia automaticamente para outros estágios de evolução da estrutura produtiva. É preciso que certas condições especiais associadas a políticas industriais e integração regional estejam presentes para que a economia não fique presa no modelo concentrador do extrativismo. O Norte do Paraná, por exemplo, é um caso em que o extrativismo primeiro da erva mate e depois da madeira se converteu em industrialização primitiva e adensamento urbano. Para o sucesso do caso paranaense concorreu o empreendedorismo privado e políticas públicas de industrialização. Estas condições não estavam presentes no regime econômico I de Porto Velho, e os ciclos acumularam problemas, sem gerar um processo de crescimento sustentado.

O regime sócio-econômico II teve duração de 45 anos, de 1970 até 2015. O regime econômico II se caracteriza como uma economia de produção agrícola, fundamentada na expansão da fronteira, com desmatamento e ocupação de terras, que poderíamos chamar de agricultura extensionista, baseada no

aumento da fronteira agrícola. Difere do extrativismo do regime econômico I porque a principal atividade econômica é a produção em maior escala de produtos agrícolas, que sem o empenho humano não existiriam na região. Algumas atividades extrativistas coexistem, como a mineração e a madeira, esta última retirada apenas como subproduto da penetração da agricultura. Elas coexistem, mas não predominam como setor dinâmico que caracteriza o regime econômico II.

O impulso inicial do regime foi dado pela construção da BR-364, ligando o estado de São Paulo ao de Porto Velho, cuja construção iniciada em 1960 foi concluída em 1966, ainda que completamente em chão batido e condições precárias de operação, sem condições de tráfego na época das chuvas. A BR-364 foi pavimentada apenas em 1982-4. Adicionalmente a abertura da rodovia BR-319 inaugurada em 1972 com 885 km de extensão conectando Manaus (AM) a Porto Velho (RO), criou possibilidades de romper o isolamento e as distâncias que impediam Porto Velho de se desenvolver. Antes da construção da BR-364 e BR-319, os acessos à Porto Velho eram de ferrovia pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré a partir de Guajará-Mirim, de balsa a partir de Manaus ou de avião.

A importância das BR-319 e BR-364 como indutoras de ocupação territorial e desenvolvimento foi, e continua sendo, muito grande especialmente após 1970 quando se inicia um novo regime de crescimento que induziu a expansão da agricultura extensiva. Tivesse ela sido construída antes e integrada à estrada de Ferro Madeira Mamoré, a história de Rondônia e de Porto Velho talvez fosse outra. A morte precoce da Madeira-Mamoré, e com ela as sementes industriais, ou talvez o nascimento tardio das BRs desconectou os dois regimes e criou o maior dos problemas e entraves ao desenvolvimento de Porto Velho impedindo a integração regional, entre outros motivos. Apesar de todos os esforços, e planos que não saíram do papel, a integração regional ainda é um problema a ser resolvido em Porto Velho.

Neste regime econômico II se observam ainda diversos outros ciclos que criaram um tipo novo de economia, substituindo as atividades econômicas de uma região então em crise pelo fim da economia extrativista, pelo desmantelamento da ferrovia Madeira Mamoré e pela obsolescência das linhas telegráficas. Porto Velho precisaria se reinventar e a BR-364 foi uma nova artéria que trouxe novas possibilidades para uma região isolada. Além de fortalecer a economia de Porto Velho a estrada também induziu o surgimento de várias outras cidades ao longo do seu trajeto, criando uma rede de influência de novas cidades cuja integração regional possibilitou novos dinamismos que hoje podem ser mais bem explorados na região. Além disso, a BR- 364 possibilitou a emergência de novas atividades produtivas, especialmente a agricultura baseada em ampliação de fronteira, extrativismo da madeira como subproduto da lavoura e depois a criação de gado a partir dos anos 2000.

O regime econômico II é caracterizado por altas taxas de crescimento econômico e populacional, mas com concentração de renda. Durante o regime, a população em média cresceu 4,5% a.a. quase quadruplicando em 30 anos, crescendo 3,8 vezes entre 1970 e 2000 e chegando a 428 mil habitantes em 2010. No entanto, todo esse crescimento se deu de forma desorganizada e com baixo grau de planejamento urbano, fazendo com que Porto Velho colecionasse inúmeros problemas sociais e urbanos que serão destacados ao longo deste diagnóstico e que condicionarão o PAEDS-PVH, especialmente na construção de

[12] Agência Nacional de Mineração (ANM). Anuário Mineral Brasileiro, 2022.

uma visão de futuro e montagem de carteira de projetos. Com o crescimento e urbanização das cidades na segunda metade do século XX, Porto Velho se tornou uma das maiores cidades da região Norte, transformando-se em um importante mercado consumidor o que vai contribuir para criar uma economia mais diversificada com um importante setor de serviços e uma indústria nascente, porém incipiente.

A atividade industrial ainda é pouco desenvolvida no regime econômico II, e representou apenas 9,4% do PIB em 2000, mas começa aumentar a partir de então chegando a 28,2% do PIB em 2015, porém concentrada ainda na indústria extrativista e de produtos de baixa intensidade tecnológica.

O setor de serviços constitui a maior parte da atividade econômica, representando 33,0% do PIB na forma de serviços públicos e 55,1% em serviços privados. O setor agrícola, inicialmente nos anos 1970 e depois nas décadas seguintes, foi o setor dinâmico da economia responsável pela atração de migração para o estado de Rondônia e Porto Velho, tendo efeitos multiplicadores na geração de renda e consolidação de um considerável mercado consumidor.

O regime II termina em 2012 a partir de quando cessaram os efeitos multiplicadores dos ciclos agropecuários iniciados em 1970 e da construção das usinas hidrelétricas que estão presentes no município. A partir deste momento a economia de Porto Velho entra numa nova fase que a equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 denominou de regime econômico III. O fim do regime II não criou as bases de um crescimento sustentado e Porto Velho se vê novamente diante da necessidade de se reinventar.

O regime econômico III teve início em 2012 e se estende até os dias de hoje, sendo caracterizado pela forte redução da taxa de crescimento do PIB e da população. Porto Velho a partir de 2012 entra no chamado período de maturidade, no qual o crescimento e o desenvolvimento econômico já não ocorrem mais por aumento populacional, expansão do mercado de trabalho e incorporação de novas terras ao processo produtivo. A taxa de crescimento da população caiu de 4,5% no regime anterior para 2,5% a.a. entre 2000 e 2010 e caiu novamente para apenas 0,6% a.a. entre 2010 e 2022. A taxa de fecundidade, que representa a capacidade de crescimento da população e revela os hábitos familiares, caiu de 2,6 filhos por casal em 2000 para 2,1 em 2010 e estimativas indicam que pode chegar a 1,3 ou até menos em 2024, sendo que o valor 2,1 é o necessário para que a população se mantenha estável.

O baixo crescimento populacional que porventura Porto Velho possa vir a ter, será por migração atraída pelas oportunidades de negócios que a economia do regime III, ou um próximo regime possa proporcionar. No entanto, a falta de população não é um entrave ao crescimento atual, uma vez que a taxa de ocupação da população economicamente ativa (PEA) é muito baixa, em torno de 40,2% (IBGE), de forma que o mercado de trabalho é abundante. Porém, há escassez de mão de obra qualificada e neste caso a demanda por mão de obra qualificada supera a oferta. Este problema só será resolvido com o tempo, ou por investimento em educação, ou por atração de mão de obra migratória, ou uma combinação de ambos.

A taxa de crescimento do PIB também apresenta uma redução quando comparada ao regime econômico II. Segundo o índice de crescimento do PIB real (IBGE, Contas Nacionais Regionais, 2024) a taxa cai de 9,8% a.a. na década de 2001 a 2011 (final do regime II), para -0,01% a.a. no período 2012-2022 (regime III), o que leva à conclusão de que atualmente, em

termos macroeconômicos, Porto Velho seja uma economia estagnada ou otimistamente, de baixo crescimento. A queda do PIB em 2021 foi decorrência da pandemia de COVID-19. Seja como for, isto entra em choque com o sentimento generalizado na região de que a economia local está passando por uma expansão induzida pelo ciclo da soja e do aumento da pecuária.

O regime III, baseado na economia agrícola de escala e no aumento do setor de serviços, sobretudo serviços no setor privado, está criando uma oportunidade para a economia de Porto Velho, mas que requer maior protagonismo por parte do poder público local, estadual e federal. Historicamente, como explicado acima, os regimes I e II, apesar dos problemas intrínsecos, colocaram diante de Porto Velho diversos ciclos que impulsionaram a região. O elemento exógeno aqui é importante. Ele significa que o impulso de crescimento e desenvolvimento veio de fora, isto é, de fatores externos não engendrados pela articulação e pelas forças econômicas municipais. Ao conectar a região eles trouxeram o desenvolvimento de fora, situaçao similar ao novo ciclo agropecuário da soja, milho e gado bovino vindo de Mato Grosso, impulsionado após 2015. Além deste novo presente, Porto Velho ainda vive as restrições logísticas que em outros momentos já limitaram o crescimento econômico.

É notória a compreensão dos diversos atores locais que foram consultados durante este diagnóstico sobre a necessidade, importância e urgência em se resolver os problemas logísticos que permitam integrar as Regiões Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), Norte (Amazonas e Acre) e a América do Sul (Bolívia e Peru), por meio de soluções intermodais. E essa compreensão é muito antiga como fica muito bem explicitado num estudo da Federação das Indústrias de Rondônia (FIERO), realizado em 1997 em especial no capítulo 12 do referido estudo onde se destacam a importância estratégica dos "corredores de integração e saída para o Pacífico" (Fiero, 1997).

A pergunta que imediatamente se segue a estes fatos é: o que teria sido da região hoje, Porto Velho, Rio Branco, Acre e Rondônia, a região Norte e o Brasil e até mesmo a América do Sul, se estes corredores de integração fossem ligados? Mas não o foram, e o colapso melancólico da Madeira Mamoré está aí, diante dos olhos para todos enxergarem. E não foi por falta de esforço: nos anos 1990/1992 foram organizadas diversas iniciativas na forma de seminários, eventos, reuniões técnicas, grupos de trabalhos internacionais, caravanas empresariais envolvendo Brasil, Peru e Bolívia, e reunindo uma constelação de instituições importantes como a Confederação Nacional da Indústria, Itamaraty, Ministério de Infraestrutura, Vice-Ministros da Agricultura e dos Transportes do Peru, embaixadores. Mas o traçado ligando o Brasil ao Pacífico através do Peru e da Bolívia nunca saiu do papel.

Mesmo assim Porto Velho cresceu e com todos os obstáculos se transformou numa cidade grande e importante, com um mercado consumidor significativo, mas que se contorce para avançar, diante dos mesmos desafios logísticos que já dificultaram no passado sua integração para dentro, com o Brasil, e para fora com ligações à Oeste em direção ao Pacífico e ligações ao Norte para o Atlântico por meio de Manaus.

O levantamento estatístico feito pela equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 apontou que Porto Velho tem apresentado um crescimento econômico acumulado desde 2002 até 2011 acima do crescimento do estado de Rondônia e acima do Brasil como um todo, destacando-se assim como um município de alto crescimento. No regime II, que se iniciou em 1970 e cujos dados do PIB municipal estão disponíveis somente a partir de 2002, a taxa

média de crescimento anual do PIB entre 2002 e 2011 foi de incrível 9,8% a.a, tendo atingido o pico de crescimento no ano de 2010 com a impressionante taxa de 22,6% a.a, por ocasião da construção das usinas hidrelétricas. Este foi um período de intenso crescimento econômico que marcou o regime II e que foi acompanhado de alto crescimento populacional, maior diversificação da economia, fortalecimento do setor terciário privado e intensa expansão da área urbana.[13] Porém a economia mudou radicalmente de 2012 em diante, quando tem início um novo regime socioeconômico que estamos chamando de regime III, cuja principal característica é um modelo de baixo crescimento e acumulação de capital.

O regime III inicia em 2012 e vai até os dias atuais, perfazendo um pouco mais de uma década e é caracterizado por uma dinâmica em que a taxa de crescimento do PIB de Porto Velho é menor e mais volátil que a taxa do estado e do país, o que pode ser constatado por uma horizontalização das curvas de crescimento após 2012 e pelos altos e baixos. Entre 2012 e 2021 a economia de Porto Velho encolheu o equivalente à -1,05%a.a. em média (IBGE, Contas Nacionais Regionais, 2024). A década de 2012 a 2022 foi negativamente impactada por três quedas do PIB que lhe retirou o impulso de crescimento. As grandes quedas do PIB foram causas atípicas, e duas delas oriundas de choques exógenos completamente alheios à economia local. Houve uma queda de -9,1% em 2013 que coincidiu com o fim da construção das usinas hidrelétricas quando então houve um desemprego em massa na construção civil, depois uma queda de -6,1% em 2018 como consequência da crise financeira mundial e por fim uma queda de -8,8% em 2021 em decorrência da pandemia de COVID-19.

Em termos populacionais, a taxa de crescimento também está caindo sistematicamente. A queda vertiginosa está associada à queda do fluxo migratório e, secundariamente, à queda da taxa de natalidade. Apesar do crescimento populacional estar correlacionado com o crescimento do PIB no regime II, isto não significa uma relação de causalidade, pois o crescimento e a expansão da fronteira agrícola é quem está, na outra direção, atraindo população. Há um regime endógeno em que o crescimento do PIB atrai população e gera aumento do PIB. Porém este círculo virtuoso não pode durar para sempre e no caso de Porto Velho, seu fim chegou em 2011, com o início do regime III.

Em termos de PIB per capita, a taxa de crescimento médio anual entre 2010 e 2021 foi de 4,6% a.a., que é uma taxa alta de crescimento. Porém este crescimento deve-se muito ao que aconteceu no fim do regime II e a um crescimento alto isolado no ano de 2017 de 13,25%. A taxa de crescimento total acumulada no período foi de 71,4%. Assim sendo, pode-se considerar que uma taxa de crescimento da renda per capita de Porto Velho em torno de 4%a.a. como uma taxa média de crescimento. Os dados sobre mercado de trabalho de Porto Velho mostram, na linha do que já se constata em outras regiões do país, que há uma baixa taxa de desemprego no município, que em 2024-02 caiu para incríveis 2,7%. No entanto, este número esconde uma questão que é essencial para analisar o mercado de trabalho e sua influência no processo de crescimento e desenvolvimento, que é o alto índice de pessoal desocupado (PD), isto é, pessoas que não estão procurando trabalho ou em outras palavras, que não estão ofertando mão de obra. O número interessante a ser analisado é a quantidade de pessoas fora do mercado de trabalho (PD), que por algum motivo desistiram ou não têm condições de ofertar trabalho. Em média este percentual tem ficado em torno de 45%, o que de fato é um número expressivo.

[13] Estes itens serão aprofundados nas respectivas dimensões de análise, nos próximos capítulos.

Além disso, o diagnóstico mostrou que há uma tendência de aumento se considerado os últimos 7 trimestres. Se ele fosse exatamente igual à 50%, então teríamos uma pessoa desocupada para cada pessoa ocupada.

Durante as audiências públicas e encontros participativos, muito se comentou que o mercado de trabalho de Porto Velho é tal que existe uma carência de mão de obra qualificada e um excesso de mão de obra não qualificada, revelando um desencontro entre oferta e demanda em segmentos específicos do mercado de trabalho, o que ratifica o argumento de relativizar a queda e baixo valor da taxa de desocupação de 2,7% e levar em conta o percentual de PD como indicador importante para o mercado de trabalho. Neste sentido, para melhor entender as questões estruturais do mercado de trabalho de Porto Velho, o diagnóstico utilizou mão de dados mais analíticos que mostram a distribuição da mão de obra por atividades econômicas (CNAE), por tipo de ocupação (CBO), grau de instrução e idade.

Tomando-se os contratos de trabalhos ativos a partir da RAIS anual, havia em 2022 um total de 169.593 contratos com pessoas jurídicas do tipo "CNPJ". Outros vínculos baseados em CEI/CNO foram excluídos da contagem. Considerando uma PEA de 483.000 pessoas calculada pela PNAD[14] em 2024-01 e o número de vínculos trabalhistas da RAIS isto representa 35% da população. A atividade econômica mais importante, em termos de números de contratos de trabalhos ativos (vínculos) é administração pública em geral, com 69.008 vínculos trabalhistas, o que representa 40,7% dos vínculos existentes. É de fato uma participação grande, embora o número deva ser relativizado pois muitos contratos se referem ao poder público estadual, que também atende todo o estado de Rondônia. O total de horas trabalhadas é de 948.826 semanais e o valor da massa salarial mensal é R$ 670,608 milhões.

A atividade econômica mais importante, em termos de números de contratos de trabalhos ativos (vínculos) é a ocupação de "Programador de Sistemas de Informações", com 40.085 vínculos trabalhistas. Este é um número estranho, muito alto e uma ocupação que também chama atenção, cujo resultado precisa ser melhor analisado fazendo-se uma varredura na RAIS pois não é um resultado típico. Este resultado também aparece em outros anos nos dados de Porto Velho. Desta feita, podemos analisar com mais segurança as ocupações que vem em seguida, da segunda posição em diante. A maioria das ocupações estão ligadas ao setor de serviços e podem ser consideradas de baixa qualificação. De uma certa forma isto revela um fato estilizado que se encontra em outros municípios que têm baixa qualificação da mão-de-obra, mesmo a mão de obra ocupada.

Em relação ao grau de instrução, os dados mostraram que 57,2% da mão de obra ocupada possui ensino médio completo e apenas 26,6% têm superior completo e somando os graus de instrução abaixo do ensino médio completo, somente 12,8% da força de trabalho tem grau de instrução inferior. O número de mestres e doutores é muito inferior. Deve-se notar ainda que a figura se reflete à vínculos trabalhistas, de forma que o número de doutores 453, não significa que existem 453 doutores trabalhando em Porto Velho. Ocorre na prática que um mesmo doutor pode ter dois ou mais vínculos trabalhistas, e o mesmo ocorre em todas as demais categorias.

E, por fim, os rendimentos do mercado de trabalho em Porto Velho, embora crescendo

[14] Existe uma discrepância nos dados da PNAD (Ibge) com a contagem de população do Censo 2022. A PNAD indica uma população economicamente ativa (PEA) de 483 mil pessoas, que é maior que a própria população estimada pelo IBGE em 2022 que foi de 460.434 pessoas.

no ritmo do país, ocupa a 20ª posição quando comparado com as demais capitais do Brasil. A taxa de variação percentual acumulada entre os períodos 2012/2024-1 foi de apenas 4,23%. É um crescimento baixo. O rendimento médio do trabalho em Porto Velho reflete fatores estruturais da sua economia, que dizem respeito à estrutura produtiva do município. Tradicionalmente a estrutura produtiva de uma economia é representada pela composição setorial do PIB ou por vezes com o Valor Adicionado Bruto, quando o PIB não está disponível. O primeiro ponto ressaltado no diagnóstico é de que houve um aumento da atividade industrial de 10% no início dos anos 2000 para algo em torno de 28% em média nos últimos três anos.

O crescimento relativo da indústria se deu concomitantemente à redução relativa dos serviços públicos que caiu de aproximadamente 30% no início dos anos 2000 para 22% nos últimos três anos da série. Além disso, o setor agropecuário começou a despontar como um setor relativamente importante para a economia de Porto Velho tendo atingido 6,1% em 2021, com uma tendência de continuar aumentando. Adiantando-se um pouco na análise esse aumento deve-se à expansão da produção de soja e milho e de rebanhos bovinos na região. O setor de serviços perdeu importância relativa, caindo de 55% no início da série para 43%, 21 anos depois. Essas quedas relativas não significam que o setor diminuiu, mas tão somente que os setores da indústria e agropecuária cresceram mais que os outros.

Fato que mereceu destaque no diagnóstico foi o aumento de dois setores importantes que concentram muita atividade de produção, que são os setores industrial e agrícola. O índice acumulado entre 2002 e 2021 da agricultura foi de 521,7 e o da indústria 265,2. O setor de serviços, por sua vez, é um setor muito diversificado, com uma quantidade grande de serviços de baixa qualificação técnica e, portanto, associado geralmente a salários menores, salvo os casos de serviços qualificados.

Um fato positivo importante para Porto Velho é que a expansão do setor industrial é um indício de que a estrutura produtiva está ficando mais diversificada e com maior capacidade endógena de crescimento. Economias baseadas em agricultura principalmente, são muito afetadas por eventos climáticos e estão sujeitas à maior instabilidade e crises eventuais, o que, diante do aquecimento global, são eventos cada vez mais prováveis. No entanto, é necessário qualificar melhor esse setor industrial, se as atividades estão mais concentradas na indústria extrativista ou indústria de transformação. A indústria extrativista, especialmente a mineração de grande escala, que ainda é uma atividade importante na economia de Rondônia e Porto Velho é sabidamente um tipo de atividade intensiva em capital com pouca geração de emprego, e operada com grandes plantas industriais de grande escala. E por apenas extrair riquezas do subsolo ou da floresta (no caso da madeira), sem processar localmente essa matéria prima, o extrativismo deixa pouca riqueza no local. A estrutura produtiva de uma economia está se transformando o tempo todo, na maioria dos casos, de forma progressiva, e em algumas situações de forma regressiva, por meio de diversos fenômenos identificados pela literatura como desindustrialização, maldição dos recursos naturais, doença holandesa etc.

A equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 buscou diagnosticar de forma mais precisa e detalhada as mudanças estruturais em curso no sistema produtivo de Porto Velho utilizando uma metodologia moderna, que é conhecida como Complexidade Econômica, inicialmente desenvolvida por Hausmann & Klinger (2007); Hidalgo et al (2007) e Hausmann et al (2013) e aplicada para analisar o padrão de

desenvolvimento dos países a partir da análise do tipo de produto produzido e exportado por cada país.[15] Os resultados deste diagnóstico são apresentados sucintamente abaixo:

- **A complexidade econômica de Porto Velho, a partir das exportações, tem ficado estável ao longo dos anos, em torno de uma média igual a zero (o índice de complexidade pode ser negativo), e próximo ao de outras cidades comparadas. A estrutura produtiva está se modificando muito lentamente. Ou seja, não estão surgindo novas atividades econômicas no município.**

- **Os produtos em torno dos quais a economia está girando não são produtos de alta complexidade, intensivos em conhecimento, e, portanto, são produtos que contribuem pouco para ativar outras partes da estrutura produtiva.**

- **As exportações do município são compostas sobretudo por soja e milho.**

O diagnóstico aprofundou a análise da estrutura produtiva do município ao mapear três dimensões econômicas: o setor externo, e a composição das atividades agropecuárias e industriais. Quanto ao setor externo de Porto Velho, o diagnóstico mostrou que:

- **O setor externo de Porto Velho passou por grandes transformações a partir de 2010, com intensificação dos fluxos de importações, e mais recentemente, a partir de 2020, de exportações.**

- **A pauta de importações (concentrada em produtos elétricos) é mais diversificada que a de exportações (que se concentra especialmente em soja e milho, e com produtos de madeira com alguma importância).**

- **Os principais destinos das exportações de Porto Velho são Argentina, México e Turquia, enquanto a maioria das importações vem da China.**

Por sua vez, o diagnóstico sugeriu as seguintes características dos setores agropecuários e industriais de Porto Velho:

- **O setor agropecuário de Porto Velho passou por grandes transformações nos últimos dez anos, especialmente com a difusão da monocultura da soja, milho e da criação de gado bovino mais recentemente. A criação de galináceos também ganhou importância.**

- **A participação da indústria no PIB do município aumentou de forma contínua ao longo das duas últimas décadas até atingir 28% do PIB, embora a indústria de transformação possua apenas 5,4% dos estabelecimentos e emprega apenas 5,1% da população ocupada.**

- **Os dois subsetores mais representativos são respectivamente os serviços industriais (que devido à ligação com atividade industrial, classificamos dentro do setor da indústria) e indústria de bebidas com respectivamente 3.512 e 1.919 empregos gerados. O percentual de emprego da indústria é baixíssimo quando comparado com O setor de serviços, o qual é responsável por 94% do emprego total.**

Um aspecto importante para o

[15] A metodologia, bem como os procedimentos dos seus cálculos, foi explicado detalhadamente no documento em que o diagnóstico foi desenvolvido por completo.

desenvolvimento econômico sustentável de Porto Velho é a bioeconomia, as atividades que utilizam recursos biológicos abundantes na região. O diagnóstico do PAEDS indicou que a bioeconomia ainda é uma ideia embrionária, e o grande desafio de Porto Velho é estimular atividades empresariais em um campo novo. O desenvolvimento da bioeconomia é importante não apenas como uma atividade econômica sustentável, mas porque conduz à industrialização da região e fortalece o ecossistema local de inovação, do qual muito depende para que se desenvolva. A industrialização da bioeconomia é uma consequência do processo, mas a inovação é uma necessidade e uma pré-condição. A bioeconomia requer um empreendedor com conhecimentostécnicos,fármacos,alimentares e cosméticos, entre outros, específicos e isso só se desenvolve com programas educacionais, pesquisa e empreendedorismo integrados, envolvendo uma rede de parcerias. Em parte, a bioeconomia é a aplicação econômica e o resultado da biotecnologia, que recentemente foi objeto de análise da ADPVH no Caderno Técnico de Biotecnologia.

Por fim, a equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 formulou um diagnóstico sobre as atividades turísticas de Porto Velho. Os elementos centrais deste diagnóstico são elencados abaixo:

- **Porto Velho não é um município receptor de turismo internacional. Não há fluxo de passageiros internacionais (embarque ou desembarque) em direção à capital de Rondônia.**

- **O município também não recebe eventos turísticos internacionais, estando atrás de cidades menores localizadas no Sul e sudeste do Brasil, que são receptoras destes eventos.**

- **O fluxo turístico no aeroporto de Porto Velho caiu expressivamente ao longo do período entre 2010 e 2019.**

- **O fluxo turístico rodoviário, entre Rondônia e São Paulo, também apresentou uma queda forte entre 2013 e 2018, o que não se mostrou válido para o trecho Rondônia-Brasília.**

- **Em suma, os dados apresentados nesta seção sugerem que a demanda doméstica por turismo em Porto Velho tem se reduzido ao longo do tempo.**

- **A indústria de turismo em Porto Velho está encolhendo pelo lado da oferta. Os dados do Ministério do Turismo mostram que há uma redução do número de empresas de todos os setores, bem como do número de pessoas empregadas;**

- **O processo de redução da demanda por turismo, e a retração da oferta da indústria turística, são fenômenos conectados que reforçam as fraquezas do setor no município;**

- **Políticas públicas devem ser levadas a cabo para atrair turistas brasileiros e melhorar a estrutura turística do município.**

O quadro 2, abaixo, apresenta uma análise SWOT para sintetizar o diagnóstico realizado pela equipe do PAEDS-PVH para esta dimensão.

Quadro 2 - Análise SWOT da Dimensão 2

| Forças | Fraquezas |
|---|---|
| • **Posição econômica relevante:** Porto Velho se destaca como o 3º maior PIB da Amazônia Legal, excluindo municípios mineradores do Pará, evidenciando sua força econômica na região.<br>• **Economia diversificada:** o município apresenta uma economia diversificada em comparação a outras cidades da Amazônia, o que reduz sua vulnerabilidade a crises em setores específicos.<br>• **Complexidade econômica em crescimento:** apesar de ainda relativamente baixo, o índice de complexidade do produto demonstra uma evolução positiva, equiparando-se ao de outras cidades de porte semelhante.<br>• **Base industrial emergente:** observa-se um início promissor de atividade industrial, especialmente nos setores agropecuário e de transporte de carga, o que indica potencial de crescimento e geração de empregos.<br>• **Potencial energético elevado:** a presença de usinas hidrelétricas garante um amplo fornecimento de energia, apesar das oscilações do regime pluvial do Rio Madeira, o que favorece a atração de investimentos.<br>• **Mercado consumidor expressivo:** a região metropolitana de Porto Velho representa um mercado consumidor significativo, capaz de impulsionar o comércio e os serviços.<br>• **Capital humano em formação:** sendo a capital do estado, Porto Velho possui uma rede de ensino superior que pode ser otimizada para atender às demandas do mercado de trabalho e fomentar a pesquisa e desenvolvimento.<br>• **Receita de *royalties*:** os *royalties* provenientes das usinas hidrelétricas geram recursos adicionais para investimentos no município e no estado, impulsionando o desenvolvimento local.<br>• **Melhoria da infraestrutura:** Os investimentos em infraestrutura realizados pelo município têm aumentado sua atratividade para empresas e turistas, criando um ambiente favorável ao crescimento econômico.<br>• **Potencial da agricultura familiar:** a extensa área territorial e a proximidade de terras agricultáveis à área urbana oferecem grande potencial para a expansão da agricultura familiar, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda. | • **Crescimento econômico limitado:** o esgotamento de ciclos econômicos anteriores resultou em uma taxa de crescimento do PIB considerada baixa, impactando o desenvolvimento do município.<br>• **Economia baseada em atividades de baixo valor agregado:** a economia ainda se apoia em atividades extrativistas e agropecuária extensiva, com baixa intensidade de mão de obra e capital, o que limita a geração de empregos de qualidade e a diversificação da economia.<br>• **Setor industrial subdesenvolvido:** a indústria ainda é pouco desenvolvida, com um distrito industrial pequeno e com problemas de regularização fundiária, o que limita a diversificação da economia e a geração de empregos de alta qualidade.<br>• **Déficit na balança comercial:** a balança comercial é estruturalmente deficitária, com exportações concentradas em soja e milho, evidenciando a dependência de commodities e a baixa exportação de produtos industrializados.<br>• **Custo de vida elevado:** a distância dos centros produtores e o transporte encarecem os produtos, resultando em um alto custo de vida.<br>• **Baixo desenvolvimento do turismo:** o setor turístico ainda é pouco explorado em Porto Velho, com baixo fluxo de turistas nacionais e internacionais e infraestrutura turística deficiente.<br>• **Mercado de trabalho concentrado no setor público:** o setor público ainda é o principal empregador, enquanto o setor privado é fragmentado e oferece poucas oportunidades de emprego qualificado.<br>• **Falta de mão de obra:** apesar da alta taxa de ocupação, a força de trabalho é considerada baixa, com um grande número de pessoas fora do mercado de trabalho.<br>• **Baixa qualificação da mão de obra:** a oferta de mão de obra qualificada é baixa, o que restringe o desenvolvimento de setores que exigem maior conhecimento técnico e tecnológico.<br>• **Renda e remuneração limitadas:** o rendimento médio do trabalho é baixo em comparação a outras capitais e apresentou crescimento real de apenas 4,23% entre 2012 e 2024, impactando a qualidade de vida da população.<br>• **Sistema de cooperativas incipiente:** a produção agropecuária recente e a falta de consolidação do sistema de cooperativas limitam o desenvolvimento da agricultura familiar e a organização dos produtores.<br>• **Cidade Industrial:** o distrito atual é pequeno, sofre de problemas de infraestrutura, acesso, transporte público e problemas legais de propriedade dos lotes. |

| Oportunidades | Ameaças |
|---|---|
| • **Crescimento do agronegócio:** o município vivencia um momento favorável na produção agropecuária, com destaque para soja, milho e pecuária bovina, impulsionado por um ciclo positivo do agronegócio brasileiro, o que pode atrair investimentos e gerar empregos.<br>• **Polo logístico estratégico:** a localização de Porto Velho a torna um importante entroncamento rodoviário e hidroviário para o escoamento da produção do Centro-Oeste e do Acre, o que pode fortalecer sua posição como centro logístico regional.<br>• **Expansão industrial:** a crescente demanda por produtos e serviços industriais, tanto no mercado interno quanto no externo, oferece uma oportunidade para a expansão e diversificação do setor industrial em Porto Velho, especialmente em setores como agroindústria, logística, bioeconomia e energia.<br>• **Valorização da bioeconomia:** a crescente demanda por produtos sustentáveis e a biodiversidade da Amazônia impulsionam a valorização da bioeconomia, abrindo oportunidades para o desenvolvimento de atividades econômicas inovadoras e de baixo impacto ambiental.<br>• **Potencial turístico inexplorado:** os legados históricos, como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e os atrativos naturais da região representam um grande potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, gerando emprego e renda.<br>• **Crescimento do setor de transporte:** o desenvolvimento do setor de transporte, incluindo o transporte fluvial, pode impulsionar a economia e a geração de empregos. | • **Crescimento econômico ilusivo:** a agricultura e a pecuária extensivas, embora contribuam para o crescimento econômico, geram poucos empregos e renda, podendo criar uma falsa sensação de desenvolvimento sem benefícios sociais significativos.<br>• **Risco de "economia de passagem":** a expansão da agropecuária e da logística pode gerar benefícios principalmente para outras regiões, se Porto Velho não desenvolver sua própria capacidade produtiva e de transformação.<br>• **Concorrência de outras regiões:** o deslocamento investimentos em infraestrutura logística para outras regiões, como a construção de ferrovias, podem desviar fluxos econômicos de Porto Velho, enfraquecendo sua posição como centro logístico e comercial.<br>• **Concentração da pauta de exportações:** a dependência de poucos produtos agrícolas na pauta de exportações aumenta a vulnerabilidade da balança comercial a eventos climáticos que afetam a produção, podendo gerar déficits significativos.<br>• **Dependência de investimentos externos:** a história de Porto Velho mostra uma dependência de ciclos de investimentos externos para impulsionar o crescimento, o que pode levar a uma economia frágil e vulnerável a choques externos, caso não sejam desenvolvidas capacidades endógenas de crescimento e inovação.<br>• **Vulnerabilidade climática:** a dependência da agricultura e pecuária torna a economia de Porto Velho suscetível aos ciclos climáticos e eventos naturais extremos, cada vez mais frequentes devido às mudanças climáticas, o que pode impactar a produção e a renda.<br>• **Pressão ambiental:** a exploração de recursos naturais, como a mineração e a expansão da fronteira agrícola, pode gerar impactos ambientais negativos, como desmatamento e poluição, o que pode comprometer a sustentabilidade do desenvolvimento e a imagem da região. |

# 3.3. AMBIENTE PROMOTOR DE INOVAÇÃO (D3)

O diagnóstico feito pela equipe do PAEDS-PVH buscou compreender o grau de desenvolvimento dos ambientes que promovem a inovação em Porto Velho. Isto é, dos espaços abertos ao empreendedorismo, à pesquisa, ao desenvolvimento e à tecnologia presentes no município. Normalmente, tais ambientes são caracterizados pela presença de fatores e condições que incentivem a inovação em diversos setores da economia, facilitando a transformação de ideias em produtos, serviços ou processos que gerem valor para a economia e sociedade local. Além disso, os ambientes promotores de inovação são compostos por várias partes interessadas, incluindo universidades e instituições de pesquisa, empresas privadas, *startups*, investidores, governos e organizações não-governamentais. Universidades e centros de pesquisa são cruciais para gerar conhecimento e desenvolver tecnologias avançadas. As empresas e *startups* desempenham papel essencial na aplicação e difusão de tais conhecimentos e tecnologias para criar soluções inovadoras que atendam às necessidades do mercado. Investidores, por sua vez, fornecem capital necessário para financiar essas iniciativas, enquanto o governo oferece instrumentos adequados (na forma de incentivos, políticas e infraestrutura) para apoiar o desenvolvimento e a implementação de inovações.

Ao fomentar ideias, criar conexões, estabelecer parcerias e possibilitar networking, tais ambientes normalmente incentivam a valorização não somente da criatividade como também da colaboração. A presença de redes e parcerias entre as partes interessadas facilita a troca de conhecimentos e experiências. Ferramentas como incubadoras e aceleradoras de empresas, além de eventos como summits e hackathons, também desempenham papel importante ao proporcionar suporte, mentoria e oportunidades para empreendedores e inovadores. Em suma, o ambiente promotor de inovação é um espaço físico (ou não), dinâmico e interconectado que estimula a criação de novas ideias, conhecimentos e tecnologias, impulsionando o desenvolvimento econômico do município.

Um elemento importante que deve estar presente em um ambiente de inovação e disseminado entre as várias instituições é a cultura do empreendedorismo como força motivadora das pessoas e como parte da estratégia destas instituições. A cultura do empreendedorismo se manifesta em um ambiente de negócios como uma atitude favorável aos riscos da inovação e onde as empresas se caracterizam pelo uso de tecnologia, demanda de mão de obra qualificada e se articulam em redes de

pesquisas, e pela presença de *startups*. Neste sentido, Porto Velho apresentou um ambiente empresarial em desenvolvimento. O número de empresas em Porto Velho, estimado em 10 mil, indica um ambiente empresarial em desenvolvimento. Essa característica sugere que o município ainda não atingiu o mesmo nível de dinamismo empresarial observado em outras capitais, o que pode limitar a geração de novas oportunidades de emprego e renda. A posição intermediária de Porto Velho no ranking nacional de empregos, com 172 mil vagas formais, aliada ao quantitativo de empresas instaladas no município, indica a presença de um número significativo de negócios que demandam intensa mão de obra. Essa característica pode ser um atrativo para empresas que buscam reduzir custos com mão de obra, mas exige investimentos em qualificação profissional para atender às necessidades do mercado.

O levantamento de estatística feito pela equipe do PAEDS-PVH apontou uma alta média de habitantes por empresa em Porto Velho, estimada em 4.356 habitantes/empresa, pode indicar duas realidades distintas. De um lado, pode sugerir uma menor densidade empresarial, com um número relativamente baixo de empresas para o tamanho da população. Por outro lado, pode indicar uma concentração maior de empregos em menos empresas, caracterizando um mercado de trabalho menos diversificado. Em contraste, as informações também apontaram uma baixa relação entre PIB e área, estimada em R$ 58 mil/km², o que sugere que a estrutura econômica de Porto Velho é dispersa e que há potencial para aumentar a produtividade municipal.

O crescimento de 56% no número de CNPJs ativos entre 2019 e 2024, passando de 33.514 para 52.224, demonstra um certo dinamismo da economia local e a capacidade de atrair novos empreendimentos. Essa expansão do tecido empresarial sinaliza o aumento da demanda por novas oportunidades de negócios e geração de renda. Além disso, as informações dão conta de que há uma predominância de empresas jovens em Porto Velho. A média de idade das empresas ativas em torno de 7 anos evidencia a presença de muitas empresas novas em busca de se estabelecer no mercado. Essa "juventude" do ambiente empresarial pode representar, por um lado, certo potencial para inovação e dinamismo; e por outro, demonstra a necessidade de atenção para questões relacionadas à experiência e maturidade empresarial.

Contudo, cabe destacar que o diagnóstico encontrou uma mortalidade empresarial preocupante no município. A constatação de que quase metade das empresas não sobrevive além dos primeiros dois anos revela uma alta taxa de mortalidade empresarial, caracterizando um ambiente de negócios volátil e instável. Essa realidade exige a implementação de políticas públicas e iniciativas de apoio que visem fortalecer as empresas em seus primeiros anos de vida, aumentando suas chances de sucesso e contribuindo para a consolidação de um ambiente de negócios mais resiliente. Outras duas características chamaram a atenção, como a prevalência de empresários individuais e sociedades limitadas sugere a busca por modelos legais mais simples e adaptáveis; e a concentração de baixo capital investido, evidenciada a partir do fato de que a maior parte das empresas possui capital baixo, implicando a predominância de pequenos e médios investimentos.

Empresas intensivas em Tecnologia correspondem a empresas com alto nível de investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P & D). Observou-se um número relativamente baixo de empresas em Porto Velho classificadas como intensivas em tecnologia, com apenas 211 empresas se encaixando nas categorias alta, média-alta e média. Essa realidade indica

que o município ainda enfrenta desafios na adoção de tecnologias mais avançadas, o que pode implicar em menor produtividade, competitividade e capacidade de inovação. Ao analisar a performance portovelhense em termos comparativos, constatou-se que o município se posiciona na 25ª colocação entre as 27 capitais brasileiras, ficando atrás somente de Macapá e Boa Vista. Essa posição desfavorável no ranking nacional reforça a necessidade de políticas públicas e iniciativas direcionadas ao fomento da cultura da inovação e à difusão de tecnologias nas empresas locais.

Explorando em quais atividades as empresas de alta e média-alta intensidade tecnológica de Porto Velho se dedicam, observou-se concentração em quatro setores estratégicos que podem ser explorados oportunamente pelo município:

- **Serviços de tecnologia da informação:** a presença de empresas desse segmento demonstra certo potencial para o desenvolvimento da economia digital, com oportunidades para a criação de *startups*, geração de empregos qualificados e oferta de soluções para outros setores da economia.

- **Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico:** essa área de atuação evidencia o potencial de Porto Velho para se tornar um polo regional de saúde, com empresas que desenvolvem e produzem produtos inovadores para o setor médico e odontológico, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população estadual.

- **Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores:** a presença de empresas nesse setor demonstra a importância da indústria automotiva para a economia local, com empresas que recuperam e recondicionam motores, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a redução de custos para os consumidores locais.

- **Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores:** essa área de atuação também reforça a relevância da indústria automotiva para o município, com empresas que fabricam componentes para veículos, impulsionando a cadeia produtiva local e gerando renda para a população.

Empresas intensivas em conhecimento, de acordo com o estudo do IPEA conduzido por Freire (2006),[16] podem ser definidas como aquelas que se enquadram em três grupos principais de atividades: atividades de informática, serviços técnicos às empresas e telecomunicações. Considerando tais critérios, verificou-se que Porto Velho possui 590 empresas intensivas em conhecimento, representando 5,6% do total de empresas municipais. Esse percentual a coloca como a 21º capital com maior participação de empresas intensivas em conhecimento no total de empresas.

A identificação de empresas inovadoras é crucial para o desenvolvimento de Porto Velho, pois tais empresas normalmente impulsionam o crescimento econômico, a geração de empregos e a competitividade no mercado. O diagnóstico considerou "inovadora" empresas que buscam reinventar a sua forma de competir no mercado, introduzindo novidades

[16] FREIRE, C. T. Um estudo sobre os serviços intensivos em conhecimento no Brasil. In Estrutura e dinâmica dO setor de serviços no Brasil - Organizadores: João Alberto De Negri, Luis Cláudio Kubota. Brasília: IPEA, 2006. p. 107-132.

ou melhorias significativas em seus produtos, serviços ou métodos de produção. Para identificar tais empresas, foram considerados os seguintes critérios: i- implementação de inovações de produto e/ou processo, ii- depósitos de proteção de propriedade industrial, iii- participação na lei do bem e iv- inscrição no inova simples. Por meio de tais critérios, verificou-se que Porto Velho revela um panorama desafiador ao registrar:

- **Baixo direcionamento de inovações "para fora":** mais de 1/3 das empresas da região Norte (34,9%) implementam inovações, normalmente de novo processo para uso interno da empresa. Somente 4,2% das empresas implementaram inovação de produto para o mercado nacional. Tal realidade sugere que, apesar da existência de atividades inovadoras dentro das empresas, o direcionamento dessas inovações para o mercado ainda é um desafio.

- **Baixa proteção industrial:** Rondônia possui baixo depósito de proteção industrial, representando apenas 0,4% dos registros brasileiros. O principal interesse dos empresários do estado e de Porto Velho encontra-se na proteção da marca. Esse comportamento pode estar relacionado à falta de cultura de proteção da propriedade intelectual e ou à dificuldade em acessar os processos de registro mais complexos.

- **Fraca participação em incentivos à inovação:** tanto Rondônia quanto Porto Velho apresentam um número reduzido de empresas participando da Lei do Bem e do Inova Simples. Segundo os dados disponíveis, apenas uma empresa do estado se inscreveu na Lei do Bem e seis demonstraram interesse pelo Inova Simples. A baixa demanda pode ser explicada pela falta de conhecimento sobre os programas, pela complexidade dos processos de inscrição ou pela inviabilidade dos requisitos para algumas empresas.

Empresas emergentes (*startups*) são empresas recém-criadas que possuem modelos de negócios escaláveis e repetíveis, baseados em uma ideia inovadora que gera impacto significativo na sociedade. Segundo levantamento realizado pelo Sebrae (2024), ao analisar o ecossistema de startups em Porto Velho, foram identificadas as seguintes características:

- **Ecossistema pequeno:** Porto Velho possui número relativamente pequeno de *startups* (33), representando aproximadamente 7% do total de *startups* na região Norte e cerca de 48% das *startups* em Rondônia. Isso indica um ecossistema emergente com potencial de crescimento significativo;

- **Ecossistema jovem:** a proporção de *startups* com mais de 5 anos em Porto Velho, embora menor que a média nacional, é ligeiramente superior à de Rondônia. Essa informação revela um ecossistema relativamente jovem, com potencial para amadurecer e crescer nos próximos anos;

- **Ecossistema não direcionado à vocação municipal:** a concentração de *startups* em Educação, Saúde & Bem-estar e Serviços Profissionais em Porto Velho contrasta com a prioridade do agronegócio como vocação municipal. Essa característica singular pode ser explorada para fortalecer o desenvolvimento de soluções inovadoras e atender às demandas específicas da região;

- **Ecossistema alinhado às prioridades regionais:** Porto Velho apresenta alinhamento com as prioridades setoriais da região Norte e de Rondônia, focando em áreas como Educação, Saúde & Bem-estar e Serviços Profissionais. Esse alinhamento regional pode facilitar a criação de políticas públicas e incentivos específicos para esses setores;

- **Ecossistema em estágio de operação:** Porto Velho se destaca com 58% das *startups* em estágio de operação, superior às médias nacional, regional e estadual. Esse dado positivo indica um ambiente propício para o crescimento e a sustentabilidade das *startups*, sugerindo existência de base para o desenvolvimento contínuo do ecossistema;

- **Ecossistema com faturamento baixo:** a porcentagem de *startups* em Porto Velho com faturamento entre R$ 81 mil e R$ 360 mil está alinhada com a média do Norte, mas inferior à nacional. Esse dado indica a necessidade de estratégias focadas em aumentar a capacidade de geração de receita das *startups* locais, impulsionando sua competitividade e crescimento sustentável.

Em Porto Velho, somente 12,2% da população acima de 25 anos possui ensino superior completo. No mercado de trabalho formal, 26,2% dos trabalhadores têm ensino superior e apenas 0,9% possuem pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Comparada a outras capitais, Porto Velho possui baixa taxa de pessoas e trabalhadores com ensino superior, o que pode limitar o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos que demandam alta qualificação. Tal cenário sugere a necessidade de políticas e programas que incentivem a educação continuada e o aprimoramento profissional, visando melhorar a competitividade e inovação no mercado de trabalho.Ao analisar a participação de trabalhadores alocados em ocupações técnico-científicas na força de trabalho formal, constatou-se que o município também enfrenta desafios significativos na formação, contratação e retenção de profissionais qualificados para atuar nessa área estratégica. Apenas 0,15% dos trabalhadores formais em Porto Velho estão empregados em ocupações técnico-científicas, índice significativamente inferior à média nacional. Ao avaliar o desempenho comparativo, observa-se que Porto Velho ocupa a 15ª posição entre as 27 capitais brasileiras no que tange à inserção profissional em P&D e em ambientes de Inovação.

Pré-incubadoras são ambientes que apoiam empreendedores na transformação de suas ideias de negócios em empresas formalmente estabelecidas, oferecendo ferramentas, consultoria técnica e mercadológica, mentorias, assessorias, cursos e suporte institucional. Além disso, promove networking e aproximação com entidades financeiras e investidores. Já incubadoras apoiam micro e pequenas empresas, novas ou já em operação, com foco na oferta de produtos e serviços altamente inovadores. Fornecem suporte técnico, gerencial e educação adicional aos empreendedores, além de facilitar a inovação e o acesso a novas tecnologias, contribuindo para o sucesso dos pequenos negócios (SEBRAE, 2024). O município de Porto Velho registra três iniciativas voltadas a pré-incubação e incubação de negócios:

- **Redinova - Incubadora de Empreendimentos do IFRO:** busca criar, desenvolver e consolidar empreendimentos inovadores, aprimorando aspectos técnicos e gerenciais. Promove novos

empreendedores, atrai investidores, amplia oportunidades de mercado, integra ensino, pesquisa e gestão, apoia projetos regionais, melhora condições sociais, amplia parcerias para empreendedorismo e capacitação, e tenta minimizar riscos na geração de novos negócios.

- **Hub.RO:** idealização e fomento do Governo do Estado de Rondônia gerido pela equipe da Semente Negócios. Oferece acesso a recursos como infraestrutura, capacitação e mentoria especializada.

- **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UNIR:** oferece apoio técnico e articula parcerias para atuar com coletivos populares marginalizados. Suas ações se baseiam em dois eixos principais: o processo de incubação, que inclui apoio, acompanhamento e assessoria aos coletivos, e o processo de formação e capacitação focado na economia solidária.

Aceleradoras são entidades que investem financeiramente em *startups* para promover seu rápido crescimento, ajudando-as a conseguir novas rodadas de investimento ou alcançar o ponto de equilíbrio. A aceleradora oferece residência, investimento e mentoria para apoiar o desenvolvimento dessas empresas (SEBRAE, 2024). O município de Porto Velho registra apenas uma iniciativa direcionada à aceleração de negócios, a Tambaqui Valley.

Escritórios de Transferência Tecnológica são escritórios dentro de Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (normalmente universidades) direcionados à transferência de tecnologias e conhecimentos para empresas (SEBRAE, 2024). O diagnóstico conseguiu detectar que o município de Porto Velho possui três iniciativas dessa natureza:

- **Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Fiocruz/RO:** NIT compõe o sistema de Núcleos de Inovação da Fiocruz, o Sistema Gestec-NIT, coordenado pela Gestec. Atua dando suporte aos pesquisadores da Fiocruz Rondônia nos assuntos relacionados à propriedade intelectual, inovação, empreendedorismo, acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. O conjunto de atividades do NIT tem como principal objetivo manter um ambiente institucional adequado para que pesquisadores desenvolvam e protejam suas inovações tecnológicas em áreas como fármacos, vacinas, reagentes para diagnóstico, equipamentos, serviços tecnológicos em saúde, tecnologias de informação e comunicação, bioinseticidas/ biocidas e em áreas educacionais e sociais. Desta forma, o NIT auxilia os pesquisadores nas diferentes áreas para que o conhecimento científico gerado no laboratório se transforme em produtos à sociedade;

- **Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFRO:** tem por finalidade a criação e o gerenciamento da política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, bem como a viabilização de estratégias e ações relacionadas à propriedade intelectual nos âmbitos interno e externo ao IFRO;

- **Coordenadoria de Inovação e Transferência de Tecnologia (CITT) da UNIR:** núcleo de inovação tecnológica da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) cuja missão é

oportunizar, apoiar e acompanhar as ações de inovação, promover a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia na UNIR, em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social da região amazônica e do país.

Parques Tecnológicos são empreendimentos voltados para a promoção da Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I). Criam um ambiente propício para a inovação tecnológica, facilitando a interação entre empresas e possibilitando a transformação de pesquisas em produtos. Conectam Instituições de CT&I ao setor produtivo, oferecendo serviços especializados para apoiar a competitividade e inovação das empresas que nele residem (SEBRAE, 2024). Até o momento, o município de Porto Velho não registra nenhuma iniciativa nesse sentido.

Centros de Inovação são ambientes que reúnem e integram diversos componentes de um ecossistema de inovação, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento inovador da região (SEBRAE, 2024). Até o momento, o município de Porto Velho não registra nenhuma iniciativa nesse sentido. Coworkings, por sua vez, são espaços de trabalho compartilhados que oferecem infraestrutura empresarial completa, no qual profissionais de diversas áreas podem realizar suas atividades, interagir com outras pessoas e expandir sua rede de contatos (SEBRAE, 2024). O município de Porto Velho registra uma iniciativa na área, o Hub. RO, que consiste em uma ação idealizada e fomentada pelo Governo do Estado de Rondônia, sob a gestão da equipe da Semente Negócios. O projeto oferece espaço de trabalho compartilhado gratuito.

A produção de conhecimento é uma atividade complexa que envolve vários níveis de atuação do pensamento científico, teórico e empírico, abrangendo desde a dedicação à pesquisa básica, passando pela pesquisa aplicada, até chegar a processos produtivos e novos produtos e serviços. Este empreendimento, devido à sua abrangência temática e aos níveis mais abstratos, teóricos e empíricos, não é realizado apenas por uma ou poucas instituições, mas sim pela presença de toda uma rede de diversas instituições que operam nas várias etapas da produção de conhecimento, envolvendo pesquisa básica, pesquisa aplicada e difusão de inovações. Essa rede se materializa na tríade que se convencionou chamar de instituições voltadas à ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). O diagnóstico buscou mapear este conjunto de instituições C,T&I que caracterizam o Ambiente Promotor de Inovação de Porto Velho, elencadas suscintamente abaixo:

- **Instituições de Ensino Superior (universidades, faculdades, institutos federais, centros universitários comunitários, etc.):** de acordo com o último Censo da Educação Superior, Porto Velho conta 13 Instituições de Ensino Superior direcionadas a formação de recursos humanos, 158 cursos e aproximadamente 17 mil vagas. Esse montante representa aproximadamente 40% da estrutura rondoniense de Ensino Superior, posicionando o município como polo universitário do estado.

- **Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT&I) voltadas a pesquisa e ao desenvolvimento:** verificou-se que Porto Velho possui somente 3 ICT&I direcionadas à pesquisa e ao desenvolvimento: IFO - Instituto Federal de Rondônia, UNIR - Universidade Federal de Rondônia e Fiocruz Rondônia. Essa quantidade limitada indica a necessidade de fortalecer a infraestrutura de PD&I no município.

Tanto a pesquisa básica e aplicada quanto a sua transformação em produtos e serviços difundidos na sociedade não ocorrem sem um sistema de financiamento destas várias atividades, de forma que um fator essencial para o fortalecimento de um sistema de inovação são os diversos canais de financiamento das atividades de C,T&I. Estes canais são os mais diversos, desde fundos de financiamento à pesquisa, linhas de créditos para inovação, e fundos de capital de risco na forma de investidores-anjo. As instituições de financiamento preenchem um elo fundamental de todo ecossistema local de inovação na medida que irriga todo ambiente e viabiliza economicamente uma economia baseada em inovação. Considerando os resultados do diagnóstico, constatou-se a existência de um investidor-anjo, o Founder Institute, incubadora americana direcionada ao treinamento de empreendedores e ao lançamento de startups, por meio do programa Location Forthcoming. Não foram encontrados registros de iniciativas de venture capital em Porto Velho, tampouco de instituições de fomento com linhas especiais de financiamento para inovação..

Em termos de plano e políticas públicas, o diagnóstico apontou que Porto Velho possui o Plano Consolidado de Intervenção no Ecossistema de Inovação, elaborado pelo Sebrae/RO. Este plano apresenta uma estratégia para o desenvolvimento econômico e tecnológico do município, com foco em três setores prioritários: (i) bioeconomia, (ii) agronegócio e (iii) saúde. Além disso, o plano inclui um mapeamento e avaliação detalhados sobre o ecossistema de inovação de Porto Velho.

O plano contempla uma legislação e benefícios que promovem (i) a colaboração entre Instituições de Ciência, Tecnologia & Inovação e empresas, (ii) a formulação de políticas públicas, (iii) o estímulo à criação de negócios inovadores, (iv) a oferta de incentivos fiscais e econômicos, (v) estratégias para atrair empresas inovadoras e (vi) tributação especial para a criação e instalação de empresas no município (SEBRAE, 2024).

No âmbito público, apesar de Porto Velho ter encabeçado algumas iniciativas de fomento a inovação como a realização do Vale do Madeira Summit 2023, a inauguração da primeira incubadora e aceleradora estadual (Hub.RO) e a criação do Conselho Deliberativo do Ecossistema Local de Inovação de Porto Velho, o município ainda carece de uma lei municipal de incentivo à inovação, criando um fundo municipal de incentivo, instrumentos formais de redução e/ou isenção tributária, acesso a crédito e agilização em processos (desburocratização) para empresas inovadoras e também com a delimitação de distrito industrial e/ou parque tecnológico.

Em relação aos gastos públicos com Ciência & Tecnologia (C&T), tanto o estado de Rondônia quanto o município de Porto Velho apresentam baixa participação no orçamento público, demonstrando pouca capacidade de investimento na área. O percentual de dispêndio público C&T em relação à receita total de Rondônia corresponde à 0,4% enquanto o percentual de despesa pública em C&T em relação à despesa total de Porto Velho representa 0,10%.

A baixa disponibilidade de equipamentos de ponta em Porto Velho e no Estado de Rondônia para o desenvolvimento tecnológico coloca pesquisadores e empreendedores locais em uma posição de desvantagem significativa em relação aos mercados regional, nacional e internacional. Sem acesso a tecnologias avançadas e infraestrutura adequada, torna-se difícil para esses agentes inovar e competir, resultando em uma baixa complexidade tecnológica das *startups*, empresas, do setor produtivo e da própria sociedade em geral. Essa limitação não apenas restringe o potencial de crescimento econômico da

região, mas também impede a consolidação de um ecossistema de inovação robusto.

É imperativo que medidas urgentes sejam implementadas para reverter esse cenário. Programas de instrumentalização das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) públicas devem ser priorizados, garantindo que essas instituições estejam equipadas com as ferramentas necessárias para realizar pesquisas de ponta e fomentar a inovação. Além disso, é essencial incentivar as empresas privadas a se equiparem e modernizarem suas operações, possibilitando maior competitividade e integração com os mercados mais desenvolvidos. A falta de modernização tecnológica afeta diretamente a capacidade de Porto Velho e Rondônia de atrair investimentos e talentos, além de limitar o desenvolvimento de soluções inovadoras que poderiam alavancar o crescimento econômico sustentável na região. Portanto, o fortalecimento da infraestrutura tecnológica é um passo fundamental para garantir que o estado possa participar de maneira ativa e competitiva no cenário global de inovação.

O quadro 3, abaixo, apresenta uma análise SWOT para sintetizar a o diagnóstico realizado pela equipe do PAEDS-PVH para esta dimensão.

Quadro 3- Análise SWOT da Dimensão 3

| Forças | Fraquezas |
|---|---|
| • **Crescimento empresarial:** o aumento de 56% no número de CNPJs ativos entre 2019 e 2024 indica um ambiente de negócios favorável e potencial de crescimento econômico.<br>• **Mão de obra acessível:** a presença de negócios intensivos em mão de obra pode atrair empresas que buscam reduzir custos.<br>• **Multifuncionalidade e diversificação das empresas:** o alto número de CNAEs por empresa (5 em média) demonstra a capacidade de adaptação das empresas e a diversificação de suas atividades.<br>• **Predominância de MEIs e MEs:** a maioria das empresas em Porto Velho são micro e pequenas empresas, o que pode indicar flexibilidade e facilidade para abertura de novos negócios.<br>• ***Startups* em estágio de operação:** 58% das *startups* estão em estágio de operação, o que é superior às médias nacional, regional e estadual.<br>• **Escritórios de transferência de tecnologia:** a existência de três escritórios de transferência de tecnologia (NIT da Fiocruz/RO, IFRO e CITT da UNIR) facilita a transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado.<br>• **Iniciativas de apoio:** a existência de pré-incubadoras, incubadoras e aceleradoras demonstra o apoio ao empreendedorismo e à inovação.<br>• **Polo educacional:** a presença de 13 instituições de ensino superior, representando 40% da estrutura de Rondônia, consolida Porto Velho como um polo educacional.<br>• **Existência de plano de desenvolvimento:** o Plano Consolidado de Intervenção no Ecossistema de Inovação demonstra o planejamento estratégico para o desenvolvimento. | • **Baixa densidade empresarial:** a alta relação de habitantes por empresas sugere baixa densidade empresarial e concentração de empregos em poucas empresas.<br>• **Alta mortalidade empresarial:** quase metade das empresas não sobrevive após dois anos, indicando um ambiente de negócios desafiador.<br>• **Empresas jovens com baixa maturidade:** a média de idade das empresas ativas é de 7 anos, e quase metade das empresas não sobrevive após dois anos, indicando um ambiente de negócios desafiador.<br>• **Baixo capital investido:** a maioria das empresas possui capital baixo, evidenciando a predominância de pequenos e médios investimentos.<br>• **Baixa intensidade tecnológica:** o número de empresas intensivas em tecnologia é baixo, o que pode impactar a produtividade e a competitividade.<br>• **Baixa inovação voltada ao mercado:** a maioria das empresas implementa inovações de processo para uso interno, com poucas inovações de produto voltadas ao mercado.<br>• **Baixa proteção da propriedade intelectual:** Rondônia e Porto Velho possuem baixo índice de depósitos de proteção industrial, indicando a necessidade de fortalecer a cultura de proteção à propriedade intelectual.<br>• **Baixa participação em incentivos à inovação:** poucas empresas participam da Lei do Bem e do Inova Simples, indicando a necessidade de maior divulgação e acesso a esses programas.<br>• **Baixa maturidade do ecossistema de inovação:** o ecossistema de inovação ainda está em estágio inicial, necessitando de maior estruturação e desenvolvimento.<br>• **Baixo faturamento das *startups* :** a porcentagem de *startups* com faturamento entre R$ 81 mil e R$ 360 mil é inferior à média nacional. |

## Forças

- **Criação do conselho de inovação:** a existência do Conselho Deliberativo do Ecossistema Local de Inovação indica a busca por uma governança colaborativa para o desenvolvimento da inovação.

## Fraquezas

- **Concentração de *startups* em setores não prioritários:** a concentração de *startups* em Educação, Saúde & Bem-estar e Serviços Profissionais contrasta com a prioridade do agronegócio como vocação municipal.
- **Desalinhamento do ecossistema de *startups* :** a concentração de *startups* em setores não prioritários para o município pode dificultar o desenvolvimento de soluções inovadoras para as demandas locais.
- **Baixo nível de escolaridade:** a baixa taxa de pessoas com ensino superior e a concentração em áreas tradicionais podem limitar o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos.
- **Concentração da oferta de ensino superior em áreas tradicionais:** Lato sensu alinhados às tecnologias convergentes e habilitadoras limita a formação de profissionais altamente qualificados em áreas estratégicas.
- **Infraestrutura de P&D limitada:** o número reduzido de instituições de pesquisa e desenvolvimento limita a capacidade de inovação e geração de conhecimento.
- **Escassez de profissionais em P&D:** a baixa participação de trabalhadores em ocupações técnico-científicas indica a necessidade de maior investimento em formação e qualificação profissional.
- **Carência de financiamento:** a ausência de *venture capital* e a limitada atuação de instituições de fomento dificultam o acesso a recursos para *startups* e empresas inovadoras.
- **Baixo investimento público em C&T:** O baixo gasto público em ciência e tecnologia limita o desenvolvimento do ecossistema de inovação.
- **Ausência de órgão municipal de inovação:** A falta de um órgão municipal dedicado à inovação pode dificultar a implementação de políticas públicas eficazes.
- **Inexistência de parques tecnológicos e centros de inovação**: A falta desses ambientes pode limitar a colaboração e o desenvolvimento de projetos inovadores.

## Oportunidades

- **Potencial de crescimento:** o ecossistema de *startups*, apesar de pequeno, está em estágio de operação e pode crescer significativamente.
- **Demanda por inovação:** a presença de setores como serviços de tecnologia da informação e saúde indica a demanda por soluções inovadoras.
- **Vocação para o agronegócio:** o agronegócio, como vocação municipal, oferece oportunidades para o desenvolvimento de *startups* e empresas inovadoras nesse setor.
- **Abundância de recursos naturais:** a biodiversidade da Amazônia pode ser aproveitada para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores na bioeconomia.
- **Expansão da economia digital:** o crescimento da economia digital oferece oportunidades para o desenvolvimento de *startups* e empresas de tecnologia.
- **Existência de incentivos fiscais:** a Lei do Bem e o Inova Simples podem ser aproveitados para impulsionar a inovação nas empresas locais.
- **Potencial de expansão urbana:** a vasta extensão territorial de Porto Velho oferece oportunidades para o desenvolvimento de novos setores e expansão urbana planejada.
- **Demanda por mão de obra:** a presença de negócios intensivos em mão de obra pode atrair empresas que buscam reduzir custos, gerando oportunidades de emprego.

## Ameaças

- **Concorrência de outras regiões:** a concorrência de outras regiões com ecossistemas de inovação mais maduros pode dificultar a atração de investimentos e talentos.
- **Instabilidade econômica:** a instabilidade econômica pode impactar o desenvolvimento de *startups* e empresas inovadoras, dificultando o acesso a crédito e investimentos.
- **Excesso de burocracia:** a burocracia excessiva pode dificultar a abertura e o desenvolvimento de negócios inovadores.
- **Falta de mão de obra qualificada:** a escassez de mão de obra qualificada pode limitar o crescimento de empresas intensivas em conhecimento e tecnologia.
- **Mudanças tecnológicas:** as rápidas mudanças tecnológicas exigem constante atualização e adaptação por parte das empresas e profissionais.

# 3.4. FORÇA GERATIVA E QUALIDADE DA CIDADE E DO URBANO (D4)

A dimensão "Força Gerativa e Qualidade da Cidade e do Urbano" refere-se ao princípio de que as cidades possuem uma capacidade inerente de gerar "vitalidade", criando novos espaços, redes articuladas e dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Esta capacidade, segundo Jane Jacobs (1969)[17] está estreitamente relacionada à complexa natureza da economia urbana, onde a diversidade e a escala da aglomeração de atividades propiciam terreno fértil para novos empreendimentos, ideias e tecnologia.

Subjacente a esta ideia, estão os conceitos econômicos que prevalecem na economia urbana como as externalidades, as economias de aglomeração e as economias de escala internas às empresas, onde os efeitos benéficos ou prejudiciais[18] de uma atividade ou função urbana impactam terceiros, o valor do mercado imobiliário e o meio ambiente. Estes impactos estão diretamente relacionados à qualidade, à diversidade e à eficiência/eficácia da oferta dos principais serviços, equipamentos e espaços urbanos. Pelo lado da demanda, a força gerativa do urbano está também relacionada à quantidade e à qualidade do crescimento demográfico que, pode ser tanto uma causa quanto um efeito. A força gerativa atrai pessoas para as cidades, levando ao crescimento demográfico, enquanto o aumento da população pode fortalecer ainda mais a economia urbana, criar demandas por serviços e infraestrutura, e promover um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

A urbanização decorrente da crescente demanda populacional traz desafios como a necessidade de planejamento urbano sustentável, inclusão social e melhorias na infraestrutura. Neste sentido, o Plano Diretor de Porto Velho, cuja legislação foi aprovada em 2021, já indicava desafios para o desenvolvimento econômico do município, dentre os quais destacam-se os que têm relação direta com a força gerativa do espaço urbano. Porto Velho, a capital do estado de Rondônia, enfrenta uma série de desafios econômicos que afetam seu desenvolvimento. Alguns dos principais desafios incluem:

- **Infraestrutura deficiente:** Apesar de algumas melhorias, a infraestrutura de transporte, especialmente rodoviário

[17] A dimensão ou escala de planejamento referente a qualidade e força gerativa das cidades e do urbano tem por base as análises elaboradas por Jane Jacobs em "The economy of cities" (1969).

[18] Cabe lembrar que, nem sempre, o resultado da análise destes conceitos representa economias. A multiplicidade de interrelações no sistema urbano poderá resultar também em deseconomias, ou efeitos prejudiciais, como é o caso típico de externalidades ambientais negativas causadas por empreendimentos sobre terceiros.

e fluvial, ainda é insuficiente para suportar um crescimento econômico sustentável. Isso limita o escoamento da produção e a atração de investimentos.

- **Desigualdade social e econômica:** A cidade enfrenta altos níveis de desigualdade, o que se reflete em disparidades no acesso a serviços públicos, educação e saúde. Isso pode frear o desenvolvimento econômico e social a longo prazo.

- **Saneamento básico e saúde pública:** Problemas de saneamento básico e saúde pública não só afetam a qualidade de vida dos habitantes, mas também a produtividade da força de trabalho. Investimentos nessas áreas são cruciais para um desenvolvimento econômico sustentável.

Esses desafios exigem uma abordagem integrada e a colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil para serem superados e promoverem um desenvolvimento econômico mais equilibrado e sustentável em Porto Velho. Seguindo estas referências, a equipe do PAEDS-PVH identificou e selecionou os principais temas-chave responsáveis pela força gerativa do urbano em Porto Velho e, como estes se relacionam com o desenvolvimento econômico local, a saber: crescimento demográfico, expansão urbana e mercado imobiliário, infraestrutura urbana de saneamento, mobilidade e logística, planejamento urbano, espaços urbanos, equipamentos e espaços públicos. O diagnóstico desta dimensão centrou-se, com isso, nestes temas-chave.

O diagnóstico mostrou que o crescimento da população de Porto Velho tem sido constante desde sua fundação em 1919. Entre as décadas de 1970 e 1991 a população municipal triplicou passando de 84.048 para 287.534 habitantes, um acréscimo de 203 mil habitantes. De 1991 até o último censo em 2022, o acréscimo populacional foi de 172 mil habitantes totalizando 460 mil habitantes, representando uma redução no ritmo de crescimento. De acordo com os dados do IBGE, entre os censos de 2010 e 2020 a população estadual cresceu apenas 18.787 habitantes, enquanto Porto Velho cresceu 33.907 habitantes. Comparativamente, a dinâmica populacional entre os 52 municípios do estado, indica que 35 tiveram perda populacional apresentando uma redução de 67% em 2022. Os cinco municípios mais populosos tiveram aumento de população somando 55% da população do estado. Porto Velho é o município mais populoso (460.434), seguido por Ji-Paraná (136.825), Ariquemes (100.896) Vilhena (95.599) e Cacoal (92.202), conjunto que constitui 55% da população do estado e tornam a BR-364 um eixo urbano polarizado pela sede do governo estadual.

O levantamento de informações indicou que, na escala intramunicipal, o resultado deste crescimento no período intercensitário recente, apresenta uma distribuição espacial predominante urbana 91%, e altamente concentrada na sede 90%. Entre os distritos, o mais populoso, Jaci-Paraná, com 11.675 habitantes (IBGE, 2022), teve perda populacional (1456 habitantes), mas ainda representa apenas 2,5% da população da capital. O acréscimo populacional somente nos distritos foi de 5.937 habitantes concentrados principalmente no distrito de Vista Alegre do Abunã, com aumento de 4.135 habitantes. Este cenário contrasta com a extensão territorial do município (uma área de 34.082 km² e, aproximadamente, 500 km de extensão) representando uma densidade demográfica de 13,51 hab/km², bem abaixo da média brasileira de 23,8 hab/km². O distrito mais distante da sede municipal é Nova Califórnia (5.216 hab.) a 360 km via BR-364 e a apenas 152 km da capital do Acre, Rio Branco. Os vazios demográficos nesta extensão territorial

representam uma fraqueza para as economias de escala e aglomeração.

A migração tem sido o fator preponderante para o crescimento demográfico nas cidades brasileiras. Quanto mais "qualificado" o perfil socioeconômico do migrante maior será o potencial para contribuir para o ciclo virtuoso do desenvolvimento. Em Porto Velho, desde sua fundação, a migração foi o principal fator do crescimento demográfico[19], motivado e relacionado aos ciclos econômicos (latex, ouro, criação do Estado de Rondônia, hidrelétricas), resultou numa comunidade multicultural formada por migrantes de vários estados brasileiros, várias etnias e origem em países latinos, europeus e asiáticos. As informações sobre migração do último censo ainda não estão disponíveis. A migração mais recente contendo dados oficiais foi a de refugiados, 1.716 pessoas em estado de pobreza (CadÚnico, 2022) oriundos principalmente da Bolívia e Venezuela. Ainda sobre o potencial demográfico, os dados do Censo Demográfico do IBGE indicaram uma pirâmide etária do município, em que 70% da população está em idade potencialmente ativa. A faixa etária entre 20 e 24 anos é a mais significativa no município. Apenas 3,53% da população tem idade acima de 65 anos, número significativamente abaixo da média brasileira de população idosa, que é de 7,38%.

Outro fator indicativo da "força" da atividade econômica nas cidades é a qualidade da expansão urbana e o dinamismo do mercado imobiliário. O mercado imobiliário reflete em boa parte o dinamismo da economia local, especialmente, pela apropriação de externalidades positivas e aumento da demanda por novos serviços, infraestrutura, espaços e equipamentos. Verificou-se que a expansão urbana da sede municipal no período entre 2010 e 2022 ocorreu principalmente a Leste e ao Sul e representou 10,6 % do território urbano ocupado em 2010 demonstrando força. No entanto, a qualificação desta expansão tem outro lado demonstrando fraquezas. Houve expansão ao Sul com predomínio de novos parcelamentos e condomínios de lotes e residenciais de classe média com qualidade na infraestrutura, porém desarticulados e constituindo grandes vazios. A expansão à leste, embora respeitando a continuidade da malha urbana retangular, teve predomínio de ocupações irregulares e de baixa qualidade de infraestrutura, especialmente de saneamento.

Destaca-se também como aspecto negativo ao desenvolvimento econômico a densidade média do tecido urbano de cerca de 28,96 hab/ha, considerada muito baixa para remunerar serviços e equipamentos públicos e, comparativamente inferior aos principais centros urbanos brasileiros.

Com relação à evolução do mercado imobiliário, verificou-se a ausência de dados consolidados por entidades representativas do mercado, desta forma, para avaliação da força do mercado adotou-se variáveis oficiais sobre a expedição de "habite-se"[20] pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – SEMDEC - PMPV e consultas a atores-chave do mercado imobiliário, SECOVI e SBS Empreendimentos.[21] Com referência aos habite-se[22] observou-se que, entre 2021 e 2023, houve expedição de 529 habite-se com predominância (450) de 85% para o setor residencial, apenas 10% para o setor comercial e somente um habite-se para setor industrial. Se comparado o ano de 2021 ao de 2023 houve redução da concessão total de habite-se de 40% neste período.

[19] Ver artigo revista de estudos brasileiros CRESCIMENTO POPULACIONAL, MIGRAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA EM PORTO VELHO-2000 A 2010. https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/1584/1568
[20] Específico para o dinamismo do mercado imobiliário, exclusive compra e venda de lotes e glebas.
[21] Empresa incorporadora situada entre as três maiores de Porto Velho. Entrevista com a DIretora Phaena Spengler.
[22] Informações disponíveis no GeoPOrtal da SEMPOG apenas para este período no Relatório Municipal

Cabe observar que esta situação da emissão dos habite-se corrobora com a opinião dos atores entrevistados. Após o "boom" da construção de hidrelétricas e das vendas aceleradas no período da pandemia houve tendência de acomodação do mercado. Segundo os mesmos atores, a tendência de novos empreendimentos ocorre em bairros selecionados com maior oferta de serviços e equipamentos como, por exemplo, Nova Porto Velho, Lagoa, Triângulo e proximidades do Porto Velho Shopping, Av. Lauro Sodré e proximidades do Centro Administrativo, predominando o habite-se residencial. Com referência ao valor dos imóveis, segundo a diretora da SBS Empreendimentos, Phaena Spengler, o custo da construção civil na Capital é superior ao das cidades estudadas e, no entanto, os preços médios de venda situam-se abaixo das médias das mesmas cidades. Isto se deve a três fatores principais, pelo lado da oferta, o custo do transporte do material de construção, a baixa produtividade da mão obra local e a custos adicionais de investimento em tratamento de água e de esgoto prediais devido a baixa qualidade da oferta destes pela concessionária. Do lado da demanda, a baixa capacidade de endividamento da população, grande parte formada por servidores públicos e a alta taxa de juros. Desta forma as incorporadoras tiveram que reduzir valores de venda se comparados os anos de 2021 e 2024.

O ano de 2022 foi bastante dinâmico. No entanto, a conjuntura atual parece indicar um excesso de oferta diante da demanda[23] o que pode comprovar os valores médios mais baixos para lançamento de apartamentos. Os atores entrevistados concordam com a posição também obtida durante os workshops que, a cidade oferece poucos atrativos para investimentos de maior porte e qualidade. A revisão do Plano Diretor poderia oportunizar novos projetos de requalificação urbana e ampliar densidade construtiva em áreas com disponibilidade de equipamentos e infraestrutura. O presidente regional do CRECI-RO, o Sr. Julio César Pinto, após entrevista por vídeo, quando tomou ciência dos principais pontos levantados sobre o mercado imobiliário de Porto Velho, manifestou a posição da instituição mediante parecer por escrito onde destacou "o papel fundamental do CRECI na mediação entre o mercado imobiliário e o planejamento urbano sustentável em três áreas principais: Adensamento Urbano, Diversificação do Mercado Imobiliário e Parcerias com o Poder Público."

Sobre o preço dos imóveis, em vista da indisponibilidade de dados oficiais, utilizou-se os dados disponíveis no site do "ai Agente Imobiliário".[24] Estes dados permitiram comparações com outras cidades como, Cuiabá e Campo Grande e na ausência de dados de Rio Branco, utilizou-se dados referentes a Palmas. Observou-se que em Porto Velho o preço do m² de venda de apartamentos e casas é inferior aos demais, em média 20% e 22 % respectivamente. O preço do m² de locação para ambos os tipos de imóvel em Porto Velho é o segundo menor entre as cidades comparadas. Os preços médios de venda por bairros em Porto Velho oscilam entre R$ 2.265 e R$ 5.062,00. Os bairros mais valorizados, São Cristóvão próximo ao centro, onde os imóveis podem custar até R$7.600,00/m² e os menos valorizados como o bairro Mariana na periferia da região leste. R$2.280/m².

Em termos de infraestrutura e serviços de saneamento, o diagnóstico do PAEDS-PVH apontou que existem aspectos positivos em Porto Velho, como a recente aprovação da revisão do Plano de Saneamento de Porto Velho (DECRETO Nº 19.686, DE 16 DE JANEIRO DE 2024), e os estudos de viabilidade para publicação de edital de concessão dos serviços

[23] Excetuada a demanda por habitação popular.
[24] https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/ro/porto-velho/

de saneamento. Por outro lado, Porto Velho integra o conjunto de municípios com piores indicadores e, portanto, em relação à presente dimensão - Força Gerativa e Qualidade da Cidade e do Urbano - trata-se de uma condição grave. Esta condição, combinada com expansão da malha urbana, distribuição e crescimento populacional (ainda que em processo de redução de suas taxas anuais, segundo último censo) deve exigir atenção especial nas próximas etapas do presente plano.

Em relação ao abastecimento de água, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS - do governo federal, para o ano base de 2016, indicava o atendimento de 36,25%. Em 2022 este índice evoluiu para 42%, mas permanece como um dos piores indicadores entre as capitais e cidades de porte similar. Além de uma cobertura reduzida no abastecimento, o índice de perda na distribuição é o maior do estado e está entre os maiores do país, com taxas acima de 77% para o mesmo ano base (SNIS, 2022). Segundo informações do plano diretor municipal, em 2018, mesmo áreas atendidas pelo sistema mantinham soluções alternativas de abastecimento, sobretudo via poços, fato que indicava uma insatisfação quanto à qualidade do sistema.

A rede de coleta e tratamento de esgoto atende menos de 10% da população total (índice de atendimento = 9.89%, segundo SNIS, 2022). Esta baixa cobertura do sistema contribui significativamente para baixar a posição do município em qualquer ranking ou índices de desenvolvimento comparativos, ainda que ocorra uma gradual e lenta evolução (em 2018 o índice de atendimento era de 4,76% para o município e 4% para áreas urbanas). Tanto em relação ao sistema de armazenagem e distribuição de água, quanto à infraestrutura de esgoto, existem sistemas independentes - públicos e privados- que buscam atender empreendimentos, isto é, fragmentos do tecido urbano ou pontos específicos.

Segundo Plano Municipal de Saneamento Básico do município, elaborado em 2020, e dados mais recentes do SNIS, 100% da área urbana é coberta por serviços de coleta de lixo. Se considerados indicadores mais rigorosos, um pequeno percentual é atendido por um serviço de coleta indireta, isto é, por meio de container, considerado uma "prestação precária do serviço". O plano de 2020 apontava, entre outros alertas, duas debilidades do sistema: (i) a ausência de programas/ projetos de tratamento de resíduos e baixo percentual de reciclagem e (ii) disposição inadequada, até então concentrada no "lixão da Vila Princesa". Em 2023 o lixão foi fechado e a operação migrou gradualmente para o novo aterro sanitário.

A respeito dos Igarapés cumpre notar os projetos da SEMA PV para adoção de espaços públicos incluindo a conservação de igarapés, regularização fundiária e habitação nas APPs, essenciais para a fortalecer o potencial de atratividade do espaço urbano: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Igarapé da Penal trecho Parque das Águas/ Imigrantes, Igarapé dos Tanques, igarapé Sta. Barbara dentre outros.[25] Por sua importância ambiental e urbanística merecem prioridade e monitoramento constante envolvendo comunidades vizinhas.

No caso da drenagem, embora não existam muitos domicílios sujeitos a risco de inundação (0,4 % segundo dados do SNIS 2022), poucas vias contam com rede de drenagem e menos de 0.5% dos cursos d'água naturais perenes, em áreas urbanas, possuem proteção ambiental ou soluções baseadas em parques lineares.

Em relação às principais deficiências do sistema de drenagem é válido recuperar os

[25] Relatório Anual da SEMA 2023

registros do plano municipal de saneamento (2020): "(...) Ocupação de áreas próximas às margens dos canais, muitas vezes com edificações dentro da APP ou inseridas no leito maior do igarapé; Deposição de resíduos sólidos ao longo dos canais e no sistema de drenagem, impedindo o escoamento superficial dos bueiros; Lançamento de esgoto doméstico *in natura* no sistema de águas pluviais, provocando a poluição das águas, o aumento do volume de escoamento e degradação da estrutura dos dispositivos; Falta de cobertura vegetal para a proteção e estabilização de canais e igarapés, o que resulta na erosão e no assoreamento dos leitos; Retilinização, aterramento e assoreamento dos canais, o que aumenta o escoamento superficial, a antecipação do pico e aumento de volume e vazão das inundações; Supressão de cobertura vegetal e aumento da impermeabilização do solo em decorrência da urbanização, o que também contribui para maior escoamento superficial; Subdimensionamento dos dispositivos de drenagem e estrangulamento das seções dos bueiros; Mau estado de conservação das estruturas de drenagem".

A equipe do PAEDS-PVH buscou compreender dois elementos essenciais para o espaço urbano de Porto Velho; mobilidade e logística. Sobre o primeiro, o indicador IBEU para Mobilidade Urbana (Observatório das Metrópoles - IPPUR/UFRJ) situa o índice de mobilidade de Porto Velho (cidade) como muito bom, 0,91 pontos, atrás de Rio Branco 0,94 pontos e, na frente de capitais como Cuiabá, Goiânia, Palmas e Campo Grande. O índice é calculado a partir do deslocamento casa-trabalho, sendo considerado como tempo de deslocamento adequado quando as pessoas gastam até 1 hora por dia no trajeto casa-trabalho. Os fatores que contribuem para esta avaliação positiva na cidade de Porto Velho devem ser atribuídos a confortável malha viária ortogonal com 76% de pavimentação (a média do estado RO é 56%), o bom desempenho do transporte público coletivo, (analisado em separado) e, uma densidade bruta baixa do tecido urbano de apenas 28,9 hab./ha.

Por outro lado, ainda existem ameaças que poderão desqualificar o sistema de mobilidade urbana de Porto Velho, como:

- **A baixa intermodalidade entre pedestres, ciclistas, veículos privados e o transporte aquaviário. Sistema que poderá ser aprimorado por redes e nós de intermodalidade, com informações alternativas incluindo a pegada de carbono de cada modo de deslocamento.**

- **O conflito entre o tráfego de cargas e o tráfego local. Cerca de 2.200 caminhões diários atravessam o tecido urbano na direção dos portos. Segundo informações disponíveis no site do DETRAN/RO do total de 6.012 acidentes ocorridos em 2023 na área urbana de Porto Velho, 1.082, ou 18% do total, aconteceram em apenas 4 vias que levam aos portos, os trechos urbanos das BR-319, BR 364, Av. Calama e Rio Madeira. Por outro lado, o impacto ambiental de cerca de dois mil caminhões carregados de grãos e outras commodities trafegando na área urbana representa cerca de 17, 6 toneladas dia de CO2 lançados no ambiente urbano.[26]**

- **A situação deteriorada e acessibilidade das calçadas foi levantada pelos participantes do Workshop de Mobilidade e, também, no índice IBEU onde integra a Infraestrutura Urbana (0,58 pontos- nota Ruim) e, igualmente, em pesquisa com os usuários do transporte público onde 65,7% dos usuários de ônibus declaram que a caminhabilidade nas calçadas**

[26] Ver referencias capitulo D1 Infraestrutura. Parâmetro 1L de diesel = 2,6 kg CO2. ( IPEA 2011 Texto para discussão 1606)

**é insatisfatória[27] Há que se considerar também que as escassas áreas de sombra nas vias são um desestímulo ao deslocamento de pedestres e, um fator negativo na avaliação da qualidade do espaço urbano, especialmente nas altas temperaturas do clima de Porto Velho. A prefeitura dispõe de Plano de Arborização que carece de estratégia para implantação.**

- **Ainda com aspecto a ser melhorado é a existência de apenas 22 km de ciclovias, com poucos equipamentos de apoio (sinalização e bicicletários) em área urbana com traçado e topografia favoráveis.**

Entendendo logística neste como o sistema que reúne os principais equipamentos e infraestrutura utilizados para o transporte multimodal de cargas com destino e origem em Porto Velho. O diagnóstico elaborado pela equipe do PAEDS-PVH entendeu que o conjunto portuário existente na sede compõe o "Arco Norte"[28], principal rota comercial do Norte do país e é o maior ativo para o desenvolvimento econômico municipal. Localizados na margem direita do Madeira, o porto público de Porto Velho gerido pela Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia-SOPH,[29] os 22 terminais privados especializados (grãos, fertilizantes, carnes, gás e combustível) e o Portochuelo, geram empregos, impostos e oportunidades locais.[30]

O Porto Público ocupa uma área aproximada de 20 hectares próxima à Ponte Rondon-Roosevelt e a pouca distância do centro urbano. O principal acesso é pela BR-319, continuidade da BR-364, ambas atravessam o tecido urbano gerando conflitos entre tráfego de carga e local. Os contornos e alças de acesso à ponte, os acessos aos portos e o estacionamento de caminhões são precários. O Portochuelo localizado ao Norte do tecido urbano foi instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 823/2020. Delimita a Zona de Urbanização Específica Portuária - ZUEP, aproximadamente 300 hectares, correspondente ao Portochuelo. Estabelece diretrizes para o uso e ocupação do solo de forma complementar ao Plano Diretor e cria um Comitê para a gestão.

No entanto, não há um plano urbanístico que estabeleça diretrizes viárias para vias internas e acessos, nem zoneamento específico para as áreas de retroporto e área de influência das vias de acesso. O acesso atual é pela precária Estrada da Penal a partir da BR-319 em área urbanizada. O acesso alternativo ao Portochuelo é por via ainda não pavimentada , conhecida como "Expresso Porto", a partir da BR-364 próximo ao município vizinho de Candeias do Jamari, até encontrar a Estrada da Penal. O projeto para a rodovia é segmentado em trechos que dependem de ações federais, estaduais e municipais. A forma como os portos se instalaram, desarticulada de uma visão integrada do complexo portuário e do plano urbanístico municipal, constitui a principal fraqueza da logística, gerando conflitos e custos adicionais de congestionamento e ambientais, além de externalidades negativas para o entorno urbano.

Outro componente relacionado à logística é o Distrito Industrial com localização estratégica à margem da BR-364, nas proximidades do limite com o município de Candeias do Jamari. Embora com cerca de 70% de seus

[27] Pesquisa SEMTRAN-JTP Transportes 2024

[28] Elaborou-se um plano estratégico em 2016 denominado Arco Norte (uma articulação de segmentos econômicos e políticos das regiões centro-oeste e Norte), que se apresenta como uma alternativa para o escoamento das commodities brasileiras, se destacando com solução para gargalos logísticos do setor produtivo brasileiro.

[29] Empresa Publica Vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura- SEDI.

[30] Fontes de informação utilizadas "Plano de Ordenamento de Tráfego 2018" Governo do Estado de RO.

espaços vazios devido a questões fundiárias e de gestão entre a Prefeitura e o Governo do Estado, é potencialmente um polo gerador de cargas que contribuiria não só para a redução dos veículos de carga no tecido urbano, mas, também, para a diversificação de empreendimentos complementares à atividade industrial.

Equipamentos de apoio à logística que não se observam em Porto Velho estão acontecendo no limite municipal em Candeias do Jamari e muito próximo ao Distrito Industrial. Está em operação um Centro de Serviços, investimento privado, para atendimento de mais de mil caminhões. Com referência à escala municipal há grande disparidade na concentração da totalidade do transporte urbano e dos equipamentos de infraestrutura de logística na sede e total ausência nos distritos. Este fato constitui ameaça para o desenvolvimento sustentável das vocações econômicas distritais.

O transporte público coletivo nas cidades é fundamental para o desenvolvimento econômico, promovendo a integração entre os locais de moradia, trabalho, equipamentos públicos e serviços essenciais como saúde e educação, dentre outros. O serviço de transporte público coletivo de Porto Velho apresenta indicadores operacionais e de opinião do usuário que demonstram qualidade e benefícios para a economia local, tanto por sua abrangência quanto pela satisfação do usuário. São 17 linhas de ônibus operadas pela empresa JTP Transportes, cujos itinerários abrangem todos os bairros e principais equipamentos públicos, inclusive áreas portuárias e o distrito industrial. O número de passageiros transportados por dia é de 42 mil e, 950 mil passageiros por mês. Embora de boa qualidade, a demanda vem caindo, como ocorre em geral nas cidades brasileiras. Em recente pesquisa de satisfação do usuário[31] mais de 72% dos passageiros pesquisados demonstraram estar satisfeitos com a qualidade da viagem e, 65,7% declaram levar menos de uma hora no trajeto casa-trabalho. Segundo o Relatório Executivo da SEMTRAN de maio de 2024[32] apenas 5,2 % dos atendimentos do serviço de atendimento aos usuários do transporte coletivo representaram reclamações.

A qualidade da frota é outro aspecto positivo, são cerca de 120 veículos com idade inferior a 5 anos, incluindo, acessibilidade, ar-condicionado e WIFI. O valor da Tarifa única de R$4,50 está na média dos valores praticados em cidades de mesmo porte havendo isenção para todas as prioridades legais. A tecnologia embarcada conta com bilhetagem eletrônica e conectividade com o usuário.[33]

Por outro lado, o diagnóstico do PAEDS-PVH buscou compreender as iniciativas e a capacidade de planejamento urbano de Porto Velho. Dentre os principais aspectos positivos do planejamento municipal cabe destacar que a Prefeitura dispõe na atual Secretaria Municipal de Economia - SEMEC, extinta Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão - SEMPOG, de um significativo potencial constituído por, uma equipe dedicada exclusivamente ao planejamento urbano e territorial (Plano Diretor) articulado aos demais planos setoriais (Planos de Mobilidade, Saneamento Básico, Turismo, Local de Habitação de Interesse Social, Arborização) e sociais (Saúde, Educação e Assistência Social). Além de ter método desenvolvido para

[31] Síntese da Pesquisa da SEMTRAN|JTP Transportes 2024.
[32] Relatório Executivo serviço de atendimento aos usuários do transporte urbano Porto Velho, maio 2024.
[33] O sistema dispõe de conectividade com o usuário pelo Aplicativo CittaMobi da Companhia de Ônibus Municipal (COM) de Porto Velho que, além de base de dados para o planejamento, permite aos usuários, comunicação com o operador do sistema, verificar as linhas que passam por um determinado ponto de embarque e mostrar o tempo de espera para o próximo ônibus. O app também fornece uma lista detalhada de paradas para cada linha, juntamente com um mapa que mostra a rota dos ônibus em tempo real.

convergência de todos os planos supracitados com o plano de governo, para a elaboração do PPA, intitulado "Planejamento Estratégico 2017-2020. A secretaria conta também com sistema municipal de informações urbanas e territoriais - SMIUT, apoiado por sistema de informações geográficas GeoPortal PMPV com acesso público a informações e mapas interativos.

O grande desafio reside justamente na integração dos planos setoriais, na construção de uma visão estratégica de longo prazo, abrangendo a capital e os distritos, capaz de comunicar ao setor público e ao setor privado a proposta e as prioridades para o desenvolvimento municipal sustentável em longo prazo, de forma sistemática, contínua, incluindo valores e prioridades junto ao PPA. Ativos como, o Porto Público, o Portochuelo, o Distrito Industrial, as Hidrelétricas, a Orla Urbana da margem esquerda do Madeira e, a Orla Sustentável da margem direita do Madeira, merecem um plano urbanístico detalhado promovendo a conectividade (mobilidade) e sinergias, proposição de sistema viário com articulação interfederativa (BR 364, Expresso Porto, Estradas Belmonte e Penal) de um zoneamento de uso e ocupação do solo, da participação dos investidores privados (Cargill, Amaggi, Hermasa, outras).

Na escala dos distritos, carecem de um plano articulado e detalhado, abrangendo as vocações dos potenciais amazônicos (a biotecnologia e o extrativismo sustentável) e da agricultura intensiva de grãos (soja, milho), mineração e de um cinturão olerícola, incluindo temas como: Infraestrutura de mobilidade (rodoviária e hidroviária), Zoneamento Econômico Ecológico, equipamentos de armazenagem e distribuição e comercialização, articulação com entidades de pesquisa e inovação.

A insuficiência na fiscalização de edificações e do parcelamento do solo foi destacada como uma fraqueza nos workshops e entrevistas, principalmente em vista do prejuízo a qualidade urbanística e ambiental e pela insegurança do empreendedor - incerteza para avaliar condicionantes e resultados. O aspecto que também merece consideração é a cultura antiga e burocrática fiscalizatória de multas ao invés de prática e orientativa.

A irregularidade fundiária urbana foi destacada nos vários encontros como um óbice ao desenvolvimento comercial e industrial, em especial, para a obtenção de crédito junto a entidades de fomento e certidões públicas. No entanto, esta fraqueza que ameaça o setor produtivo, vem sendo combatida pela SEMDEC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade que, no período de 2020 a 2022 regularizou 6.355 imóveis (DRIS/SEMUR, 2022) na sede municipal e nos distritos.

Cabe ainda destacar como iniciativas positivas do governo municipal a desburocratização, digitalização, do processo de consulta e emissão de alvarás e, também, a adesão em 2022 ao programa de Incentivo às Construções Sustentáveis realizado pela International Finance Corporation (IFC), do Grupo Banco Mundial. O programa encontra-se em fase final de detalhamento de legislação que concede incentivos à construção verde.

No contexto do PAEDS-PVH, entender a qualidade do espaço urbano e o desenvolvimento econômico sustentável se mostrou importante à medida que o espaço urbano pode gerar novas economias de aglomeração, redes sociais e culturais capazes de gerar trocas de ideias, informações e experiências, coesão social e identidade urbana e redução das desigualdades sociais. Considerando isso, foram identificados vários aspectos positivos dos espaços urbanos dedicados à atividade econômica, como: (i) a existência das áreas portuárias e do distrito industrial; (ii) novas áreas comerciais surgindo no eixo da Av. Rio Madeira, como o Porto

Velho Shopping; (iii) espaços gastronômicos com apelo turístico na margem direita do rio Madeira; e (iv) a força do comércio popular de produtos locais alimentícios e artesanato.

Por outro lado, também foram identificados alguns aspectos negativos, como: a insuficiência de espaços complementares à atividade portuária; a estagnação do espaço do distrito industrial e a carência de investimentos neste tipo de empreendimento; a deterioração do comércio próximo a área central; a informalidade do comércio junto ao porto aquaviário de passageiros.

Além disso, Porto Velho dispõe ativos florestais significativos, localizados em conjuntos maiores na margem esquerda do rio Madeira, representados por florestas e Unidades de Conservação nacionais, estaduais e municipais totalizando 39,10% (Área total de UC: 13328,5 km²) território municipal. Na escala urbana, a situação no tecido urbano é outra. Embora existam fragmentos da APP do rio Madeira, e maciços de áreas verdes, no Parque Natural Municipal e ESEC do Madeira, ambos na periferia urbana, a existência de áreas verdes (maciços florestais) representa menos de 2% da área efetivamente ocupada e a arborização das vias públicas menos de 40% (IBGE 2010).

Cabe notar também a discrepância entre a significativa rede de igarapés na área urbana e a baixa correspondência com áreas de parques urbanos lineares. Estimativa preliminar avaliando-se o mapa de áreas verdes conclui-se que uma minoria de Igarapés são UCs ou Parques urbanos. O IPS referente a Praças e Parques em áreas urbanas apresentou o pior indicador (2,32) para Porto Velho entre as cidades comparadas, sendo o melhor (12,71) em Campo Grande. A área central do comércio onde estão próximos o mercado municipal e o centro cultural Madeira-Mamoré, principal ponto turístico urbano, apresentam a mesma deficiência. Aspectos negativos para a caminhabilidade contrapondo ao desenvolvimento do turismo, comércio e serviços locais. Esta condição contribui para uma paisagem urbana árida e carente de sombras, uma baixa identidade urbana, especialmente onde as temperaturas médias anuais são de 34º. O aspecto positivo a destacar é que o município dispõe de plano de arborização, no entanto, sua implementação é lenta e descontínua.

Considerando ainda o IPS, calculado pelo Instituto Votorantim, o índice de vulnerabilidade climática para Porto velho é o mais elevado entre as cidades comparadas, 63 pontos, sendo os menores índices atribuídos para as cidades de Palmas e Cuiabá, respectivamente 37 e 35 pontos. É oportuno destacar o risco hídrico em vista do regime do rio Madeira que, repetidamente e recentemente vem apresentando situações críticas de períodos de seca, afetando diretamente a atividade econômica em Porto Velho. A principal ameaça neste quesito é externa, uma vez que a abrangência da bacia do Madeira, de 1,4 milhão km² e extensão de 3.240 km, depende das condições ambientais e socioculturais de 2 países, Bolívia e Peru, e os estados do Acre e do Amazonas. Cerca de 50% situam-se em território brasileiro e apenas 25% em território do município de Porto Velho. Segundo o IBEU os aspectos negativos de maior peso nas condições ambientais do espaço urbano além da arborização são, o esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios. O Índice IPS Brasil para moradia é o mais baixo das cidades comparadas, 89 pontos, superado por Sinop, 94 e Vilhena, 96 e somente superior a Rio Branco, 80 pontos.

Ainda neste contexto, o diagnóstico buscou mapear a existência de equipamentos públicos e a sua funcionalidade para a promoção de atividades econômicas. No quesito para acesso à cultura, lazer e esporte o Índice IPS

confere a Porto Velho avaliação de 8 pontos, média para boa, considerando como critério único apenas a existência de ao menos um equipamento por categoria. Comparando-se às cidades do quadro geral de indicadores em Rondônia, a capital está na frente de Ji-Paraná, Ariquemes e Cacoal (7; 7; e 6 pontos), empata com Vilhena e, atrás de Sinop (11 pontos) e das demais capitais comparadas (Rio Branco, Cuiabá, Campo Grande, Goiânia, Palmas). Estes dados referem-se a sede da capital que concentra a quase totalidade destes equipamentos. No entanto, na escala municipal, segundo manifestações durante os workshops há carência de equipamentos sobretudo de cultura, lazer e esportes. As grandes distâncias entre os distritos também corroboram para dificultar o acesso aos equipamentos.

Avaliando-se a distribuição espacial na área urbana de Porto Velho observou-se que há uma relativa distribuição equitativa da quantidade de equipamentos entre os bairros, no entanto observa-se que a região Leste da cidade apresenta a menor variedade, predominando os equipamentos de educação.

Os investimentos em saúde e educação, especialmente, além do bem-estar e formação da população, são comprovadamente responsáveis por efeitos multiplicadores na economia, como: geração de empregos diretos e indiretos, desenvolvimento tecnológico e da produtividade, fornecimento de bens e serviços além do consumo gerado pela massa salarial dos trabalhadores e remuneração dos atores-chave destes setores.

No setor de saúde a dimensão e complexidade dos "clusters" (aglomerações formadas pelos equipamentos) representam fator importante na força gerativa (centralidade) de uma cidade. Com relação aos equipamentos de saúde, Porto Velho dispõe de uma rede composta por hospitais, clínicas, laboratórios e cursos de medicina com atendimento pelo SUS e particular. O conjunto hospitalar composto por 7 estabelecimentos oferta atendimento para todas as especialidades totalizando 200 leitos (datasus) representando 48% do total de leitos disponíveis no Estado. A média de leitos/1.000 hab. é de 2,3 em Porto Velho, indicador com oferta próxima ao preconizado pela OMS (3,2 leitos/1.000 hab.).

Os equipamentos de saúde em Porto Velho atendem a população de todos os municípios no Estado, especialmente aqueles ao longo do corredor da BR-364 e, inclusive alguns municípios dos Estados do Acre e Amazonas, representando cerca de 32% dos atendimentos e procedimentos. Este público externo representa um potencial significativo para a economia local, acrescendo demanda para o mercado imobiliário, comércio e serviços. Outro elemento importante que impulsiona a economia no setor de saúde são os cursos de medicina, formando profissionais e desenvolvendo pesquisas e tecnologia, ofertados por três Instituições de Ensino Superior, Universidade Federal de Rondônia, Faculdade Metropolitana e Centro Universitários São Lucas. Em números não oficiais estima-se que estes centros abrigam um total de 900 alunos.

O setor de saúde, portanto, tem um grande potencial para ampliar sua contribuição de forma sustentável com a economia de Porto Velho, desde que, se consolide uma política articulada de investimentos em formação, pesquisa, centros de atendimento, para a consolidação de um "cluster do setor saúde".

O quadro 4, abaixo, apresenta uma análise SWOT para sintetizar a o diagnóstico realizado pela equipe do PAEDS-PVH para esta dimensão.

Quadro 4- Análise SWOT da Dimensão 4

## Forças

- **Existência de capital humano e cultural:** a população de Porto Velho é predominantemente jovem e em idade ativa, o que representa um grande potencial para a força de trabalho e o desenvolvimento econômico. O município também tem atraído migrantes de diversas origens, criando uma comunidade multicultural e dinâmica.
- **Crescimento do mercado imobiliário:** o mercado imobiliário, apesar de alguns desafios, apresenta potencial de crescimento, com áreas valorizadas e em expansão, principalmente na região Leste da cidade.
- **Boa estrutura de transporte e logística:** o município possui uma malha viária bem estruturada e um sistema de transporte público eficiente, o que contribui para a mobilidade urbana. Além disso, o complexo portuário de Porto Velho desempenha um papel crucial na logística e no desenvolvimento econômico da região, sendo um importante centro de escoamento de produtos agrícolas e outros bens.
- **Existência de planejamento urbano:** a prefeitura dispõe de uma equipe dedicada ao planejamento urbano e conta com diversos planos setoriais e um sistema de informações geográficas, o que demonstra um esforço para organizar o crescimento da cidade.
- **Existência de equipamentos públicos:** Porto Velho possui uma rede de equipamentos públicos de saúde e educação que atendem não só a população local, mas também de municípios vizinhos, o que contribui para a economia local e a centralidade de Porto Velho na região.

## Fraquezas

- **Desafios no saneamento:** o saneamento básico é um dos principais desafios do município, com baixos índices de cobertura de água e esgoto, o que impacta a qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico.
- **Expansão urbana desigual:** a expansão urbana tem ocorrido de forma desigual, com áreas de ocupação irregular e baixa qualidade de infraestrutura, principalmente na região leste.
- **Desafios do mercado imobiliário:** o mercado imobiliário também enfrenta desafios, como o alto custo da construção civil e a baixa capacidade de endividamento da população, o que limita o acesso à moradia e o desenvolvimento do setor.
- **Baixa integração:** apesar da boa infraestrutura viária, a cidade enfrenta desafios como a falta de integração entre diferentes modais de transporte, conflitos entre o tráfego de cargas e o tráfego local, e a necessidade de melhorias na infraestrutura de apoio à logística, como acessos aos portos e estacionamentos para caminhões.
- **Dificuldades na gestão urbana:** a integração dos planos setoriais e a construção de uma visão estratégica de longo prazo ainda são desafios para o planejamento urbano de Porto Velho. A falta de fiscalização e a irregularidade fundiária também são obstáculos ao desenvolvimento da cidade.
- **Carência de espaços urbanos:** o município carece de espaços públicos de qualidade, áreas verdes e arborização, o que impacta a qualidade de vida da população e o desenvolvimento do turismo e do comércio.
- **Distribuição desigual dos equipamentos públicos:** a distribuição desigual dos equipamentos públicos entre os bairros da cidade e a falta de manutenção são desafios a serem superados.

## Oportunidades

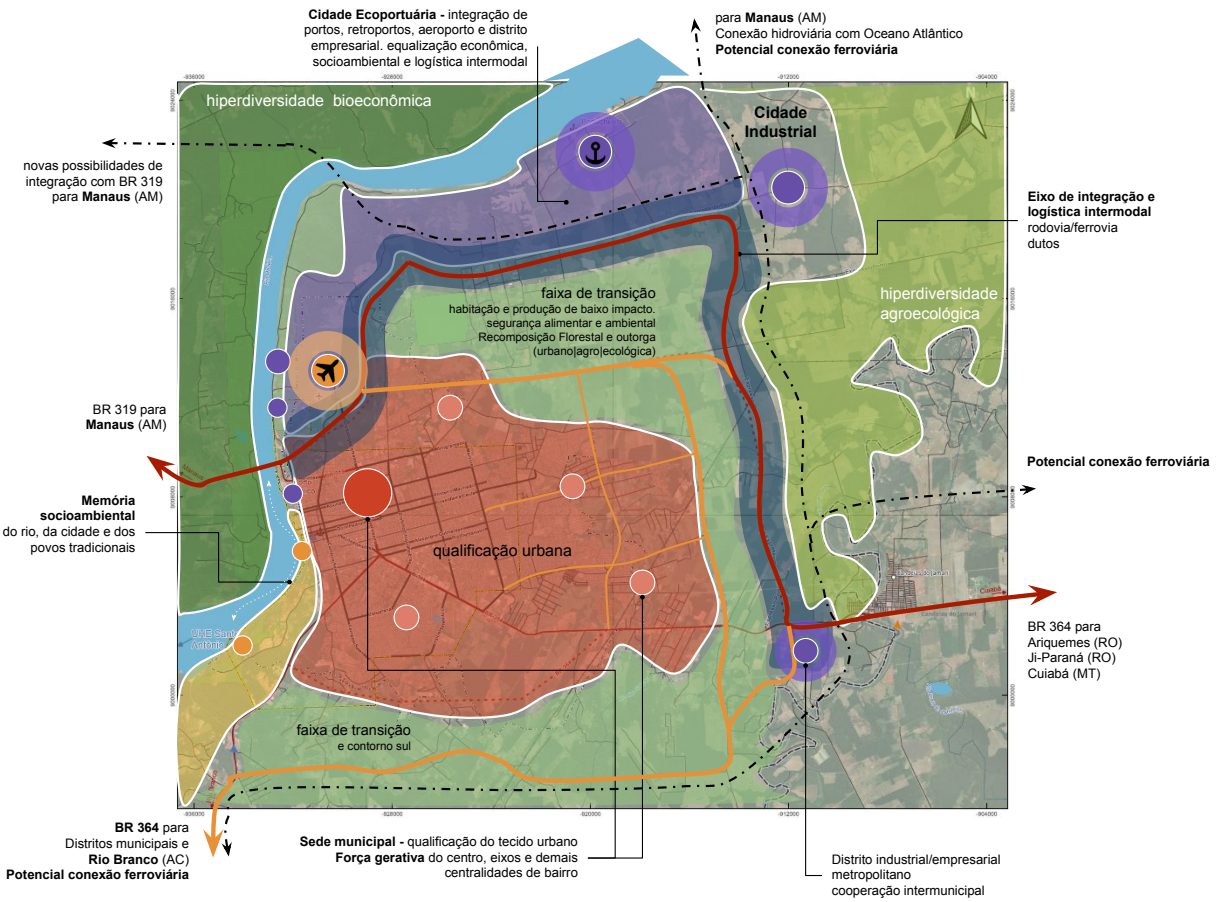
- **Otimização da infraestrutura e serviços públicos**: a tendência de redução da taxa de crescimento populacional pode ser vista como uma oportunidade para qualificar os serviços, equipamentos e infraestrutura da cidade, melhorando a qualidade de vida da população e atraindo novos investimentos.
- **Requalificação urbana e adensamento estratégicos:** a revisão do Plano Diretor pode abrir oportunidades para novos projetos de requalificação urbana e ampliação da densidade construtiva em áreas com boa infraestrutura, impulsionando o mercado imobiliário e o desenvolvimento da cidade.
- **Salto na qualidade de vida e saúde pública:** a aprovação do Plano de Saneamento e os estudos para a concessão dos serviços de saneamento representam oportunidades para melhorar a infraestrutura e os serviços de saneamento básico, o que teria um impacto positivo na qualidade de vida, na saúde pública e no desenvolvimento econômico.

## Ameaças

- **Êxodo rural e desigualdades regionais:** o esvaziamento demográfico dos distritos e a migração de pessoas com baixa renda para a área urbana podem gerar pressões sobre os serviços públicos e o mercado de trabalho, além de ampliar as desigualdades regionais.
- **Expansão urbana desordenada e especulação imobiliária**: a expansão urbana desordenada, impulsionada pela especulação imobiliária, especialmente na margem esquerda do rio Madeira, pode levar à ocupação de áreas inadequadas, à deterioração do espaço urbano e a problemas socioambientais.
- **Estagnação do mercado imobiliário:** os altos custos dos insumos da construção civil podem limitar o acesso à moradia, restringir o desenvolvimento do mercado imobiliário e impactar o crescimento urbano.
- **Degradação ambiental e riscos à saúde pública:** a falta de saneamento básico e a poluição hídrica geram impactos negativos na saúde da população, no meio ambiente e na qualidade de vida, além de aumentar os custos para o tratamento de água e esgoto.

| Oportunidades | Ameaças |
|---|---|
| • **Conectividade regional:** a existência de espaço urbano para ampliação da infraestrutura de logística e mobilidade, bem como a possibilidade de integração do sistema viário e a construção de uma nova ponte sobre o rio Madeira, são oportunidades para melhorar a logística e a mobilidade na cidade e na região.<br>• **Gestão pública eficiente e atrativa:** a desburocratização e a digitalização de processos, como a consulta e emissão de alvarás, e a adesão ao programa de Incentivo às Construções Sustentáveis são oportunidades para modernizar a gestão pública e atrair investimentos para a cidade.<br>• **Qualidade de vida urbana:** a existência de ativos florestais e áreas verdes na cidade, como o Parque Natural Municipal e a ESEC do Madeira, representam oportunidades para o desenvolvimento do turismo ecológico e a criação de espaços públicos de qualidade, melhorando a qualidade de vida da população e a atratividade da cidade.<br>• **Polo de saúde:** o potencial do setor de saúde, com a presença de hospitais, clínicas, laboratórios e cursos de medicina, pode ser melhor explorado para impulsionar a economia local e atrair investimentos na área. | • **Deterioração do centro urbano:** a deterioração da qualidade do espaço urbano central pode afetar a atratividade da cidade, o desenvolvimento econômico e o turismo.<br>• **Ineficiência logística e mobilidade urbana:** a ausência de diretrizes e projetos interfederativos para o transporte de cargas pode levar ao aumento dos custos logísticos, a conflitos de tráfego e à perda de competitividade.<br>• **Instabilidade nos investimentos:** a falta de participação dos atores-chave na definição de uma visão comum para o desenvolvimento de Porto Velho pode levar à descontinuidade de investimentos em projetos estratégicos, impactando o crescimento da cidade.<br>• **Ausência de planejamento estratégico integrado:** a falta de uma visão estratégica que integre os ativos econômicos e promova a discussão com os diferentes atores pode comprometer o desenvolvimento sustentável e a competitividade da cidade.<br>• **Inadequada fiscalização do uso do solo:** a fiscalização deficiente do uso e ocupação do solo pode levar à cultura da irregularidade, à deterioração do espaço urbano e a problemas socioambientais. |

Figura 9 – Integração dos Ativos Urbanos



# 3.5. BEM-ESTAR SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA (D5)

Esta dimensão analisou a situação atual do município de Porto Velho em relação ao bem-estar e a qualidade de vida alcançada pela população. Este é um tema amplo que se sobrepõe à outras dimensões, sobretudo ao espaço urbano, na medida que as condições de moradia, tratamento de esgoto, infraestrutura e beleza urbana impactam diretamente na percepção de bem-estar e ao mesmo tempo determinam a qualidade de vida. O diagnóstico mostrou que Porto Velho enfrenta desafios significativos em relação à qualidade de vida, embora recentemente tenha feito progressos surpreendentes em algumas frentes.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2022, trabalhados e divulgados pelo IBGE, Porto Velho atingiu em 2022 a população residente de 460.434 habitantes, com uma taxa de crescimento de 0,66% ao ano entre 2010 e 2022, arrefecendo o ritmo de crescimento de 2,50% ao ano observada na década anterior. O período recente representou a menor taxa de crescimento populacional do município dos últimos 50 anos, indicando tanto as reduções nas taxas de fecundidade e natalidade como nos movimentos migratórios para Rondônia em geral, e para Porto Velho, em especial. Entre 2010 e 2022 a população de Rondônia observou um crescimento demográfico de apenas 0,1% ao ano, com uma população que evoluiu na margem de 1,562 milhões, em 2010, para 1,581 milhões, em 2022. Uma expansão de somente 19 mil pessoas em 12 anos, refletindo um saldo migratório negativo no Estado. Ainda de acordo com o Censo Demográfico, a estrutura demográfica de Porto Velho apresentou uma idade mediana de 31 anos, uma Razão Sexo de 96,76 homens para cada 100 mulheres e um Índice de Envelhecimento de 47,07 (pessoas com 60 anos ou mais de idade para cada 100 pessoas com até 14 anos).

A pirâmide etária reflete a redução das taxas de natalidade e fecundidade, com bases relativamente mais estreitas da idade mediana para baixo. O formato de garrafão refletido na pirâmide etária, como o afunilamento crescente das faixas etárias a partir de 35-39 anos de idade, reflete condições mais deficientes para a perspectiva de uma vida longa e saudável. Por outro lado, a estabilidade das faixas de 20 a 44 anos de idade, em volta de 4,0%, indicam o passado recente de fluxo de ingresso de população jovem (migração) das últimas décadas.

A pirâmide de Porto Velho guarda mais semelhanças com as pirâmides de Ji-Paraná, Cuiabá e Rio Branco, ainda que todos os municípios de referência apresentem o fenômeno do estreitamento da base. Este formato para Rio Branco indica que está observando a fase conhecida como bônus

demográfico, em que a população com idade ativa (entre 15 e 60 anos), que representa 66,84% dos habitantes, supera a população em idade inativa, com 33,16%, definindo uma Razão de Dependência Total de 41,3 (pessoas em idade inativa para cada 100 pessoas em idade ativa).

Os estratos de população mais representativos em Porto Velho são da cor parda (63,4%) e branca (26,3%), ainda que entre os Censos de 2010 e 2022 tenha se observado declínio da população branca e amarela e acréscimo da população parda, negra e indígena, tendência também observada, entre os municípios de referência, somente em Ji-Paraná. Finalmente, Porto Velho apresentou uma expressiva taxa de alfabetização de 95,6%, superior à média estadual, de 93,6%, e da Região Norte, de 91,8%, em que pese a população indígena do município apresentar uma taxa de alfabetização menor, de 89,2%, refletindo as desigualdades estruturais de acesso à educação.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas apresentou aos países-membros uma agenda para o desenvolvimento sustentável – Agenda 2030, com o propósito de estabelecer metas, prazos e compromissos para o enfrentamento dos principais problemas globais relacionados com a pobreza, fome, desigualdades de gênero, de raça e de acesso à vida saudável, educação de baixa qualidade, desemprego e o crescimento insustentável. A intenção é envolver governos, sociedade civil e o setor privado em um conjunto de ações para reduzir a fome e a pobreza nos países, minimizar os efeitos das mudanças climáticas e garantir mais igualdade e qualidade de vida às pessoas.

Esse pacto supranacional se materializou nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas, estipulando o ano de 2030 como prazo para que a humanidade alcance os compromissos assumidos. O IDSC (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades), calculado no Brasil pelo Instituto Cidades Sustentáveis,[34] monitora 100 indicadores sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, definidos em 2015 como metas globais para 2030. Entre os objetivos, a iniciativa quer erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade, proteger o meio ambiente e o clima.

Nos termos do ISDC, os dados para Porto Velho apontaram que o município ocupa a última posição no ranking das 12 cidades da região norte, com um valor de 37,3 numa escala de 0 a 100. Os três piores indicadores, entre os 17 que estão puxando índice para baixo, são os ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura), 14 - Vida na água e 17 - parcerias e meios de implementação, sendo possível também incluir um quarto indicador muito baixo que é o ODS 5 – Igualdade gênero. Por sua vez os três melhores indicadores são 1-Erradicação da pobreza, 7-Energia Limpa e Acessível e 10-Redução das Desigualdades. Os dados revelam muita variação entre os indicadores, com um valor mínimo de 0 no indicador 14-Vida na água e um valor máximo de 77, no indicador 7-Energia limpa e acessível. O indicador 14 depende essencialmente da variável "esgoto tratado antes de chegar aos mares, rios e córregos", que também está zerada. O indicador 9 está sendo restringido pela variável "Investimento público em infraestrutura urbana por habitante" e o indicador 17 está sendo impactado pela variável "investimento público". É possível perceber uma sobreposição da variável "investimento público" e "investimento público em infraestrutura", de forma que a causa é mesma. No entanto, há razões para crer que este resultado esteja mudando (ver dimensão 6 – Governança), onde é possível perceber uma significativa melhoria nas finanças públicas e na capacidade de investimento e licitação, de forma que é esperado uma considerável

[34] Relatório Anual da SEMA 2023

mudança no rank de Porto Velho no que se refere a este indicador.

Feito esta visão geral em termos de população, demografia e ODS, para avaliar a dimensão D6-Bem-estar e Qualidade de Vida dividiu-se o tema em três blocos principais: a) Vulnerabilidade e assistência social, b) saúde, c) educação. As questões relativas à vulnerabilidade e assistência social, saúde e educação impactam diretamente os seguintes indicadores ODS: 1,2,3,4,5,10,11,16. Os ODS's possuem diversas variáveis para cada indicador e o objetivo deste diagnóstico não é realizar um estudo pormenorizado destes indicadores.

A questão da vulnerabilidade e assistência social impacta diretamente em vários indicadores ODS. Em relação ao ODS 1 – Erradicação da Pobreza, optou-se por tratar da qualidade da política local que monitora e atende especialmente a população em situação vulnerável, como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no país, com um modelo de gestão participativa e articulada nos três níveis de governo. Avaliar, portanto, a participação do município no sistema nacional significa avaliar a capacidade local de enfrentar e superar condições estruturais de vulnerabilidade. Os índices selecionados para esta finalidade são o IGD/SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS Municipal, IGD/PBF - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e IDCRAS – Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência de Assistência Social.

O IGDSUAS permite acompanhar e aferir a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como das ações de coordenação, monitoramento e avaliação do Sistema de Assistência Social. O índice também orienta ações para o aprimoramento da gestão do SUAS e da qualidade dos serviços ofertados a população. O cálculo do IGD é composto por 4 fatores: 1) taxa de atualização cadastral e taxas de acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação; 2) adesão ao Sistema Único de Assistência Social (Suas); 3) prestação de contas; e 4) parecer das contas do uso dos recursos. O IGD é um indicador que mede os resultados da gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único e representa uma estratégia inovadora para medir o desempenho de cada município, estimular resultados cada vez mais qualitativos e compor a base de cálculo de recursos a serem transferidos aos municípios. Desta forma, associa a gestão por resultados aos recursos financeiros a serem transferidos, que devem ser utilizados para melhoria da gestão da política de assistência social. Cada vez que Porto Velho aprimora e amplia ações integradas do SUAS, o município eleva seu IGD e o valores transferidos para qualificar ações gerenciais previstas no plano municipal de assistência social, tais como: Gestão de serviços; Gestão e organização do SUAS; Implementação da vigilância socioassistencial; Apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social; Gestão financeira dos fundos de assistência social; e gestão e organização da rede de serviços assistenciais; entre outras atividades previstas em plano de ação.

Os índices IGD/SUAS, IGD/PBF e IDCRAS são calculados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.[35] Em dezembro de 2021, o IGD/SUAS de Porto Velho era 0,76, enquanto Rio Branco (AC) e Cuiabá (MT) registravam 0,82 e 0,74 respectivamente. Estas duas capitais serão utilizadas como base comparativa, entre "municípios de grande porte" segundo categoria do SUAS. É válido destacar que um índice acima de 0.9 na gestão do SUAS

[35] Fonte: MDS/SAGI - https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri - acesso em julho de 2024

enquadra o município no valor máximo de repasses de recurso do SUAS. Em outro extremo, índices abaixo de 0,2 mantém valores mínimos de repasse.

Em relação ao Programa Bolsa Família, o índice municipal está em 0,73 (registrado em maio de 2024). Rio Branco (AC) e Cuiabá (MT) apresentam, respectivamente, 0,75 e 0,76. No caso do IDCRAS, os valores registrados buscam retratar, por unidade (CRAS) a qualidade dos serviços prestados e consideram a estrutura física, profissionais disponíveis, serviços e benefícios. O IDCRAS médio de Porto Velho é 0.70, enquanto nas demais capitais avaliadas, Rio Branco (AC) e Cuiabá (MT) os índices registrados são, 0,77 e 0,70.

Além dos indicadores de esforço, representados pelos três índices nacionais de gestão descentralizada e de qualidade dos serviços, o plano deve contar com indicadores de resultado, isto é, a demonstração e acompanhamento de variáveis de impacto na condição de vida.

A vulnerabilidade social em Porto Velho é um tema de extrema importância para compreender a realidade do município e sua capacidade de superação de condições estruturais e, portanto, de desenvolvimento nas distintas dimensões analisadas no presente diagnóstico.

Analisando as informações disponíveis, podemos observar diferentes aspectos que explicam essa vulnerabilidade. Um dos subtemas abordados é a condição de renda das famílias registradas no Cadastro Único Social. Em julho de 2024, do total de 111.193 famílias ou 245.776 pessoas cadastradas, aproximadamente 75% das pessoas estão em condição de pobreza ou extrema pobreza (rendimento inferior a ½ salário-mínimo mensal). Este percentual representa 72.964 famílias ou 185.116 pessoas em condição extremamente vulnerável, isto é, 40% do total da população registrada no último censo (2022).

Outro subtema analisado é o número de pessoas cadastradas no Cadastro Único que recebem o Bolsa Família: 48.786 famílias.[36] Este número representa 66% das famílias cadastradas para as quais o benefício do Programa Bolsa Família poderia contribuir de forma significativa.

Em relação à dimensão saúde, Porto Velho apresenta uma importante rede de serviços de saúde pública e privada. Este é um dos motivos que mantém sua representação e influência na rede urbana regional. Entretanto, também apresenta desafios estruturais, especialmente no que diz respeito aos indicadores básicos de saúde, entre os quais, a condição de segurança alimentar e nutricional (SAN). Este tema é estratégico pois permite em próximas etapas acompanhar, de um lado, indicadores de esforço e as oportunidades do município como produtor de alimentos, detentor de reservas de biodiversidade e promotor de uma agricultura com base ecológica. Por outro lado, exige o acompanhamento de indicadores de desnutrição e fome, essenciais para avaliar o impacto das políticas, programas e projetos (esforços) e o resultado, na forma de índices de desenvolvimento humano. Rondônia combina, em sua posição geográfica, a força da produção agropecuária nacional com a diversidade amazônica, unidades de conservação e assentamentos de agricultura familiar. Com tais condicionantes e potencialidades chama atenção a proporção de famílias que passam fome e permanecem em condição de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Estudos da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional publicados recentemente, com base na coleta de dados municipais durante

[36] Fonte: MDS/SAGI - https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri - acesso em julho de 2024

2022, apontam que a região Norte apresenta o maior percentual de famílias em condição de insegurança alimentar grave.

No subtema de desnutrição infantil e baixo peso ao nascer, constatamos que 8,5% das crianças nascidas vivas têm menos de 2,5 kg. Verificamos que 0,91% das crianças menores de 5 anos estão desnutridas, de acordo com o Índice de Massa Corporal, um indicador positivo na comparação com outros municípios. Em relação à obesidade infantil, observamos que 6,7% das crianças entre 0 e 5 anos são classificadas como obesas, de acordo com a relação entre peso e altura. Em Porto Velho, como em todo território nacional, esta taxa é alta e, junto com a desnutrição, um paradoxo na saúde pública nacional, pois o Brasil apresenta índices preocupantes de fome e obesidade, problemas interligados e indicadores estruturais de desigualdade e vulnerabilidade social.

Uma das oportunidades identificadas no tema é o aprimoramento de programas de produção e compra direta de produtores da agricultura familiar atrelados a programas de educação e alimentação infantil adequada. No entanto, parte da produção familiar está desassistida pelo PRONAF (financiamento nacional da agricultura familiar) e ainda é baixa a produção orgânica se comparada com demais produtos do município e região. Outro aspecto que pode afetar esta condição são as deficiências na regularização fundiária rural que podem dificultar o acesso a renda e suporte técnico.

No que diz respeito à indicadores gerais de saúde, é necessário observar os dados sobre esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade e cobertura vacinal.

Em Porto Velho a esperança de vida ao nascer é de 74,14 anos. Embora esteja abaixo da média nacional, os valores anuais demonstram uma tendência de evolução. Outro aspecto relevante é a taxa de mortalidade por suicídio, que representa 6,19 casos por 100 mil habitantes, uma ameaça que precisa ser enfrentada. A mortalidade infantil também é uma preocupação, com uma taxa de 15,1 óbitos por mil crianças nascidas vivas.

Um dos fatores condicionantes para qualificar as políticas de saúde é a extensão territorial e a fragmentação da população em comunidades e distritos rurais do município. Esta condição dificulta, por exemplo, programas de vacinação e prevenção. A cobertura vacinal é um tema que precisa ser aprimorado, com apenas 65% da população-alvo imunizada. Essa taxa é baixíssima se comparada aos dados nacionais. Além disso, a população atendida pela Saúde da Família é de apenas 59,1%. A cobertura do atendimento pré-natal também é limitada. Em relação às morbidades, a incidência de dengue é alta, com 424 casos por 100 mil habitantes. A detecção de hepatite A, B e C também é preocupante, com uma taxa de 16,3 por 100 mil habitantes. Já a incidência de tuberculose é de 84,7 casos por 100 mil habitantes.

Em resumo, o diagnóstico elaborado pela equipe do PAEDS-PVH apontou que a saúde em Porto Velho enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional e demais indicadores básicos citados anteriormente. Os programas federais, estaduais e municipais, combinados, podem representar forças e oportunidades para universalização da saúde pública, em especial, por meio da contínua qualificação do SUS que deve contar com a permanente contribuição e controle da sociedade civil, para acompanhamento e propostas de melhorias no sistema de saúde de Porto Velho.

Por sua vez, a educação em Porto Velho possui diversos aspectos que devem ser analisados considerando seu impacto no

bem-estar e como uma condição básica para a superação, a longo prazo, das condições de vida da população, especialmente para os grupos etários da infância e juventude atuais.

No que diz respeito à estrutura de ensino, destaca-se o acesso à internet nas escolas da rede pública, com boa abrangência. Embora 89,2% das escolas possuam acesso à internet, é importante ressaltar que esse valor pode ser ampliado com baixo custo e impactos extremamente positivos. Essa é uma força municipal, pois indica que a maioria das escolas está equipada com recursos tecnológicos básicos.

Outro aspecto relevante é a adequação das escolas para pessoas com deficiência (PCD). Apenas 40,2% das escolas possuem banheiros, dependências e vias adequadas para PCD. Essa é considerada uma das fraquezas no sistema educacional se considerados princípios de inclusão social

No que diz respeito aos recursos para atendimento especializado, 30,4% das escolas possuem salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Embora esse valor esteja abaixo do necessário, é uma força, pois indica que parte das escolas está preparada para oferecer um atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

No entanto, quando se trata de centros e espaços culturais, a condição é insuficiente diante da demanda da população. Esse é um ponto fraco, pois resulta na redução de acesso à cultura e no baixo aproveitamento e integração com demais políticas públicas locais. Em relação à formação dos professores, destaca-se que 95,5% dos professores da rede pública que atuam na Educação Infantil possuem formação em nível superior, o que representa uma ótima condição. O mesmo ocorre no ensino fundamental, com 95,6% dos professores da rede pública com formação em nível superior. No entanto, é importante ressaltar que a relação alunos por professor é elevada, o que pode ser considerado uma fraqueza, pois indica uma sobrecarga de trabalho para os professores e redução na qualidade do ensino.

Em relação aos índices socioeducacionais, a taxa de analfabetismo em Porto Velho é de 4,46%, o que está acima da média nacional. Isso indica uma fraqueza, pois demonstra que ainda há uma parcela significativa da população com 15 anos ou mais que não possui habilidades de leitura e escrita. Já em relação ao rendimento escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede municipal nos anos iniciais do ensino fundamental é de 5,3 e representa um baixo rendimento escolar nesse nível de ensino. A avaliação nacional de rendimento escolar em língua portuguesa e matemática nos anos iniciais do ensino fundamental, também indica um baixo desempenho dos alunos nessas áreas. Também é tema urgente a taxa de distorção idade-série na rede pública, pois 14,4% dos alunos estão com idade de 2 ou mais anos acima do esperado para a série em que estão matriculados.

O quadro 5, abaixo, apresenta uma análise SWOT para sintetizar o diagnóstico realizado pela equipe do PAEDS-PVH para esta dimensão.

Quadro 5- Análise SWOT da Dimensão 5

| Forças | Fraquezas |
|---|---|
| • **Participação ativa no SUAS:** a busca pela melhoria contínua na gestão da assistência social demonstra o esforço do município em reduzir a pobreza e a desigualdade, criando condições para um ambiente de negócios mais favorável e atraindo investimentos. O acesso ampliado a serviços básicos, como saúde e educação, contribui para a qualificação da mão de obra local, um fator crucial para o desenvolvimento econômico.<br>• **Avanços na educação:** o alto nível de formação dos professores e a presença de recursos tecnológicos nas escolas indicam um investimento na educação, fundamental para a formação de capital humano qualificado. Essa mão de obra preparada é essencial para atrair empresas de setores que exigem profissionais especializados, impulsionando a inovação e o crescimento econômico da região.<br>• **Melhora nos indicadores de saúde:** a tendência de aumento na expectativa de vida e a baixa taxa de desnutrição infantil refletem avanços na saúde pública. A redução da mortalidade infantil também tem um impacto positivo na estrutura demográfica, garantindo uma força de trabalho ativa por mais tempo. | • **Persistência da pobreza e dependência de programas sociais:** a alta porcentagem de famílias em situação de pobreza e a dependência de programas de transferência de renda evidenciam a necessidade de ações mais efetivas para a geração de emprego e renda, a fim de romper o ciclo da pobreza e promover o desenvolvimento econômico sustentável.<br>• **Desafios na saúde pública:** a baixa cobertura vacinal e a alta taxa de mortalidade por suicídio são indicadores preocupantes que exigem atenção urgente. A vacinação é fundamental para prevenir surtos de doenças e garantir a saúde da população, enquanto a saúde mental precisa ser priorizada para garantir a produtividade e o bem-estar da comunidade.<br>• **Deficiências na educação:** apesar dos avanços, o alto índice de analfabetismo, o baixo rendimento escolar e as dificuldades de acesso à educação, especialmente para pessoas com deficiência, representam obstáculos para o desenvolvimento de capital humano qualificado e para o crescimento econômico a longo prazo. A falta de espaços culturais também limita o desenvolvimento integral da população. |
| **Oportunidades** | **Ameaças** |
| • **Fortalecimento da agricultura familiar e produção orgânica:** o apoio à agricultura familiar e o estímulo à produção orgânica podem gerar renda, emprego e desenvolvimento local, além de promover a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, aproveitando o potencial da região.<br>• **Qualificação dos programas sociais e sistemas municipais:** a melhoria da gestão e da eficiência dos programas sociais e dos sistemas de saúde, educação e assistência social é fundamental para criar um ambiente mais favorável aos negócios e investimentos, impulsionando o desenvolvimento econômico e social. | • **Desafios estruturais na saúde e regularização fundiária**: a falta de saneamento básico, a incidência de doenças e as dificuldades no acesso à terra e ao crédito rural exigem ações para garantir a saúde da população, a segurança jurídica no campo e o desenvolvimento econômico sustentável.<br>• **Extensão territorial e fragmentação da população:** a grande extensão territorial e a dispersão da população demandam estratégias para garantir o acesso a serviços básicos e a implementação de políticas públicas em todas as regiões do município, promovendo a inclusão e o desenvolvimento de forma equitativa. |

# 3.6. GOVERNANÇA E GESTÃO MUNICIPAL (D6)

Esta dimensão do diagnóstico analisou o conjunto de estruturas, processos, políticas, práticas e ações por meio dos quais o governo municipal administra recursos, toma decisões e presta serviços à comunidade. Essa dimensão é fundamental para assegurar que as necessidades e os interesses dos cidadãos de Porto Velho sejam atendidos de maneira eficiente, transparente e inclusiva.

O levamento de informações estatísticas deste diagnóstico indicou que a situação fiscal do município, no que tange a arrecadação e capacidade de pagamento, pode ser considerada muito boa, com alguns pontos que merecem destaque, o que é listado sumariamente no que se segue:

- **Para cada R$ 1,00 de produto interno bruto, a prefeitura de Porto Velho arrecada R$ 0,10 de impostos.**

- **Entre outras mudanças, após 2012 o município melhorou sua arrecadação de IPTU, as atividades econômicas formalizadas aumentaram e começou a arrecadar *royalties* ou compensações financeiras.**

- **A arrecadação fiscal do município aumentou muito com um crescimento acumulado entre 2018 e 2023 de 63,8%, sendo que nos anos 2021 e 2022 as taxas de crescimento foram 13,1% e 20,5% respectivamente. Este aumento deve-se a uma combinação de fatores sendo os principais: i), o aumento das transferências correntes estaduais e federais, ii) o aumento da arrecadação própria na forma de impostos, taxas e contribuições.**

- **As condições das finanças do município de Porto Velho são estruturalmente boas e assim tem se mantido ao longo do período. O índice de endividamento está avaliado como A em 2022, o índice de geração de poupança como B, mas no limiar de se transformar em A, e o índice de liquidez em A.**

- **O diagnóstico sugeriu que as condições financeiras do município não são um entrave ao crescimento e desenvolvimento, bem como não se constitui em restrição ou obstáculo para qualquer plano de desenvolvimento. Apesar da boa situação financeira, ressaltamos que a necessidade de investimento em infraestrutura urbana, inovação, educação, qualidade de vida e outros é**

**grande, como está sendo apontado na análise das diversas dimensões neste diagnóstico, portanto é um desafio para qualquer plano de desenvolvimento, alocar eficientemente os recursos financeiros do município.**

O levantamento de dados feito para o propósito deste diagnóstico indicou que a Prefeitura de Porto Velho possui inventariado 151 bens imóveis e 233 mil m² de terrenos, sendo boa parte destinados a serviços de educação e saúde. Somente 23% dos terrenos estão ocupados com construções, indicando subutilização dos recursos imobiliários disponíveis e oportunidade potencial para o desenvolvimento de projetos em tais espaços. Além dessa estrutura física, a Prefeitura de Porto Velho também conta com um Portal de Serviços oferecem aos cidadãos acesso a uma variedade de serviços municipais. Algumas das funcionalidades do portal incluem:

- **Pagamento de contas:** Os cidadãos podem pagar contas de água, luz, IPTU e outros serviços municipais diretamente pelo portal.

- **Emissão de documentos:** Os cidadãos podem emitir certidões de nascimento, casamento, óbito e outros documentos municipais.

- **Solicitação de serviços:** Os cidadãos podem solicitar serviços municipais, como alvarás, licenças e autorizações.

- **Consulta de informações:** Os cidadãos podem consultar informações sobre serviços municipais, como horários de atendimento, endereços e telefones.

O Portal de Serviços de Porto Velho é uma ferramenta importante para a estrutura de gestão do município. Ele permite que os cidadãos tenham acesso fácil e conveniente aos serviços municipais, o que pode ajudar a melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Além disso, o portal pode ajudar a reduzir os custos operacionais do município, pois elimina a necessidade de os cidadãos se deslocarem até a prefeitura para realizar transações. O Portal de Serviços de Porto Velho também pode ajudar a melhorar a transparência e a prestação de contas do município. Os cidadãos podem usar o portal para acompanhar o status de suas solicitações e pagamentos, e também podem acessar informações sobre os gastos do município.

Em termos de recursos humanos e estrutura de cargos, Porto Velho possui 10.905 funcionários ocupados na administração direta, sendo 83% estatutários. Em comparação à dinâmica nacional e regional, Porto Velho possui mais servidores com vínculos permanentes que seguem normas específicas de órgãos públicos, com diferenças em estabilidade, aposentadoria e benefícios.

A alta proporção de servidores estatutários na administração direta de Porto Velho traz tanto vantagens quanto desafios. A estabilidade no emprego pode contribuir para a continuidade e qualidade dos serviços públicos ao atrair e reter profissionais qualificados. No entanto, os custos associados aos servidores permanentes podem limitar a flexibilidade orçamentária e a capacidade de investimento em outras áreas críticas para o desenvolvimento econômico municipal. Explorando a relação de cargos ocupados na administração direta, verifica-se que 29% são representados por professores, 6% por garis, 6% por agentes de limpeza escolar e 5% em técnicos em enfermagem. Juntos esses quatro cargos concentram 52% do funcionalismo públicos de Porto Velho, indicando foco significativo na educação, na limpeza urbana e na saúde. Embora tais funções sejam vitais para o desenvolvimento social e econômico do município, é importante assegurar que outras áreas críticas também

estejam adequadamente atendidas.

A concentração da atuação pública pode indicar a necessidade de avaliar a distribuição de recursos humanos para garantir que todos os serviços públicos recebam atenção necessária. Analisando a relação e a proporção entre vagas possíveis (com limite máximo estabelecido pela LC nº 391/10), vagas ocupadas e vagas existentes, verifica-se cargos com alta taxa de ocupação e alto potencial de abertura de novas vagas: agente de limpeza escolar, cuidador de aluno, fiscal municipal do meio ambiente, motorista, odontólogo, psicólogo, técnico em segurança do trabalho, técnico de controle interno, técnico em radiologia e topógrafo. Tais cargos possuem quantidade de vagas ocupadas superior a quantidade de vagas existentes indicando necessidade de abertura de novas vagas já verificadas como possíveis pela LC nº 391/10.

Em relação à administração indireta, Porto Velho possui 221 servidores. Diferentemente da estrutura de vínculos empregatícios da administração direta, a administração indireta portovelhense possui mais funcionários comissionados (41%) e celetistas (23%). Em comparação à dinâmica nacional e regional, Porto Velho possui uma proporção menor de servidores com vínculos permanentes nas atividades descentralizadas. Tal estrutura, com maior participação de celetistas e comissionados na administração indireta, pode proporcionar flexibilidade administrativa e controle de custos, sendo benéfico para a adaptação às necessidades contingentes e prioridades emergentes. No entanto, também apresenta desafios relacionados à estabilidade e continuidade dos serviços públicos, à retenção de talentos e à acumulação de conhecimento institucional.

A equipe do PAEDS-PVH estudou diversos outros aspectos institucionais da governança e gestão municipal de Porto Velho, como a gestão participativa e transparência pública, fundos municipais, ouvidoria, questões associadas à legislação e planejamento (planejamento urbanos, Plano Diretor, Plano Plurianual, plano setoriais).

O quadro 6, abaixo, apresenta uma análise SWOT para sintetizar o diagnóstico realizado pela equipe do PAEDS-PVH, bem como todas as informações sobre aspectos institucionais, para esta dimensão de Porto Velho.



Quadro 6- Análise SWOT da Dimensão 6

| Forças | Fraquezas |
|---|---|
| • **Finanças sólidas:** a arrecadação municipal tem crescido consideravelmente, impulsionada por transferências governamentais e arrecadação própria, com destaque para a compensação financeira por uso de recursos hídricos. A capacidade de pagamento é consistentemente avaliada como boa, indicando uma gestão fiscal eficiente.<br>• **Infraestrutura pública subutilizada:** a baixa ocupação dos terrenos municipais oferece um potencial considerável para o desenvolvimento de projetos que impulsionem o crescimento da cidade.<br>• **Recursos humanos qualificados:** a alta proporção de servidores estatutários na administração direta garante estabilidade e continuidade nos serviços públicos, atraindo e retendo profissionais qualificados.<br>• **Foco em serviços essenciais:** a concentração de recursos humanos nas secretarias de Educação, Saúde e Administração demonstra o compromisso da gestão municipal com áreas cruciais para o bem-estar da população.<br>• **Existência de instrumentos de planejamento urbano:** Porto Velho possui a maioria dos instrumentos de planejamento urbano, incluindo um Plano Diretor atualizado, o que contribui para um desenvolvimento mais organizado e sustentável.<br>• **Esforço de planejamento de longo prazo:** a existência de planos plurianuais, planos setoriais e um plano de governo detalhado demonstram um esforço de planejamento de longo prazo e a busca por ações estratégicas para o desenvolvimento do município.<br>• **Presença de canais de participação cidadã:** a presença de conselhos municipais, ouvidoria, e-SIC e orçamento participativo, mesmo que alguns não estejam totalmente ativos, indica a existência de mecanismos para a participação da sociedade na gestão pública. | • **Rigidez na gestão de pessoal:** a alta proporção de servidores estatutários pode limitar a flexibilidade orçamentária e a capacidade de adaptação a novas demandas e prioridades.<br>• **Concentração em poucas áreas:** a forte concentração de recursos humanos em apenas três secretarias pode dificultar o desenvolvimento de outras áreas importantes para o crescimento econômico, como infraestrutura e desenvolvimento industrial.<br>• **Conselhos municipais inativos:** a inatividade de diversos conselhos municipais, exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social, limita a participação cidadã e a governança ativa em várias áreas cruciais.<br>• **Subutilização de ferramentas de transparência:** apesar da existência de ouvidoria, e-SIC e Portal da Transparência, a utilização desses canais ainda é relativamente baixa, indicando a necessidade de maior divulgação e incentivo à participação cidadã. |
| **Oportunidades** | **Ameaças** |
| • **Crescimento da demanda por serviços e infraestrutura**: o crescimento populacional e a necessidade de desenvolvimento da região geram uma demanda crescente por serviços e infraestrutura, como saúde, educação, transporte, saneamento básico e moradia.<br>• **Inovação e tecnologia:** a transformação digital e o acesso à tecnologia oferecem oportunidades para modernizar a gestão pública, melhorar a prestação de serviços, aumentar a transparência e fomentar o desenvolvimento de setores inovadores, como a economia criativa e a tecnologia da informação.<br>• **Parcerias público-privadas:** a colaboração com o setor privado pode ser fundamental para viabilizar projetos de grande porte, como a construção de infraestrutura e a implantação de novos serviços, pode impulsionar o desenvolvimento econômico e social do município. | • **Instabilidade econômica e política:** crises econômicas e políticas, tanto em nível nacional quanto internacional, podem afetar a arrecadação municipal, a capacidade de investimento e a confiança dos investidores, impactando negativamente o desenvolvimento econômico de Porto Velho.<br>• **Concorrência regional:** a competição com outros municípios da região por investimentos, recursos e mão de obra qualificada pode representar um desafio para Porto Velho, exigindo um esforço adicional da administração pública para se destacar e atrair projetos e empresas. |



# 3.7. SWOT COMPLETO E QUADRO SÍNTESE DOS INDICADORES

Esta síntese do diagnóstico é concluída com a apresentação do SWOT completo, que mantém relação direta com um quadro síntese de indicadores. Ambos expressam um ponto de partida e, ao juntar todas as dimensões numa única tabela, contribuem para uma linha base de variáveis, a partir da qual foram feitas propostas de visões de futuro e problematizados cenários.

Na análise de cada dimensão, tema e subtemas selecionados e na leitura do conjunto de notas atribuídas é fundamental que os gestores mantenham indicadores, métricas e metas, com a devida justificativa que permita compreender e variar a nota entre realidade atual e realidade possível, como instrumento simples de verificar avanços e retrocessos no estágio de desenvolvimento sustentável do município.

Todas as notas atribuídas, entre 0 e 1, tem como fundamento as análises técnicas e argumentos trabalhados ao longo do diagnóstico complexo, bem como no diálogo com gestores e representantes da sociedade civil. Embora o presente item registre uma primeira versão de quadro síntese, o conjunto de notas deve ser revisado e qualificado pela gestão pública municipal em eventos participativos durante as próximas etapas do plano. É válido registrar que ao longo das próximas etapas, novas informações obtidas e tratadas pela equipe técnica, por gestores e/ou por representantes da sociedade civil, podem alterar os valores e reorientar a representação do diagnóstico.

Quadro 7 - Quadro síntese de forças

## Forças

- **Economia regional:** Porto Velho é a principal economia municipal de Rondônia e a quinta maior economia da região Norte do Brasil, representando 35% do PIB da região.
- **Posição estratégica:** Porto Velho possui uma localização geográfica privilegiada, sendo um importante entroncamento logístico na Amazônia Legal.
- **Conexão hidrográfica:** o município possui importante conexão hidrográfica proporcionada pelo rio Madeira, que facilita a logística e o escoamento de produtos agrícolas.
- **Centralidade logística:** Porto Velho se destaca como importante centro logístico na Amazônia Legal, com grande movimentação de cargas no complexo portuário, principalmente de soja e derivados de petróleo. O município também atrai pessoas do interior do estado para compras, estudos e serviços de saúde.
- **Infraestrutura energética robusta:** a presença de três importantes usinas hidrelétricas garante um fornecimento de energia estável e coloca Porto Velho como o quinto maior produtor de energia elétrica do país.
- **Presença de aeroporto internacional:** O Aeroporto Internacional de Porto Velho facilita o acesso e a integração com outras regiões do país e do mundo.
- **Posição econômica relevante:** Porto Velho se destaca como o 3º maior PIB da Amazônia Legal, excluindo municípios mineradores do Pará, evidenciando sua força econômica na região.
- **Economia diversificada:** o município apresenta uma economia diversificada em comparação a outras cidades da Amazônia, o que reduz sua vulnerabilidade a crises em setores específicos.
- **Complexidade econômica em crescimento:** apesar de ainda relativamente baixo, o índice de complexidade do produto demonstra uma evolução positiva, equiparando-se ao de outras cidades de porte semelhante.
- **Base industrial emergente:** observa-se um início promissor de atividade industrial, especialmente nos setores agropecuário e de transporte de carga, o que indica potencial de crescimento e geração de empregos.
- **Potencial energético elevado:** a presença de usinas hidrelétricas garante um amplo fornecimento de energia, apesar das oscilações do regime pluvial do Rio Madeira, o que favorece a atração de investimentos.
- **Mercado consumidor expressivo:** a região metropolitana de Porto Velho representa um mercado consumidor significativo, capaz de impulsionar o comércio e os serviços.
- **Capital humano em formação:** sendo a capital do estado, Porto Velho possui uma rede de ensino superior que pode ser otimizada para atender às demandas do mercado de trabalho e fomentar a pesquisa e desenvolvimento.
- **Receita de *royalties***: os *royalties* provenientes das usinas hidrelétricas geram recursos adicionais para investimentos no município e no estado, impulsionando o desenvolvimento local.
- **Melhoria da infraestrutura**: Os investimentos em infraestrutura realizados pelo município têm aumentado sua atratividade para empresas e turistas, criando um ambiente favorável ao crescimento econômico.
- **Potencial da agricultura familiar**: a extensa área territorial e a proximidade de terras agricultáveis à área urbana oferecem grande potencial para a expansão da agricultura familiar, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda.
- **Crescimento empresarial**: o aumento de 56% no número de CNPJs ativos entre 2019 e 2024 indica um ambiente de negócios favorável e potencial de crescimento econômico.
- **Mão de obra acessível**: a presença de negócios intensivos em mão de obra pode atrair empresas que buscam reduzir custos.
- **Multifuncionalidade e diversificação das empresas**: o alto número de CNAEs por empresa (5 em média) demonstra a capacidade de adaptação das empresas e a diversificação de suas atividades.
- **Predominância de MEIs e MEs**: a maioria das empresas em Porto Velho são micro e pequenas empresas, o que pode indicar flexibilidade e facilidade para abertura de novos negócios.
- ***Startups* em estágio de operação**: 58% das *startups* estão em estágio de operação, o que é superior às médias nacional, regional e estadual.
- **Escritórios de transferência de tecnologia**: a existência de dois escritórios de transferência de tecnologia (NIT da Fiocruz/RO e CITT da UNIR) facilita a transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado.
- **Iniciativas de apoio**: a existência de pré-incubadoras, incubadoras e aceleradoras demonstra o apoio ao empreendedorismo e à inovação.
- **Presença de investidores-anjo**: o programa Location Forthcoming do Founder Institute indica a existência de investimento em *startups* locais.
- **Polo educacional**: a presença de 13 instituições de ensino superior, representando 40% da estrutura de Rondônia, consolida Porto Velho como um polo educacional.
- **Existência de plano de desenvolvimento**: o Plano Consolidado de Intervenção no Ecossistema de Inovação demonstra o planejamento estratégico para o desenvolvimento.
- **Criação do conselho de inovação:** a existência do Conselho Deliberativo do Ecossistema Local de Inovação indica a busca por uma governança colaborativa para o desenvolvimento da inovação.
- **Existência de capital humano e cultural**: a população de Porto Velho é predominantemente jovem e em idade ativa, o que representa um grande potencial para a força de trabalho e o desenvolvimento econômico. O município também tem atraído migrantes de diversas origens, criando uma comunidade multicultural e dinâmica.
- **Crescimento do mercado imobiliário**: o mercado imobiliário, apesar de alguns desafios, apresenta potencial de crescimento, com áreas valorizadas e em expansão, principalmente na região Leste da cidade.

## Forças

- **Boa estrutura de transporte e logística**: o município possui uma malha viária bem estruturada e um sistema de transporte público eficiente, o que contribui para a mobilidade urbana. Além disso, o complexo portuário de Porto Velho desempenha um papel crucial na logística e no desenvolvimento econômico da região, sendo um importante centro de escoamento de produtos agrícolas e outros bens.
- **Existência de planejamento urbano**: a prefeitura dispõe de uma equipe dedicada ao planejamento urbano e conta com diversos planos setoriais e um sistema de informações geográficas, o que demonstra um esforço para organizar o crescimento da cidade.
- Existência de equipamentos públicos: Porto Velho possui uma rede de equipamentos públicos de saúde e educação que atendem não só a população local, mas também de municípios vizinhos, o que contribui para a economia local e a centralidade de Porto Velho na região.
- **Participação ativa no SUAS**: a busca pela melhoria contínua na gestão da assistência social demonstra o esforço do município em reduzir a pobreza e a desigualdade, criando condições para um ambiente de negócios mais favorável e atraindo investimentos. O acesso ampliado a serviços básicos, como saúde e educação, contribui para a qualificação da mão de obra local, um fator crucial para o desenvolvimento econômico.
- **Avanços na educação:** o alto nível de formação dos professores e a presença de recursos tecnológicos nas escolas indicam um investimento na educação, fundamental para a formação de capital humano qualificado. Essa mão de obra preparada é essencial para atrair empresas de setores que exigem profissionais especializados, impulsionando a inovação e o crescimento econômico da região.
- **Melhora nos indicadores de saúde**: a tendência de aumento na expectativa de vida e a baixa taxa de desnutrição infantil refletem avanços na saúde pública. A redução da mortalidade infantil também tem um impacto positivo na estrutura demográfica, garantindo uma força de trabalho ativa por mais tempo.
- **Finanças sólidas**: a arrecadação municipal tem crescido consideravelmente, impulsionada por transferências governamentais e arrecadação própria, com destaque para a compensação financeira por uso de recursos hídricos. A capacidade de pagamento é consistentemente avaliada como boa, indicando uma gestão fiscal eficiente.
- **Infraestrutura pública subutilizada**: a baixa ocupação dos terrenos municipais oferece um potencial considerável para o desenvolvimento de projetos que impulsionem o crescimento da cidade.
- **Recursos humanos qualificados**: a alta proporção de servidores estatutários na administração direta garante estabilidade e continuidade nos serviços públicos, atraindo e retendo profissionais qualificados.
- **Foco em serviços essenciais**: a concentração de recursos humanos nas secretarias de Educação, Saúde e Administração demonstra o compromisso da gestão municipal com áreas cruciais para o bem-estar da população.
- **Existência de instrumentos de planejamento urbano**: Porto Velho possui a maioria dos instrumentos de planejamento urbano, incluindo um Plano Diretor atualizado, o que contribui para um desenvolvimento mais organizado e sustentável.
- **Esforço de planejamento de longo prazo**: a existência de planos plurianuais, planos setoriais e um plano de governo detalhado demonstram um esforço de planejamento de longo prazo e a busca por ações estratégicas para o desenvolvimento do município.
- **Presença de canais de participação cidadã**: a presença de conselhos municipais, ouvidoria, e-SIC e orçamento participativo, mesmo que alguns não estejam totalmente ativos, indica a existência de mecanismos para a participação da sociedade na gestão pública.

Quadro 8 - Quadro síntese de oportunidades

## Oportunidades

- **Crescimento do agronegócio**: a expansão do agronegócio na região Norte e a crescente demanda por alimentos representam uma oportunidade para Porto Velho fortalecer sua posição como centro de escoamento da produção, desde que invista em infraestrutura e logística eficientes.
- **Projetos de infraestrutura**: projetos como a Ferrogrão, apesar de representarem uma ameaça em potencial, também podem trazer oportunidades de desenvolvimento, caso o município se prepare para se adaptar às mudanças e explorar novos nichos de mercado.
- **Energias renováveis**: o potencial para geração de energia solar e outras fontes renováveis oferece a oportunidade de diversificar a matriz energética, reduzir a dependência das hidrelétricas e atrair investimentos em projetos sustentáveis.
- **Turismo e serviços**: a localização estratégica de Porto Velho e sua importância como centro regional podem ser exploradas para o desenvolvimento do turismo e da oferta de serviços especializados, impulsionando a economia e gerando empregos.
- **Crescimento do agronegócio**: o município vivencia um momento favorável na produção agropecuária, com destaque para soja, milho e pecuária bovina, impulsionado por um ciclo positivo do agronegócio brasileiro, o que pode atrair investimentos e gerar empregos.

## Oportunidades

- **Polo logístico estratégico:** a localização de Porto Velho a torna um importante entroncamento rodoviário e hidroviário para o escoamento da produção do Centro-Oeste e do Acre, o que pode fortalecer sua posição como centro logístico regional.
- **Expansão industrial:** a crescente demanda por produtos e serviços industriais, tanto no mercado interno quanto no externo, oferece uma oportunidade para a expansão e diversificação do setor industrial em Porto Velho, especialmente em setores como agroindústria, logística, bioeconomia e energia.
- **Valorização da bioeconomia:** a crescente demanda por produtos sustentáveis e a biodiversidade da Amazônia impulsionam a valorização da bioeconomia, abrindo oportunidades para o desenvolvimento de atividades econômicas inovadoras e de baixo impacto ambiental.
- **Potencial turístico inexplorado:** os legados históricos, como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e os atrativos naturais da região representam um grande potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, gerando emprego e renda.
- **Crescimento do setor de transporte:** o desenvolvimento do setor de transporte, incluindo o transporte fluvial, pode impulsionar a economia e a geração de empregos.
- **Potencial de crescimento:** o ecossistema de *startups*, apesar de pequeno, está em estágio de operação e pode crescer significativamente.
- **Demanda por inovação:** a presença de setores como serviços de tecnologia da informação e saúde indica a demanda por soluções inovadoras.
- **Vocação para o agronegócio:** o agronegócio, como vocação municipal, oferece oportunidades para o desenvolvimento de *startups* e empresas inovadoras nesse setor.
- **Abundância de recursos naturais:** a biodiversidade da Amazônia pode ser aproveitada para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores na bioeconomia.
- **Expansão da economia digital:** o crescimento da economia digital oferece oportunidades para o desenvolvimento de *startups* e empresas de tecnologia.
- **Existência de incentivos fiscais:** a Lei do Bem e o Inova Simples podem ser aproveitados para impulsionar a inovação nas empresas locais.
- **Potencial de expansão urbana:** a vasta extensão territorial de Porto Velho oferece oportunidades para o desenvolvimento de novos setores e expansão urbana planejada.
- **Demanda por mão de obra:** a presença de negócios intensivos em mão de obra pode atrair empresas que buscam reduzir custos, gerando oportunidades de emprego.
- **Otimização da infraestrutura e serviços públicos:** a tendência de redução da taxa de crescimento populacional pode ser vista como uma oportunidade para qualificar os serviços, equipamentos e infraestrutura da cidade, melhorando a qualidade de vida da população e atraindo novos investimentos.
- **Requalificação urbana e adensamento estratégicos:** a revisão do Plano Diretor pode abrir oportunidades para novos projetos de requalificação urbana e ampliação da densidade construtiva em áreas com boa infraestrutura, impulsionando o mercado imobiliário e o desenvolvimento da cidade.
- **Salto na qualidade de vida e saúde pública:** a aprovação do Plano de Saneamento e os estudos para a concessão dos serviços de saneamento representam oportunidades para melhorar a infraestrutura e os serviços de saneamento básico, o que teria um impacto positivo na qualidade de vida, na saúde pública e no desenvolvimento econômico.
- **Conectividade regional:** a existência de espaço urbano para ampliação da infraestrutura de logística e mobilidade, bem como a possibilidade de integração do sistema viário e a construção de uma nova ponte sobre o rio Madeira, são oportunidades para melhorar a logística e a mobilidade na cidade e na região.
- **Gestão pública eficiente e atrativa:** a desburocratização e a digitalização de processos, como a consulta e emissão de alvarás, e a adesão ao programa de Incentivo às Construções Sustentáveis são oportunidades para modernizar a gestão pública e atrair investimentos para a cidade.
- **Qualidade de vida urbana:** a existência de ativos florestais e áreas verdes na cidade, como o Parque Natural Municipal e a ESEC do Madeira, representam oportunidades para o desenvolvimento do turismo ecológico e a criação de espaços públicos de qualidade, melhorando a qualidade de vida da população e a atratividade da cidade.
- **Polo de saúde:** o potencial do setor de saúde, com a presença de hospitais, clínicas, laboratórios e cursos de medicina, pode ser melhor explorado para impulsionar a economia local e atrair investimentos na área.
- **Fortalecimento da agricultura familiar e produção orgânica:** o apoio à agricultura familiar e o estímulo à produção orgânica podem gerar renda, emprego e desenvolvimento local, além de promover a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, aproveitando o potencial da região.
- **Qualificação dos programas sociais e sistemas municipais:** a melhoria da gestão e da eficiência dos programas sociais e dos sistemas de saúde, educação e assistência social é fundamental para criar um ambiente mais favorável aos negócios e investimentos, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.
- **Crescimento da demanda por serviços e infraestrutura:** o crescimento populacional e a necessidade de desenvolvimento da região geram uma demanda crescente por serviços e infraestrutura, como saúde, educação, transporte, saneamento básico e moradia.
- **Inovação e tecnologia:** a transformação digital e o acesso à tecnologia oferecem oportunidades para modernizar a gestão pública, melhorar a prestação de serviços, aumentar a transparência e fomentar o desenvolvimento de setores inovadores, como a economia criativa e a tecnologia da informação.
- **Parcerias público-privadas:** a colaboração com o setor privado pode ser fundamental para viabilizar projetos de grande porte, como a construção de infraestrutura e a implantação de novos serviços, pode impulsionar o desenvolvimento econômico e social do município.

Quadro 9 - Quadro síntese de fraquezas

## Fraquezas

- **Isolamento geográfico**: Porto Velho está distante de grandes centros urbanos, o que implica em longos tempos de viagem e dificuldades de mobilidade.
- **Infraestrutura de transporte deficiente:** a malha rodoviária e a infraestrutura portuária apresentam problemas de conservação e modernização, o que aumenta os custos logísticos e limita a competitividade do município.
- **Baixa conectividade aérea:** a oferta de voos e a conectividade aérea com outras regiões do país são limitadas, o que dificulta o acesso e a integração com outros centros urbanos e mercados.
- **Custos logísticos elevados:** a combinação de infraestrutura de transporte deficiente e a distância geográfica de outros grandes centros urbanos resulta em custos logísticos elevados, impactando a competitividade dos produtos locais.
- **Infraestrutura portuária com baixo desempenho ambiental:** o complexo portuário de Porto Velho apresenta um baixo Índice de Desempenho Ambiental (IDA), indicando a necessidade de investimentos em modernização e práticas mais sustentáveis.
- **Dependência climática e desafios ambientais:** a produção de energia e a navegabilidade da hidrovia do Madeira são dependentes do regime de chuvas e dos níveis do rio, tornando o município vulnerável a alterações climáticas. O alto fluxo de caminhões também gera custos ambientais e sociais, como emissão de poluentes e maior probabilidade de acidentes.
- **Limitações na oferta de serviços de saúde:** apesar de atrair pessoas do interior para tratamentos de média complexidade, Porto Velho ainda depende de outras capitais para serviços de alta complexidade.
- **Crescimento econômico limitado:** o esgotamento de ciclos econômicos anteriores resultou em uma taxa de crescimento do PIB considerada baixa, impactando o desenvolvimento do município.
- **Economia baseada em atividades de baixo valor agregado:** a economia ainda se apoia em atividades extrativistas e agropecuária extensiva, com baixa intensidade de mão de obra e capital, o que limita a geração de empregos de qualidade e a diversificação da economia.
- **Setor industrial subdesenvolvido:** a indústria ainda é pouco desenvolvida, com um distrito industrial pequeno e com problemas de regularização fundiária, o que limita a diversificação da economia e a geração de empregos de alta qualidade.
- **Déficit na balança comercial:** a balança comercial é estruturalmente deficitária, com exportações concentradas em soja e milho, evidenciando a dependência de commodities e a baixa exportação de produtos industrializados.
- **Custo de vida elevado:** a distância dos centros produtores e o transporte encarecem os produtos, resultando em um alto custo de vida.
- **Baixo desenvolvimento do turismo:** o setor turístico ainda é pouco explorado em Porto Velho, com baixo fluxo de turistas nacionais e internacionais e infraestrutura turística deficiente.
- **Mercado de trabalho concentrado no setor público:** o setor público ainda é o principal empregador, enquanto o setor privado é fragmentado e oferece poucas oportunidades de emprego qualificado.
- **Falta de mão de obra:** apesar da alta taxa de ocupação, a força de trabalho é considerada baixa, com um grande número de pessoas fora do mercado de trabalho.
- **Baixa qualificação da mão de obra:** a oferta de mão de obra qualificada é baixa, o que restringe o desenvolvimento de setores que exigem maior conhecimento técnico e tecnológico.
- **Renda e remuneração limitadas:** o rendimento médio do trabalho é baixo em comparação a outras capitais e apresentou crescimento real de apenas 4,23% entre 2012 e 2024, impactando a qualidade de vida da população.
- **Sistema de cooperativas incipiente:** a produção agropecuária recente e a falta de consolidação do sistema de cooperativas limitam o desenvolvimento da agricultura familiar e a organização dos produtores.
- **CIdade Industrial:** o distrito atual é pequeno, sofre de problemas de infraestrutura, acesso, transporte público e problemas legais de propriedade dos lotes.
- **Baixa densidade empresarial:** a alta relação de habitantes por empresas sugere baixa densidade empresarial e concentração de empregos em poucas empresas.
- **Alta mortalidade empresarial:** quase metade das empresas não sobrevive após dois anos, indicando um ambiente de negócios desafiador.
- **Empresas jovens com baixa maturidade:** a média de idade das empresas ativas é de 7 anos, e quase metade das empresas não sobrevive após dois anos, indicando um ambiente de negócios desafiador.
- **Baixo capital investido:** a maioria das empresas possui capital baixo, evidenciando a predominância de pequenos e médios investimentos.
- **Baixa intensidade tecnológica:** o número de empresas intensivas em tecnologia é baixo, o que pode impactar a produtividade e a competitividade.
- **Baixa inovação voltada ao mercado:** a maioria das empresas implementa inovações de processo para uso interno, com poucas inovações de produto voltadas ao mercado.
- **Baixa proteção da propriedade intelectual:** Rondônia e Porto Velho possuem baixo índice de depósitos de proteção industrial, indicando a necessidade de fortalecer a cultura de proteção à propriedade intelectual.
- **Baixa participação em incentivos à inovação**: poucas empresas participam da Lei do Bem e do Inova Simples, indicando a necessidade de maior divulgação e acesso a esses programas.
- **Baixa maturidade do ecossistema de inovação:** o ecossistema de inovação ainda está em estágio inicial, necessitando de maior estruturação e desenvolvimento.
- **Baixo faturamento das *startups*:** a porcentagem de *startups* com faturamento entre R$ 81 mil e R$ 360 mil é inferior à média nacional.

## Fraquezas

- **Concentração de *startups* em setores não prioritários**: a concentração de *startups* em Educação, Saúde & Bem-estar e Serviços Profissionais contrasta com a prioridade do agronegócio como vocação municipal.
- **Desalinhamento do ecossistema de *startups***: a concentração de *startups* em setores não prioritários para o município pode dificultar o desenvolvimento de soluções inovadoras para as demandas locais.
- **Baixo nível de escolaridade**: a baixa taxa de pessoas com ensino superior e a concentração em áreas tradicionais podem limitar o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos.
- **Concentração da oferta de ensino superior em áreas tradicionais**: Lato sensu alinhados às tecnologias convergentes e habilitadoras limita a formação de profissionais altamente qualificados em áreas estratégicas.
- I**nfraestrutura de P&D limitada**: o número reduzido de instituições de pesquisa e desenvolvimento limita a capacidade de inovação e geração de conhecimento.
- **Escassez de profissionais em P&D**: a baixa participação de trabalhadores em ocupações técnico-científicas indica a necessidade de maior investimento em formação e qualificação profissional.
- **Carência de financiamento**: a ausência de *venture capital* e a limitada atuação de instituições de fomento dificultam o acesso a recursos para *startups* e empresas inovadoras.
- **Baixo investimento público em C&T**: O baixo gasto público em ciência e tecnologia limita o desenvolvimento do ecossistema de inovação.
- **Ausência de órgão municipal de inovação**: A falta de um órgão municipal dedicado à inovação pode dificultar a implementação de políticas públicas eficazes.
- **Inexistência de parques tecnológicos e centros de inovação**: A falta desses ambientes pode limitar a colaboração e o desenvolvimento de projetos inovadores.
- **Desafios no saneamento**: o saneamento básico é um dos principais desafios do município, com baixos índices de cobertura de água e esgoto, o que impacta a qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico.
- **Expansão urbana desigual:** a expansão urbana tem ocorrido de forma desigual, com áreas de ocupação irregular e baixa qualidade de infraestrutura, principalmente na região leste.
- **Desafios do mercado imobiliário**: o mercado imobiliário também enfrenta desafios, como o alto custo da construção civil e a baixa capacidade de endividamento da população, o que limita o acesso à moradia e o desenvolvimento do setor.
- **Baixa integração**: apesar da boa infraestrutura viária, a cidade enfrenta desafios como a falta de integração entre diferentes modais de transporte, conflitos entre o tráfego de cargas e o tráfego local, e a necessidade de melhorias na infraestrutura de apoio à logística, como acessos aos portos e estacionamentos para caminhões.
- **Dificuldades na gestão urbana**: a integração dos planos setoriais e a construção de uma visão estratégica de longo prazo ainda são desafios para o planejamento urbano de Porto Velho. A falta de fiscalização e a irregularidade fundiária também são obstáculos ao desenvolvimento da cidade.
- **Carência de espaços urbanos**: o município carece de espaços públicos de qualidade, áreas verdes e arborização, o que impacta a qualidade de vida da população e o desenvolvimento do turismo e do comércio.
- **Distribuição desigual dos equipamentos públicos**: a distribuição desigual dos equipamentos públicos entre os bairros da cidade e a falta de manutenção são desafios a serem superados.
- **Persistência da pobreza e dependência de programas sociais**: a alta porcentagem de famílias em situação de pobreza e a dependência de programas de transferência de renda evidenciam a necessidade de ações mais efetivas para a geração de emprego e renda, a fim de romper o ciclo da pobreza e promover o desenvolvimento econômico sustentável.
- **Desafios na saúde pública**: a baixa cobertura vacinal e a alta taxa de mortalidade por suicídio são indicadores preocupantes que exigem atenção urgente. A vacinação é fundamental para prevenir surtos de doenças e garantir a saúde da população, enquanto a saúde mental precisa ser priorizada para garantir a produtividade e o bem-estar da comunidade.
- **Deficiências na educação**: apesar dos avanços, o alto índice de analfabetismo, o baixo rendimento escolar e as dificuldades de acesso à educação, especialmente para pessoas com deficiência, representam obstáculos para o desenvolvimento de capital humano qualificado e para o crescimento econômico a longo prazo. A falta de espaços culturais também limita o desenvolvimento integral da população.
- **Rigidez na gestão de pessoal**: a alta proporção de servidores estatutários pode limitar a flexibilidade orçamentária e a capacidade de adaptação a novas demandas e prioridades.
- **Concentração em poucas áreas**: a forte concentração de recursos humanos em apenas três secretarias pode dificultar o desenvolvimento de outras áreas importantes para o crescimento econômico, como infraestrutura e desenvolvimento industrial.
- **Conselhos municipais inativos**: a inatividade de diversos conselhos municipais, exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social, limita a participação cidadã e a governança ativa em várias áreas cruciais.
- **Subutilização de ferramentas de transparência**: apesar da existência de ouvidoria, e-SIC e Portal da Transparência, a utilização desses canais ainda é relativamente baixa, indicando a necessidade de maior divulgação e incentivo à participação cidadã.

Quadro 10 - Quadro síntese de ameaças

## Ameaças

- **Mudanças climáticas:** a vulnerabilidade do município às alterações climáticas, com a redução do volume de chuvas e dos níveis do rio Madeira, ameaça a produção de energia, a navegabilidade da hidrovia e a economia local como um todo.
- **Concorrência logística:** projetos como a Ferrogrão podem desviar o fluxo de mercadorias e reduzir a importância de Porto Velho como centro logístico, impactando negativamente a economia local.
- **Dependência de commodities:** a dependência da produção e exportação de soja torna o município vulnerável às oscilações de preços e demanda no mercado internacional.
- **Problemas ambientais e sociais:** o modelo de transporte rodoviário intensivo e a expansão do agronegócio podem gerar impactos ambientais e sociais negativos, incluindo emissão de poluentes, afetando a qualidade de vida e a imagem do município.
- **Crescimento econômico ilusivo:** a agricultura e a pecuária extensivas, embora contribuam para o crescimento econômico, geram poucos empregos e renda, podendo criar uma falsa sensação de desenvolvimento sem benefícios sociais significativos.
- **Risco de "economia de passagem":** a expansão da agropecuária e da logística pode gerar benefícios principalmente para outras regiões, se Porto Velho não desenvolver sua própria capacidade produtiva e de transformação.
- **Concorrência de outras regiões:** o deslocamento investimentos em infraestrutura logística para outras regiões, como a construção de ferrovias, podem desviar fluxos econômicos de Porto Velho, enfraquecendo sua posição como centro logístico e comercial.
- **Concentração da pauta de exportações:** a dependência de poucos produtos agrícolas na pauta de exportações aumenta a vulnerabilidade da balança comercial a eventos climáticos que afetam a produção, podendo gerar déficits significativos.
- **Dependência de investimentos externos**: a história de Porto Velho mostra uma dependência de ciclos de investimentos externos para impulsionar o crescimento, o que pode levar a uma economia frágil e vulnerável a choques externos, caso não sejam desenvolvidas capacidades endógenas de crescimento e inovação.
- **Vulnerabilidade climática**: a dependência da agricultura e pecuária torna a economia de Porto Velho suscetível aos ciclos climáticos e eventos naturais extremos, cada vez mais frequentes devido às mudanças climáticas, o que pode impactar a produção e a renda.
- **Pressão ambiental:** a exploração de recursos naturais, como a mineração e a expansão da fronteira agrícola, pode gerar impactos ambientais negativos, como desmatamento e poluição, o que pode comprometer a sustentabilidade do desenvolvimento e a imagem da região.
- **Concorrência de outras regiões:** a concorrência de outras regiões com ecossistemas de inovação mais maduros pode dificultar a atração de investimentos e talentos.
- **Instabilidade econômica:** a instabilidade econômica pode impactar o desenvolvimento de *startups* e empresas inovadoras, dificultando o acesso a crédito e investimentos.
- **Excesso de burocracia:** a burocracia excessiva pode dificultar a abertura e o desenvolvimento de negócios inovadores.
- Falta de mão de obra qualificada: a escassez de mão de obra qualificada pode limitar o crescimento de empresas intensivas em conhecimento e tecnologia.
- **Mudanças tecnológicas:** as rápidas mudanças tecnológicas exigem constante atualização e adaptação por parte das empresas e profissionais.
- **Êxodo rural e desigualdades regionais:** o esvaziamento demográfico dos distritos e a migração de pessoas com baixa renda para a área urbana podem gerar pressões sobre os serviços públicos e o mercado de trabalho, além de ampliar as desigualdades regionais.
- **Expansão urbana desordenada e especulação imobiliária**: a expansão urbana desordenada, impulsionada pela especulação imobiliária, especialmente na margem esquerda do rio Madeira, pode levar à ocupação de áreas inadequadas, à deterioração do espaço urbano e a problemas socioambientais.
- **Estagnação do mercado imobiliário:** os altos custos dos insumos da construção civil podem limitar o acesso à moradia, restringir o desenvolvimento do mercado imobiliário e impactar o crescimento urbano.
- **Degradação ambiental e riscos à saúde pública**: a falta de saneamento básico e a poluição hídrica geram impactos negativos na saúde da população, no meio ambiente e na qualidade de vida, além de aumentar os custos para o tratamento de água e esgoto.
- **Deterioração do centro urbano**: a deterioração da qualidade do espaço urbano central pode afetar a atratividade da cidade, o desenvolvimento econômico e o turismo.
- **Ineficiência logística e mobilidade urbana:** a ausência de diretrizes e projetos interfederativos para o transporte de cargas pode levar ao aumento dos custos logísticos, a conflitos de tráfego e à perda de competitividade.
- **Instabilidade nos investimentos:** a falta de participação dos atores-chave na definição de uma visão comum para o desenvolvimento de Porto Velho pode levar à descontinuidade de investimentos em projetos estratégicos, impactando o crescimento da cidade.
- **Ausência de planejamento estratégico integrado**: a falta de uma visão estratégica que integre os ativos econômicos e promova a discussão com os diferentes atores pode comprometer o desenvolvimento sustentável e a competitividade da cidade.
- **Inadequada fiscalização do uso do solo:** a fiscalização deficiente do uso e ocupação do solo pode levar à cultura da irregularidade, à deterioração do espaço urbano e a problemas socioambientais.
- **Desafios estruturais na saúde e regularização fundiária**: a falta de saneamento básico, a incidência de doenças e as dificuldades no acesso à terra e ao crédito rural exigem ações para garantir a saúde da população, a segurança jurídica no campo e o desenvolvimento econômico sustentável.

## Ameaças

- **Extensão territorial e fragmentação da população:** a grande extensão territorial e a dispersão da população demandam estratégias para garantir o acesso a serviços básicos e a implementação de políticas públicas em todas as regiões do município, promovendo a inclusão e o desenvolvimento de forma equitativa.
- **Instabilidade econômica e política:** crises econômicas e políticas, tanto em nível nacional quanto internacional, podem afetar a arrecadação municipal, a capacidade de investimento e a confiança dos investidores, impactando negativamente o desenvolvimento econômico de Porto Velho.
- **Concorrência regional**: a competição com outros municípios da região por investimentos, recursos e mão de obra qualificada pode representar um desafio para Porto Velho, exigindo um esforço adicional da administração pública para se destacar e atrair projetos e empresas.

Quadro 11 - Quadro síntese dos indicadores

| ID | NOME | NOTA |
|---|---|---|
| **D1** | **INFRAESTRUTURA DE MERCADO E INSERÇÃO REGIONAL** | **0,53** |
| D1.1 | INFLUÊNCIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL | 0,58 |
| D1.2 | INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE | 0,46 |
| D1.3 | CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E MERCADORIAS | 0,50 |
| D1.4 | INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA | 0,58 |
| **D2** | **ECONOMIA, DIVERSIFICAÇÃO E ESTRUTURA PRODUTIVA** | **0,36** |
| D2.1 | CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 0,42 |
| D2.1.1 | CRESCIMENTO DO PIB | 0,42 |
| D2.1.2 | MERCADO DE TRABALHO | 0,42 |
| D2.2 | ESTRUTURA PRODUTIVA E DIVERSIFICAÇÃO | 0,42 |
| D2.2.1 | COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB | 0,50 |
| D2.2.2 | COMPLEXIDADE ECONÔMICA | 0,50 |
| D2.2.3 | SETORES-CHAVE | 0,25 |
| D2.3 | COMÉRCIO EXTERIOR | 0,25 |
| D2.3.1 | BALANÇA COMERCIAL | 0,25 |
| D2.3.2 | ESTRUTURA DO COMÉRCIO | 0,25 |
| **D3** | **AMBIENTE PROMOTOR DA INOVAÇÃO** | **0,36** |
| D3.1 | EMPREENDEDORISMO | 0,38 |
| D3.1.1 | AMBIENTE DE NEGÓCIOS | 0,56 |
| D3.1.2 | CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS | 0,33 |

| ID | NOME | NOTA |
|---|---|---|
| D3.1.3 | MÃO DE OBRA QUALIFICADA | 0,25 |
| D3.2 | AMBIENTES DE INOVAÇÃO | 0,42 |
| D3.2.1 | INFRAESTRUTURA | 0,40 |
| D3.2.2 | PROGRAMAS E SERVIÇOS | 0,44 |
| D3.3 | INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | 0,38 |
| D3.3.1 | ENSINO SUPERIOR | 0,50 |
| D3.3.2 | PESQUISA E DESENVOLVIMENTO | 0,25 |
| D3.4 | FINANCIAMENTO E CAPITAL | 0,08 |
| D3.4.1 | INVESTIMENTO PRIVADO | 0,17 |
| D3.4.2 | INVESTIMENTO PÚBLICO | 0,00 |
| D3.5 | GESTÃO E PLANEJAMENTO | 0,22 |
| D3.5.1 | GOVERNANÇA | 0,42 |
| D3.5.2 | POLÍTICAS PÚBLICAS | 0,00 |
| D3.5.3 | INVESTIMENTO PÚBLICO | 0,25 |
| **D4** | **FORÇA GERATIVA E QUALIDADE DA CIDADE E DO URBANO** | **0,43** |
| D4.1 | DINAMICA DEMOGRÁFICA | 0,56 |
| D4.1.1 | CRESCIMENTO POPULACIONAL | 0,38 |
| D4.1.2 | ESTRUTURA ETÁRIA | 0,75 |
| D4.2 | EXPANSÃO URBANA E MERCADO IMOBILIÁRIO | 0,63 |
| D4.2.1 | EXPANSÃO URBANA | 0,50 |
| D4.2.2 | MERCADO IMOBILIÁRIO | 0,50 |
| D4.3 | INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | 0,52 |
| D4.3.1 | SANEAMENTO BÁSICO | 0,13 |
| D4.3.2 | MOBILIDADE URBANA | 0,92 |
| D4.4 | PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA | 0,42 |
| D4.4.1 | PLANEJAMENTO URBANO | 0,58 |
| D4.4.2 | GESTÃO URBANA | 0,25 |
| D4.5 | QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO | 0,46 |

| ID | NOME | NOTA |
|---|---|---|
| D4.5.1 | ESPAÇOS PÚBLICOS | 0,25 |
| D4.5.2 | CONDIÇÕES AMBIENTAIS | 0,50 |
| D4.5.3 | EQUIPAMENTOS PÚBLICOS | 0,63 |
| **D5** | **BEM-ESTAR SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA** | **0,55** |
| D5.1. | VULNERABILIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,50 |
| D5.1.1 | GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,73 |
| D5.1.2 | POBREZA E VULNERABILIDADE | 0,28 |
| D5.2. | SAÚDE | 0,47 |
| D5.2.1 | SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL | 0,62 |
| D5.2.2 | INDICADORES GERAIS DE SAÚDE | 0,33 |
| D5.3. | EDUCAÇÃO | 0,67 |
| D5.3.1 | ESTRUTURA DE ENSINO | 0,50 |
| D5.3.2 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RECURSOS HUMANOS | 0,88 |
| D5.3.3 | ÍNDICES SOCIOEDUCACIONAIS | 0,63 |
| **D6** | **GOVERNANÇA E GESTÃO MUNICIPAL** | |
| D6.1 | FINANÇAS E CAPACIDADE DE PAGAMENTO | 0,42 |
| D6.1.1 | ARRECADAÇÃO MUNICIPAL | 0,75 |
| D6.1.2 | CAPACIDADE DE PAGAMENTO | 0,50 |
| D6.2 | RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA | (n.i.) |
| D6.2.1 | ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 0,50 |
| D6.2.2 | ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 0,25 |
| D6.2.3 | ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 1,00 |
| D6.3 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA | (n.i.) |
| D6.3.1 | CONDIÇÕES FÍSICAS | 0,25 |
| D6.3.2 | CONDIÇÕES TECNOLÓGICAS | (n.i.) |
| D6.3.3 | SISTEMA DE INFORMAÇÕES | (n.i.) |
| D6.3.4 | DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS | (n.i.) |

| ID | NOME | NOTA |
|---|---|---|
| D6.3.5 | ESPECIALISTAS EM TI | (n.i.) |
| D6.4 | SERVIÇOS E AÇÕES | (n.i.) |
| D6.4.1 | OFERTA DE SERVIÇOS | (n.i.) |
| D6.4.2 | AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS | (n.i.) |
| D6.5 | PLANEJAMENTO E GESTÃO | (n.i.) |
| D6.5.1 | EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA | (n.i.) |
| D6.5.2 | PLANEJAMENTO SETORIAL | (n.i.) |
| D6.5.3 | PLANOS DE LONGO PRAZO | 0,75 |
| D6.5.4 | CONTROLE ORÇAMENTÁRIO | (n.i.) |
| D6.5.5 | MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | (n.i.) |
| D6.5.6 | AUDITORIAS | (n.i.) |
| D6.5.7 | INOVAÇÃO | (n.i.) |
| D6.6 | PARTICIPAÇÃO CIDADÃO E TRANSPARÊNCIA | 0,63 |
| D6.6.1 | CONSELHOS MUNICIPAIS | 0,25 |
| D6.6.2 | CANAIS DE COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO | 1,00 |

*(n.i.) não informado, pois as informações solicitadas à PMPV não foram disponibilizadas.

# 4.

# CENÁRIOS E VISÃO DE FUTURO

Os cenários e a visão de futuro para o desenvolvimento sustentável de Porto Velho possuem duas partes principais, a saber:

i. A descrição de quatro cenários, construídos a partir do diagnostico e levando-se em conta os eixos transversais, para diferentes contextos do desenvolvimento de Porto Velho.O cenário atual reproduz em linhas gerais a situação atual de Porto Velho conforme o amplo e detalhado diagnóstico elaborado. O cenário tendencial projeta a situação de Porto Velho no futuro a partir de suas condições atuais. Em outras palavras, este cenário projeta o futuro de Porto Velho caso as tendências atuais se mantenham. O cenário desejável, por sua vez, descreve uma Porto Velho que evolui em todos os aspectos até alcançar o status desejado para o município, com foco em uma transformação profunda, positiva e sustentável, pautada por uma série de metas e objetivos permanentes. Por fim, o cenário realizável representa uma projeção mais realista, levando em consideração os recursos e as possibilidades de mobilização de recursos e investimentos do município, apontando caminho viável na direção parte dos objetivos do Cenário Desejável;

ii. Uma análise de riscos que reúne fatores ou variáveis externas críticas (de ordem global, nacional e ambiental) que, quando ativados, poderão interferir de forma significativa no curso do desenvolvimento de Porto Velho.

Os quatro cenários construídos são apresentados no que se segue em linha com o documento Visão de Futuro e Plano de Ação do PAEDS-PVH 2030-2050.



# 4.1. CENÁRIO ATUAL

Conforme já mencionado o Cenário Atual coincide com o momento atual do desenvolvimento de Porto Velho cuja análise detalhada está contida no Diagnóstico, porém, para os efeitos de uma referência integrada de todos os aspectos anteriormente analisados e da formação de uma base para a projeção de cenários futuros. Foi realizada uma releitura dos temas estruturantes apresentada a seguir.

O município de Porto Velho possui importância regional no Norte do país em termos econômicos e logísticos. A economia local possui um PIB de R$ 20.059 milhões em 2021, o quinto maior da região Norte, atrás de Manaus, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Belém e o primeiro de Rondônia. Abriga uma população de 460.434 habitantes (atrás apenas de Manaus, Belém e Ananindeua). A estrutura produtiva porto velhense está concentrada em poucas atividades econômicas, como setores de grande escala, agricultura extensiva baseada em monocultura (soja e milho), mineração e geração de energia, o quinto maior produtor nacional. A atual conjuntura econômica de Porto Velho, após ciclos apoiados em setores extrativistas, na pecuária e expansão da fronteira agrícola, é caracterizada por baixas taxas de crescimento econômico e populacional. O crescimento do PIB, na média, passou de 9,8% a.a. entre 2001 e 2011 para -0,01% a.a. no período 2012-2022. Se corrigido os efeitos de crises exógenas, este crescimento seria em média 2,3% a.a. O crescimento populacional, por sua vez, foi na média, 0,6% a.a. entre 2010 e 2022, abaixo da taxa de reposição de população, com uma taxa de fecundidade em queda.

A estrutura produtiva de Porto Velho vem passando por transformações em sua composição setorial desde os anos 2000. O setor industrial aumentou de 10% do PIB em 2000 para valores próximos de 27% em 2021, motivado principalmente pelo início de operação das UHEs de Jirau e Santo Antônio, ao passo que a parcela do PIB referente a atividades agropecuárias também cresceu, atingindo 6,1% em 2021. Cabe destacar, no entanto, que apenas 5,4% das empresas locais são industriais e apenas 5,1% da população está empregada em atividades industriais. Este movimento acontece em detrimento do setor de serviços, que caiu de 55% em 2000 para 43%, 21 anos depois.

A balança comercial do município é deficitária. Dois bens se destacam no quesito exportação: soja e milho. No conjunto, estes dois produtos equivalem à maioria do volume exportado. Os principais destinos das exportações do município são Turquia, México e Argentina. As importações, por seu turno, são mais diversificadas. Produtos eletrônicos são o principal bem importado, embora adubos, derivados de petróleo, alguns bens industrializados e produtos de primeira necessidade dividam o espaço na pauta de importação do município. O principal fornecedor de importações para Porto Velho é a China.

Em termos de complexidade econômica, a estrutura produtiva não se mostra tão dinâmica. A estrutura produtiva não está se diversificando tanto ao longo do tempo em termos do surgimento da produção de novos produtos como de novos setores. Em 2010, a economia local exportava poucos bens, que estão associados a produtos de madeira, alguns artigos têxteis, e gêneros alimentícios. Já em 2020, a economia passou a produzir outros bens associados à produção de máquinas. O que sugere que, mesmo que de maneira incipiente, houve uma diversificação no município neste período.

Os dados de complexidade econômica apontam que Porto Velho é mais complexa que

Rio Branco, Ji-Paraná e Cuiabá. Ainda assim, Porto Velho é pouco diversificada em relação ao restante do país e fortemente dependente de bens primários e de setores extrativistas, como soja, milho, gado bovino e minerais.

Com um distrito industrial pequeno, pouca infraestrutura e problemas legais, a atividade industrial é pouco desenvolvida e atrativa. Problemas de regularização fundiária limitam a atividade empresarial, agropecuária e o acesso ao financiamento e programas de melhorias da qualidade e produtividade do setor, especialmente nas pequenas propriedades e agricultura familiar. Com uma concentração em setores extrativistas e agropecuária extensiva, com baixa intensidade de capital-trabalho, agrega pouco valor à produção. Estes aspectos, quando tomados em conjunto, limitam as possibilidades de diversificação econômica da estrutura produtiva, bem como a geração de empregos formalizados e com salários reais mais elevados.

O mercado de trabalho é tal que o setor público é o principal empregador. A taxa de desemprego de 2,7% é baixa, mas a taxa de pessoal fora da força de trabalho é alta, quase 45%. Aproximadamente 40% dos vínculos trabalhistas estão concentrados no setor público. O setor privado é fragmentado e oferece poucas oportunidades de emprego qualificado; 57% da mão de obra ocupada possui ensino médio completo, 26% têm superior completo, e apenas 12% da força de trabalho tem grau de instrução abaixo do ensino médio completo. Simultaneamente uma população em sua maioria jovem e em idade ativa, multicultural, migratória e pouco qualificada, tem dificuldade de encontrar trabalho e vive fora do mercado de trabalho formal se constituindo numa opção de mão de obra barata, o que puxa para baixo o rendimento do trabalho na região. Porto Velho está na 20º posição entre todas as capitais brasileiras em termos de rendimento médio real no mercado de trabalho. O salário médio é R$2.859, enquanto em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória são R$4.990, R$4.988 e R$5.386, respectivamente. Este cenário configura uma economia com potencial, porém ainda pouco desenvolvida em termos produtivos em que coexistem poucos empregos qualificados e rendimentos reais baixos.

A economia local é povoada por micro e pequenas empresas, que não tem capacidade de realizar investimentos expressivos, embora existam algumas empresas expressivas no município, como as Usinas Hidroelétricas e alguns grupos empresariais. Contudo, isso é pouco para o desenvolvimento econômico puxado pelo setor privado.

O ambiente de negócios é pouco desenvolvido em relação ao restante do Brasil; existe uma alta densidade de habitantes em relação ao número de empresas da ordem de 4.356 habitantes/empresa. O que é um indicativo de um número relativamente baixo de empresas para o tamanho da população e/ou de uma concentração maior de empregos em menos empresas, caracterizando um mercado de trabalho menos diversificado. As empresas de Porto Velho são jovens. Na média, elas possuem 7 anos de idade. Complementarmente, existe alta mortalidade de empresas, já que quase metade delas não passa de dois anos de vida, na média.

Porto Velho está na 25º posição no ranking de capitais nacionais do número de empresas intensivas em tecnologia, estando a frente apenas de Macapá e Boa Vista neste quadro. Quatro setores se destacam neste quesito: serviços de tecnologia da informação; fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico; recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores; e Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores com, respectivamente, 18, 10, 9 e 6

empresas em cada setor.

Quanto à presença de empresas inovadoras, notou-se que Rondônia possui um baixo depósito de proteção industrial, representando apenas 0,4% dos registros brasileiros. Além disso, tanto Rondônia quanto Porto Velho apresentam um número reduzido de empresas participando da Lei do Bem e do Inova Simples. O ecossistema de *startups* de Porto Velho é pequeno, jovem e não direcionado à vocação municipal. O município possui número relativamente pequeno de *startups* (33), o que equivale à 7% do total de *startups* na região Norte e 48% das *startups* em Rondônia.

Em um contexto em que apenas 0,9% dos trabalhadores possuem pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), tem-se evidências sugestivas de um sistema regional de inovação bastante limitado para a promoção de inovação e progresso tecnológico. É importante frisar, no entanto, que o ecossistema de inovação de Porto Velho conta com instituições relevantes, como EMBRAPA, Fundação Osvaldo Cruz, UNIR, Tambaqui Valley, dentre outras. Em suma, o ambiente promotor de inovação em Porto Velho apresenta desafios consideráveis, mas também oportunidades para o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Em termos geográficos o município apresenta uma posição logística estratégica constituída pela "hidrovia do Madeira", que é uma importante conexão hidrográfica nas relações com vizinhos andinos e, principalmente para o escoamento da produção agrícola do país e para o recebimento de insumos e produtos para a economia local. Esta centralidade logística é confirmada pelas conexões intermodais entre rodovias federais (através das quais trafega considerável parcela da produção de soja do país), o Aeroporto Internacional de Porto Velho, e a referida hidrovia. O Rio Madeira proporciona ainda a uma robusta infraestrutura energética composta por duas hidrelétricas, Jirau e Santo Antônio, com capacidade de gerar aproximadamente 7,5 Gigawatts, estando atrás apenas de estados como Pará, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, porém com limitações de produção em épocas de estiagem.

Embora Porto Velho possua estes diferenciais e elementos positivos que a destacam no cenário nacional, existem outros elementos no município associados à infraestrutura que dependem de política pública adequada para fomentar o desenvolvimento econômico. Por exemplo, o complexo portuário de Porto Velho, de um modo geral, está longe das práticas modernas e eficientes do resto país, bem como também apresenta baixo índice de desempenho ambiental. Por este ângulo, o índice de Desempenho Ambiental aponta que a estrutura portuária Porto Velho está classificada entre as piores situações do país neste ponto. Ou seja, a infraestrutura portuária é atrasada e pouco eficiente em termos ambientais.

As rodovias, embora não sejam ruins, apresentam problemas estruturais que aumentam o custo de produção e reduzem a competitividade da produção local. Estimativas da Confederação Nacional de Transporte indicam que as condições das estradas de Rondônia impõem um sobrecusto de aproximadamente 30% nos preços das cargas que passam pela região, além de um desperdício próximo de 20 milhões de litros de diesel e um prejuízo financeiro próximo de R$ 133 milhões.

O município apresenta baixa conectividade aérea. A oferta de voos e a conectividade aérea com outras regiões do país são limitadas e absolutamente caras, em especial após a crise sanitária do COVID-19. A tarifa média para o Brasil inteiro, em 2023, foi R$642, ao passo que para Porto Velho foi R$1.523. Isso dificulta o acesso e a integração

com outros centros urbanos e mercados, bem como explica parcialmente a limitada importância do setor turístico no município, mesmo com a existência de atrativos turísticos equipamentos de hotelaria. O resultado disso é uma infraestrutura que impõe limites para o desenvolvimento produtivo local à medida que encarece a entrada e a saída de bens e serviços locais e dificulta o fluxo de pessoas.

Existem dois elementos centrais em relação ao meio ambiente que impactam a economia, o período de estiagem e a emissão de poluentes. Primeiro, o município está inserido no regime anual de escassez de chuvas entre os meses de maio e setembro, tornando-se ainda mais vulnerável a mudanças climáticas, onde a redução estrutural do volume de chuvas não só reduz os níveis do Rio Madeira, mas também, amplia os focos de incêndio e a produção de fumaça. Estes fenômenos associados, como se observa atualmente, ameaça a navegabilidade da hidrovia e a produção energética, impactando diretamente a exportação agrícola e a produção regional de grãos. Mais do que isso, a falta de chuvas pode gerar inflação no município à medida que insumos básicos não cheguem como esperado à Porto Velho. Consequentemente, com um custo de vida mais elevado, a renda real dos cidadãos porto velhenses cai, e, com isso, o consumo destas pessoas declina. O efeito disso é bastante danoso para a economia local. Alterações climáticas – que vem acontecendo com mais intensidade e frequência, podem, portanto, ter efeitos graves na economia local como um todo, inclusive em termos de renda, emprego, desigualdade social e de qualidade de vida das pessoas.

Por outro lado, o modelo econômico local baseado em transporte rodoviário intensivo, com um fluxo semanal estimado de caminhões entre 2.117 e 2.800, e práticas portuárias não sustentáveis gera impactos ambientais e sociais negativos. O intenso fluxo de caminhões implica em volumosas emissões de poluentes, o que afeta a qualidade de vida e a imagem do município, sem contar com os problemas urbanos que este tipo de tráfego causa, como aumento de acidentes e deterioração de vias públicas.

Neste cenário, o mercado imobiliário urbano, apesar de alguns desafios, apresenta potencial de crescimento, com áreas valorizadas e em expansão, principalmente na região Leste da cidade. Um aspecto negativo é a densidade média do tecido urbano de cerca de 28,96 de habitantes por hectare, o que é pouco para remunerar serviços e equipamentos públicos e inferior, por exemplo, à Cuiabá (48,63), Campo Grande (34,93) e Rio Branco (36,68).

As deficiências em saneamento e meio ambiente representam desafios concretos. Porto Velho possui um Índice de Desenvolvimento Sustentável igual a 37,33, considerado baixo, estando atrás de cidades como Palmas (52,36), Cuiabá (49,22), Rio Branco (44,21) e Campo Grande (39,44). Os três piores indicadores que puxam este índice para baixo são os "ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura", "14 - Vida na água" e "17 - parcerias e meios de implementação" onde pesam os baixíssimos índices municipais de cobertura de água e esgoto.

Em termos de vulnerabilidade social, existe ainda uma alta percentagem de famílias em situação de pobreza e a dependência de programas de transferência de renda. Por exemplo, em julho de 2024, do total de 111.193 famílias (ou 245.776 pessoas cadastradas), aproximadamente 75% das pessoas estão em condição de pobreza ou extrema pobreza com um rendimento inferior a 1/2 salário-mínimo mensal.

Todos estes aspectos, em conjunto com outros elementos como as ocupações irregulares do território urbano, os conflitos existentes

entre o tráfego de cargas e o tráfego local, a necessidade de melhorias na infraestrutura de apoio à logística, expansão de espaços urbanos com áreas verdes e arborizadas e a concentração dos equipamentos públicos em poucas localidades, geram externalidades negativas que se retroalimentam e condicionam a força gerativa da cidade.

Em termos de governança, Porto Velho possui uma situação institucional caracterizada pela falta de articulação entre o poder público com outros atores sociais para o desenvolvimento de instituições e políticas públicas que sejam efetivas para o planejamento do desenvolvimento tecnológico e inovativo, bem como para manter talentos em Porto Velho. Houve uma melhoria significativa no planejamento público nos últimos anos evidenciando o esforço da prefeitura para organizar o crescimento urbano à medida que se dispõe de uma equipe dedicada ao planejamento urbano e de diversos planos setoriais e plurianuais atualizados, bem como, um Plano Diretor e um sistema de informações geográficas que, todavia, carece de uma plataforma centralizada de dados dentro de práticas modernas de banco de dados relacionais, que possam servir de suporte à gestão operacional e estratégica. Por outro lado, o monitoramento e a fiscalização do meio ambiente e do urbanismo tem práticas antiquadas e deficientes, descoladas do planejamento, o que, desta forma, estimula o aumento das irregularidades.

A capacidade de arrecadação tributária tem melhorado nos últimos anos com aumento de receitas próprias, compensação financeira por uso de recursos naturais e transferências intergovernamentais, o que tem contribuído para um aumento significativo da capacidade competitiva do município. Com uma boa avaliação da capacidade de pagamento, o município está apto a buscar financiamento externo para projetos em linha com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, o Cenário Atual de Porto Velho apresenta um conflito entre características tipicas de subdesenvolvimento que geram gargalos e custos adicionais para as inciativas voltadas para o desenvolvimento de suas grandes potencialidades.



# 4.2. CENÁRIO TENDENCIAL

Descrição de como Porto Velho poderá se encontrar caso as tendencias do cenário atual permaneçam.

A importância regional de Porto Velho no Norte do país reduziu em termos econômicos e logísticos. A economia local continua pouco diversificada e fortemente dependente da produção de poucos bens primários e de setores extrativistas, com baixa complexidade econômica e conteúdo tecnológico. O crescimento econômico e populacional continua baixo. Problemas institucionais, como os problemas de regularização fundiária e o incipiente desenvolvimento do ecossistema de inovação, limitaram o desenvolvimento industrial do município, que continua a apresentar forte teor de atividades extrativistas e agropecuária extensiva, com baixa intensidade de capital-trabalho. A economia continua presa na estrutura econômica herdada de ciclos econômicos anteriores – pouco complexa e sem muito conhecimento embutido, com poucos empregos formais, salários reais baixos e uma pauta exportadora pouco diversificada baseada em poucos produtos primários.

No mercado de trabalho, o setor público continua como o principal empregador. Os melhores postos de trabalho, formais e com remuneração mais elevada, ainda são originados do serviço público. O setor privado cria poucos postos de trabalho qualificados, que demandam escolaridade mais elevada. O resultado é uma parcela expressiva da população empregada em atividades informais com baixos salários. A renda real média do trabalhador continua abaixo dos valores nacionais.

Predomina ainda um limitado desenvolvimento institucional do ecossistema de inovação. O ambiente local de negócios continua pouco desenvolvido, com baixa densidade empresarial, alta mortalidade de empresas e predominância, no geral, de empresas pequenas sem capacidade de realizar grandes investimentos. As micro e pequenas empresas continuam sendo pouco intensivas em tecnologia e os valores de depósito de proteção industrial permanecem inexpressivos em relação aos valores nacionais. O sistema regional de inovação ficou limitado, com pouca capacidade de gerar inovação e progresso tecnológico, já que os esforços do poder público e de outros atores voltados ao planejamento do desenvolvimento tecnológico e inovativo continuaram desarticulados.

Em termos logísticos, a posição estratégica de Porto Velho proporcionada pelo Rio Madeira se mostrou frágil à medida que não foram realizados investimentos em infraestrutura para mitigar os efeitos de alterações climáticas e buscar a viabilidade de outros modais logísticos. As rodovias continuam em bom estado, mas sem a necessária modernização, ou mesmo a pavimentação da rodovia BR 319 entre Porto Velho e Manaus. Os investimentos contemplaram essencialmente a manutenção da estrutura existente, sem aumento de capacidade e segurança.

A hidrovia do Madeira se mostrou bastante exposta a alterações climáticas. Em momentos de seca severa e prolongada e focos de incêndio generalizados, a navegabilidade ficou comprometida (em especial entre os meses de maio a outubro) o que dificulta a chegada de insumos, como derivados de petróleo, bem como o escoamento da produção. Mais do que isso, várias localidades, acessíveis apenas através da hidrovia, passaram a ficar territorialmente desconectadas, como os distritos do baixo Madeira. À medida do descompasso entre oferta e demanda de insumos básicos, os preços destes bens

passam a aumentar conforme a existência de crises hídricas.

A estrutura produtiva local foi duramente afetada, tanto pela elevação dos custos e imprevisibilidade sobre fornecimento de insumos, quanto pela dificuldade de escoamento da produção. Isso gerou uma série de efeitos deletérios sobre a economia local. O primeiro efeito foi o encarecimento do custo de vida no município. Tudo mais constante, os salários reais das pessoas caíram; o que diminui o consumo das famílias no comércio local. O segundo efeito foi uma redução no volume e na diversificação do comércio local, e por fim um aumento na desigualdade social. Os efeitos vão além disso, uma vez que as interrupções parciais na produção de energia hidrelétrica se repetem e a segurança energética do município passou a ser um problema.

Como não se buscou projetos logísticos ferroviários que ligassem Porto Velho a outras regiões do Brasil, ou que criassem uma rota em direção ao oceano pacífico, houve um certo deslocamento da produção agrícola que era exportada através da hidrovia do Madeira. Esta produção passou a ser transportada por meio de outros projetos logísticos que se consolidaram, como a ferrovia Ferrogrão. Isso proporcionou certo encolhimento do setor e da importância logística de Porto Velho no cenário nacional.

Não houve um plano de modernização portuária. O complexo portuário de Porto Velho está ainda mais longe das práticas modernas e eficientes do resto país e, pior, está menos amigável ao meio ambiente. As rodovias de acesso aos portos continuam com problemas estruturais aumentando o custo de produção e reduzindo a competitividade da produção local. O município apresenta baixíssima conectividade aérea. A oferta de voos e o acesso a outras regiões do país continuam limitadas e caras. Chegar e sair de Porto Velho é caro e difícil. Esta situação dificultou o surgimento de novas atividades econômicas à medida que impôs custos logísticos elevados e atrapalhou o desenvolvimento do setor turístico e hoteleiro do município, que continua muito aquém do seu potencial.

O modelo econômico local, apoiado em transporte rodoviário intensivo e práticas portuárias não sustentáveis, continuou gerando elevados impactos ambientais e sociais negativos a partir dos efeitos do fluxo intenso de caminhões, especialmente, pela necessidade de investimentos significativos pelo governo municipal para a manutenção do pavimento das vias urbanas. Houve uma transferência de recursos públicos de outras áreas, como saúde, educação etc., para esta finalidade. Contudo, com o aprofundamento deste modelo econômico, estes esforços se mostraram insuficientes acarretando "drenagem" de recursos públicos (que poderiam ser alocados em saúde, educação, saneamento básico etc.), para manutenção adequada das vias urbanas.

A cidade continuou a apresentar deficiências em saneamento básico e gestão do meio ambiente. Com os baixos índices municipais de cobertura de água e esgoto, poluição dos igarapés e de famílias em situação de pobreza, o Índice de Desenvolvimento Sustentável continua baixo. Porto Velho atrai a atenção da mídia como uma das piores qualidade de vida entre as cidades da Amazônia.

Mesmo com a existência de um setor público municipal relativamente organizado e finanças sólidas com boa capacidade de pagamento, não foram articuladas ações e projetos concretos com os atores-chave para que esta capacidade se transformasse em projetos estruturantes efetivos para o desenvolvimento econômico sustentável de Porto Velho. O monitoramento e a fiscalização

do meio ambiente e do urbanismo continuam antiquados e deficientes, estimulando o aumento das irregularidades e sem conexão com o planejamento. Quer dizer, o PAEDS-PVH 2030-2050 virou uma peça de ficção e mais um projeto que não saiu do papel.

Porto Velho se transformou em uma economia de passagem para a riqueza criada em outras regiões.

## 4.3. CENÁRIO DESEJÁVEL

Descrição de como Porto Velho poderá ser em longo prazo tendo por referência seus objetivos permanentes.

Porto Velho alcança o objetivo permanente de "Polo Multifuncional da Amazônia", tendo destaque no território internacional da Amazônia. Apresenta uma economia sustentável com crescimento endógeno, diversificada que produz bens complexos e intensivos em conhecimento e tecnologia, tornando-se o "Polo Multifuncional da Amazônia". A base econômica é composta pelo agronegócio, logística, indústria, comércio e serviços, com destaque para a produção de energia sustentável.

A economia local se diversificou com um ambiente de negócios favorável à atração de grandes empresas nacionais e estrangeiras a partir de um conjunto amplo de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico. Além de produzir bens primários e associados a setores extrativistas, a economia local passou a produzir bens mais complexos, que são mais intensivos em conhecimento, tecnologia e capital. Os problemas de regularização fundiária do complexo industrial foram resolvidos e o distrito industrial se tornou uma cidade industrial moderna que tem atraído a atenção de grandes empresas para a região.

Estes elementos levaram ao surgimento de uma estrutura manufatureira que potencializa as capacidades naturais existentes no local com práticas produtivas ambientalmente sustentáveis.

A taxa de formalização do mercado de trabalho aumentou significativamente. Os salários reais aumentaram em função da criação de postos de trabalho mais qualificados e com maior produtividade. O rendimento médio real de Porto Velho ultrapassou a média nacional. O consumo das pessoas aumentou e se diversificou, o que sustentou igual diversificação nos setores de comércio e serviços e promoveu o setor industrial. O mercado de trabalho ficou independente da oferta de postos de trabalho do setor público. O setor privado, mais desenvolvido e pujante, passou a empregar mais pessoas. Mais do que isso, a qualidade do emprego melhorou. O número de pessoas empregadas com maior escolaridade aumentou.

À medida que as pessoas foram sendo incorporadas neste processo, a crescente

produtividade do trabalho foi incorporada aos seus salários reais, aumentando a qualidade de vida da população. A taxa de crescimento da renda per capita é uma das maiores da região amazônica, gerando benefícios à montante, aumentando a arrecadação de impostos locais e o bem-estar da população com maior equidade entre a sede e os distritos. Porto Velho consolidou um novo ciclo de crescimento econômico endógeno e sustentado, em que o sucesso e as melhorias implementadas passaram a atrair mais investimentos privados e viabilizam novos investimentos públicos, num círculo virtuoso de desenvolvimento.

A prefeitura de Porto Velho passou a ser protagonista de uma articulação institucional sistemática e contínua em prol do desenvolvimento econômico municipal e regional. A coordenação do processo de desenvolvimento econômico, empreendida pelo setor público municipal articulou esforços dos setores privados locais com agilidade e qualidade na elaboração de projetos e na captação de recursos, fortalecendo a complementaridade entre o sistema financeiro regional (cooperativas), bancos de fomento ao desenvolvimento (como BNDES) e investimento empresarial.

O ambiente de negócios adquiriu estabilidade e confiabilidade e, da mesma forma, a confiança da população e da classe empresarial no setor público. Elos permanentes estão consolidados entre o planejamento público e diversos atores sociais. Em decorrência disso, empresas estrangeiras, e de outras partes do país com capacidade de realizar investimentos de grande porte, estão instaladas no município. Estas empresas introduziram novos conhecimentos à estrutura produtiva local contribuindo com mais investimentos em P&D e incentivaram o surgimento de outras atividades econômicas complementares. A economia se tornou mais complexa e mais diversificada. As empresas locais amadureceram e a mortalidade delas é muito baixa.

O sistema educacional, capaz de formar mão de obra com qualificação e quantidade suficientes voltada às necessidades dos novos setores nascentes, passou a gerar capital humano com capacidade de atuar como vetor da inovação tecnológica. O resultado foi a consolidação de um ecossistema local de inovação robusto e impulsionador do desenvolvimento econômico de Porto Velho. O número de depósitos de proteção industrial passou a crescer continuamente em relação aos valores brasileiros.

Em termos logísticos, Porto Velho se consolidou como polo multimodal da região internacional da Amazônia. Os projetos de integração Sul-Americana possibilitaram escoar a produção nacional e local para o resto do mundo via oceano pacífico. As rodovias federais e estaduais que se conectam ao município e o aumento da malha rodoviária de Rondônia estão em níveis operacionais ótimos. O Aeroporto Internacional de Porto Velho passou a ser utilizado como a principal conexão aérea da região Oeste da Amazônia. O setor turístico e de negócios conta com investimentos e equipamentos que são utilizados com frequência para eventos, congressos, exposições de cunho nacional e internacional.

O governo municipal consolidou uma ação contínua e integrada de lideranças na proposição de ideias, elaboração de projetos e ações viáveis tanto com a comunidade local, nacional e com os governos do Peru e Bolívia. Neste sentido, vários projetos de infraestrutura e de cooperação comercial deslancharam.

O complexo portuário do município foi modernizado, e está mais eficiente e sustentável. Os portos locais se equiparam aos melhores portos do país, como o de Paranaguá

e Santos, por exemplo. Os impactos ambientais são mínimos. A Hidrovia do Madeira opera com limite mediante concessão que promoveu a redução de custos e aumentou a segurança. Foram construídas obras de infraestrutura em um planejamento conjunto com os governos peruanos e bolivianos para reduzir o efeito de regimes de escassez de chuvas na navegabilidade do Rio Madeira. Os efeitos de secas prolongadas passaram a representar menor impacto na navegação.

Neste contexto, o município atraiu grandes projetos logísticos a partir de investimentos estrangeiros diretos, projetos puxados pelo governo brasileiro através do BNDES e organismos internacionais (como o Banco Mundial, CAF) voltados à construção de ferrovias que, primeiro, conectaram o território brasileiro ao município e, segundo, criaram uma rota de saída ferroviária em direção ao oceano pacífico. Todos estes elementos reforçam Porto Velho como um ponto de integração multimodal, posicionando-o como "vértice" da articulação da Amazônia Sul-Americana e do corredor Manaus-Cuiabá.

Os gasodutos para transporte dos derivados de petróleo e a ligação rodoviária pela BR 319 em direção à Porto Velho, consolidaram uma matriz energética renovável, segura e com custos menores de energia para os consumidores locais.

Todo este processo de desenvolvimento e crescimento econômico vem sendo acompanhado pelo aumento da arrecadação tributária de Porto Velho, o que possibilitou maiores investimentos públicos na construção e na manutenção de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos. A distribuição de água tratada e esgotos atende a toda população do município. A performance dos serviços urbanos e a qualidade dos espaços urbanos passaram acima da média brasileira. Todos os índices de desenvolvimento social e sustentabilidade aumentaram. O número de famílias em situação de pobreza e a dependência de programas de transferência de renda diminuiu. Os frutos do desenvolvimento econômico foram repartidos entre a população de Porto Velho residentes na sede e nos distritos. O bem-estar social aumentou.

Com um novo ciclo de crescimento endógeno e sustentável, impulsionado por ecossistema local de inovação extremamente empreendedor, Porto Velho atrai a atenção da imprensa em 2050 como exemplo de uma cidade que revolucionou a si mesma e que se transformou em uma cidade sustentável no mais amplo sentido, um espaço urbano notável, verde, de baixa emissão de carbono, tornando-se um exemplo de qualidade de vida e sustentabilidade para outras da região Amazônica e do país.





# 4.4. CENÁRIO REALIZÁVEL

Descrição de como Porto Velho poderá ser no horizonte de vinte anos com a implementação dos principais projetos do PAEDS.

Em 2035, após a execução de uma estratégia articulada para o desenvolvimento econômico pelo governo municipal, Porto Velho aumentou sua centralidade em relação à região Norte e Norte da região Centro-Oeste avançando na direção de consolidar um "Polo Multifuncional", mas, já consolidada sua posição como "Polo Multimodal" e "Vértice do corredor Manaus-Cuiabá". A economia está mais diversificada nos setores da indústria, comércio e serviços e do agronegócio.

O crescimento econômico se manteve sempre próximo da média nacional. Novos bens produzidos em Porto Velho passaram a ser exportados, o que garantiu lucratividade mais elevada do que atividades voltadas para o mercado doméstico. Esta lucratividade impulsionou o investimento privado. A comunidade empresarial local se consolidou em função das maiores taxas de lucro que obtiveram direta ou indiretamente a partir de uma estratégia de desenvolvimento de um ecossistema de inovação voltado para a diversificação produtiva exportadora.

A conjunção de elevada lucratividade das atividades produtivas locais e empresas mais sólidas aumentou a capacidade de as micro e pequenas empresas realizarem investimentos. Estas empresas, em consonância com os esforços públicos de fomento através do ecossistema de inovação, passaram a ter capacidade de investir em processos inovativos, ou inovações já existentes no mercado. Assim, Porto Velho melhorou a sua situação quanto ao uso de tecnologia em relação às práticas nacionais.

Criaram-se elos na cadeia produtiva local para agregar valor e conhecimento à produção local já existente, como soja, milho, mineração e uma indústria em crescimento. Estas novas atividades econômicas surgiram complementarmente ao que já existia, fruto de projetos de armazenagem e silagem junto aos portos, formando estoques de insumos de um novo complexo produtivo, baseado em inovação e bioeconomia. O resultado foi um aumento da complexidade econômica na estrutura produtiva porto velhense, que passou a ter mais conhecimento embutido em suas atividades e novos produtos com maior valor agregado.

O setor privado iniciou um processo endógeno de desenvolvimento econômico mais sólido e passou a gerar empregos com rendimento real mais elevado, ultrapassando a média regional e as contratações do setor público. Assim, a situação do mercado de trabalho melhorou, com a maior qualificação dos trabalhadores, está mais competitivo, e capaz de atrair e manter profissionais qualificados, inclusive em relação às regiões Norte e Nordeste. A renda per capita aumentou, ampliando o poder de consumo, a arrecadação de impostos locais e o bem-estar da população, com maior equidade entre a sede e os distritos.

O governo municipal realiza um esforço de articulação institucional em prol do desenvolvimento econômico do município. Consolidou uma ação contínua e integrada de lideranças na proposição de ideias, elaboração de projetos e ações viáveis tanto com a comunidade local, nacional e com os governos do Peru e Bolívia.

Criou-se um escritório para atração e promoção de investimentos de empresas nacionais de outras partes do país e de investimentos estrangeiros diretos, com vistas a desenvolver as potencialidades produtivas do município a partir do conhecimento já existente no local (bioeconomia). Em associação a esta iniciativa o ecossistema de inovação fomentou o surgimento de novas atividades produtivas na comunidade empresarial de maneira complementar àquelas atividades.

A coordenação do processo de desenvolvimento econômico vem estimulando a articulação dos setores privados locais para a fortalecer a complementaridade entre o sistema financeiro regional (cooperativas), bancos de fomento ao desenvolvimento (como BNDES) e investimento empresarial. O novo desenho institucional do município vem atraindo empresas sólidas de outras partes do país com capacidade de realizar investimentos de grande porte, bem como, investimentos de empresas estrangeiras. Estas novas empresas introduzem novos conhecimentos à estrutura produtiva local contribuindo com mais investimentos em P&D e incentivam o surgimento de outras atividades econômicas complementares. A economia vem ampliando a complexidade e se diversificando. Como resultado, as empresas locais amadureceram e a mortalidade empresarial reduziu.

O sistema educacional municipal, estadual, federal e privado, assim como o sistema “S”, estão consolidando uma articulação que já forma profissionais com qualificação voltada às necessidades dos novos setores nascentes e de capital humano capaz de atuar como vetor da inovação tecnológica. O resultado contribui para a consolidação de um ecossistema local de inovação robusto e impulsionador do desenvolvimento econômico. O número de depósito de proteção industrial vem aumentando.

Em termos logísticos, Porto Velho consolidou o polo multimodal da região Amazônica. Houve um esforço para a duplicação e melhorias de tráfego nas rodovias federais e estaduais que se conectam ao município e, também, aumento da malha rodoviária de Rondônia.

Manaus passou a ser conectada à Porto Velho através da BR 319, moderna e construída para atender os requisitos de veículos pesados de carga, consolidando uma nova alternativa complementar ao transporte hidroviário.

Neste sentido, vários projetos de infraestrutura e de cooperação comercial começaram a deslanchar. Os projetos de integração Sul-americana já têm cronograma e as obras rodoviárias já iniciaram com Peru e Bolívia.

A questão do modal aeroviário foi enfrentada com ações de atração de novas empresas e modernização do aeroporto de Porto Velho. Com aumento da malha aérea, da oferta de voos e assentos, o preço médio das passagens caiu em direção aos valores médios nacionais. Neste sentido, foram tomadas medidas para a promoção do turismo local. Por um lado, foram feitas ações concretas com o governo boliviano para criar uma rota de turismo na fronteira Brasil-Bolívia com potencial de trazer turistas dos dois países e de outros países com maior renda. Por outro, buscou-se atrair eventos de turismo de negócios de setores produtivos de soja, milho e minérios. Estas medidas, junto com passagens aéreas mais baratas, ajudaram a aumentar o fluxo de turistas, impulsionando a renda e emprego do setor. Conjugado a estes esforços, houve uma política agressiva de fortalecimento do setor turístico e de negócios, com investimentos na construção de anfiteatros, centros de exposições e infraestrutura necessária. Ao mesmo tempo, ocorreram ações para atrair turistas que demandam lazer, especialmente turismo de natureza.

O complexo portuário municipal passou por ampla modernização e por investimentos em sustentabilidade ambiental. Os impactos ambientais passaram a ser mínimos. Várias medidas foram tomadas em relação à Hidrovia do Madeira, inclusive a concessão, que promoveu a redução de custos desse transporte e aumentou a segurança. O governo municipal foi protagonista na construção do Acordo de Ações internacionais para reduzir o efeito de regimes de escassez de chuvas na navegabilidade do Rio Madeira, em um planejamento conjunto com os governos peruano e boliviano. Os efeitos de secas prolongadas passaram a ser menores.

O município passou a atrair grandes projetos logísticos a partir de investimentos privados e estrangeiros diretos, projetos estes puxados pelo governo brasileiro com apoio do BNDES e organismos internacionais (como o Banco Mundial).

Neste contexto, retomou-se dois projetos estratégicos para a vocação histórica de Porto Velho. O primeiro diz respeito à construção de gasodutos para transportar derivados de petróleo em direção à Porto Velho e trazer gás da Bolívia. O abastecimento do município não depende mais das condições de navegabilidade do Rio Madeira. Pelo contrário, o número de embarcações que transportam derivados de petróleo caiu. Isso abriu espaço para aumentar o número de embarcações carregando outros produtos, mitigando os efeitos de alterações climáticas no número de embarcações que passam na hidrovia. Por outro lado, as chances de acidentes ambientais reduziram e os preços de derivados de petróleo sofreram menos oscilações impostas pelas dificuldades de navegabilidade. A segurança energética municipal foi ampliada. O segundo, a construção da ferrovia ligando Porto Velho ao Centro-oeste, se mostrou fundamental para reduzir a imprevisibilidade e a dependência do modal hidroviário, tal como assegurar que insumos cheguem à Porto Velho, consolidando economia porto velhense como polo multimodal regional.

O projeto da rota de saída ferroviária em direção ao oceano pacífico foi levado a cabo, considerando que as obras da Ferrogrão se

consolidaram. Isto é, avançou-se na busca de parceiros internacionais para a construção de uma ferrovia que conecte o município aos portos peruanos. Todos estes elementos reforçaram Porto Velho como um ponto de integração multimodal, posicionando-o como "vértice" da articulação da Amazônia Sul-Americana e do corredor Manaus-Cuiabá.

Todo este processo de desenvolvimento e crescimento econômico melhorou a arrecadação tributária de Porto Velho. Os maiores aportes no sistema de tecnologia da informação e inovação municipal consolidaram o e-Gov, tanto com a formação de bancos de dados para planejamento, como para os serviços para o cidadão. Da mesma forma, proporcionou maiores investimentos públicos na construção de infraestrutura associada para a disseminação de água tratada e esgotos à população do município. Todos os índices de desenvolvimento social e sustentabilidade aumentaram. Isso proporcionou mais recursos para investimentos em saúde pública e a erradicação de doenças tropicais e, também, na educação básica. A performance dos serviços e a qualidade dos espaços urbanos melhoraram e ampliaram o sentido de pertencimento e poder de atração da cidade e dos distritos.

O número de famílias em situação de pobreza e a dependência de programas de transferência de renda diminuiu. Os frutos do desenvolvimento econômico foram repartidos entre a população de Porto Velho residentes na sede e nos distritos. O bem-estar social aumentou. Os serviços de saúde e educação privados tiveram melhora na qualidade e complexidade e, em vista disso, aumentaram sua abrangência regional.

Porto Velho atrai a atenção na região amazônica em 2035 como cidade que está se revolucionando, sustentável no mais amplo sentido. Uma boa performance e acessibilidade aos serviços públicos, um espaço urbano notável, verde, de baixa emissão de carbono. Está tornando-se um referencial de transformação endógena sustentável para outros centros da região e do país.

Em síntese, projetos de fomento à diversificação produtiva e inovação acoplados à logística estimularam a industrialização da economia com impactos significativos na estrutura produtiva e na taxa de crescimento do município e evitaram que Porto Velho se tornasse uma economia de passagem ou um simples "corredor" da riqueza de outras regiões. Com uma nova estrutura produtiva, mais diversificada e complexa, a economia de Porto Velho passou a gerar valor na cadeia produtiva e a explorar diversas alternativas para o escoamento de sua própria produção local. A facilidade logística de exportar e importar constituiu num novo atrativo para instalação de complexos produtivos na região, criando-se um ciclo virtuoso de crescimento endógeno e sustentado com externalidades econômicas positivas em toda a rede de articulação imediata, inclusive cidades de países vizinhos, resultando num ordenamento territorial urbano mais racional e integrado no que se refere à logística.

# 4.5. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos e os possíveis fatores impactantes[37] associados a ações e dos cenários descritos acima são apresentados abaixo. Primeiro, apresenta-se os riscos globais, junto com os o grau de impacto nos cenários (baixo, médio ou alto), o grau de incerteza (alto, médio ou baixo), o efeito atual nos cenários (positivo ou negativo) e uma breve descrição:

- **Guerras com impactos econômicos:** médio impacto nos cenários, alto grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. Apesar da economia mundial mostrar um alto e surpreendente grau de resiliência pós-Covid19 e diante das guerras Rússia-Ucrânia e Israel-Hammas, os riscos de uma escalada dos conflitos armados e suas consequências para a estabilidade econômica mundial não são desprezíveis. O relatório Global Risk 2024 do Fórum Econômico Mundial aponta que "54% dos respondentes esperam alguma instabilidade e um risco moderado de catástrofe global, enquanto outros 27% esperam maior turbulência" no futuro breve. O nível de incerteza é alto e a variável atua negativamente sobre os cenários.

- **Protecionismo no Comércio Internacional:** alto impacto nos cenários, baixo grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. A instabilidade geopolítica internacional motivada pela escalada dos conflitos armados internacionais e a percepção de vulnerabilidade econômica e política dos países, bem como as elevadas taxas de desemprego na Europa e países industrializados, têm forçado os países a adotarem políticas protecionistas para reduzir sua dependência externa e aumentar o emprego doméstico, causando ao fim, um enfraquecimento da globalização. Como consequência, por um lado, o maior protecionismo dificulta as exportações da região e tem um efeito negativo no cenário desejável. Por outro lado, o protecionismo reforça a necessidade de tornar a economia brasileira e Sul-Americana mais competitiva adicionando urgência à integração logística de toda a região, o que pode favorecer o cenário.

- **Descoordenação política e de Investimentos entre os países Sul-Americanos em geral:** alto impacto nos cenários, moderado grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. O continente Sul-americano tem sido um palco de diferentes regimes políticos extremos que se alternam no poder imersos em crises permanentes, com rupturas por vezes dramáticas para o desenvolvimento dos países. Diálogos, acordos comuns, planos bilaterais avançam e recuam ao sabor destes acontecimentos, criando dificuldades ao processo de coordenação de políticas de integração em toda a região Sul-Americana. Os acordos bilaterais acabam se transformando numa alternativa do tipo plano B, o que enfraquece a capacidade geral de crescimento do continente. Em acordos bilaterais, existe um risco de descoordenação dos investimentos entre Brasil, Bolívia e Peru, para que todos cumpram sincronizadamente suas parcelas de investimentos e executem os cronogramas físicos e financeiros das obras previstas nos projetos de integração Sul-americana.

[37] Fatores impactantes foram entendidos como variáveis de ordem global, nacional e local que pode interferir na evolução de cada cenário, as quais podem ter impactos positivos ou negativo na sua trajetória de desenvolvimento.

Atualmente a descoordenação política na América do Sul como um todo impacta desfavoravelmente nos cenários, e dificulta a coordenação de investimentos internacionais para um projeto em comum.

- **Crescimento econômico da Bolívia:** alto impacto nos cenários, alto grau de incerteza, efeito positivo nos cenários. A Bolívia exauriu seu ciclo de crescimento econômico baseado na exploração do gás natural ainda 2016, com o Brasil substituindo a compra por produção local, após a estatização do gás boliviano. A taxa de crescimento do PIB da Bolívia vem caindo nos últimos três anos, estimadas em 3,6%, 2,5% e 1,6% em 2022, 2023 e 2024 pelo FMI. O país não vive atualmente um ciclo sustentado de crescimento. A queda das exportações de gás instaurou no país uma crise cambial que persiste nos dias de hoje. Neste contexto, sua dependência de investimentos externos é maior, o que pode aumentar sua urgência em integrar-se ao Quadrante Rondon com o Brasil. No entanto o baixo crescimento impõem restrições orçamentárias tornando o crescimento uma variável de alto risco, que pode pender para qualquer um dos lados, com efeito positivo ou negativo sobre os cenários.

- **Estabilidade Política na Bolívia:** alto impacto nos cenários, alto grau de incerteza, efeito positivo nos cenários. Com a maior fronteira do Brasil (3.423 km), a Bolívia é estratégica por cinco grandes motivos: i) integração logística até o pacífico, ii) fonte energética (Gásbol) com gasoduto já construído pela Petrobrás, iii) meio ambiente na região Amazônica, incluindo bacia do Rio Madeira, iv) migração, v) cooperação no combate ao tráfico de drogas e armamento. Devido a problemas políticos (estatização) no passado, a Petrobrás substituiu o Gasbol por produção nacional no pré-sal e outras bacias. A instabilidade política na Bolívia é alta, com a queda de Evo Morales, substituído por Jeanine Áñez que não concluiu o mandato de direita, dando espaço à reascensão da esquerda com Luís Arce do partido, MAS, o qual sofreu uma tentativa de golpe em 2024. Em 2025, haverá eleições com um futuro incerto. Atualmente esta variável isolada atua negativamente sobre os cenários por contribuir com as incertezas.

- **Crescimento econômico do Peru:** alto impacto nos cenários, alto grau de incerteza, efeito positivo nos cenários. O crescimento do PIB tem sido incerto, com grande oscilação. Segundo o FMI o crescimento nos últimos três anos foi 2,7%, -0,6% e 2,5% em 2022, 2023 e 2024, sendo esperado um crescimento de 2,6% em 2025. Se a taxa estabilizar próxima à 3,0% o crescimento do país atuará positivamente sobre os cenários, mas o risco de restrições fiscais. A economia do Peru se destaca pela extração de minérios e gás, este último de interesse do Brasil e Porto Velho. O Peru está em busca de crescimento econômico, e este objetivo passa por sua conexão regional com Rondônia e a Amazônia brasileira, podendo vir a impactar positivamente nos cenários. Mas atualmente o crescimento econômico baixo e a escassez de investimentos atuam negativamente sobre os cenários.

- **Estabilidade Política no Peru:** alto impacto nos cenários, alto grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. Com a segunda maior fronteira do

Brasil (2.995km) o Peru é estratégico por três motivos: i) integração logística até o pacífico (mais ainda que Bolívia), ii) meio ambiente na região amazônica, iii) migração. O Peru vem enfrentando uma forte instabilidade política por um longo período, nos últimos 30 anos, com um recrudescimento e radicalização nos últimos anos. Nos últimos cinco anos o Peru já teve seis presidentes, três congressos e dezenas de trocas de ministros. Isso gera incerteza e dificulta maior integração entre os países.

Abaixo, apresenta-se os riscos nacionais identificados pela equipe do PAEDS-PVH 2030-2050:

- **Mudança de prioridades políticas:** alto impacto nos cenários, moderado grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. Existe um risco associado aos ciclos políticos de curto prazo, em relação ao horizonte de longo prazo do PAEDS-PVH, que pode atrasar os investimentos na região e alterar a rota de desenvolvimento de Porto Velho. O PAEDS-PVH destaca a importância da integração logística no desenvolvimento de Porto Velho, a qual apenas será viabilizada com parcerias que ultrapassam a esfera de decisão local, requerendo articulações com o governo estadual, federal, boliviano e peruano. Neste aspecto, a estabilidade e prioridades políticas de outras esferas decisórias têm elevados impactos nos cenários. No Brasil, historicamente, os ciclos políticos costumam criar instabilidade e descontinuar planos estratégicos de longo prazo. Atualmente, no curto prazo, os cenários político estadual e federal atuam favoravelmente (intenções sinalizadas no Novo PAC para o Quadrante Rondon). No entanto, incertezas de longo prazo permanecem no horizonte e devem se constituir num constante monitoramento para os interesses do PAEDS-PVH.
- **Novo PAC governo federal:** alto impacto nos cenários, alto grau de incerteza, efeito positivo nos cenários. O Governo Federal, através do Ministério do Planejamento e Orçamento, prevê a realização de investimentos no Novo PAC para Integração Sul-Americana, em diversas frentes, sendo uma delas denominada de Rota 3 do Quadrante Rondon, com ligações até o oceano pacífico via Bolívia e Peru. Esses investimentos são decisões fora da alçada local, mas que podem ser influenciados por articulação política local. Pelos próximos dois anos o cenário político nacional é favorável e o Governo Federal tem demonstrado que as Rotas de Integração são uma prioridade estratégica nacional. No entanto, o Governo Federal atual fala em entregar a Rota 2 – Amazônica até a COP30, mas não tem prioridade de curto prazo para a Rota 3 – Quadrante de Rondon, o que pode atrasar o desenvolvimento da região. A situação crítica gerada pela maior seca do Rio Madeira da história que se tem registro, que ocorre em 2024 enquanto se redige este cenário, tem levado o Governo Federal anunciar urgência em melhorias de infraestrutura rodoviária pela BR 319 para evitar isolamento e restrições logísticas, criando alternativas ao Rio Madeira. Atualmente esta variável impacta positivamente nos cenários.

- **Crescimento da economia brasileira:** moderado impacto nos cenários, moderado grau de incerteza, efeito positivo nos cenários. A capacidade de crescimento do país é baixa ou moderada. O FMI ajustou

recentemente a taxa de crescimento potencial estimada de 2,0 para 2,5%. No entanto, o Banco Central estima que um crescimento acima de 2,5% compromete a inflação de forma que há um conflito macroeconômico instalado e o Banco Central tende atuar negativamente para conter o excesso de crescimento. O país não consegue resolver o conflito entre política monetária de juros altos para combater inflação e o desequilíbrio fiscal, impondo à sociedade uma pesada carga tributária que desestimula a demanda interna e consequentemente a expectativa de investimentos do setor privado. O conflito fiscal e a estrutura orçamentária engessada retiram capacidade de investimento público do país e dos entes federativos. A formação bruta de capital fixo (FBKF) é muito baixa, em torno de 16%, quando o país precisa de algo próximo a 25% do PIB, o que significa que há um efeito negativo sobre os cenários. Diante da escassez de recursos, o governo pode privilegiar outros investimentos regionais, postergando o quadrante Rondon.

- **Ferrovia Ferrogrão:** moderado impacto nos cenários, médio grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. Os planos atuais de integração ferroviária do chamado Arco da Latitude 16 poderão desviar um considerável fluxo logístico de mercadorias escoadas por Porto Velho, causando grande perda de dinamismo na região, podendo até causar redução do crescimento econômico do município e de Rondônia.

No que se segue, apresenta-se os riscos ambientais identificados pela equipe do PAEDS-PVH 2030-2050:

- **Redução do Nível do Rio Madeira:** alto impacto nos cenários, baixo grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. O aquecimento global e seus efeitos sobre o degelo na Cordilheira dos Andes poderá reduzir drasticamente o nível do Rio Madeira, inviabilizando a navegação, tornando-o navegável somente por curtos períodos no ano. Parte da integração logística de Porto Velho com a Região Norte e da geração de energia depende do nível do rio. Eventos naturais extremos são cada vez mais frequentes, aumentando a probabilidade de ocorrência de situações críticas, como está acontecendo em 2024, que bateu os recordes históricos desde 1967. Esta variável está fortemente relacionada com estiagens e umidade relativa do ar, mas o caso aqui é a navegabilidade do Rio Madeira e seus impactos econômicos. A seca no Rio Madeira tem impactos econômicos diretos de curto prazo no escoamento da produção, no abastecimento da cidade, no custo de vida e inflação, no turismo e na qualidade de vida dos habitantes dos distritos, alguns já isolados e sem abastecimento de água. No longo prazo, os problemas logísticos e insegurança energética podem desestimular investimentos privados tornando a região menos atrativa com efeitos negativos sobre os cenários. Atualmente esta variável está gerando impactos negativos altos em nível máximo sobre os cenários.

- **Estiagens e redução da umidade relativa do ar na Amazônia:** alto impacto nos cenários, moderado grau de incerteza, efeito negativo nos cenários. O desmatamento associado com a mudança na temperatura média em regiões específicas como a

Amazônia, poderá reduzir a diversidade biológica da Floresta Amazônica inviabilizando o desenvolvimento de uma Bioeconomia na região bem como diminuir a produtividade em geral do setor agropecuário. É de conhecimento que o solo da Amazônia é pobre em nutrientes e a riqueza agropecuária depende da umidade do ar e condições atmosféricas. No entanto, tais variáveis climáticas são determinadas globalmente e estão fora do controle humano, sendo influenciadas por fenômenos de escala planetária como El-Niño, que provoca aquecimento das águas do pacífico produzindo periodicamente períodos de estiagem e baixa umidade. O desenvolvimento de Porto Velho previsto no PAEDS-PVH atribui grande importância à atividade agropecuária, como forma deste setor ativar a agroindústria local. Neste caso os ciclos econômicos de curto prazo sofrerão com variações e secas podendo atuar de forma restritiva e atrasar o processo de desenvolvimento. Atualmente esta variável está exercendo seu efeito negativo máximo nos cenários, somando-se aos efeitos da seca do Rio Madeira, criando uma espécie de "tempestade dupla".

- **Chuvas Extremas:** alto impacto nos cenários, moderado grau de incerteza, efeito neutro nos cenários. Períodos de chuvas intensas ocorrem durante o fenômeno da La-Niña, com o esfriamento das águas do pacífico. Chuvas intensas tendem a ocorrer num curto período, com duração de 30 a 60 dias, como ocorreu recentemente em 2024 no Rio Grande Sul, porém seus efeitos destrutivos são elevados, em especial em regiões muito populosas e em áreas agrícolas. Riscos de enchentes não são desprezíveis. Durante a cheia de 2014, quando o Rio Madeira atingiu a quota de 19,7 metros na maior cheia do século a hidrelétrica de Santo Antônio teve que ser desligada. A insegurança energética se manifesta no outro extremo do comportamento do Rio Madeira. Nesta ocasião mais de 30 mil famílias foram afetadas, impactando em sua qualidade de vida. A variável pode afetar a produção agrícola e gerar ciclos econômicos que podem impactar negativamente o PAEDS-PVH. Atualmente esta variável não tem

# 4.6. DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS DO PAEDS-PVH 2030-2050

Diante dos cenários traçados para Porto Velho e da análise dos possíveis riscos associados a cada cenário, a equipe do PAEDS-PVH 2030-2050 identificou **direcionadores estratégicos,** e seus respectivos direcionadores estratégicos para Nortear a revisão de planos, programas, projetos e ações da gestão municipal de Porto Velho, a saber:

- **Porto Velho como "Vértice do Corredor Manaus - Cuiabá" e "Polo Multimodal":** fortalecer a conectividade aéreo-fluvial; estruturar rede de silos e cooperativas; qualificar, integrar e detalhar planos para o reordenamento portuário; qualificar, ampliar e compatibilizar vias de acesso regional com o tecido urbano local; fortalecer a agricultura familiar e produção agroecológica; fomentar a agroindustrialização e bioeconomia; fomentar o turismo sustentável; diversificar o comércio exterior; estruturar corredores de integração multimodal; desenvolver

polo empresarial e eixo de serviços.

- **Integração Multimodal Sul-Americana:** contribuir com a integração sul-americana por meio de projetos de infraestrutura.

- **Mercado de Trabalho Competitivo e Indústria Moderna:** implementar programas de qualificação profissional para a mão de obra local, com foco nas demandas do mercado.

- **Ecossistema de Inovação Avançado:** ampliar espaços de educação, pesquisa e intercâmbio; difundir e fomentar a cultura de empreendedorismo; instituir política municipal de inovação; instituir e monitorar a rede de inovação e capacitação.

- **Desenvolvimento Urbano e progresso socioambiental:** qualificar e aprimorar instrumentos de planejamento e gestão; qualificar a gestão de recursos hídricos; ampliar a mobilidade urbana integrada; promover e fiscalizar a acessibilidade e conforto urbano; expandir a gestão de resíduos sólidos; ampliar, qualificar, combinar e monitorar espaços culturais, esportivos, áreas de proteção, preservação e lazer.

- **Superação da Vulnerabilidade Socioambiental:** reduzir a pobreza e vulnerabilidade; qualificação da saúde e da educação; combate ao analfabetismo; ampliar a segurança alimentar e nutricional.

- **Planejamento e Gestão integrada e participativa:** qualificar a gestão estratégica e planejamento; ampliar e qualificar sistemas de monitoramento e avaliação; ampliar instrumentos de transparência e participação; qualificar e desfragmentar a gestão de projetos e recursos; contribuir para a articulação e cooperação interinstitucional, regional e internacional.



# 5.

# PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO

O Cenário 4 – Realizável foi adotado como referência central para a construção do Plano de Ação Estratégico.

Durante a elaboração do plano, foram definidas cinco **ideias-força**, que representam diretrizes estratégicas fundamentais. A implementação dessas ideias contribuirá significativamente para a concretização do Cenário 4, o qual projeta o futuro desejado para o município de Porto Velho em 2050.

O Plano de Ação Estratégico foi estruturado com base em direcionadores estratégicos extraídos da visão de futuro estabelecida para a cidade. Ao longo do processo, as cinco ideias-força foram consolidadas e refinadas, servindo como pilares que orientam o conjunto das ações estratégicas.

Para viabilizar cada uma dessas ideias-força, foram definidos 36 resultados-chave e, a partir deles, detalhadas 104 ações específicas, com valores de investimento estimados e definição de prioridades. Os programas e projetos priorizados foram compostos por uma ou mais dessas ações, articulando-se para garantir a efetividade das iniciativas.

O conjunto completo de ações e resultados, disponível anexo, abrange todas as dimensões analisadas no diagnóstico e orienta as ações considerando os eixos transversais que estruturam o PAEDS-PVH.

## Ideias-força

1. **Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal.**
2. **Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado.**
3. **Desenvolver ecossistema de inovação avançado.**
4. **Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental.**
5. **Promover planejamento e gestão integradas e participativas.**

O passo seguinte ao Plano de Ação Estratégico, foi selecionar um conjunto de resultados-chave e ações prioritárias para serem implementadas, constituindo uma carteira de 5 projetos estratégicos, sendo um projeto para cada ideia-força.

A Carteira de Projetos, entregue na 3ª etapa, detalha cinco iniciativas estratégicas, selecionadas por seu potencial de gerar transformações significativas e por seu alinhamento com a visão de futuro delineada no Cenário Realizável.

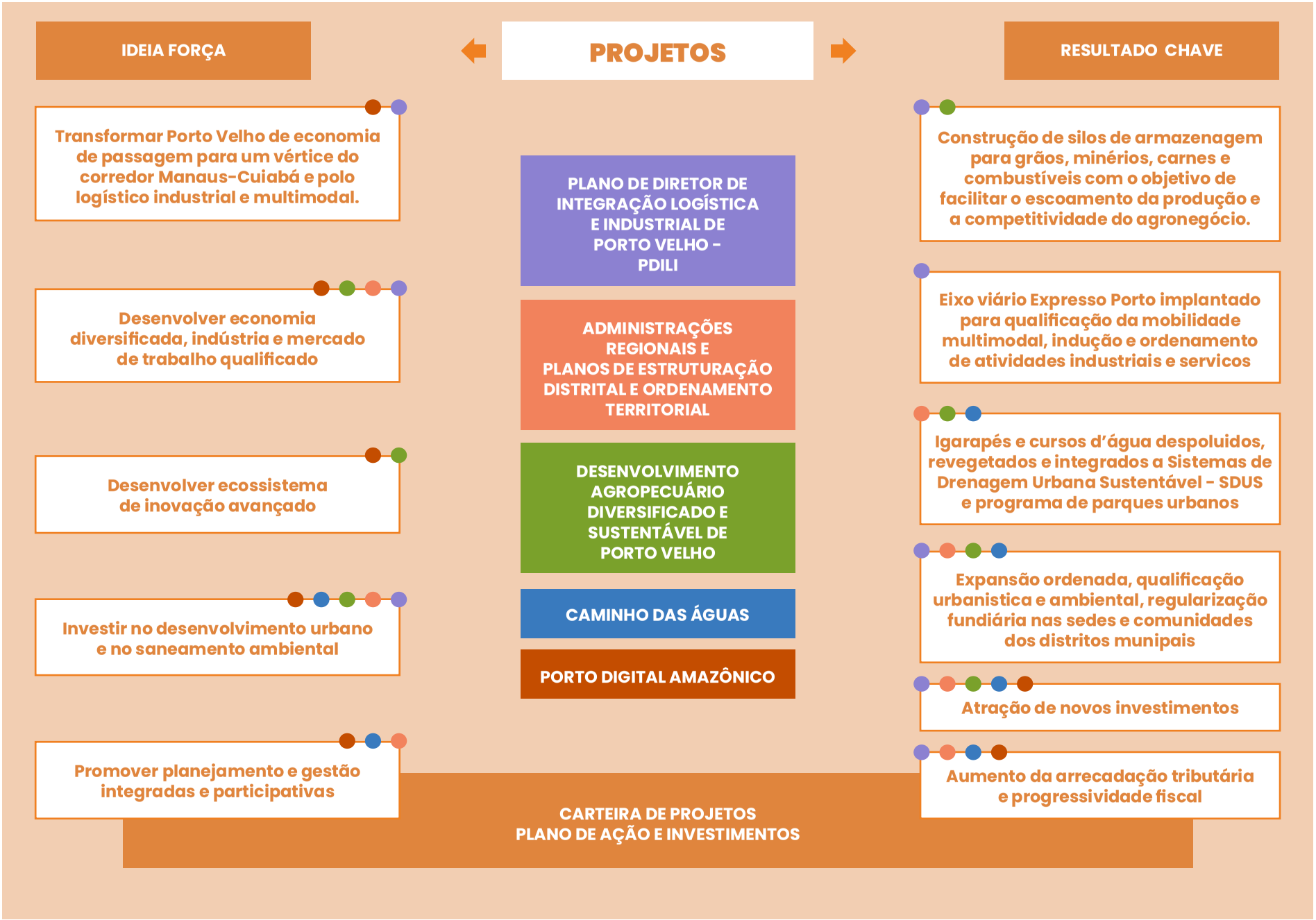
- Os projetos são os seguintes:
- O Plano Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho (PDILI);
- As Administrações Regionais com respectivos planos de desenvolvimento dos distritos;
- O Desenvolvimento Agropecuário Diversificado e Sustentável;
- O Programa Caminho das Águas; e
- O Porto Digital Amazônico.

Tais projetos representam a concretização de prioridades identificadas a partir de um processo participativo e técnico, priorizando propostas de alto impacto e alinhadas com os objetivos do PAEDS. Esses projetos estratégicos não apenas visam a atender necessidades imediatas, mas também a estabelecer alicerces para um desenvolvimento sustentável.

Estes 5 projetos estratégicos constituem os passos iniciais para implementação do PAEDS-PVH.

Para alcançar o Cenário 4 – Realizável em sua totalidade o governo municipal deverá implementar os 5 projetos selecionados alem de outros projetos e ações complementares constantes do Plano de Ação Estratégico.

# 6.
# PROJETOS ESTRATÉGICOS




Quadro 12 - Relação entre ideias-força, projetos e resultado-chave




# 6.1. PLANO DIRETOR DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA E INDUSTRIAL DE PORTO VELHO – PDLI

**Ideia Força**

"Transformar Porto Velho em um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico multimodal"

**Potencial**

O Terminal Autorizado e os Portos Organizados de Porto Velho movimentaram 8 milhões de toneladas neste ano, representando cerca de 10% do total de cargas interioranas movimentadas no país, conforme dados da ANTAQ 2024.

**Ação Principal**

Elaborar o Termo de Referência para a contratação de um Plano Diretor de Logística e Industrial que integre a infraestrutura e as atividades logísticas multimodais, considere as oportunidades para o desenvolvimento industrial e serviços de apoio, e aprimore as relações com o ambiente urbano no município de Porto Velho.

**Estratégia**

Ampliar a eficiência e a abrangência dos ativos logísticos existentes, por meio da integração e complementaridade da infraestrutura e dos serviços, ao mesmo tempo em que oportuniza a geração de estoques (armazenagem) das matérias-primas – atualmente de passagem – como insumos tanto para importação e exportação, quanto para a instalação de indústrias de beneficiamento e de produtos de maior valor agregado, diversificando o parque industrial e de serviços.

**Responsáveis e Intervenientes**

SEMEC, ARDPV, DNIT, ANTAQ, ANAC, Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Governo do Estado de Rondônia (Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos; Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI; Sociedade de Portos e Hidrovias - SOPH), e Sindicatos.

**Principal Resultado**

Identificação e priorização de projetos integrados que deverão gerar empregos, promover a diversificação industrial e de serviços, reduzir os custos de logística, aumentar a resiliência climática e a força gerativa da cidade.

**Beneficiários Principais**

Diretos: Produtores de bens e operadores de importação/exportação localizados no Médio Madeira; empresas do setor de logística e mobilidade; setor industrial e de serviços;

Indiretos: A comunidade (pela geração de novos empregos e redução de conflitos com o ambiente urbano, mediante a organização de acessibilidades independentes para a operação do complexo portuário e industrial de Porto Velho).

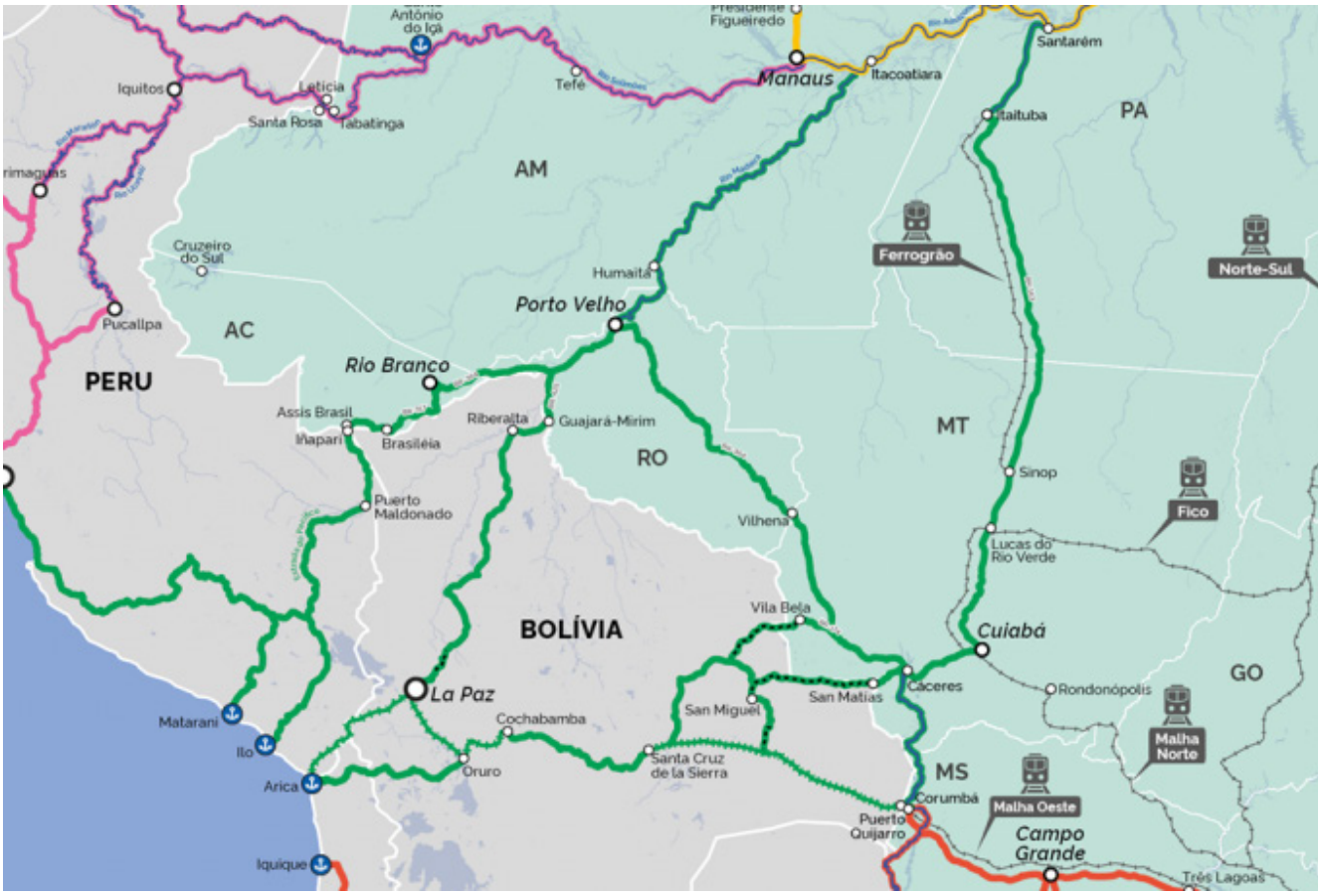
**Prazo de Execução**

360 dias.

**Valor Estimado**

R$ 3,7 milhões.

Figura 10 - Conexões internacionais





## 6.2. ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS E PLANOS DE ESTRUTURAÇÃO DISTRITAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

**Ideia Força**

Promover planejamento e gestão integrada e participativa.

**Potencial**

Sedes distritais com população superior a 10 mil habitantes (48% dos municípios brasileiros têm até 10 mil habitantes). Este projeto visa à melhoria da prestação de serviços públicos, redução das desigualdades regionais e estímulo ao desenvolvimento urbano, econômico e ambiental local.

**Ação Principal**

Instalação de 3 Administrações Regionais, elaboração e implementação de Planos Distritais de Ordenamento Territorial (POT), e promoção da participação comunitária.

**Estratégia**

A partir da avaliação da experiência das administrações regionais, promover a descentralização administrativa mediante ampliação do governo digital, incluindo avanços no planejamento territorial e urbano participativo, investimento em infraestrutura e regularização fundiária.

**Responsáveis e Intervenientes**

Secretaria Municipal de Administração Distrital, Secretaria Geral de Governo, Comunidades dos distritos, Bancos públicos e Organismos internacionais de cooperação.

**Principal Resultado**

Melhoria na prestação de serviços (eficiência, eficácia, efetividade), desburocratização, redução das

desigualdades, desenvolvimento urbano sustentável, aumento da legitimidade, participação cidadã e integridade territorial.

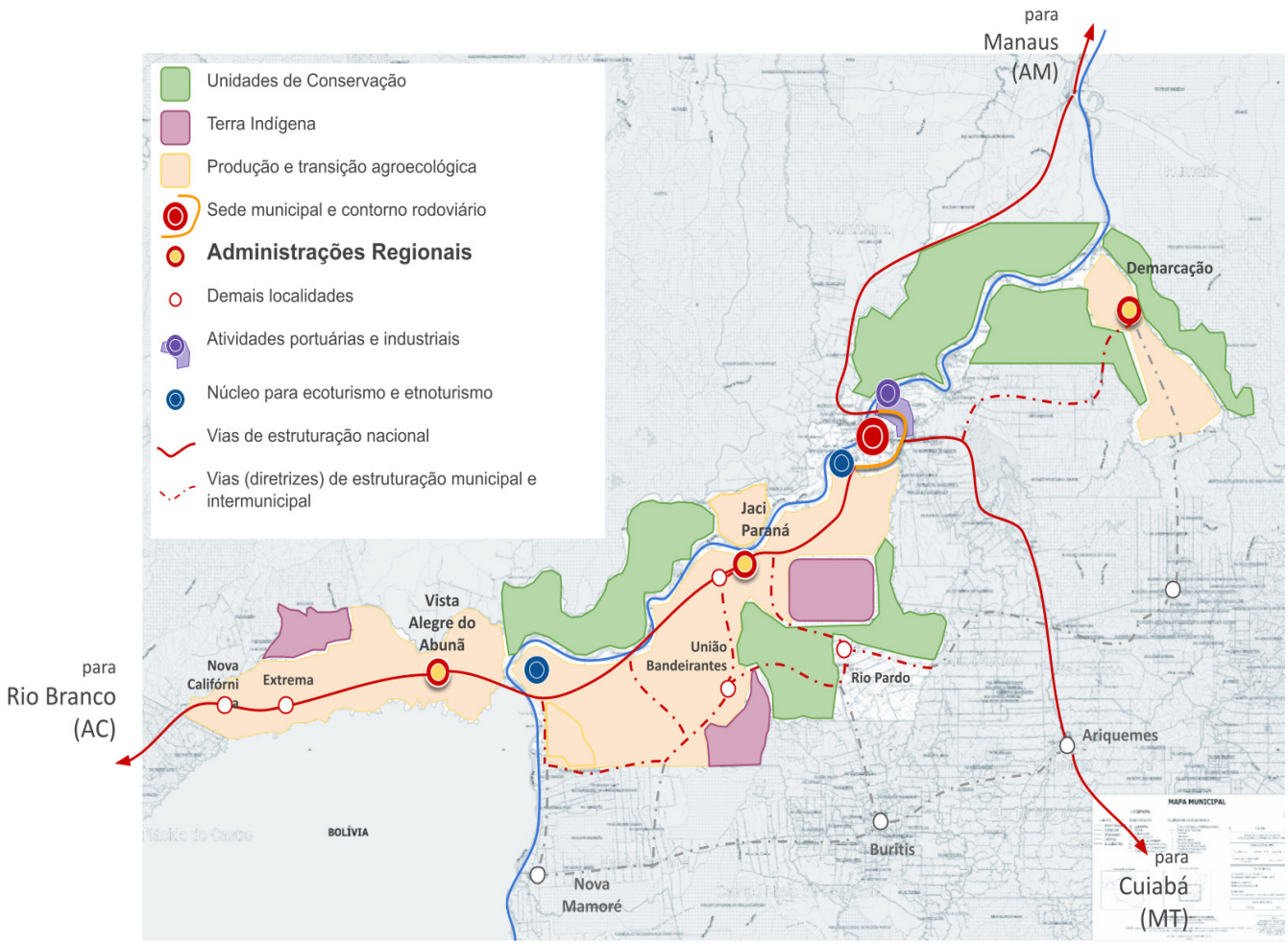
**Beneficiários Principais**

Beneficiários Principais: População residente nos distritos; Servidores públicos municipais; Empresas e instituições locais (distritais).; e Investidores.

**Prazo de Execução**

48 meses.

Figura 11 - Mapa esquemático de distribuição de Administrações Regionais





# 6.3. DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DIVERSIFICADO E SUSTENTÁVEL DE PORTO VELHO

**Ideia Força**

"Desenvolver economia diversificada e mercado de trabalho moderno e dinâmico."

**Potencial**

Estima-se que o setor agropecuário de Porto Velho tenha aproximadamente 12.000 propriedades agrícolas e uma população rural de quase 9% ou 45.000 pessoas, com potencial de elevar a renda da terra, garantir alimentos saudáveis para a população urbana, conservar as florestas e recuperar áreas degradadas.

**Ação Principal**

Estruturação do Centro Agropecuário de Porto Velho; Realização do 1º Censo Agropecuário de Porto Velho; e Lançamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Porto Velho.

**Responsável coordenador**

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Principal Resultado**

Elevação da renda das propriedades rurais (classe média rural); Manejo adequado das florestas; e Adoção de práticas de cultivos ambientalmente sustentáveis na atividade rural.

**Beneficiários Principais**

- Diretos: 12.000 propriedades agrícolas, especialmente pequenas e médias, e 45.000 residentes rurais.

- Indiretos: População urbana de Porto Velho e outras cidades do Estado vizinhas a Porto Velho, que poderão se beneficiar com a produção rural diversificada, de qualidade e menor custo.

**Prazo de Execução**

360 dias.

**Valor Estimado**

R$ 3,7 milhões.



# 6.4. CAMINHO DAS ÁGUAS

**Ideia Força**

"Investir no Desenvolvimento Urbano e no Saneamento Ambiental"

**Potencial**

Mitigação de enchentes, despoluição de igarapés, criação de espaços públicos verdes, melhoria da qualidade de vida e aumento da resiliência climática; demonstração da viabilidade das Soluções Baseadas na Natureza (SbN) como modelo replicável para outras cidades.

**Ação Principal**

Implementar infraestrutura verde, como wetlands construídos, jardins de chuva, valetas de biorretenção e bacias de retenção/detenção; Restaurar margens de igarapés e criar corredores ecológicos com plantio de espécies nativas; Desenvolver parques lineares e áreas de convivência integradas às áreas revitalizadas; Promover educação ambiental e engajamento comunitário por meio de oficinas, campanhas e formação de comitês locais; e Monitorar continuamente a qualidade da água, biodiversidade, redução de alagamentos e indicadores sociais, utilizando tecnologias como sensores remotos e SIG.

**Responsáveis e Intervenientes**

Integrar soluções de drenagem sustentável com restauração ecológica para mitigar impactos socioambientais em áreas críticas; Priorizar regiões vulneráveis a enchentes e com alta degradação ambiental, promovendo resiliência climática e inclusão social; Demonstrar a eficácia e replicabilidade das SbN para transformar a gestão de recursos hídricos e influenciar políticas públicas.

**Principal Resultado**

Recuperação de áreas degradadas e melhoria da qualidade da água; Redução da frequência e intensidade de enchentes; Criação de espaços públicos verdes e aumento da biodiversidade urbana; Fortalecimento da participação comunitária na gestão ambiental; Desenvolvimento de um modelo replicável de intervenção urbana sustentável; Melhoria da saúde pública e da qualidade de vida da população; e Valorização urbana e atração de investimentos.

**Beneficiários Principais**

Diretos: Moradores de áreas próximas aos igarapés revitalizados; e Indiretos: População de Porto Velho; usuários dos espaços públicos criados; e empreendedores locais e setor turístico.

**Prazo de Execução**

120 meses, sendo 36 meses para o projeto piloto.



# 6.5. PORTO DIGITAL AMAZÔNICO

**Ideia Força**

"Desenvolver ecossistema de inovação avançado"

**Potencial**

Criação de parque tecnológico e ambiente de inovação

**Ação Principal**

Implementar programas de educação profissional e tecnológica em áreas de TI; criar centro de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias para a gestão pública; criar uma incubadora de empresas de base tecnológica; construção e implementação do espaço físico do Porto Digital Amazônico; prestar serviços tecnológicos de consultoria e assessoria.

**Estratégia**

Fomentar o surgimento e fortalecimento de atividades econômicas do setor privado na área de software e tecnologia da informação; oferecer soluções tecnológicas para a gestão pública municipal em áreas como saúde, educação e gestão urbana.

**Responsáveis e Intervenientes**

Prefeitura de Porto Velho; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; Comunidade Local; Conselho Municipal de Inovação; e Investidores.

**Principais Resultados**

Revitalização de espaço urbano de Porto Velho; aumento da oferta de cursos de qualificação profissional em áreas tecnológicas; capacitação tecnológica para estudantes do ensino médio; aumento do número de empresas privadas em atividades tecnológicas; criação de empregos qualificados e aumento da renda da população; fortalecimento do ecossistema de inovação de Porto Velho; maior interação entre universidades, empresas e centros de pesquisa; geração de negócios tecnológicos com soluções inovadoras para o setor público.

**Beneficiários Principais**

Estudantes do ensino médio e técnico; graduados e profissionais que buscam qualificação em áreas tecnológicas; empreendedores e *startups*; empresas e instituições que buscam soluções inovadoras; pesquisadores e cientistas; comunidade em geral.

**Prazo de Execução**

72 meses.

# 7.

# POLÍTICA DE MUNICIPAL INOVAÇÃO



Simultaneamente à elaboração do Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho (PAEDS-PVH), foi concebida a proposta da Política Municipal de Inovação (PMI). Trata-se de um instrumento normativo e programático que visa à estruturação de quatro eixos institucionais fundamentais: o Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Conselho Municipal de Inovação, o Fundo Municipal de Inovação e um conjunto de Medidas de Incentivo à Inovação.

A PMI consolida-se como um marco nas políticas públicas municipais, não apenas por instituir mecanismos inéditos de fomento à inovação, mas por materializar de forma concreta um dos eixos transversais do próprio PAEDS: a inovação como vetor de desenvolvimento sustentável. A proposta posiciona Porto Velho em sintonia com as experiências mais avançadas de planejamento territorial baseado em conhecimento, com potencial de transformar a capital rondoniense em referência nacional — e até internacional — em cidades inovadoras, especialmente no contexto amazônico, onde os modelos tradicionais de exploração de recursos naturais demonstram crescente insustentabilidade.

A adoção de uma política robusta e orientada por missão é estratégica para reverter a tendência de consolidação de um modelo de desenvolvimento ancorado na lógica de "economia de passagem" ou de agropecuária extensiva de baixa produtividade, conforme delineado no Cenário 1 – Atual do PAEDS. Sem a indução a processos de inovação mais intensivos e territorialmente enraizados, o município corre o risco de perpetuar trajetórias de baixo dinamismo econômico e alto custo ambiental e social.

Ao reconhecer a inovação como vetor estruturante, a PMI propõe uma inflexão no modelo de desenvolvimento de Porto Velho. Por meio da articulação entre a Secretaria Municipal de Economia - SEMEC, setor produtivo, instituições científicas e tecnológicas, sociedade civil e demais atores estratégicos, a política estabelece instrumentos legais, financeiros e operacionais para a ativação de um ecossistema de inovação dinâmico, inclusivo e alinhado aos ativos e desafios da região. Trata-se de uma aposta em um futuro orientado por conhecimento, cooperação e sustentabilidade — pilares centrais da transformação territorial proposta pelo PAEDS-PVH.

# 7.1. DIRETRIZES E MARCOS DE REFERÊNCIA

A PMI fundamenta-se em marcos legais como a Lei Federal nº 10.973/2004, o Decreto nº 9.283/2018, a LC nº 182/2021 (Marco Legal das *Startups*) e estratégias nacionais de CT&I para a Amazônia. Conceitualmente, adota perspectivas modernas, como: inovação aberta, inovação orientada por missão, inovação social e organizacional, e modelos de negócio inovadores. Essas diretrizes estabelecem as bases para um sistema de inovação municipal que articule atores públicos e privados em torno de uma agenda comum, descentralizada e orientada por resultados.

# 7.2. ESTRUTURA E COMPONENTES

A Política será operacionalizada por meio de quatro pilares institucionais interdependentes: Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação; Conselho Municipal de Inovação; Fundo Municipal de Inovação; e Medidas de Incentivo à Inovação.

## 7.2.1. SISTEMA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Rede estruturante composta por órgãos públicos, ICTs, universidades, *startups*, incubadoras, setor produtivo e sociedade civil. O SMCTI promove a convergência de esforços em torno de programas, projetos e mecanismos voltados à geração e difusão de inovação, funcionando como instância permanente de articulação técnica e estratégica.

## 7.2.2. CONSELHO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO

Órgão colegiado com caráter deliberativo e consultivo. Possui ampla representação multissetorial e é responsável por aprovar diretrizes, definir a aplicação de recursos do Fundo, credenciar instituições ao sistema e monitorar a execução das medidas de incentivo à inovação. É vinculado à SEMPOG e pauta-se pela transparência, participação social e meritocracia.

## 7.2.3. FUNDO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO

Instrumento de financiamento da política, com previsão orçamentária vinculada e múltiplas fontes (transferências intergovernamentais, convênios, doações, receitas próprias e capital intelectual). Seus recursos serão aplicados via editais, chamadas públicas e instrumentos de apoio direto ou indireto, em conformidade com o plano estratégico do município e as deliberações do Conselho.

## 7.2.4. MEDIDAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO

Mecanismos concretos voltados à dinamização do ecossistema, abrangendo seis dimensões interligadas:

- **Constituição de Ambientes Promotores de Inovação:** A administração pública poderá apoiar a instalação de incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos e centros de inovação por meio de cessão de uso de imóveis, aportes diretos, governança compartilhada e estímulos fiscais. Também será possível a participação minoritária em sociedades de propósito específico para desenvolvimento de soluções inovadoras.

- Estímulo à Inovação nas Empresas: A PMI prevê instrumentos como subvenção econômica, bônus tecnológico, encomenda tecnológica, incentivo fiscal, concessão de bolsas e contratação por inovação. O uso do poder de compra do Estado e a inserção de cláusulas de P&D em contratos públicos serão estratégias mobilizadoras. O município priorizará o apoio a micro e pequenas empresas com potencial de crescimento tecnológico.

- **Fomento ao Empreendedorismo Inovador:** Estão previstas ações como a criação de ambientes regulatórios experimentais (sandbox), concessão de incentivos temporários, contratação pública via CPSI (Contrato Público para Solução Inovadora) e estímulo à experimentação tecnológica. Os empreendedores poderão testar soluções em ambiente controlado com segurança jurídica e acompanhamento institucional.

- **Apoio ao Inventor Independente:** A PMI prevê um programa específico de apoio ao inventor independente, com subsídios técnicos e jurídicos para proteção da propriedade intelectual, avaliação de viabilidade tecnológica, capacitação empreendedora e estímulo à incubação de ideias. O apoio estará condicionado à formalização de contrapartidas ao poder público.

- **Inovação Social:** Com foco em inclusão produtiva, economia solidária e soluções para territórios vulneráveis, a PMI apoiará negócios sociais, tecnologias sociais, projetos de base comunitária e soluções para desafios urbanos (saneamento, habitação, alimentação, mobilidade, educação e saúde). A criação de espaços maker e fab labs com viés social será incentivada.

- **Inovação na Gestão Pública:** A PMI prevê que todas as secretarias municipais deverão apresentar planos anuais de inovação, com objetivos específicos e metas quantificáveis. Estão previstas bolsas para projetos de pesquisa aplicada, hackathons para ideação de soluções digitais e estímulo à transformação digital dos serviços públicos. O Conselho validará esses planos e acompanhará sua execução.

## 7.3. SETORES PRIORITÁRIOS

A PM adota uma abordagem de especialização territorial inteligente, priorizando setores com maior sinergia com os ativos e vocações locais. Entre eles, destacam-se:

- Bioeconomia e biotecnologia aplicada à Amazônia;
- Saúde digital e soluções para atenção básica remota;
- Logística intermodal e transporte fluvial sustentável;
- Energia renovável, com foco em biomassa e solar;
- Agronegócio sustentável e agricultura de baixo carbono.

Esses setores não são excludentes, mas serão considerados estratégicos na formulação dos editais, na seleção de projetos e na priorização de incentivos fiscais e financeiros.

Figura 12 - Política Municipal de Inovação

## POLÍTICA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO

### OBJETIVO

Dispõe sobre mecanismos de incentivo à inovação e diretrizes da politica municipal de ciência, tecnologia e inovação do Municipio de Porto Velho e dá outras providências.

### PRINCÍPIOS

- Promover o empreendedorismo inovador e atividades cientificas e tecnológicas.
- As segurar recursos para o des envolvimento cientifico, tecnológico e de inovação.
- Reduzir desigualdades municipais e descentralizar atividades de ciência e tecnologia.
- Promover cooperação entre os setores público e privado.
- Estimular a inovação em ICTs e empresas.
- Incentivar a criação de ambientes favoráveis à inovação.
- Fortalecer as capacidades das ICTs.
- Simplificar procedimentos para gestão de projetos de inovação.
- Utilizar o poder de compra do Estado para fomentar a inovação.
- Apoiar os inventores independentes.

### COMPONENTES

#### Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

- Articula organismos públicos e privados para o desenvolvimento da inovação.
- Promove interações e sinergia entre os membros.
- Cria canais de apoio à inovação.
- Composição: representantes do Conselho Municipal de Inovação, Prefeitura, Câmara Municipal, comunidade, ICTs, instituições de ensino, empresas e outros.

#### Conselho Municipal de Inovação

- Orgão consultivo, deliberativo e propositivo.
- Formula, implementa e avalia a Política Municipal de Inovação.
- Delibera sobre incentivos e recursos do Fundo Municipal de Inovação.
- Articula os atores do Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Composição: representantes do poder público, comunidade, setor
- econimico e instituigoes de ensino e pesquisa.

#### Fundo Municipal de Inovação

- Fomenta a inovaçãoe a pesquisa cientifica e tecnológica.
- Fontes de recursos: dotações orçamentárias, transferências da União, doações, receitas de eventos, etc.
- Aplicação: pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, apoio a *startups*, eventos, bolsas, etc.
- Administração: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG), com supervisão do Conselho Municipal de Inovação.

#### Medidas de Incentivo à Inovação

- Estimulam a constituição de ambientes promotores de inovação.
- Incentivam a inovação no setor produtivo e o empreendedorismo inovador.
- Apoiam os inventores independentes e a inovação social.
- Promovem a inovação na gestão pública municipal.
- Incluem incentivos fiscais, como isenção de IPTU, (TBI e ISS.
- Priorizam setores como bioeconomia, saúde, logística, agricultura sustentável, turismo e energias renováveis.

Fonte: elaboração própria.

# 8.

# GOVERNANÇA

A proposta de governança para o PAEDS-PVH está concebida como um arcabouço institucional voltado essencialmente à sua implementação e seu aprimoramento, onde a experiência da implementação deve gerar o conhecimento necessário à sua evolução.

Neste sentido, considera a permanência das ações estratégicas do desenvolvimento sustentável municipal, a superação das descontinuidades provocadas por ciclos políticos de curto prazo e a articulação efetiva entre os múltiplos atores que compõem o ecossistema local (poder público, sociedade civil organizada, setor produtivo e instituições do conhecimento).

Inspirada nos princípios da boa governança pública (transparência, eficácia, coordenação interinstitucional, participação social e avaliação contínua de resultados), partindo do contexto institucional atual do governo municipal a proposta estrutura-se sobre uma lógica de corresponsabilidade. Nela, o papel de coordenação central recai sobre a o Gabinete de Governança[37], órgão estratégico responsável por articular os diferentes níveis da governança, promover a integração do PAEDS com os instrumentos de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA) e institucionalizar os mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e realinhamento do plano.

# 8.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

As principais características do PAEDS que condicionam proposta para a Governança, são:

- Plano de longo prazo que deve possibilitar uma institucionalidade formal que permita integrar as visões e prioridades das diferentes gestões públicas com as demandas e propostas da sociedade civil organizada.
- Visão de futuro relacionada a atividades de curto prazo relacionando a política pública e a gestão de projetos.
- Articulação Multissetorial e Interfederativa.
- Coordenação entre instâncias decisórias do executivo municipal e da Câmara de Vereadores.
- Relação entre Setor Público, Sociedade Civil Organizada, entidades colegiadas (Conselhos) e o terceiro setor.
- Integração com outros Planos e Programas Municipais e Regionais (Plano Diretor, Plano de Mobilidade, Saneamento, Habitação, Plano de Desenvolvimento do Estado, dentre outros).
- Coordenação entre Política Municipal de Inovação e o eixo de Inovação do PAEDS.
- Coordenação orçamentária, PPA, LOA e LDO.
- Participação das administrações regionais.

O modelo geral de governança proposto contempla dois modelos distintos e complementares, um para o Poder Público Municipal e outro para a Sociedade Civil Organizada, além de dois momentos, o Inicial de Curto prazo e, o Desejável, de longo prazo, onde se quer chegar. Esse arranjo dual e temporal permite estabelecer uma relação colaborativa e fluida entre Estado e sociedade, além de assegurar a viabilidade de sua evolução.

A Governança do Poder Público Municipal é incumbida da coordenação geral do PAEDS-PVH, abrangendo o planejamento, a gestão da agenda institucional e a articulação direta com os demais órgãos e parceiros. Enquanto que a Governança da Sociedade Civil Organizada é vocacionada para assegurar a

[37] Conforme dispõe da Lei Complementar nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025.

participação qualificada da sociedade no ciclo de implementação do PAEDS. A separação funcional entre os modelos (governança pública e social) não implica hierarquia, mas sim complementaridade, conferindo densidade institucional ao processo decisório e legitimidade social à execução das ações estratégicas.

A governança do PAEDS não deve ser compreendida como um arranjo estático, mas como um processo de amadurecimento institucional e participativo, que parte de uma organização mínima para alcançar um modelo consolidado, transparente e participativo. Essa evolução garante que o plano seja conduzido de forma eficiente, inclusiva e sustentável, alinhando planejamento, execução e participação cidadã em torno de uma visão comum de desenvolvimento para Porto Velho.

Assim, a arquitetura de governança do PAEDS, apresentada a seguir, foi desenhada incluindo os dois modelos e contemplando sua evolução nos dois momentos progressivos e complementares, o Inicial e o Desejado.

# 8.2. MOMENTO INICIAL: ORGANIZAÇÃO FORMATIVA

O Momento Inicial da governança do PAEDS representa a fase formativa e transitória do modelo, concebida para assegurar a rápida operacionalização do Plano e criar as condições institucionais mínimas para sua execução. Nessa etapa, a prioridade é viabilizar o início das ações, garantindo articulação entre os principais atores do poder público municipal e estabelecendo os primeiros canais de diálogo com a sociedade.

O arranjo inicial caracteriza-se por uma estrutura enxuta e funcional, voltada ao apoio imediato à execução dos projetos estratégicos. Nele, destacam-se três pilares institucionais no âmbito do poder público:

- o Gabinete de Governança (GG), atuando como instância estratégica de alta administração, responsável por integrar o PAEDS ao planejamento e ao orçamento municipal;
- a Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPMAPD), de caráter consultivo e provisório, assegurando a articulação mínima entre secretarias e apoiando a implementação inicial das ações;
- e os órgãos municipais afins, que representam a linha de frente da execução, materializando em entregas concretas as diretrizes do Plano.

No campo da participação social, o momento inicial conta apenas com a Plataforma Online, ferramenta digital concebida para disponibilizar informações básicas sobre o PAEDS e abrir os primeiros mecanismos de interação com a sociedade, ainda em estágio piloto.

Embora marcado pela simplicidade e pelo caráter transitório, esse desenho institucional é fundamental para garantir a celeridade da implantação do Plano e criar uma base sobre a qual se estruturará o modelo de governança consolidado no momento desejado.

## 8.2.1. MODELO DE GOVERNANÇA INICIAL PARA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

### Gabinete de Governança (GG)

O Gabinete de Governança (GG) desempenha um papel essencial no PAEDS, atuando como um órgão estratégico promovendo a integração do Plano ao planejamento estratégico e ao orçamento municipal, assegurando que todas as ações estejam alinhadas ao plano de

governo e ao PPA, mantendo o chefe do poder executivo informado.

Outro aspecto fundamental do GG é a sua função de facilitar a comunicação e a colaboração interfederativa, entre os diferentes atores envolvidos no PAEDS. Sua organização e funcionamento deverão ser objeto de norma específica.

Quadro 13 - DETALHAMENTO DO GABINETE DE GOVERNANÇA (MOMENTO INICIAL)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Órgão colegiado de caráter estratégico e assessoramento ao prefeito. |
| Composição | Secretários, Controlador e o Procurador municipais (conforme Lei Complementar nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025 e Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025). |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Estabelecer prioridades e aprovar os planos, programas, projetos, orçamentos e cronogramas estratégicos do PAEDS, apresentados pela Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPMAPD), garantindo seu alinhamento com o PPA e as demais políticas municipais.<br><br>Estabelecer as diretrizes e princípios gerais da governança do PAEDS, orientando a atuação das secretarias, do CPMAPD e dos demais órgãos envolvidos.<br><br>Estabelecer as diretrizes para o suporte de TI relativos à governança e a gestão do Plano;<br><br>Supervisionar e propor diretrizes para garantir o cumprimento dos principais objetivos para a execução do PAEDS, monitorar os principais indicadores de desempenho, aprovar os relatórios, emitir pareceres sobre casos omissos.<br><br>Facilitar a comunicação e a colaboração entre os diferentes atores envolvidos na gestão do PAEDS, incluindo a CPMAPD, os órgãos municipais, a Câmara de Vereadores e a sociedade civil.<br><br>Indicar os órgãos municipais afins responsáveis pela execução de cada projeto. |
| Funcionamento | Segundo regimento interno a ser elaborado. |

Fonte: elaboração própria.

## Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPMAPD)

No momento inicial da governança do PAEDS, a Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPMAPD), instituída pelos Decretos nº 18.852 de 10 de março de 2023, com retificações/alterações realizadas por meio dos Decretos nº 19.261/2023; nº 20.352/2024; e nº 20.823/2025, atua como instância provisória de suporte consultivo ao Gabinete de Governança.

Na prática, a CPMAPD cumpre papel essencial de ponte de transição: viabiliza a execução imediata dos primeiros projetos do PAEDS, promove a troca de informações entre áreas do poder público e contribui para alinhar a implementação inicial com as diretrizes estratégicas. Seu funcionamento é marcado por reuniões pontuais e produção de registros básicos, sempre subordinados às orientações do Gabinete de Governança (CG).

Quadro 14 - DETALHAMENTO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO (MOMENTO INICIAL)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Colegiado provisório, de caráter consultivo. |
| Composição | Representantes de órgãos municipais afins, sob coordenação do GG. |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Acompanhar projetos estratégicos, garantir comunicação intersetorial básica, apoiar execução inicial do Plano. |
| Funcionamento | Reuniões pontuais, caráter de apoio e assessoria. |

Fonte: elaboração própria.

## Órgãos Municipais Afins

Desde o início da implantação do PAEDS, os órgãos municipais afins constituem-se como a linha de frente da execução do Plano. Sua natureza é essencialmente operacional e executora, traduzindo em ações concretas as diretrizes e metas estabelecidas pelos níveis estratégicos de governança. Esses órgãos assumem a responsabilidade de materializar no território as políticas, projetos e programas desenhados pelo Gabinete de Governança (GG) e articulados, em caráter inicial, pela Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPMAPD).

Na prática, isso significa que cada secretaria ou unidade administrativa envolvida passa a ser corresponsável pela implementação direta dos projetos e ações do PAEDS, garantindo que os objetivos estratégicos se convertam em entregas efetivas para a sociedade. Essa função implica, por exemplo, a condução de obras e serviços, a execução de programas setoriais, a realização de compras e contratações, além da gestão cotidiana de atividades vinculadas ao Plano. Ao mesmo tempo, exercem papel fundamental na geração de informações para o processo de monitoramento e avaliação, retroalimentando o ciclo de governança com dados e evidências da execução.

Quadro 15 - DETALHAMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS AFINS (MOMENTO INICIAL)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Estruturas executoras. |
| Composição | Secretarias e órgãos municipais envolvidos na implementação do PAEDS. |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Execução direta de projetos e ações do Plano. |
| Funcionamento | Atuação descentralizada, sob orientação estratégica do GG. |

Fonte: elaboração própria.

## Plataforma Online

A Plataforma Online, ferramenta virtual em conformidade com as diretrizes de TI do GG, possibilita acesso à informação pela sociedade para que acompanhe o PAEDS, seus projetos, dados de execução, cronogramas, investimentos e resultados. Além disso, a plataforma abrigará mecanismos de participação online, como fóruns de discussão, enquetes e plataformas colaborativas, canais de comunicação com gestores do PAEDS, e funcionalidades para envio de sugestões, acompanhamento do progresso dos projetos e avaliação do Plano.

Quadro 16 - DETALHAMENTO DA PLATAFORMA ONLINE (MOMENTO INICIAL)

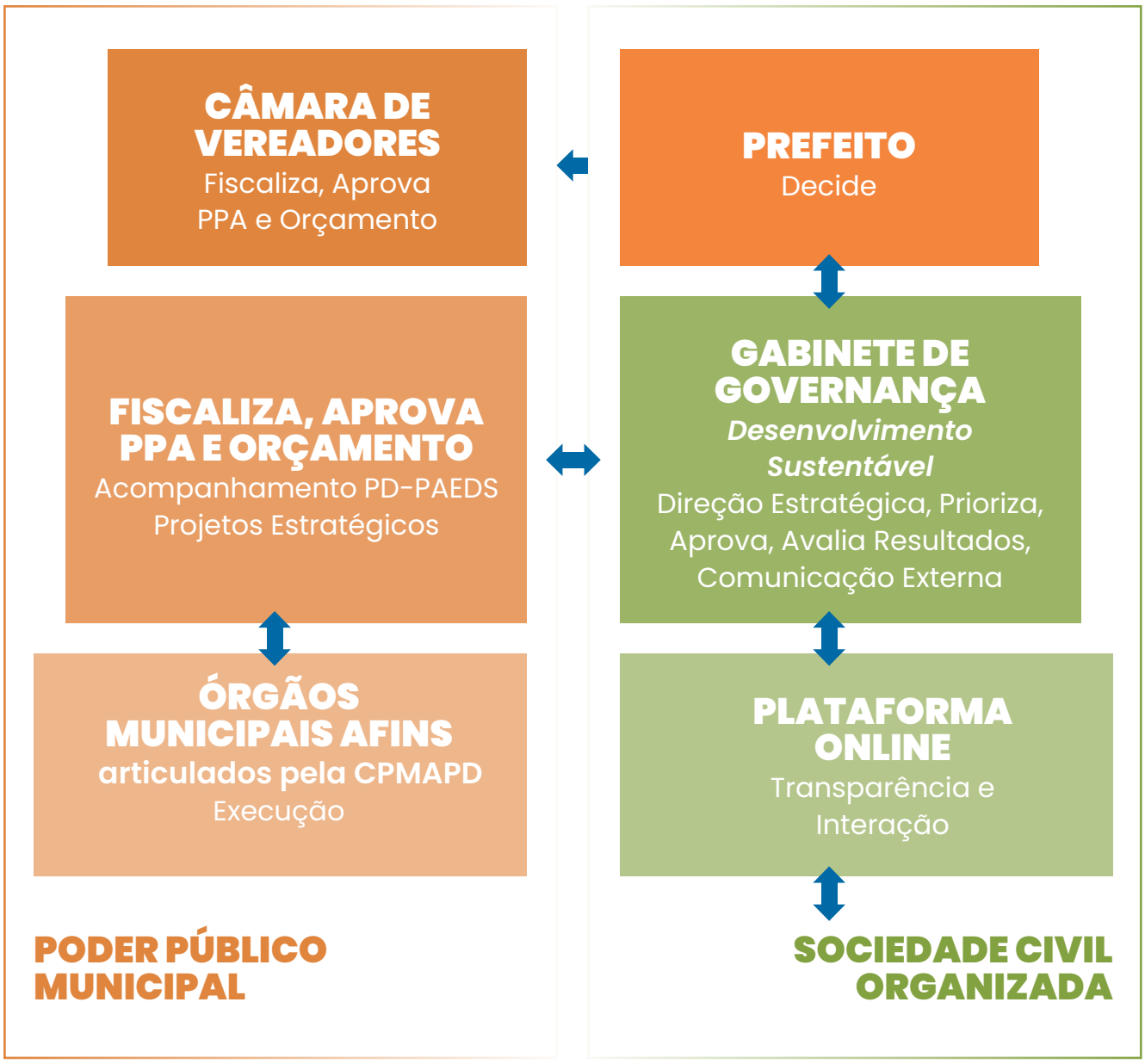
| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Ferramenta virtual que permite o acesso a informações sobre o PAEDS, o acompanhamento da execução dos projetos pelos gestores, bem como, a interação entre os cidadãos. |
| Composição | Informações sobre o PAEDS, seus objetivos, metas, indicadores e projetos.<br>Dados sobre a execução do PAEDS, como cronogramas, investimentos e resultados.<br>Mecanismos de participação online, como fóruns, grupos do whatsapp, enquetes e plataformas colaborativas. |
| Funcionamento | Acesso à informação técnica e pública sobre o PAEDS e sua execução.<br>Participação em debates e discussões online. Envio de sugestões, demandas e propostas.<br>Acompanhamento do progresso dos projetos e ações. Avaliação da gestão do PAEDS. |

## 8.2.2 MODELO DE GOVERNANÇA PARA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

O primeiro modelo de governança a ser implantado para o poder público para garantir a transparência das informações e a interação com as representatividades e população em geral será a partir da Plataforma Online já existente. Esse arranjo permite a divulgação periódica do andamento dos projetos e da publicação de informativos sobre o PAEDS utilizados-se dos canis tradicionais disponibilizados pela prefeitura para a manifestação do cidadão.

Esta Plataforma, no segundo momento, deverá evoluir para uma Rede de Planejamento Municipal, juntamente com a formação do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada - GT SCO , relacionado às atividades do PAEDS.

Figura 13 - ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DO PAEDS (MOMENTO INICIAL)




Fonte: elaboração própria.

# 8.3. MOMENTO DESEJADO: ORGANIZAÇÃO CONSOLIDADA

O Momento Desejado concretiza a maturidade institucional da governança do PAEDS, na qual o arranjo deixa de operar em modo formativo e passa a funcionar como sistema integrado, estável e orientado a resultados. Nesta fase, consolidam-se papéis, rotinas, indicadores e instrumentos de transparência, assegurando coerência estratégica entre planejamento, orçamento e execução e accountability perante a sociedade.

A arquitetura consolidada estrutura-se sobre quatro vetores sinérgicos:

- Direção estratégica e deliberação – O Gabinete de Governança (GG) atua como alta administração do PAEDS, definindo diretrizes, homologando prioridades e assegurando aderência ao PPA, às políticas municipais e transparência. Opera com comitês internos de governança nas secretarias, garantindo capilaridade e coerência intersetorial. Estabelece as diretrizes de comunicação e participação social.

- Articulação e decisão executiva – O Comitê Gestor do Setor Público (CG SP) é organizado recebendo as funções da Comissão de Acompanhamento CPMAPD relativas ao PAEDS. Atua segundo as diretrizes do GG sendo o "hub" de integração das secretarias executoras de projetos do PAEDS. Consolida-se como colegiado deliberativo, formado por representantes de secretarias executoras, responsável por metas anuais integradas, balanceamento de portfólio entre as secretarias, acompanhamento de marcos e gestão de trade-offs entre projetos internos de cada secretaria e o PAEDS .

- Execução e orquestração operacional – A Unidade Gestora do PAEDS (UGP) opera como Project Management Office (PMO) municipal ampliado, com núcleos técnicos por projeto e eixo estratégico, coordena, controla e monitora a execução dos projetos. Gera dados, indicadores e relatórios que retroalimentam decisões do GG e do CG SP, promovendo padronização metodológica e eficiência contratual.

- Participação, transparência e validação social – A Rede Municipal de Planejamento consolida o monitoramento técnico e a avaliação contínua, integrando contribuições dos Fóruns de Discussão (abertos e temáticos) e do GT SCO (instância consultiva da sociedade civil). A Plataforma Online entrega transparência ativa e participação digital (dashboards, consultas, enquetes), fechando o ciclo de governança colaborativa.

## 8.3.1. MODELO DE GOVERNANÇA DESEJADO PARA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

### Gabinete de Governança (GG)

No estágio de maturidade da governança, o Gabinete de Governança (GG) se consolida como órgão de alta administração e instância máxima de deliberação estratégica do PAEDS. Nesse arranjo consolidado, o GG mantém seu papel central de coordenação sistêmica, bem como, a relação orgânica e complementar com os demais instrumentos de governança.

Estabelece as diretrizes a serem seguidas em todos os setores da administração, inclusive quanto às diretrizes de comunicação interna e

externa, homologa prioridades e metas anuais integradas ao PPA, acompanha relatórios de desempenho e valida recomendações, ouvindo o Comitê Gestor do Setor Público (CG SP) e as principais demandas do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada (GT SCO).

O funcionamento do GG se dá por meio de reuniões deliberativas regulares, com participação de seus membros permanentes (secretários estratégicos, Controladoria, Procuradoria) e integração de comitês internos de governança em cada secretaria. Essa dinâmica assegura capilaridade, coerência administrativa e convergência de esforços.

Quadro 17 - DETALHAMENTO DO GABINETE DE GOVERNANÇA (MOMENTO DESEJADO)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Órgão colegiado representativo da Alta Administração, de caráter estratégico e assessoramento ao prefeito. |
| Composição | Secretários, Controlador e o Procurador municipais (conforme Lei Complementar nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025 e Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025). |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Estabelecer prioridades e aprovar os planos, programas, projetos, orçamentos e cronogramas estratégicos do PAEDS, apresentados pelo Comitê Gestor Setor Público, (CG SP), garantindo seu alinhamento com o PPA e as demais políticas municipais;<br>Estabelecer as diretrizes e princípios gerais da governança do PAEDS, orientando a atuação das secretarias, do CG SP e dos demais órgãos envolvidos;<br>Estabelecer as diretrizes para o suporte de TI relativos à governança e a gestão do Plano;<br>Aprovar os órgãos municipais afins executores dos projetos do PAEDS Indicados pelo CG SP;<br>Supervisionar e propor diretrizes para garantir o cumprimento dos principais objetivos para a execução do PAEDS, monitorar os principais indicadores de desempenho, aprovar os relatórios, emitir pareceres sobre casos omissos.<br>Facilitar a comunicação e a colaboração entre os diferentes atores envolvidos na gestão do PAEDS, incluindo o CG SP, a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), os órgãos municipais, a Câmara de Vereadores e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada, GT SCO |
| Funcionamento | Segundo regimento interno a ser elaborado. |

Fonte: elaboração própria.

## Comitê Gestor do Setor Público (CG SP)

O Comitê Gestor (CG SP) é um colegiado formado por representantes das secretarias municipais envolvidas na execução do PAEDS. Seu principal objetivo é a integração dos projetos e ações do Plano com os projetos e ações das Secretarias. Sua atuação é fundamental para garantir a comunicação, a complementariedade e a sinergia na gestão do Plano no âmbito executivo da Prefeitura. Terá caráter propositivo e deliberativo com alçadas decisórias subordinadas ao GG. O CG SP será coordenado pelo coordenador da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) e responderá diretamente ao GG.

O CG SP será responsável por definir as prioridades e metas anuais integradas do Plano, acompanhar a execução dos projetos e ações, emitir relatórios periódicos, avaliar os resultados alcançados e propor ajustes e melhorias e, especialmente, articular e manter informados os executores em cada Secretaria.

Quadro 18 - DETALHAMENTO DO COMITÊ GESTOR DO SETOR PÚBLICO (MOMENTO DESEJADO)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Órgão colegiado de caráter propositivo, deliberativo e de articulação e integração de ações e projetos. |
| Composição | Coordenado pelo coordenador da UGP e composto por representantes<br>das secretarias municipais envolvidas diretamente na execução do Plano (no máximo cinco). |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Coordenar e articular a atuação das diferentes secretarias municipais e órgãos envolvidos diretamente na execução do Plano.<br>Acompanhar a execução integrada dos projetos e ações, monitorando o cumprimento dos cronogramas e orçamentos.<br>Avaliar os resultados alcançados e propor ajustes e melhorias no PAEDS.<br>Manter o GG e os Comitês Internos informados sobre o PAEDS.<br>Propor ao GG o orçamento, as prioridades e metas anuais do PAEDS.<br>Propor à SEMPOG eventuais alterações no PDM e em Planos Setoriais para compatibilização com projetos estratégicos do PAEDS.<br>Garantir a comunicação e a transparência na gestão do Plano. |
| Funcionamento | Segundo regimento interno a ser elaborado. |

Fonte: elaboração própria.



## Unidade Gestora do PAEDS (UGP)

A Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) será a responsável direta pela coordenação e execução do PAEDS. Tem caráter executivo e operacional e atuará em conjunto com o CG SP e suporte técnico ao GG por convocação.

A UGP terá as seguintes atribuições principais: coordenar e controlar a execução dos projetos pelos diferentes atores; produzir dados e informações relativas ao desempenho dos projetos; estabelecer procedimentos preferenciais e céleres com as secretarias meio para compras, licitações e contratos; coordenar o monitoramento e avaliação dos resultados dos programas, projetos e ações, ouvindo CG SP e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada (GT SCO); propor alterações, segundo sua alçada, em procedimentos, projetos e ações que visem ampliar os resultados ou corrigir deficiências na execução do PAEDS.

Será formada por uma Coordenação Executiva, um Núcleo Técnico de profissionais especializados em diversas áreas relacionadas aos eixos estruturantes do PAEDS (Inovação, Inclusão Social, Sustentabilidade, Redes e Territorialidade) e por um Núcleo de Projetos composto por técnicos, ainda que localizados em outros órgãos, responsáveis pela execução dos projetos e alimentação de dados e informações sobre o desempenho dos projetos do PAEDS na Rede de Planejamento Municipal.

Quadro 19 - DETALHAMENTO DA UNIDADE GESTORA DE PROJETOS (MOMENTO DESEJADO)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Unidade executiva e especializada, em gestão/execução, planejamento e monitoramento operacional dos projetos PAEDS. |
| Composição | Um Coordenador Executivo sênior.<br>Um Núcleo Gestor, formado por profissionais da administração pública municipal, ou contratados, com expertise em planejamento, gestão de projetos, relacionados ao PAEDS<br>um Núcleo Técnico composto por profissionais experientes nos eixos transversais do PAEDS. |

Fonte: elaboração própria.

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Atribuições em relação ao PAEDS | Manter atualizado o status do desenvolvimento do PAEDS, elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho do dos projetos e ações.<br><br>Monitorar e controlar a execução dos projetos, analisando o cumprimento dos cronogramas, orçamentos e metas<br><br>Promover a comunicação e a transparência na gestão dos projetos.<br><br>Participar das reuniões e informar o GG por convocação.<br><br>Coordenar e dar suporte às reuniões do CG SP promovendo a articulação do PAEDS junto às Secretarias e entidades envolvidas.<br><br>Articular entidades externas necessárias ao bom desempenho de cada projeto em consonância com as diretrizes do GG.<br><br>Articulação especial com as secretarias executoras afins sobre diretrizes e recomendações aos planos municipais, em especial ao PDM.<br><br>Promover reuniões periódicas com GT SCO.<br><br>Elaborar com o apoio do CG SP o orçamento e cronogramas anuais e plurianuais do PAEDS para aprovação pelo GG.<br><br>Propor procedimentos céleres com as secretarias meio para aquisições e contratações. |
| Funcionamento | Reuniões periódicas.<br><br>Envio de relatórios de acompanhamento e avaliação do Plano.<br><br>Visitas e inspeções locais.<br><br>Reuniões com atores externos inclusive fora de PVH. |

Fonte: elaboração própria.

## Rede de Planejamento Municipal

A Rede de Planejamento Municipal se configura, na fase de consolidação da governança do PAEDS como uma instância técnico-participativa de monitoramento, avaliação e articulação de informações. Seu papel vai além da mera apresentação e análise de indicadores: trata-se de um espaço que integra técnicos municipais, especialistas, gestores públicos e sociedade civil em um processo contínuo de planejamento colaborativo.

Do ponto de vista técnico, a Rede tem como função produzir e sistematizar informações estratégicas, monitorar metas e indicadores, consolidar relatórios periódicos e oferecer subsídios qualificados para a tomada de decisão do Gabinete de Governança (GG) e do Comitê Gestor do Setor Público (CG SP). Sua atuação assegura que o PAEDS seja acompanhado de forma estruturada e baseada em evidências, fortalecendo a cultura de gestão por resultados.

Contudo, a Rede de Planejamento não se restringe ao âmbito interno do poder público. Ela também incorpora a dimensão participativa

ao articular-se diretamente com o GT SCO e os Fóruns de Discussão. Esses fóruns, abertos a cidadãos, representantes da sociedade civil, especialistas e gestores, funcionam como espaços de escuta social, deliberação temática e validação pública das ações do Plano. Demandas, sugestões e recomendações provenientes dos Fóruns são integradas à Rede, sistematizadas tecnicamente e encaminhadas às instâncias competentes para análise e decisão.

O funcionamento da Rede é estruturado em ciclos periódicos de reuniões técnicas e eventos participativos, sempre documentados por relatórios e atas públicas. Assim, cria-se um canal orgânico de retroalimentação entre execução (UGP e secretarias), monitoramento técnico (Rede) e participação social (Fóruns), garantindo que o PAEDS seja conduzido com transparência, legitimidade e eficiência.

Quadro 20 - DETALHAMENTO DA REDE DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL (MOMENTO DESEJADO)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Instância técnico-participativa de monitoramento, avaliação e planejamento colaborativo do PAEDS, articulando poder público, técnicos especializados e sociedade civil. |
| Composição | Técnicos das secretarias municipais, especialistas vinculados ao PAEDS, representantes da UGP e interlocução permanente com sociedade civil por meio dos Fóruns de Discussão. |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Produzir e sistematizar informações estratégicas.<br>Monitorar metas e indicadores de desempenho.<br>Elaborar relatórios técnicos e recomendações.<br>Integrar contribuições dos Fóruns de Discussão, consolidando-as em análises e encaminhamentos formais para o GG e o CG-SP.<br>Apoiar a UGP no processo de avaliação e ajustes. |
| Funcionamento | Reuniões técnicas periódicas entre órgãos municipais e especialistas.<br>Eventos participativos articulados aos Fóruns de Discussão.<br>Publicação de relatórios e atas acessíveis à sociedade.<br>Integração direta com a UGP para retroalimentar a tomada de decisão no GG e no CG SP. |

Fonte: elaboração própria.

## 8.3.2. MODELO DE GOVERNANÇA DESEJADO PARA A SOCIEDADE ORGANIZADA

### Fóruns de Discussões

Os Fóruns de Discussão constituem-se como espaços institucionais de participação social, concebidos para garantir o envolvimento direto da população no acompanhamento, debate e avaliação do PAEDS. Configuram-se como arenas públicas de diálogo, abertas a todos os cidadãos, e funcionam como canais legítimos de escuta, deliberação e controle social.

A coordenação e a definição da agenda dos eventos caberão à UGP, com a intervenção e participação ativa da GT SCO, de modo a assegurar equilíbrio entre a condução técnica e a representatividade social.

A participação é livre e inclusiva, contemplando cidadãos, representantes da sociedade civil organizada, gestores públicos, especialistas e demais interessados. Essa abertura garante diversidade de visões e amplia a legitimidade dos debates.

Nos fóruns, serão coletadas demandas, sugestões e propostas da sociedade civil, que serão sistematizadas pela Rede de Planejamento Municipal e encaminhadas às instâncias competentes do PAEDS, como o GG e o CG SP. Assim, assegura-se que as contribuições populares alimentem efetivamente o ciclo de planejamento, execução e avaliação.

Os encontros terão caráter periódico e temático, abordando tópicos estratégicos dos eixos do PAEDS. Todos os debates deverão ser documentados em atas públicas, com ampla divulgação em meio digital, preferencialmente pela Plataforma Online, garantindo transparência e acesso à informação.

Quadro 21 - DETALHAMENTO DOS FÓRUNS DE DISCUSSÃO (MOMENTO DESEJADO)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Espaços institucionais de participação social, voltados ao debate, à escuta qualificada e ao controle social do PAEDS. |
| Composição | Cidadãos em geral, representantes da sociedade civil organizada, gestores públicos, especialistas e demais interessados. |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Promover debates e audiências públicas sobre projetos e temas estratégicos.<br>Coletar demandas, propostas e recomendações da sociedade.<br>Fortalecer o diálogo entre poder público e sociedade civil.<br>Contribuir com insumos para a Rede de Planejamento Municipal, o GG e o CG SP. |
| Funcionamento | Coordenação da UGP com interveniência da GT SCO.<br>Encontros periódicos e temáticos, presenciais ou virtuais.<br>Documentação em atas públicas, com ampla divulgação pela Plataforma Online.<br>Encaminhamento formal das contribuições às instâncias decisórias. |

Fonte: elaboração própria.



## Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada (GT SCO)

O Grupo da Sociedade Civil Organizada (GT SCO) consolida-se como a principal instância consultiva e de controle social do PAEDS. Sua criação garante a institucionalização da participação da sociedade civil organizada no processo de governança, fortalecendo a legitimidade das decisões e ampliando a transparência.

Composto por até nove representantes de federações, associações de classe, universidades, conselhos e organizações comunitárias, o GT SCO busca assegurar pluralidade e representatividade, priorizando a presença de lideranças com experiência em gestão pública ou capacidade técnica reconhecida em suas áreas de atuação. Essa composição garante diversidade de visões e enriquece o processo de análise e recomendação.

As atribuições do GT SCO incluem avaliar metas e indicadores, propor recomendações, emitir pareceres quando solicitado, acompanhar a execução do Plano e zelar pela transparência e impacto social das ações do PAEDS. Funciona como uma instância de mediação entre a sociedade e o poder público, ampliando o diálogo e garantindo que as decisões estratégicas considerem os interesses coletivos.

Seu funcionamento é marcado por reuniões periódicas, com atas públicas e registro formal das deliberações. Essas reuniões contam com a presença da Unidade Gestora do PAEDS (UGP), que fornece apoio técnico e administrativo, além de garantir que as demandas levantadas sejam devidamente encaminhadas às instâncias deliberativas (GG e CG SP). Dessa forma, o GT SCO consolida-se como canal permanente de participação social qualificada.

Quadro 22 - DETALHAMENTO DO GRUPO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (MOMENTO DESEJADO)

| CARACTERÍSTICAS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Natureza | Comissão consultiva permanente, voltada à participação social qualificada e ao controle social do PAEDS. |
| Composição | Até 9 representantes de federações, associações de classe, universidades, conselhos e organizações comunitárias, com prioridade para lideranças com experiência em gestão pública. Conta com apoio técnico-administrativo da UGP. |
| Atribuições em relação ao PAEDS | Acompanhar a execução do Plano, avaliando metas, indicadores e impactos.<br>Emitir pareceres e recomendações sobre projetos e políticas.<br>Garantir a transparência e fortalecer o diálogo entre sociedade e poder público.<br>Atuar como canal de articulação entre entidades representadas e o GG. |
| Funcionamento | Reuniões periódicas, presenciais ou híbridas.<br>Elaboração e publicação de atas e recomendações.<br>Participação ativa em fóruns e eventos temáticos.<br>Interlocução permanente com a UGP e o GG, integrando-se ao ciclo de planejamento e avaliação. |

Fonte: elaboração própria.

Em síntese a governança do PAEDS-PVH deve ser compreendida como um sistema integrado, estruturado a partir de dois modelos complementares: um voltado ao Poder Público Municipal e outro à Sociedade Civil Organizada (SCO). Essa arquitetura institucional visa assegurar a articulação entre os principais instrumentos de planejamento (Plano Diretor, Planos Setoriais, PPA, LDO e LOA), o Legislativo Municipal, órgãos colegiados e os atores estratégicos da sociedade.

A Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) atua como núcleo operacional da governança, encarregada de executar, monitorar e integrar os projetos do plano segundo as diretrizes definidas pelo Gabinete de Governança (GG), com apoio do Comitê Gestor do Setor Público (CG-SP) e diálogo com o Grupo de trabalho da Sociedade Civil Organizada (GT-SCO). A Rede Municipal de Planejamento será o principal instrumento para informação, articulação, controle e monitoramento dos projetos e do Plano.

A estrutura de governança é organizada em três níveis complementares:

- Nível Estratégico: liderado pelo GG, com assessoramento do CG-SP e da UGP, e escuta ativa do GT-SCO. Responsável pela definição de diretrizes, validação de planos e integração com os instrumentos legais e normativos.

- Nível Executivo e Operacional: coordenado pela UGP e supervisão do CG-SP, com participação direta dos órgãos executores dos projetos e acompanhamento do GT-SCO .
- Nível Avaliativo e Participativo: liderado pelo GT-SCO, em articulação com a UGP e o CG-SP, responsável pela avaliação dos indicadores de desenvolvimento, por meio de fóruns, consultas e audiências públicas.

Figura 14 - ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DO PAEDS (MOMENTO DESEJADO)




Fonte: elaboração própria.



# 8.4. ARTICULAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Modelo de Governança do PAEDS-PVH foi desenhado para garantir uma gestão pública eficiente, transparente, orientada a resultados e comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável. A robustez do modelo está na articulação entre quatro funções-chave:

- **Articulação:** busca integrar o PAEDS aos instrumentos de planejamento municipal (Plano Diretor, PPA, LDO, LOA), aos planos setoriais e ao diálogo interfederativo e com a sociedade civil. A coordenação é atribuída ao Gabinete de Governança (GG), com participação do Comitê Gestor (CG-SP) e do Grupo da Sociedade Civil Organizada (GT-SCO), por meio de: reuniões periódicas; diretrizes operacionais e relatórios; consultas públicas e plataformas digitais; recomendações da sociedade civil.

- **Controle:** visa garantir a legalidade, eficiência e accountability da gestão, por meio de mecanismos como: Auditorias internas e controle orçamentário-financeiro; Avaliações periódicas de projetos; Transparência ativa e canais de denúncia; Participação da Controladoria Geral e demais órgãos de controle.

- **Monitoramento:** foca no acompanhamento das ações e na correção de desvios de rota em tempo real. Os instrumentos incluem: indicadores físico-financeiros; relatórios periódicos; painéis de business intelligence (bi); visitas técnicas.

- **Avaliação e Aprimoramento:** consolida a lógica de aprendizado institucional e aprimoramento contínuo. O objetivo é mensurar impactos, reorientar estratégias e qualificar o plano ao longo do tempo. Envolve: comparação entre metas e realizações; análise de séries históricas; avaliação com participação da sociedade civil; reuniões de balanço e debates.

## 8.4. 1. INTEGRAÇÃO COM CICLOS ORÇAMENTÁRIOS

O PAEDS-PVH será implementado entre 2025 e 2050, atravessando sete ciclos orçamentários municipais. A estrutura de governança deve assegurar a integração contínua com os instrumentos de planejamento plurianual. O período de 2025 a 2029 será dedicado à implementação do modelo de governança e à consolidação dos primeiros projetos estruturantes.

## 8.4. 2. INDICADORES DE DESEMPENHO

A avaliação do Plano de Ações Estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho (PAEDS-PVH) pressupõe a implementação de um sistema estruturado de indicadores de desempenho, capaz de aferir tanto os efeitos imediatos quanto os impactos de longo prazo das ações planejadas.

Para garantir a abrangência e a robustez analítica do processo avaliativo, o modelo prevê a adoção de dois níveis complementares de indicadores: os Indicadores de Resultados (IR), voltados à mensuração da efetividade operacional das ações implementadas; e os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), focados na análise dos impactos sistêmicos nas dimensões econômica, social, ambiental e territorial.

Quadro 23 - Indicadores de Desempenho do PAEDS-PVH

| Tipo de Indicador | Horizonte Temporal | Exemplos de Indicadores | Finalidade |
|---|---|---|---|
| Indicadores de Resultados (IR) | Curto a médio prazo | - Taxa de Conclusão de Projetos de Infraestrutura<br>- Variação na Demanda por Transporte Aéreo<br>- Expansão da Capacidade Portuária<br>- Melhoria da Mobilidade Rodoviária | Mensurar os efeitos diretos e imediatos das ações implementadas, com foco na efetividade operacional e eficiência na alocação de recursos. |
| Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) | Longo prazo | - Dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB)<br>- Qualidade de Vida e Bem-Estar Social (IDH)<br>- Sustentabilidade Ambiental (IDA)<br>- Transformações na Dinâmica Territorial (REGIC IBGE) | Avaliar os impactos estruturais e sistêmicos de longo prazo do PAEDS nas dimensões econômica, social e ambiental. |

Fonte: elaboração própria.

A condução da avaliação será coordenada pelo GT SCO e delegada a uma entidade externa e independente, assegurando imparcialidade metodológica, credibilidade técnica e neutralidade política na mensuração dos resultados. Esse arranjo reforça o compromisso do PAEDS-PVH com a accountability, a transparência ativa e a aprendizagem institucional contínua.

Considerando que o plano já foi objeto de uma avaliação ex-ante durante sua formulação, a avaliação ex-post passa a desempenhar um papel estratégico central. Seu foco será compreender os efeitos concretos e os desdobramentos sociais das políticas implementadas, a partir de marcos temporais definidos, que permitam observar transformações significativas e duradouras. Estão previstos, para isso, quatro pontos de verificação programada ao longo do horizonte do plano: 2035, 2040, 2045 e 2050.

Esses marcos servirão como referências para retroalimentação da governança, revisão de estratégias e aprimoramento do próprio modelo de desenvolvimento sustentável adotado para Porto Velho.



# 8.5. GESTÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

A gestão dos projetos estratégicos do PAEDS-PVH fundamenta-se em metodologias contemporâneas de planejamento e execução, priorizando eficiência administrativa, controle de resultados e sustentabilidade das intervenções públicas. Para garantir a efetividade da implementação, adota-se a Estrutura Analítica de Projetos (EAP), que organiza cada projeto de forma hierarquizada, a partir da definição clara de seu objetivo, da decomposição em fases, entregas, pacotes de trabalho e atividades específicas. Essa sistematização assegura o cumprimento de prazos, metas e responsabilidades.

O funcionamento do modelo baseia-se em um ciclo contínuo de monitoramento, composto por cinco etapas essenciais: coleta de dados sobre andamento físico e orçamentário; análise comparativa entre planejamento e execução; elaboração de relatórios periódicos; deliberação estratégica pelo Comitê Gestor (CG-SP) e pela SEMPOG; e avaliação dos resultados para realinhamento tático.

Do ponto de vista organizacional, a estrutura operacional envolve a Equipe de Gestão, encarregada da sistematização de dados e relatórios; o CG-SP e a UGP, como instâncias decisórias; um sistema de informações para suporte tecnológico e transparência; e canais de comunicação institucional, que viabilizam o fluxo de informações entre os atores envolvidos.

Para dar suporte a esse arranjo, a equipe técnica responsável pela gestão dos projetos deve reunir um perfil multidisciplinar, com competências em gestão de projetos, análise de indicadores, diagnóstico estratégico, comunicação institucional, organização e trabalho colaborativo. O comprometimento com os objetivos do PAEDS-PVH e com a entrega de resultados qualificados constitui requisito central para o êxito da estratégia.

# 8.6. ARTICULAÇÃO, CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Quadro 24 - Responsabilidades vinculadas ao PAEDS-PVH

| Instância | Papel | Responsabilidades-Chave |
|---|---|---|
| Gabinete de Governança (GG) | Alta administração e deliberação estratégica | Definir diretrizes do PAEDS; homologar portfólio e metas; dirimir trade-offs; instituir ritos e comitês; integrar planejamento–orçamento–execução; supervisionar KPIs e riscos. |
| CPMAPD | Ponte de transição e suporte consultivo | Articular secretarias na largada; acompanhar projetos prioritários; consolidar informações iniciais; apoiar metodologias; preparar transição ao CG SP. |
| CG SP | Colegiado deliberativo intersetorial | Pactuar metas anuais integradas; balancear portfólio; aprovar ajustes operacionais; monitorar marcos; emitir relatórios ao GG; comunicar decisões às secretarias. |
| UGP | Orquestração operacional e inteligência de execução | Padronizar metodologias; conduzir PMO; monitorar cronograma, custo, escopo e valor; destravar compras/contratos com secretarias-meio; gerir indicadores; apoiar CG SP/GG com análises. |
| Órgãos Municipais Afins | Execução setorial | Implementar projetos e serviços; gerir contratos e insumos; alimentar sistemas com evidências; cumprir metas pactuadas; reportar status à UGP/ CG SP. |
| Rede Municipal de Planejamento | Monitoramento técnico e avaliação | Produzir/sistematizar dados; avaliar metas e impactos; emitir recomendações técnicas; integrar contribuições sociais; publicar relatórios e lições aprendidas. |
| GT SCO | Controle social consultivo | Avaliar resultados e impactos; emitir pareceres e recomendações; articular entidades representadas; acompanhar respostas do poder público. |
| Fóruns de Discussão | Participação pública aberta | Debater temas/projetos; coletar demandas e propostas; validar socialmente prioridades; encaminhar contribuições à Rede/GG/CG-SP. |
| Plataforma Online | Transparência ativa e participação digital | Disponibilizar dashboards, documentos e atas; hospedar consultas, enquetes e fóruns virtuais; registrar e rastrear encaminhamentos; assegurar acesso público a dados. |

O cronograma de implementação da governança define as etapas e os prazos para a instituição e a organização dos órgãos e mecanismos de governança conforme ilustrado a seguir.

# 9. CRONOGRAMA

| ATIVIDADE | RESPONSÁVEL | INÍCIO | TÉRMINO |
|---|---|---|---|
| **MOMENTO INICIAL – ORGANIZAÇÃO FORMATIVA** | | | |
| Instituição formal do Gabinete de Governança (GG) | Prefeito / GG | Out/2025 | Dez/2025 |
| Instalação da Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor (CPMAPD) como instância provisória | GG / CPMAPD | Out/2025 | Mar/2026 |
| Definição de secretarias e órgãos municipais afins vinculados ao PAEDS | GG | Nov/2025 | Jan/2026 |
| Implementação inicial da Plataforma Online (versão piloto) | GG / UGP (apoio técnico) | Nov/2025 | Abr/2026 |
| Primeiros relatórios de acompanhamento e comunicação intersetorial | CPMAPD / Órgãos Afins | Jan/2026 | Set/2026 |
| Avaliação do desempenho inicial e preparação para transição | GG / CPMAPD | Jul/2026 | Out/2026 |
| **MOMENTO DESEJADO – ORGANIZAÇÃO CONSOLIDADA** | | | |
| Instituição do Comitê Gestor do Setor Público (CG-SP) | GG / CG-SP | Nov/2026 | Jan/2027 |
| Estruturação da Unidade Gestora do PAEDS (UGP) como PMO municipal ampliado | GG / UGP | Nov/2026 | Mar/2027 |
| Criação da Rede Municipal de Planejamento | GG / UGP / Rede | Jan/2027 | Jun/2027 |
| Formalização do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Organizada (GT-SCO) | Prefeito / GG / UGP | Jan/2027 | Jun/2027 |
| Institucionalização dos Fóruns de Discussão (ciclos temáticos anuais) | UGP / GT-SCO | Mar/2027 | Dez/2028 |
| Ampliação da Plataforma Online (versão interativa com dashboards e consultas públicas) | UGP / GG | Abr/2027 | Dez/2027 |
| Consolidação do modelo de governança integrada e avaliação sistêmica | GG / CG-SP / UGP / Rede / GT-SCO | Jan/2028 | Dez/2028 |

# 10.

# CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O PAEDS-PVH é um plano de longo prazo, cobrindo horizonte de tempo que avança até 2050, portanto é muito mais que um plano de governo, pois seu alcance ultrapassa o ciclo dos mandatos políticos. Por envolver prazo tão longo, o PAEDS-PVH está sujeito às incertezas crescentes no tempo, requer reavaliação periódica e sincronização com os sucessivos Planos Plurianuais (PPAs) e respectivas leis orçamentárias que irão ser realizados por sucessivas gestões municipais.

Qualquer processo de desenvolvimento econômico, social e sustentável, com resultados virtuosos, catastróficos ou medianos, é sempre um resultado emergente gerado por um conjunto de ações diversificadas que atuam em diversas dimensões e pela interação de um número grande de agentes (indivíduos, empresas, instituições). Processos complexos emergentes, como é o desenvolvimento econômico, é um tipo de processo dinâmico que não possui solução única ou solução melhor. Em geral, dadas as quase infinitas possibilidades combinatórias das variáveis envolvidas e interações entre os agentes, as trajetórias possíveis são igualmente numerosas. O PAEDS-PVH é um plano que permite aos gestores públicos e atores envolvidos percorrer um determinado caminho considerado possível em direção à uma realidade (descrita no Cenário 4 – Realizável) considerada alcançável, no seu horizonte de planejamento.

O maior desafio para o planejamento público, no que tange a orientar o processo de desenvolvimento para alcançar uma determinada realidade que emerge das incontáveis interações, é que não dispomos de um conjunto restrito de variáveis alvo e que podem ser facilmente manipuladas para que se maximize uma determinada função objetivo. No caso do desenvolvimento temos um objetivo, aqui manifesto na forma de um cenário realizável, para o qual contamos apenas com diversas ações que ajudam a colocar a trajetória do desenvolvimento no rumo desejado.

Um exemplo pode ajudar o entendimento: um dos objetivos que consta no cenário realizável do PAEDS-PVH é aumentar o grau de industrialização da economia de Porto Velho, mas não existe uma ou algumas poucas variáveis econômicas que possam ser manipuladas para gerar diretamente um maior grau de industrialização. Em uma economia de mercado, a industrialização emergirá de decisões individuais de agentes em instalar determinada empresa no município de Porto Velho e não de decisão centralizada. Então o que uma política pública pode fazer é atuar no contexto para criar um ambiente favorável à industrialização, como por exemplo, revisar o atual Distrito Industrial, transformando-o numa cidade industrial maior e mais estruturada. Se as ações dirigidas à Cidade Industrial forem complementadas com outras ações, como por exemplo, criar um ecossistema de inovação, as chances de emergir uma economia mais industrializada aumentam significativamente.

Este parágrafo ajuda entender um ponto essencial para o gestor público e sociedade em geral, que é entender que o PAEDS-PVH não é um plano determinístico, mas uma política pública ampla, com o objetivo de criar as condições para a emergência de processo de desenvolvimento sustentado (crescimento endógeno e baseado em inovação), socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

O desenvolvimento econômico sustentável é um processo complexo e aberto que envolve um conjunto diverso de variáveis econômicas, sociais e ambientais, tais como a geração de empregos formais e qualificados, a formação profissional e educacional adequada, o surgimento de novas atividades empresariais e, em especial, a modernização

e diversificação produtiva, o fortalecimento do empreendedorismo local, investimentos em inovação tecnológica e em infraestrutura social adequada, melhoria na qualidade de vida e bem-estar, gestão sustentável de resíduos, uso de recursos naturais, etc.

Este processo é intrínseco às especificidades regionais, culturais e históricas de cada município. Isso implica que cada região possui o seu próprio caminho para a prosperidade rumo à formação de uma sociedade mais rica, menos desigual e em que as pessoas possuam elevada qualidade de vida. Em outras palavras, não existe uma "receita de bolo" pré-estabelecida, em termos de políticas públicas, que é aplicável a todos os municípios e que os conduz em direção ao progresso. Porto Velho tem seu próprio caminho, sua própria solução e suas próprias opções, que é diferente de outros municípios. Alguns princípios gerais de economia e desenvolvimento se aplicam à todos os casos e estão presentes no PAEDS-PVH, como por exemplo a busca por maior renda, via aumento da produtividade e industrialização por meio da inovação. O que torna o caminho único é o modo e o caminho a ser percorrido por Porto Velho para atingir e materializar este cenário.

O resultado esperado do conjunto de ações do PAEDS-PVH é uma estrutura produtiva local mais produtiva e eficiente. Isso desencadeará dois vetores do processo de desenvolvimento econômico de Porto Velho que se complementam e reforçam a diversificação produtiva: um vetor de aumento das vendas e exportações, e outro de produtividade-salário-lucro. O resultado, no fim das contas, é um maior bem-estar social e maior capacidade de consumo da população. O que é um importante impulsionador, em termos de volume e diversificação, do comércio e dos serviços locais. Conforme a renda das pessoas aumenta, o perfil de consumo de Porto Velho se altera em direção a um consumo mais diversificado. Isto é, pessoas com renda real mais elevada buscam consumir bens e serviços mais sofisticados. O resultado é que o setor de comércio e serviços se adapta a esta realidade e busca introduzir novos bens e atividades.

Este conjunto amplo de políticas públicas, identificados como fundamentais para o PAEDS-PVH 2030-2050, constituem a força endógena geradora do desenvolvimento econômico que conduzirá Porto Velho em direção ao cenário desejado e ao cenário realizável, delineados na Visão de Futuro. A essência destas ações propostas é induzir o desenvolvimento econômico e empresarial de Porto Velho por meio de políticas públicas que estimulem novos investimentos, a criação de empregos e a geração de inovação, em especial, de setores estratégico que são portadores do futuro de Porto Velho, produzindo ao fim um círculo endógeno de crescimento e desenvolvimento. A figura 7 resume a lógica econômica do PAEDS-PVH para alcançar um crescimento e desenvolvimento sustentado (crescimento endógeno da renda per capita e melhorias da qualidade de vida) e ao mesmo tempo ambientalmente sustentável.

# 11.
# ANEXOS

# ANEXO 1 - IDEIAS-FORÇA, RESULTADOS E AÇÕES

| IDEIA-FORÇA | RESULTADO | AÇÃO |
|---|---|---|
| Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal | Aumento da capacidade de armazenagem de grãos, produtos refrigerados e combustíveis integrada à infraestrutura portuária. | Incentivar a construção de silos de armazenagem para grãos, minérios, carnes e combustíveis com o objetivo de facilitar o escoamento da produção e a competitividade do agronegócio. |
| Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal | Eixo viário Expresso Porto implantado para qualificação da mobilidade multimodal, indução e ordenamento de atividades industriais e serviços de apoio e mitigação de conflitos atuais entre área urbana e transporte de cargas pesadas. | Compatibilizar as regras de uso e ocupação do solo da via expresso porto com o Plano Diretor municipal. Comunicação , orientação e fiscalização |
| | | Concluir a via Expresso Porto, desviando o trecho urbano, com capacidade de suporte para expansão das atividades portuárias, retroportuárias e industriais, conectando a BR-364 ao Portochuelo. Distância aproximadamente 25km. |
| Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal | Melhoria do desempenho ambiental dos portos de Porto Velho medido pelo IDA (Índice de Desempenho Ambiental) monitorado pela ANTAQ | Elaborar e publicar anualmente painel municipal de acompanhamento dos esforços e resultados de desempenho ambiental - IDA-M (Índice de desempenho ambiental dos portos municipais). |
| | | Implantar o programa i.NOVA PORTO de inovação para aprimorar desempenho portuário, por meio de cursos e eventos de intercâmbio e construção de soluções. |
| Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal | Plano Diretor de Integração Logística e Industrial - PDILI aprovado e integrado ao Plano Diretor Municipal | Elaborar Plano Diretor de Logística Industrial que integre a infraestrutura e as atividades portuárias, retroportuária, aeroportuária, industrial e serviços de apoio, priorizando os investimentos para revitalização e otimização da logística que contemple: * Melhoria do acesso à área portuária, incluindo os acessos à ponte existente sobre o Rio Madeira e demais eixos de integração entre portos. * Instituir instrumentos de gestão, como incentivos e operações urbanas ou outorga de alteração de uso para recuperar recursos e reinvestimento em infraestrutura. * Incorporar diretrizes e regras de ordenamento do uso e ocupação do solo indicados no PDILI na revisão do Plano Diretor Municipal * Integrar e compatibilizar os planos portuários, visando a eficiência e desempenho ambiental. |
| Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal | Plano Diretor de Integração Logística e Industrial - PDILI aprovado e integrado ao Plano Diretor Municipal | Instituir grupo de negociação e de projetos para o modal hidroviário, com o objetivo de aumentar investimentos em infraestrutura deste modal para melhorar acessibilidade, o fluxo de embarcações, conforto e segurança da navegação, além de reduzir os custos operacionais. |
| Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal | Hidrovia concedida, contemplando interesses e diretrizes do município | Assegurar que o projeto da ferrovia EF-354 seja compatível com o Plano Diretor de Logística Industrial Integrada. |
| | Pavimentação da rodovia BR-319, com nova conexão rodoviária e ponte que integre a BR-364 e região portuária ao corredor Porto Velho - Manaus, contornando a sede de Porto Velho. | Instituir grupo de negociação e de projetos para atrair investimentos no modal ferroviário conforme a defesa dos interesses municipais. |

| | | |
|---|---|---|
| Transformar Porto Velho de economia de passagem para um vértice do corredor Manaus-Cuiabá e polo logístico industrial e multimodal | Ferrovia parcialmente implantada, com projeto completo conectando Porto Velho ao oceano pacífico e à malha ferroviária nacional. | Desenvolver guia digital com informações sobre Porto Velho, incluindo características socioeconômicas, infraestrutura, setores prioritários de investimento, além de destacar incentivos fiscais e benefícios para novos negócios. |
| | | Firmar acordos comerciais ou de investimento com novos parceiros internacionais. |
| | | Fomentar relações comerciais com países da Bacia Amazônica, como Bolívia, Peru e Colômbia, aproveitando a proximidade geográfica e as conexões rodoviárias e fluviais. |
| | | Instituir grupo gestor para promoção econômica e atração de investimentos internacionais para Porto Velho, focado em parcerias estratégicas com países como China, Estados Unidos e América do Sul. |
| | | Participar de rodadas internacionais de negócios, de feiras e eventos internacionais da região. |
| | | Qualificar empresas locais sobre processos burocráticos associados a exportações de bens. |
| | Sistema aeroviário qualificado | Instituir grupo de negociação e de projetos para o modal aeroviário, com o objetivo de ampliar a frequência dos voos aéreos e reduzir os preços das passagens aéreas em direção à Porto Velho. |
| Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado | Economia diversificada | Criar novas Área Industrial Sustentável integradas ao Plano Diretor Municipal |
| | | Criar programa de incentivos para Áreas Industriais |
| | | Qualificar a gestão de Áreas Industriais Sustentáveis |

| | | |
|---|---|---|
| Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado | Economia diversificada | Concluir as obras e ampliar as operações da Central de Abastecimento de Rondônia (CEARO), em parceria com o Governo do Estado. |
| | | Criar um Programa Municipal de Produção de Hortifrutigranjeiros para diversificar a produção e criar a marca "Produção Local Sustentável". |
| | | Criar uma Escola Agropecuária Municipal, de nível técnico, com campus avançados nos distritos, viveiros e cultivos em fazenda experimental, para capacitar técnicos e produtores rurais familiares em parceria com Instituições que operam no setor. |
| | | Desenvolver uma rede eficiente para a distribuição e comercialização dos alimentos provenientes da agricultura familiar e agroecológica para as instituições públicas. Estabelecer centros logísticos regionais ( sede e distritos) para facilitar a distribuição dos produtos. |
| | | Estabelecer mecanismos de incentivo fiscal e crédito facilitado para produtores da agricultura familiar que adotem práticas agroecológicas e participem do programa de compras públicas. |
| | | Estimular o associativismo e cooperativismo para fortalecimento da rede de produtores e empresários |
| | | Fortalecer e ampliar os programas agrícolas existentes gerido pela SEMAGRIC, e criar novos programas para adoção de Sistemas AgroFlorestais (SAFs) e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), adubação e manejo natural de hortas e cultivos com baixo uso de agrotóxicos. |
| | | Fortalecer programa de compras públicas de alimentos produzido por agricultores familiares e produtos agroecológicos, priorizando a distribuição para a rede de escolas públicas, hospitais e outros serviços essenciais do município. |
| | | Melhorar a infraestrutura para realização das Feiras realizadas pela SEMDESTUR. |
| | | Priorizar a regularização de pequenas propriedades agrícolas destinadas à produção comprovada de hortifrutigranjeiros. |
| | | Valorizar produtos de origem local; Mapear e certificar produtos locais com potencial de Indicação Geográfica para criar e difundir selos de origem e qualidade; Lançar campanha de marketing local e regional, promovendo a importância de consumir produtos e serviços locais, destacando a qualidade e o impacto positivo no desenvolvimento da economia da cidade; Realizar campanhas publicitárias, focadas em diferentes segmentos do comércio local. |

| | | |
|---|---|---|
| Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado | Conversão de áreas de produção agropecuária convencional para produção agropecuária de baixa emissão de carbono e restauração florestal. | Criar modelos de conversão de áreas de produção agropecuária convencional para a produção agropecuária de baixa emissão de carbono e restauração florestal. com programa de incentivos |
| | | Monitorar e produzir relatórios de estimativas de emissões de gases de efeitos estufa (GEE) através do Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG, Observatório do Clima) do setor agropecuário de Porto Velho. |
| Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado | Aumento do número e tempo de permanência de turistas nacionais e internacionais | Divulgar campanhas turísticas sobre Porto Velho dentro e fora do Brasil. |
| | | Fomentar pacotes turísticos voltados ao ecoturismo, turismo científico e turismo de negócios. |
| | | Realizar e atrair eventos turísticos nacionais e internacionais (científicos, negócios, etc.). |
| Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado | Atração de novos investimentos | Criar um "Balcão de Negócios Porto Velho" para atendimento ao investidor em parcerias com outras instituições empresariais da região |
| | | Firmar parcerias com agências de desenvolvimento econômico, federações empresariais, câmaras de comércio e outros atores estratégicos para promover Porto Velho e facilitar o fluxo de investimentos. |
| | | Implementar programa de desburocratização para simplificação dos processos de licenciamento e redução do tempo médio de aprovação de projetos empresariais |
| | | Realizar campanhas conjuntas de marketing e promoção econômica em cooperação com entidades empresariais de diversos setores produtivos |
| | | Realizar e participar de eventos periódicos, como feiras de negócios e exposições, que permitam aos empresários locais divulgar seus produtos e serviços diretamente aos consumidores, criando oportunidades de networking e vendas. |
| | | Realizar eventos e missões empresariais, nacionais e internacionais, para promover as oportunidades de investimento em Porto Velho. |
| | | Realizar pesquisas periódicas para identificar suas necessidades em termos de novos serviços e setores com maior potencial de crescimento, além de mapear oportunidades de expansão do comércio local; Conduzir pesquisas de mercado por ano para identificar novas demandas e áreas de crescimento. Publicar relatórios anuais com insights sobre o mercado local e setores de potencial após cada pesquisa. Geração de base de informações técnicas para orientar ofertas/serviços no comércio local, alinhados com demandas mapeadas por pesquisas de mercado. |

| | | |
|---|---|---|
| Desenvolver economia diversificada, indústria e mercado de trabalho qualificado | Formação de capital humano para os setores produtivos portadores de futuro | Conduzir estudos e publicar relatórios periodicamente sobre o mercado de trabalho local e nacional, identificando áreas emergentes e carências de mão de obra qualificada para ajustar a oferta de cursos de nível técnico e superior. |
| | | Criar programa de bolsas e auxílios para garantir permanência de jovens de baixa renda |
| | | Desenvolver cursos voltados para o desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas como: programação, tecnologia da informação, desenvolvimento web, marketing digital, e-commerce e outras áreas em alta no mercado digital etc. |
| | | Estabelecer parcerias estratégicas com instituições educacionais e empresas para ofertar cursos de nível técnico e superior com foco em setores portadores de futuro do PAEDS. |
| | | Fomentar novos cursos superiores e técnicos, ou adequar cursos oferecidos, conforme as atividades econômicas identificadas como portadoras de futuro. |
| | | Realizar campanhas de comunicação e marketing para divulgar as oportunidades de cursos e programas de qualificação para a população, com foco em jovens e trabalhadores em transição de carreira. |
| Desenvolver ecossistema de inovação avançado | Fomento à cultura da inovação e experimentação. | Criar fab labs e makerspaces municipais equipados com ferramentas e tecnologias para o desenvolvimento de protótipos e inovação colaborativa |
| | | Criar programa para estimular a inovação aberta na administração pública, resolvendo desafios municipais por meio de contratos públicos de solução inovadora (CPSI). |
| | | Lançar programa de sandbox regulatório que permita a experimentação de novos modelos de negócios e tecnologias em um ambiente controlado, sem a necessidade imediata de adequação à regulação existente. |
| | | Oferecer suporte técnico, gerencial e financeiro para empreendedores que desenvolvam soluções inovadoras para problemas sociais. |

| | | |
|---|---|---|
| Desenvolver ecossistema de inovação avançado | Aceleração do crescimento e da competitividade de empresas inovadoras. | Desenvolver pacote de incentivos fiscais e locacionais para atrair empresas inovadoras ao município, oferecendo infraestrutura, laboratórios compartilhados e suporte para crescimento empresarial |
| | | Desenvolver programas de apoio à inovação para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. |
| | | Implementar subvenção econômica, bônus tecnológico, encomenda tecnológica, incentivos fiscais, concessão de bolsas e uso do poder de compra do Estado para fomentar a inovação nas empresas. |
| | | Lançar programa para incubar e acelerar *startups* e negócios inovadores, oferecendo mentoria especializada, recursos financeiros e apoio em setores prioritários. |
| | | Oferecer apoio financeiro, humano, material e de infraestrutura para empresas municipais e entidades sem fins lucrativos desenvolverem projetos de inovação. |
| Desenvolver ecossistema de inovação avançado | Diversificação da oferta de cursos e investimento em formação empreendedora. | Criar programas de formação empreendedora nas universidades locais, capacitando estudantes em empreendedorismo digital, inovação tecnológica e gestão de negócios em setores prioritários para o município. |
| | | Implantar laboratórios de informática e espaços colaborativos de coworking para que estudantes e empreendedores possam desenvolver suas habilidades e trabalhar em projetos digitais com acesso a internet de alta velocidade e equipamentos adequados. |
| | | Incentivar estudantes participantes dos programas de formação empreendedora nas universidades locais a criar projetos ou *startups*. |
| Desenvolver ecossistema de inovação avançado | Fortalecer a infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, conectando os ativos de CT&I com o setor empresarial. | Facilitar a transferência de tecnologia entre universidades, centros de pesquisa e empresas, promovendo a colaboração acadêmica com o setor produtivo e fortalecendo a inovação local. |
| | | Firmar contratos com ICTs, entidades sem fins lucrativos e empresas para desenvolver projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que solucionem problemas específicos do município. |
| | | Implementar programa para promover a proteção de inovações locais através do registro de patentes e direitos de propriedade intelectual. |
| | | Organizar eventos, como feiras de inovação, hackathons, e conferências tecnológicas para fomentar o interesse pela inovação e conectar talentos com o ecossistema empreendedor de Porto Velho. |
| | | Realizar workshops sobre propriedade intelectual para a comunidade empresarial local e pesquisadores. |

| | | |
|---|---|---|
| Desenvolver ecossistema de inovação avançado | Ampliação das opções de financiamento e fortalecimento do ambiente institucional favorável à inovação. | Criar lei, conselho e fundo municipal de inovação para apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em setores prioritários para o município. |
| | | Criar observatório para monitorar e analisar o progresso do ecossistema de inovação local, oferecendo dados para aprimorar políticas públicas e auxiliar na tomada de decisões estratégicas. |
| | | Definir limite prudencial para a renúncia fiscal anual decorrente dos incentivos, garantindo a sustentabilidade das finanças municipais. |
| | | Estabelecer critérios objetivos e transparentes para a concessão dos incentivos fiscais, com base em lei municipal e decreto próprio. |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Igarapés e cursos d'água despoluídos, revegetados e integrados a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável - SDUS e programa de parques urbanos. | Associar o programa "Caminhos d'Água" aos planos de saneamento, especialmente esgoto, resíduos e drenagem, ao portfólio de obras da concessionária incluindo as áreas urbanas da sede e dos distritos; |
| | | Desenvolver o programa "Caminhos d'Água" em bairros da sede municipal e dos distritos de Porto Velho, revitalizando cursos d'água com estratégias de educação ambiental, ampliação de áreas verdes e espaços de convivência; |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Igarapés e cursos d'água despoluídos, revegetados e integrados a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável - SDUS e programa de parques urbanos. | Envolver a Concessionária de serviços de saneamento e os moradores em projetos participativos de conservação e recuperação dos igarapés. |
| | | Expandir e modernizar o sistema de drenagem urbana para reduzir o impacto de enchentes e eventos climáticos extremos, promovendo a conservação dos igarapés; |
| | | Mapear e programar o investimento no programa "Caminhos d'Água" por microbacia em conformidade com o Plano de Ação e Investimento em saneamento. |
| | | Plantar árvores nativas ao longo das margens dos cursos d'água e equipar áreas de convivência e lazer. |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Expansão ordenada, qualificação urbanística e ambiental, regularização fundiária nas sedes e comunidades dos distritos municipais. | Consolidar grupo da SEMUR especializado em cadastro e regularização fundiária rural e urbana. |
| | | Criar um Projeto de Ordenamento Territorial (POT) associado ao Plano Diretor para estruturação urbana de cada distrito e comunidade urbana de Porto Velho, contemplando definição de perímetro, rede viária estruturante, espaços de convívio, previsão de moradias de interesse social, regularização fundiária e áreas de conservação. |

| | | |
|---|---|---|
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Redução da temperatura média das áreas urbanas da sede e dos distritos de Porto Velho, por meio da construção e manutenção de calçadas acessíveis e sombreadas, da rede de florestas e espaços verdes urbanos e das áreas permeáveis em lotes públicos e privados. | Melhorar a infraestrutura para pedestres, ampliando e melhorando as calçadas e arborizando áreas públicas com espécies adequadas ao clima local; |
| | | Promover a orientação e fiscalização efetiva das edificações. |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Mercado Municipal requalificado e integrado ao espaço Madeira-Mamoré. | Criar áreas de convivência, gastronomia e lazer dentro e ao redor do mercado, integrando o espaço à orla do Rio Madeira. Conectar o mercado à orla do Rio Madeira por meio de passarelas, ciclovias e calçadões arborizados, facilitando o acesso de pedestres e ciclistas. |
| | | Reformar e modernizar o mercado municipal, utilizando materiais e princípios sustentáveis, adequando a gestão e a oferta de produtos |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Aumento da frequência da comunidade e turistas na área de revitalização da orla do Rio Madeira, com base em dados de frequência e de visitantes. | Criar ciclovias e calçadões ao longo da orla, melhorando o acesso para pedestres e ciclistas. |
| | | Requalificar a ocupação da orla urbana do Rio Madeira, criando áreas de lazer, parques, espaços comerciais e de serviços e infraestrutura. |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Aumento do uso de bicicletas na sede e distritos como meio de transporte diário | Ampliar a rede de ciclovias e equipamentos de apoio adequados ao clima amazônico. |
| | | Incentivar o uso de bicicletas e melhorar a mobilidade pública por meio da intermodalidade entre as redes de pedestres, ciclistas, transporte aquaviário e ônibus; |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Redução do consumo de energia pública com a adoção de tecnologias inteligentes de iluminação pública nos bairros da sede e distritos. | Lançar programa de modernização da infraestrutura de iluminação utilizando a CIP nos principais eixos viários e áreas públicas , na sede e distritos do município; |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Redução do tempo de deslocamento entre as sedes dos distritos e entre as regiões ocupadas por produção e serviços. | Elaborar planos , projetos e melhorar a rodovias municipais, baseado em mapa de priorização das conexões distritais, setores produtivos, com previsão de investimentos e manutenção de infraestrutura viária (pavimentação, balsas, pontes, etc.) com previsão orçamentária plurianual. |
| | | Organizar equipes descentralizadas - quadro pessoal mínimo e terceirizadas - para manutenção de vias e demais espaços públicos. |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Reciclagem dos resíduos sólidos gerados em Porto Velho, com a implementação da coleta seletiva em 100% dos bairros e distritos. | Estabelecer sistema sustentável para a coleta, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos, limpeza urbana, com foco em redução, reutilização e conscientização ambiental; Implementar paulatinamente o programa de coleta seletiva em todos os bairros da sede e dos distritos; |
| | | Realizar campanhas de conscientização ambiental para os moradores da sede e dos distritos. |

| | | |
|---|---|---|
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Regularização de imóveis urbanos e rurais, com a redução da ocupação em áreas de preservação ambiental e aprimoramento da base cadastral. | Desenvolver projetos participativos e Estudo Técnico Socioambiental (ETSA) para a regularização fundiária gradual na sede e distritos, assegurando direitos de moradia e produção sustentável. |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Comércio e serviços da área central revitalizados. | Plano para a revitalização da área central incluindo paisagismo, ampliação e melhorias de calçadas, mitigação do impacto do transporte público coletivo. |
| Investir no desenvolvimento urbano e no saneamento ambiental | Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos 2021-2023 implementado incluindo coleta, transporte, deposição e manejo dos resíduos de forma sustentável abrangendo a separação e a reciclagem, nas áreas urbanas da sede dos distritos. | Implementação e manejo sustentável das estações de transbordo, unidades de reciclagem e aterros sanitários. |
| | | Readequação das rotas de coleta e deposição na sede e nos distritos; |
| Promover planejamento e gestão integradas e participativas | Administração Pública descentralizada, eficiente e participativa. | Instalar 3 subprefeituras com uma equipe mínima e serviços básicos de assistência técnica, zeladoria urbana e atendimento ao cidadão, instituições e empresas, com orçamento anual e plano de investimentos vinculado ao PPA; |
| | | Instituir processo de conferências distritais anuais para consulta popular sobre prioridades e monitoramento dos esforços e resultados. |
| Promover planejamento e gestão integradas e participativas | Integração das políticas públicas municipais | Atualizar as diretrizes do Plano Diretor e demais planos setoriais, incorporando os objetivos, diretrizes e ações do PAEDS-PVH 2030 2050 |
| | | Criar sistema integrado de monitoramento de políticas públicas com indicadores sociais, econômicos e ambientais, garantindo eficiência e transparência; Publicar relatórios dos esforços e resultados |
| Promover planejamento e gestão integradas e participativas | Administração pública inovadora | Desenvolver programa estratégico para a inovação da administração pública municipal |
| | | Implementar projetos piloto com base no plano de inovação e aproveitamento das ideias de servidores. |
| Promover planejamento e gestão integradas e participativas | Aumento da arrecadação tributária e progressividade fiscal. | Ampliar investimentos em cadastro multifinalitário e geoprocessamento |
| | | Associar investimentos em tributação aos programas de regularização fundiária de imóveis urbanos e rurais |
| | | Capacitar funcionários municipais para o uso de novas ferramentas de gestão. |
| | | Desenvolver plataforma digital integrada que unifique a gestão tributária, patrimonial e financeira, com foco em eficiência e transparência; |

# ANEXO 2 - PRINCIPAIS REFERÊNCIAS CONSULTADAS

O PAEDS-PVH se beneficiou de significativo esforço de planejamento realizado pelo município Porto Velho e instituições regionais nos últimos anos, desde 2017 e está alinhado com outros planos e documentos oficiais relevantes, entre os quais citamos:

Do ponto de vista organizacional, a estrutura operacional envolve a Equipe de Gestão, encarregada da sistematização de dados e relatórios; o CG-SP e a UGP, como instâncias decisórias; um sistema de informações para suporte tecnológico e transparência; e canais de comunicação institucional, que viabilizam o fluxo de informações entre os atores envolvidos.

- **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2024-2027) elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);**
- **Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES 2015-2030), elaborado pela SEPOG, Governo do Estado de Rondônia;**
- **Plano Estratégico do Estado de Rondônia 2024-2027, elaborado pelo Governo do Estado de Rondônia;**
- **Plano Diretor Participativo de Porto Velho, Lei Complementar nº 838/2021 e produtos relacionados:**
- **Produto 3- Diagnóstico Consolidado,**
- **Produto 5 – Diretrizes e Propostas Consolidadas,**
- **Produto 6 – Plano de Ação e Investimento;**
- **Diagnóstico Essencial para Aceleração do Território de Porto Velho (Funpar -ADPVH 2017);**
- **8 Cadernos Técnicos Setoriais de Rondônia, envolvendo os setores: i) agropecuária de baixa emissão; ii) Bioeconomia; iii) Biotecnologia; iv) Concessões de Florestas; v) Energias renováveis; vi) Floresta Plantada; vii) Mineração sustentável; viii) Turismo sustentável elaborado pela ADPVH em 2021;**
- **Plano Municipal do Turismo, elaborado pelo SEBRAE/RO em 2023;**
- **Plano Consolidado de Intervenção no Ecossistema de Inovação de Porto Velho, elaborado pelo SEBRAE/RO em 2023.**

# PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

